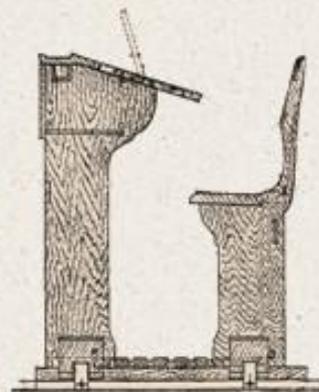


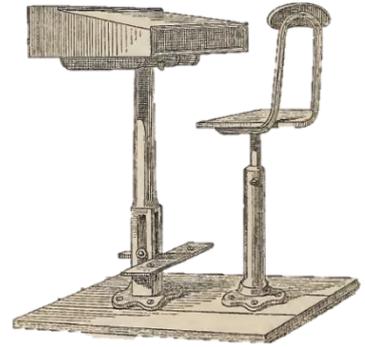
A (RE)INVENÇÃO DO
MOBILIÁRIO
ESCOLAR:



entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)

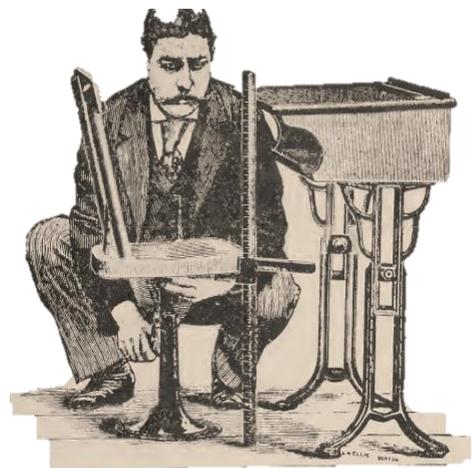
GUSTAVO RUGONI DE SOUSA

Orientadora Professora Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva



A (RE)INVENÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR:

entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos
(1851-1889)



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

GUSTAVO RUGONI DE SOUSA

**A (RE)INVENÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR:
entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos
(1851-1889)**

**Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
2019**

GUSTAVO RUGONI DE SOUSA

A (RE)INVENÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR:
entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos
(1851-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Professora Dr^a. Vera Lucia Gaspar da Silva

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo autor**

Rugoni de Sousa, Gustavo

A (re)invenção do mobiliário escolar : entre saberes
pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889) / Gustavo
Rugoni de Sousa. -- 2019.

266 p.

Orientadora: Vera Lucia Gaspar da Silva

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação , Florianópolis, 2019.

1. Mobiliário escolar. 2. Circulação de ideias pedagógicas. 3.
Cultura material escolar. 4. Indústria escolar. 5. História da
Educação. I. Gaspar da Silva, Vera Lucia . II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação . III. Título.

Gustavo Rugoni de Sousa

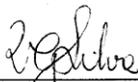
A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889).

Tese julgada adequada para obtenção do Título de doutor em Educação junto ao Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 07 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Presidente/a:



Profª Drª Vera Lucia Gaspar da Silva (orientadora)
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Profª Drª Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Profª Drª Gizele de Souza
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Membro:



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Membro:

pl parecer

Prof. Dr. Juri Meda
Università Di Macerata – UNIMC

Membro:

pl parecer

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

*Dedico esta tese à Ana Paula,
amiga, companheira e meu grande amor.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma investigação em âmbito acadêmico, ainda mais em uma universidade pública, não pode ser compreendida como uma ação individual, fruto de uma superação pessoal. Ao contrário, a produção científica só é possível a partir da participação de muitos que lutam diariamente pela constituição de uma educação de qualidade. Durante a minha trajetória acadêmica, convivendo em espaços que ainda estão reservados à minoria da população brasileira, tive a oportunidade de superar visões ingênuas, de adquirir compromisso teórico e espírito de luta. Ao final de mais uma etapa, agradeço a todos que estiveram presentes e que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

À Ana Paula, meu grande amor, por estar sempre comigo. Seu apoio e dedicação foram essenciais para que eu pudesse concluir mais essa etapa. Obrigado pela parceria na vida, nos arquivos, nas pesquisas e nos estudos.

Aos meus pais Helder e Lúcia, agradeço o amor, carinho e dedicação em fazer com que eu pudesse ter as melhores oportunidades possíveis. Com vocês aprendi que nunca devemos parar de lutar por aquilo que acreditamos. Às minhas irmãs Giselli e Luciana, obrigado pelo carinho, amizade e companhia de sempre. Aos meus sobrinhos Guilherme e Amy, por serem minha inspiração e demonstrarem que todo o esforço é recompensador.

Ao Luiz, Denise e Israel por todo o amor e carinho. Sem o apoio de vocês essa pesquisa não seria possível. Agradeço, particularmente, a Denise pela confecção das bolsas personalizadas enviadas a cada um dos professores que participaram da banca deste trabalho.

À Professora Vera Lucia Gaspar da Silva, orientadora e amiga que, desde a Graduação, me incentivou nos estudos. Tenho o privilégio de aprender com uma professora e pesquisadora extremamente competente, um exemplo de mulher e profissional que me inspira a ser cada vez melhor.

Aos Professores Alcides Goularti Filho, Gizele de Souza, Juri Meda, Luciano Mendes de Faria Filho e Mariléia Maria da Silva por aceitarem participar da banca examinadora deste trabalho. Agradeço as leituras atentas e suas contribuições, as quais foram essenciais para o desenvolvimento e qualificação desta pesquisa.

Às amigas do grupo de pesquisa Objetos da Escola, Luiza Pinheiro Ferber, Marília Gabriela Petry, Luani de Liz Souza, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Hiassana Scaravelli, Sélia

Ana Zonin, Dilce Schüeroff, Gislene Prim e Danielly Samara Besen pelas risadas, partilhas, leituras e companhia de sempre.

À Roberta Fantin Schnell, amiga querida que o doutorado me proporcionou. Obrigado pelos incentivos e parceria nesta trajetória.

Aos amigos que estão sempre comigo e nunca deixaram de me incentivar na construção desta tese: Renan Pereira, Bruna Peixoto, Antônio Marques, Priscila Koch, Vitor Versore, Tomaz Aguiar, Mariana Aguiar, João Bertoli, Fernando Camargo, Elayne Sagaz, Roberto Júnior, Rafael Borges, Felipe Sampaio, Tamires Bergamasco, Marcus Casadei e Raphael Melo.

À nossa querida FAED/UEDESC, pelos ensinamentos e acolhida nesses últimos 10 anos.

Aos professores do PPGE e aos seus funcionários pelo comprometimento em construir uma educação pública de qualidade.

Às estudantes da FAED, obrigado pelas amizades, trocas e experiências que pude vivenciar ao longo desse último ano como Professor.

Por fim, agradeço à população brasileira que não tem medo de lutar pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Esta pesquisa não poderia ser realizada sem os esforços e sonhos dedicados ao desenvolvimento científico do Brasil.

RESUMO

RUGONI de SOUSA, Gustavo. **A (re)invenção do mobiliário escolar:** entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889). (Tese - Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Esta investigação tem como objetivo mapear e analisar argumentos que sustentam a defesa da construção de mobiliário escolar específico para equipar salas de aula de escolas públicas primárias na segunda metade do período oitocentista. Para tanto, utiliza como fontes um conjunto de documentos produzidos em diferentes países, como impressos pedagógicos, catálogos de móveis escolares, relatórios de exposições universais, ofícios expedidos pela Instrução Pública de Santa Catharina, entre outros. A hipótese que orientou sua realização se articula com discussões em torno da cultura material escolar e foi elaborada a partir do estudo de produções no campo da História da Educação, que reconhecem o século XIX como um período em que ganha força a confluência entre os movimentos pedagógicos e higienistas, em que ocorre o crescimento de uma indústria voltada a atender às necessidades materiais da escola, assim como a elaboração de legislações que previam a obrigatoriedade escolar. Afastando-se de uma perspectiva evolucionista, que identifica as alterações dos móveis escolares como parte da natureza científica e tecnológica, a tese defende ser o mobiliário escolar uma (re)invenção da modernidade educativa oitocentista, que se sustenta em ações e argumentos que circularam internacionalmente e que defendiam que esses artefatos, para serem considerados adequados à prática escolar, deveriam ser construídos levando em consideração três fundamentos: *(i) o pedagógico*, com vistas a facilitar o controle dos alunos em sala de aula e o acesso do professor às lições realizadas, assim como atender a pressupostos do método intuitivo; *(ii) higiênico*, para viabilizar o processo de limpeza e prevenir, por meio de um *design* que privilegiasse o conforto dos alunos e a organização dos materiais didáticos, deformidades nos corpos e doenças; *(iii) econômico*, para privilegiar os interesses industriais e atender à principal base tecnológica do período, utilizando a madeira e o ferro como matérias-primas de produção. Assim, observou-se que o mobiliário escolar passou a estar no centro dos debates e a se articular com um projeto político-educativo que objetivava fazer da escola um aparelho modelar, capaz de instruir as classes menos abastadas e ensinar hábitos e condutas que estivessem de acordo com a civilidade almejada. Dessa forma, discursos e argumentos que circularam internacionalmente colaboraram para que um mobiliário considerado ideal passasse a ser fabricado em diversos países e fosse reconhecido como um dos símbolos da educação moderna, o que permitiu identificar a (re)invenção de seus sentidos e significados.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Circulação de ideias pedagógicas. Cultura material escolar. Indústria escolar. História da Educação.

ABSTRACT

RUGONI de SOUSA, Gustavo. **The (re)invention of school furniture: between pedagogical, hygienist and economic knowledge (1851-1889).** (Thesis - PhD in Education), State University of Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2019.

This research aims to map and analyze arguments that support the construction of specific school furniture created to compose classrooms of primary public schools in the second half of the 19th century. To do so, it uses as sources a set of documents produced in different countries, such as pedagogical printings, catalogs of school furniture, reports of Universal Expositions, memoranda issued by the Public Instruction of Santa Catarina, among others. The hypothesis underlying this research is connected to discussions around school material culture and was built from the study of publications in the field of History of Education, which acknowledge the 19th century as the period in which the confluency of pedagogical and hygienist movements becomes stronger, and in which the growth of an industry developed to satisfy the material needs of the school is evident, as well as legislation that was passed to turn schooling mandatory. Taking distance from an evolutionist perspective, which identifies the changes in school furniture as part of scientific and technological nature, the thesis states that school furniture is a (re)invention of the 19th century educational modernity, which is supported by actions and arguments that circulated internationally and that defended that these artifacts, to be considered fit for school practice, should be built by taking into consideration three principles: (i) pedagogical: to make it easier to control the students in the classroom and to give the teacher access to their lessons, as well as to give way to the presuppositions of the intuitive method; (ii) hygienic: to facilitate cleaning and to prevent, by means of a design that still provides comfort and good organization of the teaching materials, deformities in the bodies, and diseases; (iii) economic: to privilege industrial interests and give way to the main technological basis of the period, using wood and iron as the main raw matters for production. Thus, it was observed that school furniture came to the center of the debate and began to be associated with a political-pedagogical project that aimed to transform the school into a model capable of instructing the less affluent classes and of teaching habits and behaviors that corresponded to the standard of civility. In this way, discourses and arguments that circulated internationally were a factor that made furniture considered ideal to be produced in several countries and to be acknowledged as one of the symbols of modern education, thus making it possible to identify the (re)invention of its development and meanings.

Keywords: School furniture. Circulation of pedagogical ideas. School material culture. School industry. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Árvore de Andry	60
Figura 2 - Estudo sobre a entrada de luz na sala de aula.....	76
Figura 3 - Posturas inadequadas que deveriam ser corrigidas.....	80
Figura 4 - Árvore sinótica da pedagogia, da metodologia e ciências auxiliares	93
Figura 5 - Posição normal do aluno na escola	94
Figura 6 - Dimensões das “mesas-bancos” solicitadas nas Instruções (1887).....	104
Figura 7 - Guardiã contra a miopia (1887)	105
Figura 8 - O Brasil na Exposição Universal de Filadélfia.....	123
Figura 9 - Modelo Andrews (esquerda) e Modelo Stevens (direita)	134
Figura 10 - Modelo de carteira escolar estadunidense de dois lugares.....	135
Figura 11 - Mesas e bancos de escolas estadunidenses (Illinois)	136
Figura 12 - Modelo da Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque....	137
Figura 13 - Mobiliário escolar alemão “Kunze”	139
Figura 14 - Posição ideal para a leitura e a escrita	140
Figura 15 - Vista lateral do mobiliário escolar alemão “Kunze”	140
Figura 16 - Carteira escolar austríaca apresentada na Exposição de Viena.....	141
Figura 17 - Carteira escolar “Liebreich”	143
Figura 18 - Carteira escolar sueca, do dr. Sandberg, apresentada na Exposição de Viena, em 1873, conforme relatório de Riant.....	145
Figura 19 - Carteira escolar sueca do dr. Sandberg apresentada na Exposição de Viena, em 1873, conforme relatório de Buisson	145
Figura 20 - Carteira escolar francesa Cardot.....	147
Figura 21 - Carteira escolar alemã Kaiser	148
Figura 22 - Carteira escolar Bapterosses	149
Figura 23 - Carteira escolar Brazil.....	155
Figura 24 - American School Chairs	171
Figura 25 - Modelo da New Automatic School Seat, elaborada pela W. A. Choate & Co. (1890)	176
Figura 26 - Modelo de sala de aula equipada com carteiras escolares individuais.....	179
Figura 27 - Modelo de sala de aula equipada com carteiras escolares individuais e duplas....	180
Figura 28 - Mesa e cadeira para o ensino primário (individual N°4 e dupla N°5).....	183
Figura 29 - Franklin desk (individual N°5 e dupla N°6)	185

Figura 30 - Primary School Desks N° 64.....	186
Figura 31 - Carteira escolar The National School furniture	187
Figura 32 - Carteira escolar The National School furniture	189
Figura 33 - Gem Desk idealizada pela The National School furniture	191
Figura 34 - Table-Banc Communale	192
Figura 35 - Carteira escolares tipo B (esquerda) e K (direita).....	193
Figura 36 - Carteira escolar Victor	195
Figura 37 - Quadro-negro (esquerda) e quadro-negro giratório (direita)	198
Figura 38 - Quadro-negro (esquerda) e quadro-negro com cavalete (direita)	199
Figura 39 - Quadro-negro com cavalete (esquerda) e tabela geométrica (direita).....	200
Figura 40 - Ardósia (esquerda) e modelo das configurações (direita)	201
Figura 41 - Quadro-negro com cavalete.....	201
Figura 42 - Anúncio divulgado no jornal “O Artista”.....	213
Figura 43 - Desenho de um banco de escola pelo de 14\$000 réis.....	232
Figura 44 - Banco catarinense (esquerda) e carteira indicada por Daligault (direita)	233

LISTA DE QUADROS E ESQUEMAS

Quadro 1 - Documentos oitocentistas que tratam do mobiliário escolar.....	70
Quadro 2 - Falhas nas carteiras escolares e bancos que causavam deformidades e defeitos na visão.....	73
Quadro 3 - Características do modelo de carteira escolar recomentado por Liebreich.....	74
Quadro 4 - Deformações e doenças que os usos de móveis não adaptados poderiam causar às crianças e professores	79
Quadro 5 - Carteira Chandler e a indicada como ideal por Bodrick.....	82
Quadro 6 - O mobiliário escolar em manuais pedagógicos do século XIX	89
Quadro 7 - Características dos principais artefatos que compõem o mobiliário escolar	90
Quadro 8 - Relação de artefatos necessários a uma sala de aula	100
Quadro 9 - Cronologia das Exposições Universais	114
Quadro 10 - Móveis escolares premiados na Exposição Universal de Viena de 1873.....	119
Quadro 11 - Princípios médicos comuns às carteiras escolares apresentadas na Exposição Universal de Viena.....	129
Quadro 12 - Características modelos estadunidenses	133
Quadro 13 - Mobiliário Escolar veiculado por meio de catálogos de fábricas estadunidenses	159
Quadro 14 - Mobiliário escolar de fábricas europeias segundo catálogos consultados	160
Quadro 15 - Mobiliário Escolar - fábricas brasileiras.....	160
Quadro 16 - Capas de catálogos das fábricas estadunidenses	163
Quadro 17 - Capas de catálogos das fábricas francesas.....	165
Quadro 18 - Capas de catálogos das fábricas inglesas	166
Quadro 19 - Capa de catálogo de uma fábrica alemã	167
Quadro 20 - Quadros-negros idealizados pela Geo. M. Hammer & Co.....	202
Quadro 21 - Expositores catarinenses participantes da Exposição da Filadélfia (1876).....	214
Quadro 22 - Artigos 5º e 9º da Lei n. 268, de 1848	225
Quadro 23 - Relação de objetos requisitados para escolas públicas primárias (1855-1860)	228
Quadro 24 - Orçamentos de materiais para escolas públicas da Província de Santa Catarina (1850-1860).....	230
Esquema 1 - Argumentos em torno do mobiliário escolar para ser considerado adequado aos preceitos médicos e pedagógicos de acordo com as produções analisadas	85
Esquema 2 - Principais sistemas de bancos escolares com distância fixa.....	130
Esquema 3 - Principais sistemas de bancos escolares com distância variável	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de escolas localizadas em Nova Iorque (EUA) e Neuchâtel (Suíça).....	77
Tabela 2 - Escolas públicas de Primeiras Letras na Província de Santa Catarina em 1836.....	217
Tabela 3 - Escolas de instrução elementar públicas e particulares na Província de Santa Catarina dentre os anos de 1837 a 1889.....	218
Tabela 4 - Número de alunos matriculados em escolas de instrução elementar públicas e particulares na Província de Santa Catarina, dentre os anos de 1837 a 1850	219

SUMÁRIO

<i>A (re)invenção do mobiliário escolar: Notas iniciais</i>	27
Capítulo I – Saberes em construção: pressupostos e exigências em torno do mobiliário escola	59
Por um mobiliário higiênico e pedagógico: discursos e projetos em circulação	86
Não basta comportar, é preciso confortar	103
Capítulo II – Difundir e legitimar: modelos e ideias em circulação sobre o mobiliário escolar	109
O Mobiliário Escolar nas Exposições Universais	127
Capítulo III – A indústria escolar oitocentista: a (re)invenção do mobiliário em catálogos.....	153
Discursos médico-higienistas em catálogos.....	168
Carteiras escolares em evidência.....	181
Quadros-negros: notas sobre exigências de seus usos.....	195
Capítulo IV – Instruir e civilizar: o mobiliário escolar catarinense em foco.....	205
Santa Catharina e a circulação de ideias pedagógicas	194
A Instrução Pública de Santa Catharina	216
O contexto material de escolas públicas primárias catarinenses.....	221
<i>A (RE)INVENÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR: considerações a partir de uma pesquisa em História da Educação</i>	241
REFERÊNCIAS	247
ANEXO	261

*A (re)invenção do mobiliário escolar:
notas iniciais*



A mesa-banco deve ser adaptada para o desenvolvimento físico de cada criança, por isso devem ser construídas em tamanhos diferentes de forma que o móvel se adapte a criança e não a criança se adapte ao mobiliário (TRONCOSO, 1910, p. 11).

I.

Este trabalho apresenta reflexões desenvolvidas a partir de uma pesquisa de doutorado cujo tema é o mobiliário escolar da sala de aula oitocentista, compreendido como expressão da modernidade educativa em pauta, desenhada na confluência de movimentos higienistas, na internalização de ideias pedagógicas e de interesses de uma indústria que via na expansão da escola moderna e obrigatória um nicho de mercado atraente para a comercialização de artefatos adaptados.

As análises aqui realizadas estão pautadas pela noção de cultura material escolar e apostam em compreender o conjunto de móveis idealizados para escolas públicas primárias a partir de uma perspectiva histórica, reconhecendo-os como *mercadorias*¹ imbricadas em um processo de circulação de saberes legitimados, principalmente a partir do século XIX. Nessa perspectiva, os artefatos não são considerados coadjuvantes no contexto educativo, por permitirem, por meio de seus vestígios, a construção de reflexões que vão além de questões do cotidiano escolar, mas que consideram também relações em torno de instituições, de políticas e projetos de escolarização.

O entendimento sobre o mobiliário escolar nem sempre foi o mesmo. Conforme o período ou o lugar, as *apropriações* sobre esses artefatos foram se alterando. Nesse sentido, ao compreender o mobiliário presente em salas de aula a partir de uma perspectiva histórica, identifica-se que não foi sempre reconhecido como um conjunto de móveis escolares. Diferentemente, ao tomar como referência o Dicionário Pedagógico organizado por Ferdinand Buisson², publicado em 1911, pode-se perceber que, com exceção dos materiais de ensino, era constituído pelos objetos presentes em uma sala de aula e que possuíam usos comuns, como a

¹ Concorde-se com Elomar Tambara (2008, p. 11) quando refere que “a contribuição de Karl Marx tem se mostrado inesgotável no sentido de gerar novas categorias de análise nas ciências sociais”. Salienta-se que o conceito de mercadoria foi uma das lentes de análise que potencializaram as reflexões aqui desenvolvidas para a construção da tese de que o mobiliário escolar é uma (re)invenção da modernidade educativa oitocentista, uma vez que essa contribuiu para identificar que os móveis idealizados para as escolas primárias também estavam relacionados a um conjunto de relações mais amplas da sociedade capitalista. Ao tomar o mobiliário escolar como mercadoria, reconhece-se que esse conjunto de objetos foi construído para atender a necessidades e que, em seu processo de circulação e (re)invenção, foi estabelecida uma relação de “adoração” que contribuiu para alavancar seu consumo e simbologias, ao mesmo tempo que ocultava as relações econômicas intrínsecas ao seu processo de idealização, fabricação e comercialização.

² Fernand Buisson foi inspetor geral da Instrução Pública na França (1878), diretor do Ensino Primário (1879), redator da *Revue Pédagogique* e professor da Universidade de Sorbonne (1887), trajetória que contribuiu para legitimar suas ideias de modernidade sobre a educação escolar. Para Maria Helena Camara Bastos (2000), os trabalhos de Buisson tiveram forte influência nos escritos e atividades de figuras da elite intelectual brasileira, devido à posição política e profissional que ocupou na França, país considerado no Brasil como modelo a ser seguido. Maria Helena Camara Bastos indica, ainda, que os trabalhos mais citados do francês por pesquisadores brasileiros são: *Rapport sur l'instruction primaire à l'Exposition Universelle de Vienne en 1873*; o *Rapport sur l'instruction primaire à l'Exposition Universelle de Philadelphie en 1876*; e a *Conférence sur l'enseignement intuitif, faite aux Instituteurs délégués à l'Exposition Universelle en 1878*.

mesa do mestre, as mesas e bancos para estudantes, os cabideiros, entre outros. Em uma perspectiva semelhante, no Dicionário de Pedagogia Labor, de 1936, citado por Viñao Frago (2008, p. 30), consideravam-se mobiliário “todos aqueles objetos, de uso corrente na escola, que sem fazerem parte do edifício e nem terem sido atribuídos a ele no momento da sua construção, tampouco são utilizáveis como meios de instrução e ensino” (LABOR, 1936, p. 2133).³

Além das definições de mobiliário escolar utilizadas entre o final do Oitocentos e início do Novecentos, a leitura desses documentos, aqui tomados como fontes, possibilitou perceber a preocupação dos autores em destacar que esses artefatos deveriam estar em *condições adequadas* para serem considerados aptos a estar nas salas de aulas, indícios que, entrecruzados com outras fontes exploradas no decorrer do trabalho, mostram que tais exigências se articulavam com critérios pedagógicos, higienistas e econômicos do período.

A consulta do Dicionário de Ferdinand Buisson, e de diferentes manuais pedagógicos, possibilitou identificar que o tema – mobiliário escolar – foi de grande interesse de educadores e médicos, que passaram a tratar esses objetos como parte de um contexto mais amplo, relacionando-os ao aprendizado e à educação. Ao perceber que uma das intenções desses escritos era a de produzir um referencial teórico e metodológico que deveria ser utilizado na idealização, construção e usos do equipamento destinado às escolas, passou-se a indagar que motivos e/ou movimentos teriam podido contribuir para essa mudança de significado em torno do mobiliário escolar.

Nesse sentido, levando em consideração essas diferentes abordagens, a tese concentra suas análises nos móveis destinados à sala de aula da escola moderna oitocentista⁴, como carteiras, escrivaninhas, quadros-negros e armários-museus. Esses artefatos, conforme abordam trabalhos relacionados ao campo da História da Educação⁵, obedecem a prescrições específicas de uso e possibilitam, muitas vezes, reflexões diversas. No entanto, os estudos aqui realizados, demonstram que compartilham de saberes e elementos comuns, tomados como essenciais em seus processos de idealização e fabricação.

³ Tradução livre: “todos aquellos objetos, de uso corriente en la escuela, que sin formar parte del edificio ni haber sido adscritos a él en el momento de la construcción, no son tampoco utilizables como medios de instrucción o de enseñanza” (LABOR, 1936, p. 2133).

⁴ Compreende-se que se podem identificar, ao longo do século XIX, diferentes modelos de escolarização da infância; no entanto, os estudos em torno do mobiliário escolar vêm demonstrando que esses objetos, muitas vezes elaborados para atender a um método de ensino específico, foram também apropriados a diferentes usos e mantiveram seus fundamentos pedagógicos, higienistas e econômicos.

⁵ Os trabalhos de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014); Raquel Xavier de Souza Castro (2009); Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016) e Marília Gabriela Petry (2013) são importantes na construção de uma narrativa histórica sobre a cultura material escolar. Essas produções abordam, com maior ênfase, carteiras escolares, quadros-negros e armários-museus.

Entende-se, a partir da perspectiva de Carlota Boto, que a *escola moderna* vem sendo construída no Ocidente desde o princípio da Idade Moderna e que guarda características próprias, constituindo um espaço “que se dedica, a um só tempo, a ensinar saberes e a formar comportamentos” (BOTO, 2017, p. 21). Não caberia mais à escola apenas o ensino de conteúdos como leitura, escrita e aritmética, mas também a formação de hábitos e ações que deveriam ser internalizados pelas crianças e suas famílias. Nesse sentido, essa instituição passa a ter a *instrução* e a *civilização* como objetivos fundamentais, organizando estilos e rotinas, conhecimentos e formas de comportamento. Ao mesmo tempo, os conhecimentos ganharam, nesses espaços, formatos e métodos próprios; os saberes e relações ali construídos, orientados por movimentos internos, constituíram uma cultura escolar que se enraíza nesses tempos e modos. Segundo a mesma autora:

O destino pensado como coletivo, pouco a pouco, será imaginado como fado individual. Cumprirá à escola auxiliar a família na sua responsabilidade educativa. Mas em qualquer caso, a educação supõe retirar a criança das amarras da natureza. Se a criança medieval pertence à sua tradição de linhagem, a criança moderna vai, paulatinamente, adequar-se a uma tradição inventada de civilidade, de urbanidade, de cortesia, de polidez, enfim, das boas maneiras que a burguesia quer emprestar da nobreza (BOTO, 2017, p. 63).

Inés Dussel e Marcelo Caruso (2003) lembram que a sala de aula onde as lições são ministradas e os artefatos que as compõem são construções históricas que adotaram diferentes formatos ao longo do tempo. Na elaboração de uma narrativa histórica, assim como Carlota Boto, os autores evidenciam, por meio de suas análises, que mudanças nesses espaços não ocorreram por acaso, mas estão relacionadas a contextos políticos, econômicos e sociais nos quais se inseriam. Com o advento do processo de Revolução Industrial (pouco antes de 1800) e o surgimento de um novo tipo de produção (industrial centrada em fábricas), identifica-se também um conjunto de invenções, ações e movimentos que contribuíram para uma expansão escolar e uma maior atenção, especificamente voltada à educação primária. Dentre esses, os autores destacam a emergência de uma preocupação em governar a população, salvaguardar a infância de contextos insalubres e a necessidade de formar uma mão de obra especializada. Se tomarem algumas dessas questões como premissas para a construção de uma história da educação, se observará que essas são fundamentais na problematização, e devem, portanto, ser levadas em consideração para compreender os processos em torno da materialidade escolar.

Ao tomar o mobiliário escolar como objeto de estudo, esta investigação considera que as alterações de seu *design* não são neutras, nem partes de uma evolução natural da racionalidade científica, mas articuladas ao processo de expansão industrial capitalista e civilizatório que ganhou força em âmbito internacional no século XIX. É por tais razões que a tese defende que o

mobiliário escolar é (re)inventado pela modernidade educativa oitocentista, que legitimou o conjunto de artefatos idealizados para as salas de aula e sua articulação com saberes pedagógicos, higienistas e econômicos.

II.

O reconhecimento desse equipamento como um elemento que carrega consigo um grande potencial para a realização de reflexões sobre investimentos e projetos (que têm a escola como foco), tem sido construído ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional. Como aluno de dois cursos de graduação – Pedagogia e Ciências Econômicas – e integrante do grupo de pesquisa *Objetos da Escola*,⁶ tive a oportunidade de estudar diferentes perspectivas que contribuíram para pensar acerca da realidade educativa. Dentre as diversas experiências vivenciadas durante essa trajetória, destaco a participação no *Seminário de Aprofundamento Teórico: Cultura Material Escolar – 3ª Edição*.⁷ Nesse espaço, pude estudar mais atentamente produções brasileiras e estrangeiras relacionadas ao campo da História da Educação e, mais precisamente, trabalhos relacionados à cultura material escolar, o que me permitiu conhecer aspectos teóricos e metodológicos historicamente utilizados em pesquisas que fazem uso dessa noção.

Textos discutidos no seminário, como os elaborados por Agustín Escolano Benito (2010), Raquel Xavier de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2011), Diana Gonçalves Vidal (2009), Rosa Fátima de Souza (2007) e Martin Lawn (2005), por exemplo, ajudaram a aguçar meus olhares para compreender que os móveis escolares poderiam ser significativos objetos de pesquisa. A partir das leituras realizadas, passei a perceber indicativos de uma cultura escolar e também de uma cultura material que perpassam a escola e se relacionam com a história das sociedades.

⁶ Grupo de pesquisa coordenado pela professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva. Os trabalhos do grupo estão articulados aos Projetos de Pesquisa "Objetos para Consumo da Escola: O que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar" (UDESC/CNPq/FAPESC) (Em andamento); *Objetos em Viagem: Discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 - 1920)* (UDESC/CNPq/FAPESC/CAPEs), concluído em janeiro de 2018, e ao Programa de Pesquisa "A Educação nos Projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX" (CNPq), ação de caráter interinstitucional com abrangência nacional coordenada por Luciano Mendes de Faria Filho e Rosana Areal de Carvalho.

⁷ O referido seminário, ministrado pela professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva, foi realizado no segundo semestre de 2011, como Atividade Programada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC.

O texto de Martin Lawn (2013),⁸ que inicialmente ajudou a significar (ou a ressignificar) entendimentos acerca de artefatos que compõem a escola, apresenta alguns indicativos dessas relações. Nele, o autor destaca que a escola primária inglesa do período oitocentista estava diretamente relacionada com a concepção da fábrica racional, devido ao formalismo e à mecanização dos usos defendidos para os objetos em sala de aula. Para o autor, as tarefas realizadas com os artefatos estavam articuladas com uma racionalidade industrial; “não eram escolhidos aleatoriamente, mas [estavam] intimamente ligados a um conjunto de instruções e rotinas, usados dentro de um período de tempo fixado, e abertos a rigorosa inspeção” (LAWN, 2013, p. 225). Além de garantir a presença de certos objetos na sala de aula, o objetivo com essas inspeções também era o de garantir que seus usos estivessem de acordo com ideais pedagógicos considerados referência no período. Ainda no mesmo sentido, as reflexões de Martin Lawn ajudam a perceber que a modernidade educativa foi ressignificada no século XIX e estava relacionada também com o desenvolvimento econômico e industrial do período.

Os escritos de Diana Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva (2010) também desempenharam um papel importante no reconhecimento de que o estudo dos objetos pode indicar investimentos e relações estabelecidas em torno da escola. Os resultados de pesquisas e argumentos desenvolvidos pelas autoras ajudaram a identificar que uma das “entradas” possíveis para estudar os móveis escolares seria analisar a escola não apenas sob o olhar pedagógico, mas percebê-la também como um mercado que despertava o interesse capitalista, devido à significativa demanda por produtos.

Para subsidiar a construção de seus argumentos, as autoras ressaltam a intenção do Estado em fazer da instituição escolar um aparelho modelar na produção de “práticas de governabilidade da população, que implicou diretamente na instituição da obrigatoriedade escolar, na normatização da profissão docente e na regulamentação do cotidiano escolar; e, indiretamente, na associação com a Medicina, na padronização da conduta higiênica” (VIDAL; GASPARG DA SILVA, 2010, p. 32). A partir desses indicativos, ressaltam que a utilização de categorias como “indústria escolar” e “escola como mercado” são importantes chaves de análise para estudar aspectos relacionados à expansão escolar e às demandas fabris.

⁸ A produção referenciada faz relação com a tradução do texto originalmente publicado com o título “A Pedagogy for the Public: the place of objects, observation, mechanical production and cupboards”, no livro “Materialities of Schooling: design, technology, objects, routines”, organizado por Martin Lawn e Ian Grosvenor (Symposium Books, 2005: pp. 145-162), com tradução de David Antonio da Costa e Gustavo Rugoni de Sousa e revisão de Fernando Coelho. Trabalho resultante do Seminário Especial de Aprofundamento Teórico “Cultura Material da Escolar” – 3ª Edição – PPGE / UDESC, 2011.2. A referida tradução também está disponível no dossiê “Educação e infância na perspectiva histórica”, publicado no ano de 2013 na Revista Linhas. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/276>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Ao identificar um reduzido número de trabalhos que tratavam dessa temática até o ano de publicação desta produção, Diana Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva (2010) indicam algumas empresas que poderiam ser alvo de análise em futuras investigações, uma vez que percebiam a necessidade de ampliar pesquisas que identificassem as articulações entre a escolarização moderna, a idealização e fabricação de objetos e o desenvolvimento industrial. A Móveis CIMO, empresa situada no norte do estado de Santa Catarina, foi um dos exemplos por elas citados devido ao conjunto significativo de móveis idealizados para atender ao mercado escolar.

Levando em conta esses indicativos e incentivado pela professora dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, tomei como objeto principal de análise, na elaboração da monografia do curso de Ciências Econômicas,⁹ a fábrica Móveis CIMO. Esse trabalho, orientado pelo professor doutor Hoyêdo Nunes Lins, teve como objetivo conhecer a trajetória da referida empresa com vistas a construir uma ideia sobre sua importância setorial e regional. Por meio das pesquisas desenvolvidas, foi possível refletir sobre uma história econômica em Santa Catarina, na primeira metade do século XX, e identificar relações entre a fábrica, a cidade de Rio Negrinho e a região de São Bento do Sul/SC, considerada um dos principais polos moveleiros do Brasil e responsável pela maior parte das exportações nacionais. A obra “*Formação econômica de Santa Catarina*”, elaborada por Alcides Goularti Filho (2016), foi fundamental para sustentar as reflexões realizadas na monografia, bem como, de certa maneira, incentivou a construção de uma metodologia que privilegiava a pesquisa por documentos em acervos e arquivos.

A elaboração dessa monografia ajudou a perceber, além do papel exercido pela Móveis CIMO no desenvolvimento econômico e regional de São Bento do Sul, a grande produção de móveis da empresa para atender ao mercado escolar. Nas análises dos artefatos idealizados, realizada por meio de catálogos produzidos pela fábrica, chamaram a atenção as diferentes tipologias de carteiras, cadeiras, escrivaninhas e armários-museus produzidos e comercializados em diferentes países e estados brasileiros. Esses indicativos, suscitados a partir das investigações desenvolvidas, contribuíram para o desejo de continuar e aprofundar os estudos em pesquisa de mestrado, agora voltada ao campo da educação.

Assim, em 2015, apresentei, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, a dissertação intitulada “*Da indústria à escola: a fábrica Móveis CIMO e o mercado escolar (1912-1954)*”. Para a realização desse trabalho, realizei pesquisas que visavam à identificação de documentos e de produções que indicassem elementos que motivaram a Móveis CIMO a

⁹ Monografia intitulada “Móveis CIMO S.A.: estudo exploratório de história econômica com foco empresarial e regional”, apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2012.

comercializar móveis escolares. Como um dos resultados alcançados, foi possível perceber que o mercado escolar ganhou força, principalmente a partir da emergência de um modelo de escola que passou a demandar grande quantidade de objetos adequados à escolarização das crianças, os quais deveriam ser adquiridos pelo Estado.

Ao longo dessas pesquisas, localizei um conjunto de documentos, como notas fiscais, catálogos e relatórios de eventos científicos, que davam sustentação aos argumentos com os quais pude demonstrar a formação de relações comerciais e políticas entre a Móveis CIMO e o estado catarinense no que diz respeito ao provimento de grupos escolares com móveis considerados adequados. No intuito de perceber se os móveis idealizados pela CIMO estavam em sintonia com os que outras empresas produziam, optei por analisar os catálogos, para comparar os modelos de móveis neles divulgados. Ao estudar os idealizados pela referida fábrica, e por outras empresas localizadas nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, levantei uma série de indicativos de que os móveis considerados ideais para a escolarização das crianças, além de semelhanças que não se restringiam à dimensão material, compartilhavam concepções pedagógicas, médicas e econômicas.

Ao final daquela trajetória, senti necessidade de dar continuação aos estudos em torno dos móveis escolares. Durante a pesquisa de mestrado, construí análises que versavam sobre o fortalecimento do mercado escolar a partir dos indícios dessa fábrica. Como aluno de doutorado, intensifiquei as investigações sobre os processos de idealização, fabricação e comercialização, bem como sobre os movimentos que auxiliaram a entender os sentidos e significados acerca dos móveis destinados às salas de aula de escolas públicas primárias.

O primeiro passo para a construção desta tese foi o de identificar exigências e argumentos que sustentassem a construção de um mobiliário escolar considerado referencial em diferentes países. Ao reconhecer que carregam saberes articulados com a modernidade pedagógica, procurei me informar se haviam sido requisitados por escolas primárias catarinenses oitocentistas ou nelas utilizados, para entender o quanto a província estava articulada com a circulação de saberes internacionais que caracterizavam a escola moderna como modelo a ser implementado.

Nesse sentido, a estratégia foi articular estudos sobre o mercado e o mobiliário escolar para desenvolver uma investigação numa perspectiva histórica. Ao reconhecer que discursos do final do século XIX em torno da escolarização moderna defendiam o uso de objetos considerados adaptados a preceitos médicos e que, dentre os artefatos que receberam maior atenção, está o mobiliário escolar - um dos símbolos de uma modernidade que buscava construir uma escola capaz de difundir hábitos e condutas saudáveis -, passei a questionar: *Que*

argumentos sustentaram a defesa da construção de um mobiliário escolar específico para compor as salas de aula de escolas públicas primárias na segunda metade do período oitocentista?

A partir dos indícios identificados em documentos do período oitocentista e em produções do campo da História da Educação e/ou a ele articulados, delineei o objetivo principal desta investigação: *mapear e analisar argumentos que sustentam a defesa da construção de um mobiliário escolar específico para compor salas de aula de escolas públicas primárias na segunda metade do período oitocentista*. Para tanto, listei os seguintes objetivos específicos: (i) identificar e analisar argumentos que circularam em produções acadêmicas e que sustentavam a recomendação de adaptações no mobiliário para instituições escolares oitocentistas; (ii) mapear móveis escolares divulgados em exposições universais e argumentos a eles vinculados; (iii) perceber como o mobiliário escolar aparece representado em catálogos elaborados por fábricas moveleiras e verificar se e como estão articulados com argumentos defendidos por médicos, educadores e aos modelos apresentados em exposições universais; (iv) investigar móveis escolares solicitados para compor escolas públicas primárias da Província de Santa Catharina na segunda metade do século XIX, e suas articulações ou não com a circulação internacional de ideias pedagógicas.

A pesquisa em arquivos e leituras de produções do campo da História da Educação foi fundamental para definir que os estudos destinados a esta investigação se concentrariam na segunda metade do Oitocentos, mais precisamente, entre 1851 e 1889. A definição dessa delimitação temporal está relacionada à emergência, nesse período, de argumentos e exigências pedagógicas, médicas e econômicas que circularam em eventos como as exposições universais, que versavam em torno de modelos considerados ideais para móveis escolares. Além dessas questões, também foram considerados outros dois aspectos: o primeiro, faz referência aos documentos localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc), em especial aos Ofícios Expedidos da Instrução Pública de Santa Catarina, referentes aos anos de 1855 a 1889; já o segundo, diz respeito à difusão e à consolidação da escola moderna e obrigatória que, por sua vez, está associada ao desenvolvimento industrial¹⁰.

No processo de difusão mundial de ideais e modelos educativos, as exposições universais exerceram papel fundamental na circulação internacional de saberes pedagógicos. Pesquisadores consideram esses espaços como “palcos da modernidade” (PESAVENTO, 1997) e/ou como “grandes festas didáticas” (KULHMANN JÚNIOR, 2001), não apenas pela importância

¹⁰ Essa concepção vem sendo construída a partir da leitura de trabalhos relacionados à cultura material escolar, como os de Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018), Diana Gonçalves Vidal (2009) e Rosa Fátima de Souza (2007).

alcançada pelos inventos, saberes e modelos que ali eram apresentados, mas também pela ressonância que tiveram na sociedade, uma vez que esses conhecimentos e tecnologias poderiam ser difundidos e legitimados como modernos. Nas exposições universais, o mobiliário idealizado para as escolas teve presença marcante e contribuiu para a internacionalização de “modelos de referência”, que vieram a ser adotados como exemplo para a idealização e fabricação de artefatos.

Klaus Dittrich (2013) ressalta, nesse sentido, que esses eventos também podem ser considerados transnacionais, pois gestores de diferentes nações os frequentavam com funções bem específicas: conhecer e, se necessário, transferir elementos estrangeiros a seus respectivos países; identificar déficits e superávits no que dizia respeito aos avanços educacionais e, por fim, iniciar colaborações internacionais entre diferentes especialistas. A participação brasileira em exposições universais do final do Oitocentos, por exemplo, é um indicativo dos investimentos realizados pelo governo imperial para enviar comissões a esses espaços com o intuito, por um lado, de divulgar o país como nação moderna e, por outro, de aprender e conhecer novos inventos. A Província de Santa Catharina também participou, enviando representantes e materiais para serem expostos.

Tomando como referência os estudos de Moysés Kuhlmann Júnior (2001) e as pesquisas desenvolvidas por Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018),¹¹ pode-se observar que durante o período selecionado para a elaboração deste estudo ocorreram diversas exposições universais, organizadas por diferentes países: Inglaterra, França, Portugal, Áustria, Estados Unidos, Austrália, Argentina, Bélgica e Espanha. De acordo com as autoras, “a circulação e regularidade das Exposições atestam sua aceitação e indicam sobre investimentos que os países fizeram para se colocarem no lugar de portadores de grandes novidades, seja por sediá-las, seja por nelas expor produtos” (GASPAR da SILVA; SOUZA, 2018, p. 125).

Os móveis escolares adaptados nelas eram expostos e serviam como “modelos a serem seguidos” por países que pretendiam inserir-se nos quadros de nações consideradas avançadas e alinhadas com o progresso e a modernidade. Os escritos presentes no Dicionário Pedagógico, organizado por Ferdinand Buisson (1911), contribuem para esse entendimento, uma vez que indicam que os modelos ideais de móveis difundidos pelas exposições foram tomados como referenciais e configuraram uma “bandeira de luta” do educador. Para Buisson, os móveis apresentados nesses eventos também serviriam como exemplos de possibilidades para atender às escolas francesas, pois, de acordo com o autor, na Exposição de Viena, em 1873, bem como

¹¹ Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza organizaram suas análises a partir dos estudos realizados por Moysés Kuhlmann Júnior (2001) e demais fontes bibliográficas e jornais localizadas pelas autoras como: O Publicador. Exposição Industrial, 22/maio/1866, ano V, n.1109, p. 3-4.

na realizada na Filadélfia, em 1876, foram apresentados modelos de sala de aula equipadas com móveis entendidos como adequados e que poderiam garantir o ensino da moral, bem como propagar condutas e hábitos saudáveis.

Ao levar em consideração a importância das exposições universais no processo de difusão de ideias pedagógicas, passei a questionar se os modelos de móveis escolares apresentados como referência nesses eventos estavam de alguma maneira articulados com o mobiliário requisitado e utilizado em escolas catarinenses do período oitocentista. Nesse sentido, o estudo da legislação educacional da então província, particularmente nos anos de 1822 a 1888, foi essencial à elaboração de estratégias para localizar documentos nos quais pudesse encontrar vestígios de modelos de móveis que circularam nesse período.

Dentre as leis, regimentos, resoluções, regulamentos e instruções localizados, diante dos objetivos pensados para este trabalho, chamou-me a atenção a Resolução n. 382, de 1º de julho de 1854, de Santa Catharina, a qual definia, em seu capítulo V, artigo 65:

Os livros, utensis e outros objectos necessários para as escolas, serão pedidos pelos Professores aos Subdirectores, os quaes, feitas as convenientes observações, remetterão os pedidos, por intermédio do Director ao Presidente da Provincia, para os mandar fornecer, á custa do Fazenda Provincial, si entender conveniente¹² (SANTA CATARINA, 1854).

Esses indicativos ajudaram a localizar os documentos referentes aos Ofícios Expedidos da Instrução Pública no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Neles, tenho encontrado elementos importantes que me auxiliaram a perceber aspectos em torno da circulação de ideias pedagógicas sobre o mobiliário escolar. Desse modo, passei a concentrar os investimentos na pesquisa de ofícios expedidos pela Instrução Pública Catarinense entre os anos de 1855 e 1889, por esses documentos trazerem indicativos, entre outras informações, de utensílios e móveis adquiridos pelo governo imperial para atender às demandas de escolas públicas primárias. Ao perceber a sua potencialidade relativamente à construção de uma história do mobiliário escolar oitocentista, os adotei como referenciais para a delimitação temporal desta investigação.

¹² Para a elaboração desta tese, optei por manter a grafia original dos documentos.



III.

Por que História da Educação? É com esta questão que António Nóvoa inicia a apresentação dos três volumes da coleção *Histórias e memórias da educação no Brasil*, organizados por Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos. A partir das reflexões do autor, compreendi que, para construir uma história da educação, é necessário que o pesquisador ou pesquisadora mobilize rigorosamente os instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica, tendo como foco um olhar específico sobre a realidade educativa e pedagógica. Para António Nóvoa, não existe História da Educação sem essa dupla possibilidade.

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias do seu ofício. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia (NÓVOA, 2011, p. 9).

Ao levar em consideração as reflexões desse autor e, assim, alcançar aquilo que se espera de um trabalho que se propõe construir uma História da Educação, tenho realizado estudos de produções inseridas na história cultural, perspectiva na qual este trabalho se inscreve. Os estudos de Sandra Jatahy Pesavento (2014) mostram que escrever uma história ou escrever uma narrativa sobre o passado “é sempre ir ao encontro das questões de uma época” (2014, p. 59). O desafio dos pesquisadores, na perspectiva da autora, seria, portanto, atribuir sentido aos discursos por meio dos esforços retóricos e pedagógicos, comprometendo os historiadores da cultura a irem “ao encontro das representações antigas, recuperando os registros do passado na sua irreduzível especificidade” (2014, p. 59).

Roger Chartier (2009) sinaliza que um dos interesses da História Cultural é o de buscar romper com a ideia de que o discurso historiográfico é absoluto e hierárquico. A intenção do autor é chamar a atenção para a necessidade de os historiadores problematizarem concepções enraizadas em uma ciência marcada pela tradição de se afirmar como imparcial e produtora de um discurso que buscava estabelecer uma relação objetiva com o passado. Se, por um lado, a mudança epistemológica no campo permitiu aprofundar questões existentes entre o passado e suas representações, possibilitou, por outro, identificar a história como uma escritura - restrita às estruturas das narrativas e das retóricas, apontadas como elementos característicos da ficção e

da imaginação -, o que a faria perder sua validade como ciência e contribuiria para uma suposta “crise na história”¹³.

Para desconstruir essa “suposta crise”, Roger Chartier (2009) faz uso dos trabalhos de Carlo Ginzburg, os quais indicam que as “dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. Por isso o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (2009, p. 13). Como alternativa para a crise na história, Ginzburg propõe um método denominado paradigma indiciário, que busca construir conhecimentos a partir da coleta e da interpretação de sinais, e não apenas a partir do processamento dos dados estatísticos e de conceitos objetivos que não consideram diferentes interpretações e representações. Sandra Pesavento (2014), assim como Chartier, também entende que, na perspectiva de Carlo Ginzburg, autor de um método muito difundido na comunidade acadêmica, o “historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo” (2014, p. 63). Para a autora, a construção da narrativa histórica deve ser movida pela dúvida e pela compreensão de que o real não é transparente, buscando, assim, interpretar e intercruciar pegadas, vestígios e sinais de representações do passado.

Ao refletir sobre o objeto de estudo desta investigação - mobiliário escolar das salas de aula oitocentistas -, compreendi a necessidade de levar em consideração perspectivas de análise que privilegiem o estudo das dimensões materiais e suas relações ao pensar sobre uma História da Educação por meio da noção de cultura material escolar.

Juri Meda (2015), com base em produções que têm por enfoque a história material da escola, indica que não se devem analisar apenas as questões pedagógicas dos artefatos, mas também suas condições como objeto industrial e de consumo. Esta perspectiva possibilita interpretar seus usos e desusos nas escolas a partir de um projeto educativo, analisando-os também como produtos projetados por uma indústria e que precisavam percorrer diversos caminhos e interesses até chegar à escola. Assim, investigar o mapa das rotas entre a idealização, a fabricação, a comercialização e os usos dos objetos, articulados com uma história das empresas, conforme Diana Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva (2010) apresentam em artigo publicado, se faz necessário para ampliar a percepção acerca da invenção e da circulação do mobiliário escolar.

Desse modo, há que se concordar com Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), quando indica que a carteira escolar pode ser considerada uma lente para o campo da História Econômica, uma

¹³ Este tema tem sido muito debatido em produções historiográficas, dentre as quais se destacam: Paul Ricoeur (2000); Roger Chartier (1988); Carlo Ginzburg (2002).

vez que esse mobiliário permite identificar relações existentes entre uma indústria escolar nascente e a escola como um mercado consumidor atraente. Suas análises são importantes e inspiram os caminhos adotados pela presente investigação. Não apenas a carteira, mas também a cadeira, a escrivaninha, o quadro-negro e todo o mobiliário pensado para a escola moderna do final dos anos do Oitocentos servem como lentes e auxiliam na compreensão da racionalização que os Estados tiveram que passar para instituir as escolas de massa. Nesse contexto, a obrigatoriedade escolar alça a escola como um mercado atraente, uma vez que institucionaliza a presença obrigatória das crianças nesse espaço e força o Estado a se adequar burocrática e economicamente, a expandir o número de vagas e a prover materialmente as escolas com artefatos adequados. Estes são os desafios postos a partir da segunda metade do século XIX e que a história da (re)invenção do mobiliário escolar contribui para compreender.

O fator econômico não pode ser entendido como um aspecto natural nas relações humanas, uma vez que o “econômico” é uma construção social e política. Portanto, nas análises acerca do mobiliário escolar, tomei o cuidado para que o enfoque selecionado tivesse estatuto teórico-metodológico específico, uma vez que sua interpretação é dissipada por diferentes grupos que a tomam em seus objetos de pesquisas a partir de seus próprios argumentos epistemológicos. Desse modo, esta tese leva em consideração que as relações capitalistas não ocorrem a partir de um suposto “equilíbrio geral” entre as diferentes instituições e grupos sociais, mas que, ao contrário, são condicionadas pelas relações de poder dos diferentes agentes em torno dos mais variados interesses. Portanto, a dimensão econômica se mistura com a política, uma vez que são intrínsecas e precisam ser analisadas em conjunto.

Tomando como referência as indicações de Clarice Nunes (2005), percebe-se a necessidade de desnaturalizar as fontes localizadas, uma vez que é preciso “ultrapassar a barreira simbólica em que ela se constituiu para a compreensão do próprio pesquisador” (p. 72). A autora chama a atenção para a necessidade de não nos deixar enfeitiçar pelas fontes, pois corremos o risco de empobrecer e reduzir as análises. Diferentemente, a conduta esperada pela autora é que os documentos localizados sejam problematizados a fim de que se possa refletir sobre elementos que atuam sobre a sua produção, indagando acerca de suas diferentes representações, lacunas, lugares, circulação e relações que envolvem a produção de uma determinada fonte. Seus ensinamentos, desse modo, guiam os trabalhos aqui realizados e ajudam a relativizar a importância dos documentos localizados e a determinar o tratamento adequado.

Ao longo do processo de pesquisa, procurei selecionar e organizar tais documentos, por compreender que uma sistematização auxiliaria na necessária tarefa de intercruzamento de pistas disponíveis nas diferentes fontes. Para aprofundar as análises sobre o mobiliário escolar

(re)inventado para compor salas de aula oitocentistas, parti do princípio de que os objetos presentes nas instituições escolares são componentes importantes para refletir sobre as escolas enquanto produtoras de uma cultura material e escolar (ESCOLANO BENITO, 2010). Cabe ainda destacar que, embora tenha delimitado um período que envolve trinta e oito anos, as reflexões, muitas vezes, me levaram a romper esses limites na busca de contribuir com indícios que abarcam os objetivos aqui propostos.

Nesse sentido, este trabalho toma como eixos de análise o processo de circulação internacional de ideias em torno do mobiliário escolar (com destaque para aquele que deveria ocupar as salas de aula), a ocorrência de exposições universais, a ascensão industrial e a legitimação dos móveis escolares como artefatos considerados essenciais para atender a necessidades impostas pela pedagogia moderna oitocentista. A seguir, alguns dos principais grupos dentre as diferentes fontes localizadas.

- (i) *Impressos pedagógicos que tratam sobre móveis escolares* - Localizei documentos que apresentam argumentos e prescrições em torno de móveis escolares. Essas fontes foram elaboradas por homens que, em sua maioria, exerciam a profissão médica. Os textos encontrados estão escritos em diferentes línguas e foram publicados por autores de distintos países: Brasil, Estados Unidos, França, México, Uruguai, Espanha e Inglaterra. Dentre as pesquisas sobre documentos com essas características, destacam-se as produções de Heloísa Helena Pimenta Rocha (2010), Vera Lucia Gaspar da Silva (2013) e Marcus Levy Bencostta (2013).

- (ii) *Catálogos de móveis escolares* - Os catálogos encontrados fazem referência a móveis escolares idealizados por fábricas que se localizavam nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na Alemanha. A salientar que não se pode afirmar que houve maior produção de materiais escolares pelas empresas estadunidenses simplesmente porque foi localizado um maior número de catálogos a elas vinculados. Os catálogos dos Estados Unidos, em grande parte, encontram-se disponíveis na internet, em bancos de dados de bibliotecas de universidades, o que tornou possível o acesso a eles. Também são utilizados nesse trabalho catálogos localizados em incursões internacionais realizadas pela professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva.¹⁴ Orientam as discussões sobre catálogos elaborados

¹⁴ Parte destes catálogos foi localizada por Vera Lucia Gaspar da Silva em pesquisas nos acervos da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), na Coleção “Paulo Bourroul”; do Museu Pedagógico José Pedro Varela em Montevideo, Uruguai; da Biblioteca Nacional del Maestro, em Buenos Aires,

por indústrias os trabalhos de Juri Meda (2015), a pesquisa de doutorado de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), as produções de Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2018), Diana Vidal (2009) e Marta Brunelli (2018).

(iii) *Relatórios das Exposições Universais* - Foram selecionados para análise relatórios que fazem menção ao mobiliário escolar apresentados em exposições universais realizadas entre 1851 e 1889. Os textos encontrados, publicados no Brasil, na França, nos Estados Unidos e na Espanha caracterizam-se pelo destaque dado a esses eventos como locais fundamentais para aprender e divulgar novos inventos. Dentre os diferentes autores que assinam os documentos, destacam-se os textos de Ferdinand Buisson, que ressaltava a importância dos móveis escolares apresentados nesses eventos. Autores como Moyses Kullmann Júnior (2001) e Sandra Pesavento (1997) são referências para refletir sobre a importância das exposições, bem como indicam um conjunto material de documentos para subsidiar as análises desta investigação.

(iv) *Ofícios expedidos pela Instrução Pública de Santa Catharina* - Dentre os ofícios expedidos, foi possível localizar 68 menções sobre móveis escolares. Os documentos localizados utilizam diferentes termos para indicá-los. Em alguns momentos, os móveis são caracterizados também como “utensílios” e/ou “objetos”. Os ofícios possuíam objetivos diferentes e versam sobre inventários de escolas, modelos de carteiras encomendadas, orçamentos de reparos, entre outros. Dentre os trabalhos que utilizam parte desse acervo, destaca-se o livro “*A educação em Santa Catarina no Século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época*”, publicado no ano de 2012, e escrito por Leonete Luzia Schmidt, Rosicler Schafaschek e Rosimeri Schardong. Sobre a instrução escolar catarinense no século XIX, cabe destacar também a dissertação de Raquel Xavier de Souza Castro (2009), além de produções de Vera Lucia Gaspar da Silva e Marilia Gabriela Petry (2012).

Ressalto que parte das fontes aqui utilizadas foram localizadas em pesquisas em acervos hospedados *on-line*. Essa estratégia tem auxiliado a identificar documentos que, muitas vezes, não poderiam ser acessados devido às restrições orçamentárias que limitam a circulação de

Argentina, e do Centro Internacional de Cultura Escolar (Ceince), Berlanga del Douro, Espanha. Esta investigação fez parte das atividades vinculadas ao projeto de pesquisa projeto “Objetos em Viagem: Provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 - 1920)” (UDESC / CNPq / CAPES / FAPESC).

pesquisadores. No caso específico desta investigação, o objetivo foi localizar documentos produzidos em diferentes países com vistas a levantar e caracterizar discursos e argumentos, assim como representações sobre o mobiliário escolar, intuito difícil de se materializar se a pesquisa ocorresse apenas de maneira presencial.

A localização de documentos disponíveis *on-line*, pertencentes a bibliotecas e a arquivos, não é tarefa fácil, como muitos podem imaginar. Esses acervos, na maioria dos casos, não estão articulados com a pesquisa convencional que se costuma realizar em buscadores da internet. A não localização, por exemplo, da “palavra-chave” pesquisada não significa inexistência da cópia digital requerida. Para “alcançar” os catálogos aqui utilizados, foi necessário, assim como para um arquivo físico, paciência, análise, estudo e dedicação, bem como a leitura de trabalhos e levantamentos bibliográficos relacionados à história da educação.

No entanto, é preciso reconhecer os limites impostos ao acesso aos documentos em cópia digital. Aspectos materiais importantes desses documentos, como papéis utilizados, qualidade de impressão e textura, muitas vezes não podem ser identificados com precisão a partir da consulta *on-line*, características essas que permitiriam aos pesquisadores obter informações fundamentais. Levando em conta essas questões, no processo de seleção das fontes decidi limitar-me a livros, catálogos e relatórios disponibilizados em formato completo, para assim evitar possíveis equívocos. Privilegiei também os disponibilizados em base de dados de bibliotecas, pelo fato de muitas dessas instituições informarem características físicas de documentos - como páginas faltantes, tamanho, entre outros.

Apesar de admitir a potencialidade desses documentos, as análises aqui realizadas também envolvem a utilização de outras fontes, como, por exemplo, legislações, relatórios do presidente da Província de Santa Catharina, relatórios, regulamentos e regimentos da Instrução Pública de Santa Catharina, ofícios do inspetor dessa instituição. O desafio tem sido o de intercruzar diferentes escritos, pois, conforme se poderá observar mais adiante, tais documentos possuem representações diversas que podem expressar exigências e/ou informações acerca do mobiliário escolar e ajudar a identificar diferentes dimensões de uma cultura material, que poderiam materializar as inovações e soluções realizadas por uma indústria que buscava comercializar seus produtos.

Durante o processo de pesquisa, privilegiei a procura por documentos elaborados em diferentes países, pela possibilidade de trazerem representações e apropriações diferenciadas sobre as ideias e exigências escolares que se anunciavam naquele período. Compreende-se que levar em consideração esse movimento internacional durante as leituras das fontes é um procedimento que deve ser adotado, pois permite identificar, entre outros aspectos, semelhanças

e/ou diferenças no que se refere ao provimento de material para as escolas em distintos países e perceber uma circulação de ideias em torno de projetos educativos e do fortalecimento da escola, um mercado consumidor atraente¹⁵.

Para construir uma história material da escola a partir dos vestígios dos móveis escolares, Juri Meda (2015) lembra que os documentos elaborados pela indústria também devem ser incorporados nas análises, o que nem sempre tem sido utilizado pelos pesquisadores da educação. Em suas reflexões sobre a importância das patentes para as pesquisas, o autor indica que tais fontes são de “grande interesse para a História da Educação, além de constituírem um veículo de possível expansão do espectro heurístico dessa disciplina” (2015, p. 2-3). Inspirado por suas palavras, reconheço também que os catálogos têm contribuído significativamente para o avanço das reflexões sobre a escola como mercado atraente e sobre a internacionalização de um modelo referencial de mobiliário escolar. O referido pesquisador ressalta a potencialidade dos catálogos em fornecer informações que, muitas vezes, outros documentos não permitem, como imagens sobre os móveis fabricados, preços, número das patentes, matérias-primas, tecnologias utilizadas, assim como discursos médicos e pedagógicos que também fizeram parte das estratégias das empresas para a comercialização desses objetos.

Na leitura de tais documentos, pude observar que as representações do mobiliário escolar em imagens e desenhos são recorrentes. Nesse sentido, o texto de Maria Helena Camara Bastos, Elizandra Ambrosio Lemos e Fernanda Busnello (2007) ajuda a identificar que essas evidências têm auxiliado na reflexão sobre a escola do passado. Para as autoras, as imagens têm sido cada vez mais utilizadas nas pesquisas em História da Educação e não devem ser compreendidas meramente como ilustrações auxiliares, uma vez que podem contribuir para a compreensão do texto e de vestígios que outros elementos não possuem. Com base no trabalho de Roger Chartier (1998), as autoras indicam que as imagens podem não ser utilizadas nos impressos apenas como ilustrações, pois servem a uma motivação e fornecem sentido global ao texto. Por estarem associadas à ideia de representação, as imagens são importantes indícios de práticas e de materialidades do passado; sua leitura, portanto, deve ser feita por um enfoque que privilegie diversos elementos e planos, buscando, assim, identificar mensagens e motivações. Nesse

¹⁵ Essa orientação vem sendo construída a partir da compreensão de que foi difundido em escala internacional um modelo ideal de escola, nos moldes do que António Nóvoa e Jürgen Schriewer apresentam no livro *A Difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia*, publicado no ano 2000. No referido trabalho, os autores indicam a importância de considerar a circulação de ideias no processo de difusão de um determinado modelo escolar que passou a ser apropriado em diferentes regiões e países e que vai ganhar força a partir dos Oitocentos. Para tanto, essa investigação procura também colaborar com um conjunto de evidências e reflexões articuladas a tese da “difusão mundial da escola”.

sentido, as imagens dos móveis escolares apresentadas nos catálogos e relatórios são compreendidas aqui como representações e, portanto, devem, nas investigações realizadas, ser também consideradas as possíveis intencionalidades de seus autores.

IV.

Em contato com diferentes trabalhos de história da educação, pude perceber que a cultura material escolar é uma noção muito utilizada, mas com diferentes abordagens. Para ajudar no aprofundamento teórico-metodológico necessário à realização desta investigação, recorri ao texto de Bucaille e Pesez (1989). Apesar de ter sido escrito na década de 1980, continua contribuindo para pensar as diferentes abordagens que essa noção pode abrigar.¹⁶ Os autores consideram haver uma imprecisão na definição do termo *cultura material*, tendo em vista que é apropriado por diferentes áreas do conhecimento, o que dificulta a formação de uma definição comum. Conforme destacam os autores, “a ‘cultura material’ é composta em parte, mas não só, pelas formas materiais da cultura” (1989, p. 13) e está dispersa em diversos países e disciplinas.

Desde a publicação do texto acima citado, muito foi produzido no âmbito da História da Educação e, especificamente, no de cultura material escolar. As pesquisas têm investido em uma perspectiva que busca ir além das finalidades e funções definidas para seus objetos, avançando na problematização dos múltiplos significados que possam assumir, avançando, igualmente, por seus diferentes usos e desusos. Além dessas questões, levam também em consideração as relações sociais, políticas, pedagógicas, econômicas e técnicas para entender os movimentos existentes entre a idealização dos artefatos, as defesas de seus usos e a sua fabricação e comercialização¹⁷.

Uma das autoras que vêm se dedicando ao estudo da cultura material escolar é Diana Gonçalves Vidal. Em artigo publicado na Revista Linhas, em 2017, sinaliza que a operação com a materialidade está trazendo um conjunto de desafios teóricos e metodológicos aos pesquisadores, o que tem estimulado a construção de um diálogo interdisciplinar na escrita da

¹⁶ Bucaille e Pesez (1989) não abordam especificamente a cultura material escolar, mas as reflexões por eles desenvolvidas auxiliam e foram apropriadas por historiadores da educação para refletir sobre a materialidade da e na escola.

¹⁷ Para o aprofundamento teórico acerca da cultura material escolar, os trabalhos de Gizele de Souza (2013); Marcus Levy Bencostta (2013); Cesar Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos (2013); Vera Lucia Gaspar da Silva (2015) e Diana Vidal (2009) são referências que, além de sustentar os trabalhos aqui desenvolvidos, formam uma espécie de guia para a localização de outras produções do campo.

História da Educação. Para a autora, as produções sobre cultura material constituem-se em campo de investigação e também podem ser utilizadas como guias na incursão sobre a temática¹⁸.

Diana Vidal ensina, ainda, que o deslocamento entre diferentes áreas para o estudo da materialidade não ocorreu sem problemas, exigindo concessões mútuas entre disciplinas e campos do saber. Como possíveis resultados dessas trocas, identifica um conjunto de interpretações com bases epistemológicas distintas, as quais, portanto, interpretam a cultura material escolar por outras lentes. Como exemplo, seleciona pesquisadores que possuem grande produção na área e que, ao trabalhar com enfoques diferentes, contribuem diretamente para a investigação acerca do mobiliário escolar. São eles: Juri Meda (2015), Martin Lawn & Ian Grosvenor (2001) e Escolano Benito (2010).

Juri Meda (2015) identificou pelo menos duas diferenças epistemológicas entre os pesquisadores que trabalham com cultura material escolar na Itália e na Espanha. Para o autor, enquanto os italianos centram mais suas análises principalmente a partir das dimensões econômicas do processo de escolarização de massas, compreendendo os artefatos como produtos industriais e objetos de consumo, os espanhóis colocam a natureza pedagógica dos objetos em primeiro plano e utilizam uma abordagem etno-antropológica. As análises de Juri Meda são importantes para identificar a existência de diferentes abordagens nos estudos da cultura material; no entanto, é preciso destacar que o autor não produz um juízo de valor. De fato, seu interesse não é identificar o melhor enfoque, mas reconhecer que vem contribuindo para o avanço das pesquisas acerca da materialidade escolar. Segundo o autor:

O primeiro enfoque (espanhol) insiste, sobretudo, na parte exclusivamente material desta categoria, com o objetivo de definir as relações, por assim dizer, originárias com as práticas educativas reais realizadas em sala de aula; o segundo (italiano), no entanto, entende tal componente não tanto como o requisito prévio das práticas educativas em si, senão como o epílogo de um processo de produção originado precisamente pela crescente demanda educativa, que constitui o verdadeiro eixo da pesquisa. Para o primeiro, o material escolar é, essencialmente, um objeto material, com uma forte inclinação didática e um destino e uso bem preciso; para o segundo, sem dúvida, além de ser um objeto material é, antes de tudo, um produto industrial e um objeto de consumo, cuja natureza pedagógica passa quase ao segundo plano (MEDA, 2015, p. 9).

¹⁸ Diana Vidal não procura realizar uma genealogia da presença da cultura material na escrita da história, mas indica que a operação historiográfica do século XX não pôde se limitar aos usos dos documentos escritos; ao contrário, foi incitada a reconhecer as fontes materiais como elementos significativos em seus estudos. O alargamento na forma de operar teórica e metodologicamente a histórica em torno da materialidade também tem sido destacada por outros autores (CATANI e FARIA FILHO, 2001; SOUZA, 2013), os quais sinalizam para a necessidade de se construir reflexões que busquem estabelecer diálogos interdisciplinares.

A esse respeito, Diana Vidal (2017) complementa ser possível considerar que a abordagem espanhola indicada por Juri Meda também pode ser compreendida como ibero-americana, uma vez que é recorrente em Portugal e em países da América Latina, o Brasil incluso. A partir das indicações sobre as diferenças epistemológicas, a autora sinaliza que o enfoque espanhol pode ser identificado como *etno-história da escola*, enquanto a perspectiva italiana é reconhecida pela preferência da utilização do termo *história material da escola*.

Com relação aos trabalhos de Martin Lawn & Ian Grosvenor (2001), Diana Vidal (2017) informa que esses autores mobilizam a compreensão acerca da cultura material escolar a partir de suas relações com a cultura do trabalho, o que, para ela, se aproxima da vertente “espanhola ibero-americana”, pela “ênfase que concede ao artefato como elemento importante na definição da identidade profissional docente” (2017, p. 259). Ao analisar outro trabalho elaborado por Martin Lawn (2013), intitulado *Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus*, tenho identificado a marca apontada por Diana Vidal quando o autor discorre sobre sua compreensão de que os artefatos escolares influem na alteração e construção de dinâmicas e relações dentro da escola, uma vez que estão direta e intimamente ligados às rotinas e práticas adotadas nesses espaços, direcionando e, muitas vezes, subordinando o trabalho docente às intencionalidades prescritas para a materialidade. Na busca pela construção dessas práticas a partir dos usos dos objetos, Martin Lawn (2013) indica que sua escolha atendia a um conjunto de instruções, rotinas e tempos para construir o material (mobiliário) utilizado nas escolas inglesas, razão por que passavam por uma rigorosa inspeção.

Não são apenas os usos de objetos que chamam a atenção de Martin Lawn, mas também suas limitações. Esses indícios colaboram com a ideia do autor em enfatizar que os objetos afetam a própria constituição da identidade docente. No mesmo artigo, publicado em 2013, o autor traz elementos que contribuem para se refletir sobre como os professores e alunos reagiam à entrada de novos artefatos na escola e de que maneira elaboravam estratégias para suprir sua falta na sala de aula. Para o autor, o fornecimento de materiais para as instituições escolares no final do século XIX trouxe consequências financeiras para o Estado, que teve que se organizar administrativamente para atender às novas demandas, já que a escola inglesa não tinha fundos próprios. Uma das estratégias utilizadas pelos educadores, segundo o autor, foi a construção de relações diretas com indústrias para adquirir amostras grátis de materiais didáticos de seus produtos, o que permitiu uma nova lógica de negócios entre escolas e indústrias. Como parte do mesmo enredo, a escolarização foi encarada pelas empresas como campo em que se devia investir, inclusive em publicidade, com vistas a conquistar novos clientes.

Outro autor que recebe destaque nas análises de Diana Vidal é o espanhol Agustín Escolano Benito, que conta com um conjunto significativo de trabalhos no campo da cultura material escolar, muito utilizado por pesquisadores brasileiros, subsidiando, inclusive e em grande parte, as análises aqui realizadas. Ao analisar um de seus trabalhos (ESCOLANO BENITO, 2010), compreende-se que a nova história cultural contribuiu significativamente na configuração de um campo historiográfico em torno das investigações sobre as materialidades escolares. Suas reflexões não se reduzem a questões instrumentais ou às características físicas dos objetos, mas têm nos aspectos culturais um dos seus pilares. Esse enfoque, portanto, leva o autor a entender a cultura material da escola como “uma espécie de registro objetivo da cultura empírica das instituições educativas” (2010, p. 14). Esse registro, segundo o autor, pode ser expresso como um “expoente visível”, que traz na sua leitura a interpretação dos signos e significados obtidos a partir dos objetos. O “expoente visível” – cultura material – é construído a partir dos usos ou das relações dos sujeitos e/ou instituições com as materialidades. Dessa forma, ele compreende que as abordagens em torno da cultura material escolar pressupõem entendê-la como:

[...] fonte essencial para o conhecimento do passado da escola em suas dimensões prática e discursiva, toda vez que esse legado material concede identidade a uma cultura inventada (em parte também reinventada a partir da tradição) pelos atores que deram vida e forma aos novos espaços e modos de sociabilidade (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 17).

Contribuindo com a construção de uma chave de análise muito importante para pesquisadores no campo da História da Educação, o autor considera que, devido à expansão e consolidação da escola de massa e à obrigatoriedade escolar, os modos de ser e estar nas instituições escolares formaram uma cultura compartilhada, tornando-se uma espécie de patrimônio comum, do qual faz parte o que se tem chamado de *patrimônio histórico-educativo*. Nesse sentido, Diana Vidal (2017) sinaliza que as produções ibero-americanas associadas a essa abordagem não desconsideram relações entre a materialidade e a sociedade industrial, mas que o interesse tem repousado mais imediatamente nos registros da cultura empírica das instituições educativas, nos moldes em que trabalha Agustín Escolano Benito.

Com relação à produção brasileira acerca da materialidade escolar, Rosa Fátima de Souza, em artigo publicado em 2007, indica que, historicamente, profissionais da educação no Brasil utilizam o termo *materiais escolares* para designar um conjunto de artefatos necessários ao funcionamento das escolas. A autora afirma ainda em seu texto que a expressão *cultura material escolar* vem sendo utilizada com maior constância no campo da História da Educação brasileira

desde a renovação da área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores com a preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Desde que Rosa Fátima de Souza escreveu esse artigo em 2007, passaram-se doze anos e se pode reconhecer que muitos investimentos ocorreram nesse período. Diana Vidal (2017), por exemplo, indica iniciativas e fortalecimentos de espaços de salvaguardas e preservação. Dentre eles, podem-se destacar o Centro Internacional de la Cultura Escolar (Ceince), organizado e dirigido por Augustín Escolano Benito, na Espanha¹⁹; o Museu da Escola, por Anamaria Casassanta Peixoto²⁰ e o Museu da Escola Catarinense²¹, por Vera Lucia Gaspar da Silva, estes últimos no Brasil, localizados, respectivamente, em Belo Horizonte/MG e Florianópolis/SC, somente para citar alguns. Com relação à organização de arquivos escolares, vale ressaltar a iniciativa do grupo Objetos da Escola, que, em 2010, através de projeto financiado pela FAPESC, organizou os documentos da E.E.B Lauro Muller, em Florianópolis²².

Por compreender a importância dos objetos como contribuição para o estudo das representações e das práticas escolares, Rosa Fátima de Souza (2007) destaca que esses são “indicadores de relações sociais e como parte da cultura material atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas, o que confere aos objetos um significado humano” (2007,

¹⁹ O Centro Internacional de la Cultura Escolar (Ceince), localizado na cidade espanhola de Berlanda de Duero, é mantido pela Asociación Schola Nostra, em colaboração com a Consejería de Educación de la Junta de Castilla y León e a Fundación Germán Sánchez Ruipérez. O Ceince, espaço privilegiado para pesquisas em história da educação, é dividido em três grandes temáticas – memória da escola e patrimônio da educação, mutualística e cultura da escola e sociedade do conhecimento. O acervo possui diversos livros, documentos e objetos escolares. Ver <http://www.ceince.eu>.

²⁰ Considerado o primeiro do gênero no Brasil, o Museu da Escola de Minas Gerais foi inaugurado em 1994, com o objetivo “preservar a memória da educação e valorizar a herança cultural mineira”. O acervo conta com mais de 6 mil peças, dentre elas móveis, livros, cartilhas, fotografias, documentos, entre outros. O site da instituição, <http://magistra.educacao.mg.gov.br/> e o texto de Nelma Marçal Lacerda Fonseca, publicado na Revista Linhas em 2014, fornecem maiores informações sobre a história, acervos e importância da instituição para a educação brasileira.

²¹ O Museu da Escola Catarinense é mantido pela Universidade do Estado de Santa Catarina e conta com móveis, objetos escolares e acervo documental. O prédio em que o museu está localizado foi construído nos anos 1920, do século passado, para abrigar a Escola Normal Catharinense, fundada em 1892, sem sede própria, e é um dos símbolos da educação moderna na cidade de Florianópolis. Maiores informações estão disponíveis em: museu.udesc.br/.

²² Projeto intitulado *Objetos da Escola: quando novos personagens entram em cena* (PMUC/FAPESC). A organização e limpeza do acervo foram realizadas no ano de 2010 pelas então bolsistas de iniciação científica Ana Paula de Souza Kinchescki e Luiza Pinheiro Ferber, sob a coordenação da professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva. Parte dos documentos considerados raros foi transferida para o Arquivo Público de Santa Catarina, depois de adequadamente tratados e digitalizados. Um relato sobre essa experiência foi publicado em um artigo intitulado “Entre luvas, máscaras e trinchas: organização do acervo documental da Escola de Educação Básica Lauro Müller” (KINCHESCKI; FERBER; GASPARD DA SILVA, 2017), presente no livro “Educar em tempos e espaços que se cruzam: ruas, escolas, museus e arquivos”, organizado por Elison Antonio Paim e Maria de Fátima Guimarães. Esses documentos também são acessíveis no endereço: <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/2015/09/inventario-acervo-grupo-escolar-lauro.html>.

p. 169). Desse modo, a cultura material “não apenas amplia o seu significado reinscrutando edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, [...] como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentido e com a problemática da produção e reprodução social” (2007, p. 170).

Além de estudar as diferentes noções de cultura material escolar utilizadas, tenho procurado destacar produções que têm como foco os objetos escolares e, em especial, os móveis idealizados para atender às demandas escolares. Nesse sentido, os trabalhos de Vera Lucia Gaspar da Silva (2015) possibilitam perceber a existência de um investimento crescente sobre a produção acadêmica brasileira e internacional acerca da materialidade escolar, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de se continuar os investimentos. Para a autora, o Brasil conta com um quadro bastante diverso e promissor no que diz respeito às suas produções, as quais podem ser identificadas em consultas aos principais periódicos, livros e eventos vinculados à História da Educação²³:

A cada reflexão novas questões que merecem atenção desafiam a novos investimentos, num processo relativamente embrionário, mas já consolidado em termos de espaço na produção científica. A publicação de livros e dossiês, a organização de mesas coordenadas e a apresentação de trabalhos em eventos científicos, o desenvolvimento de pesquisas e a elaboração de dissertações e teses articuladas à temática expressam em parte essa vitalidade (GASPAR DA SILVA, 2015, p. 246).

Nesse cenário, uma das frentes no campo da cultura material escolar, que demonstra grande potencialidade, é a produção de pesquisas que incluem em suas análises a categoria *indústria escolar*. De acordo com Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018), um conjunto de indícios têm contribuído com a ideia de que a escola, por demandar grande quantidade de objetos, estimulou o desenvolvimento de uma indústria especializada, a qual auferia lucros com a venda para o Estado, reconhecido como um grande comprador.

Tomam essa linha de análise as dissertações de mestrado *Da Indústria à Escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)*, de minha autoria, defendida em 2015 (PPGE/UEDESC) e *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, LDA*, de Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho, defendida em 2004 (Faculdade de Letras, Porto, Portugal), a qual procura entender o crescimento de uma fábrica portuguesa que produziu diversos móveis para as escolas e contribuiu

²³ Vera Lucia Gaspar da Silva indica, ainda, que o trabalho de Rosa Fátima de Souza (2007), intitulado *História da cultura material escolar: um balanço inicial*, foi publicado em Bencostta, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189. Este, mais o dossiê organizado por Maria Cristina Menezes (2005), disponível <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/edicoes/editorial12.html>, são produções que favorecem a visualização de um panorama sobre a cultura material escolar.

para o desenvolvimento da região de Paços de Ferreira, localizada ao norte de Portugal. Além desses trabalhos, a tese de Wiara de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)*²⁴, é singular relativamente à produção do campo, pois a autora realiza um levantamento de dados sobre diferentes empresas, comércios e fábricas que contribuíram para a formação de uma indústria moveleira paulista, especializada no mercado escolar, bem como mudanças de ordem administrativa e burocrática no estado de São Paulo, a partir de análises sobre a carteira escolar.

Outro trabalho que merece destaque é a tese elaborada por Luani de Liz Souza (2016), *O cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa: Uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910 - 1960)*, que, embora não tenha como foco o móvel escolar, é inspiradora para esta investigação, uma vez que aborda a presença e a circulação do cinematógrafo na escola brasileira. Para tanto, a autora, discorre sobre a importância das exposições universais e das empresas para a difusão de ideais, saberes e tecnologias, como também indica a participação de uma indústria que passa a compor a “capital da cinematografia educativa”.

Além dessas produções, também merecem destaque duas dissertações de mestrado focadas na análise da história da carteira escolar. Os dois trabalhos possuem pontos em comum, como, por exemplo, a ênfase dada às exposições universais e ao movimento higienista. No entanto, o trabalho elaborado por Maria Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004), intitulado *Maneiras de Sentar: Contributo para a História das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)*, centra suas reflexões em como os discursos médicos, institucionais e pedagógicos contribuíram para as alterações da carteira escolar entre o final do Oitocentos e o início do Novecentos. Diferentemente, a produção de Raquel Xavier de Souza Castro (2009), *Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914)*, chama a atenção para a trajetória da carteira escolar em Santa Catarina, articulando suas análises com os métodos de ensino e os diferentes modelos de salas de aula.

O trabalho de Marília Gabriela Petry (2013), intitulado *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil - 1911 a 1952)*, também se insere nessas discussões, uma vez que a autora toma como guia os museus escolares para mapear sua presença em escolas primárias catarinenses, e sobre ela refletir,

²⁴ Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), a qual foi orientada pela Professora Doutora Diana Gonçalves Vidal.

articulada com os processos educativos que visavam à modernização do sistema educacional e os conectam a iniciativas de outras partes do mundo, localizando discursos que lhes dão sustentação.

Os trabalhos mencionados tomam a materialidade das escolas em suas análises e mobilizam a cultura material escolar como uma lente que permite identificar a circulação de ideais, mapear artefatos e refletir sobre relações em torno do mobiliário escolar. As evidências empíricas e as reflexões registradas nessas investigações sustentam as análises aqui desenvolvidas; no entanto, o que busco é ampliar a percepção sobre o mobiliário escolar. Esta tese dedica especial atenção aos argumentos e movimentos que defendem a construção de um “novo artefato” que tenha como fundamentos saberes higiênicos, pedagógicos e que seja produzido em larga escala por uma indústria especializada.

O reconhecimento da importância atribuída aos objetos escolares também pode ser identificado por meio de outras produções de autoria de Rosa Fátima de Souza. No artigo intitulado *História da Cultura Material Escolar: balanço inicial*, publicado no livro *Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*, organizado por Marcus Albino Levy Bencostta, a pesquisadora indica que investigações que envolvem a noção de cultura material escolar têm possibilitado perceber que os usos de artefatos estão enraizados na concepção moderna de ensino, fortemente propagada pelas escolas. Para tanto, destaca que professores e profissionais da educação, ao longo dos últimos dois séculos, reconhecem a entrada na sala de aula e a saída de artefatos como “condição de sucesso ou dificuldade do trabalho docente, relacionando-os às efetivas possibilidades de renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional” (SOUZA, 2007, p. 174).

Pode-se identificar que adaptações e soluções dos objetos da escola foram consideradas um tema caro à escolarização moderna que se desenhava a partir do século XIX, uma vez que foi possível identificar reivindicações que versavam acerca da necessidade de adaptar os móveis escolares a preceitos higiênicos do período. Nota-se a construção de discursos semelhantes sobre a importância do mobiliário para uma vida saudável, deixando de considerá-lo apenas item de apoio às práticas escolares, mas entendendo-o como alvo de questionamentos e merecedor de maiores investimentos por parte de médicos e educadores. As palavras dos autores consultados expressam a ideia de que o conforto dos corpos das crianças no ato de ler, escrever e sentar deixa de ser apenas algo importante e se torna uma necessidade fundamental para um aprendizado desenvolvido de forma bem-sucedida.

Nesse sentido, a obrigatoriedade escolar, conforme já destacado anteriormente, é um dos elementos fundamentais no processo, uma vez que pretende expandir e institucionalizar as escolas com vistas a formar e a proteger a infância e, assim, garantir o desenvolvimento da nação.

Articuladas a essa perspectiva, Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018) indicam que as leis de obrigatoriedade escolar, relacionadas ao desenvolvimento industrial, contribuem para o fortalecimento da escola como um nicho de mercado atraente para a ampliação de relações capitalistas, uma vez que, para a institucionalização da escola moderna, foram elaboradas normas e projetos relativos a um conjunto de tecnologias condizentes com os preceitos higiênicos e sanitaristas defendidos como ideais no período oitocentista.

Para refletir sobre o modelo escolar que ganha força no decorrer do século XIX e que passa a circular, e ser apropriado, em distintos países e regiões, foi importante a leitura do livro organizado por António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000). Nessa obra, autores como John Meyer, Martin Lawn, Denice Barbara Catani, entre outros, procuram problematizar como uma determinada organização escolar com profundas semelhanças no currículo, na formação docente, na pedagogia e nas políticas prescritas foi difundida e alçada como referencial educacional no período. Esses trabalhos estão vinculados a investigadores, universidades e projetos de pesquisa de diferentes países. Os investimentos colaborativos permitiram a identificação de um conjunto de evidências que indiciam sobre uma difusão mundial de um modelo escolar em nível internacional diretamente articulado com a pedagogia moderna, a formação dos sistemas nacionais de ensino, a consolidação dos Estados e um desenvolvimento industrial.

Para refletir sobre a difusão mundial da escola, António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000) informam que os trabalhos foram organizados metodologicamente a partir de quatro diferentes “entradas”: alunos, professores, currículo e pedagogia. Inspirada nos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores, a presente investigação também reconhece a leitura do mobiliário escolar adaptado como uma “entrada” que possibilita a realização de análises sobre relações estabelecidas dentro e fora da escola.

Diana Gonçalves Vidal (2009), em suas pesquisas sobre o período oitocentista, indica que a modernidade educativa foi reinventada a partir da ideia de progresso, que associava ampliação de materiais nas escolas a desenvolvimento científico e pedagógico. No entanto, os artefatos comercializados e legitimados como modernos não estavam, no período, relacionados apenas aos ditames da higiene, mas também à racionalização do ensino e à disseminação dos métodos simultâneos e intuitivos.

Os critérios sob os quais a concepção de eficiência escolar foi construída, especialmente evidente nesse final do século XIX, partilhavam do mesmo imaginário produtivo da revolução industrial, concebendo a graduação do ensino como fluxo e o investimento em educação como

regulado pela lógica do custo-benefício. Nesse espectro, a indústria foi (e tem sido) convidada a participar do esforço de propagação da escola, o que nos faz indagar sobre os efeitos do desenvolvimento industrial sobre a invenção da escola moderna (VIDAL, 2009, p. 43).

Nesse sentido, a autora chama a atenção para a existência de uma batalha nada silenciosa durante o Oitocentos em torno da modernização escolar, a partir da inserção de objetos que estavam de acordo com uma modernidade pedagógica e higiênica, que serviu como uma espécie de guia para a idealização dos móveis escolares. Os catálogos localizados por esta investigação, elaborados por fábricas, indicam a necessidade de relacionar os novos inventos com aquilo que se expunha nas exposições universais.

Produções do campo da História da Educação, como as de Martin Lawn (2005), Juri Meda (2015) e Moysés Kuhlmann Júnior (2001), fornecem elementos que possibilitam perceber que as novas tecnologias e adaptações no mobiliário presente na escola passaram a expressar, ainda que indiretamente, uma das facetas da modernidade, uma vez que o artefato apresentava o que existia de “mais moderno” e se apoiava na ciência e na racionalidade, indicadas como as bases dessa sociedade.

Estas reflexões também dão suporte às análises realizadas por Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), em sua tese de doutorado, que, ao tratar especificamente do perfil mobiliário exposto nas exposições universais, apresenta indicativos acerca de diversas carteiras escolares, que tinham recebido um conjunto de investimentos de educadores, médicos e industriais que procuravam adequar seu *design* e suas tecnologias aos preceitos modernos de ensino.

Deve-se admitir, portanto, que o mobiliário escolar, ainda que de maneira tímida, vem recebendo atenção de pesquisadores/as do campo da História da Educação²⁵. Essas pesquisas, que sustentam em parte as análises aqui realizadas, vêm identificando mudanças e permanências físicas, de *designs* e modelos, bem como discursos médicos, ergonômicos, pedagógicos e econômicos que contribuíram para a idealização, fabricação, comercialização e usos/desusos do mobiliário escolar. Com o intuito de contribuir com esse debate, esta tese reconhece que ganham força, principalmente a partir do século XIX, argumentos em torno da defesa da ideia de um mobiliário escolar adaptado. A partir da articulação desses discursos com diferentes movimentos, com a circulação de ideias pedagógicas, com a ascensão dos Estados Nacionais e a emergência da indústria, materializa-se um conjunto de alterações em escolas públicas primárias e em seus artefatos.

²⁵ Esses trabalhos serão discutidos mais adiante; no entanto, cabe destacar as produções de Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho (2004); Maria Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004); Raquel Xavier de Souza Castro (2009); Marília Gabriela Petry (2013) e Wiara Rosa Rios Alcântara (2014).

Tomar o mobiliário como uma construção histórica que envolve práticas e discursos, implica compreender esse artefato não apenas a partir de suas alterações ao longo do tempo, mas também como um objeto que possui diferentes sentidos e significados. Nessa perspectiva, não é intuito desta tese apresentar uma cronologia de suas emergências - ou alterações -, mas compreender como esse processo de “(re)invenção” passa a ser considerado um “problema” de Estado a partir da legitimação de argumentos de defesa de sua adaptação.

Defende ainda, que a idealização dos móveis para as escolas não pode ser analisada individualmente, mas precisa estar articulada com outras instituições – escola, indústria e Estado – que, a partir de uma circulação de saberes²⁶, confere ao mobiliário legitimidade para estar em sala de aula. Desse modo, a compreensão desse equipamento como mercadoria construída por meio de diferentes saberes e instituições é sustentada por estudos acerca da institucionalização e expansão da escola moderna, processo no qual se destaca o papel desempenhado por *médicos* e *educadores*, que buscaram fazer da escola uma instituição promotora de saúde e de civilidade; da *indústria*, que procurou desenvolver novas soluções e tecnologias para a escola e, portanto, não apenas seguiu as prescrições escolares; e do *Estado*, que, para exercer seu papel de comprador e assim fazer do mercado escolar um nicho atraente, teve que passar por mudanças burocráticas, administrativas e políticas. Relações essas marcadas por uma via de mão dupla, em que as instituições trocam saberes em suas interações e se relacionam de forma a viabilizar o provimento material das escolas.

Na perspectiva aqui apresentada, o mobiliário escolar (re)inventado na modernidade educativa oitocentista deixa de ser apenas um conjunto de *móveis* pertencentes à escola e passa a ser compreendido como *mercadoria* que circula entre diferentes saberes, locais e interesses. Considera-se, portanto, que carteiras, escrivaninhas, cadeiras, quadros negros são símbolos da modernidade. A investigação acerca de sua idealização, fabricação, comercialização e usos/desusos tem contribuído para a construção de uma história da educação.

V.

Para construir uma história do mobiliário escolar (re)inventado para as salas de aula oitocentistas, esta investigação é dividida em quatro capítulos, articulados com os objetivos específicos propostos. Durante as pesquisas, foi-me possível localizar um conjunto de

²⁶ Sobre a circulação de saberes, são referências os trabalhos de António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000); Vivian Batista da Silva (2005); Ana Crystina Venâncio Mignot e José Gonçalves Gondra (2007).

documentos que fornecem indícios sobre móveis idealizados, fabricados e comercializados com o Estado para atender às demandas materiais das escolas públicas primárias. Dessa forma, as representações desses documentos orientaram a organização dos capítulos, uma vez que se percebe que a legitimação de um modelo referencial de mobiliário escolar seguiu um acordo entre saberes pedagógicos, higiênicos e econômicos que circulavam em nível internacional ao longo do período oitocentista.

No capítulo I, *Saberes em construção: pressupostos e exigências em torno do mobiliário escolar adaptado*, o objetivo é **identificar e analisar argumentos que circularam em produções acadêmicas e que sustentavam a recomendação de adaptações no mobiliário para instituições escolares oitocentistas**. Os trabalhos referenciados apresentam indícios de uma circulação internacional de discursos e saberes médicos e pedagógicos que defendem adaptações no mobiliário destinado a instituições escolares, reconhecidas como espaços importantes para a difusão de condutas e hábitos saudáveis. Os documentos estudados ajudam a identificar representações semelhantes, com origem em diferentes países, a respeito da necessidade de o mobiliário escolar se alinhar às prescrições da higiene pública e aos preceitos da pedagogia moderna.

No capítulo II, *Difundir e legitimar: circulação de ideias e modelos de mobiliário escolar*, a intenção foi **mapear móveis escolares divulgados em exposições universais e argumentos a eles vinculados**. Ao reconhecer esses espaços como grandes celebrações da indústria e do comércio, procurei identificar discursos presentes nesses locais em torno dos móveis. As exposições foram importantes elementos de divulgação de discursos pedagógicos, médicos e capitalistas e contribuíram significativamente para a legitimação de um modelo que deveria seguir determinadas prescrições; contribuíram, igualmente, para a difusão e institucionalização da escola moderna, a qual seguia um método intuitivo e tinha a utilização de objetos, dentre eles o mobiliário, como base. Os móveis apresentados nesses locais como inovações fornecem indícios de saberes e interesses utilizados em sua idealização.

No capítulo III, *A indústria escolar oitocentista: a (re)invenção do mobiliário em catálogos*, o intuito é **perceber como o mobiliário escolar aparece representado em catálogos elaborados por fábricas moveleiras e verificar se e como estão articulados com argumentos defendidos por médicos, educadores e aos modelos apresentados em exposições universais**. Levando em consideração as “novas” exigências materiais das escolas, fábricas e marcenarias passaram a se alinhar com as prescrições médicas e pedagógicas que circularam em eventos internacionais e com publicações de autoria de médicos, engenheiros e educadores do período. Os catálogos elaborados pelas fábricas, portanto, refletem um conjunto de informações acerca

de invenções do Oitocentos para as escolas e ajudam a perceber saberes, discursos e projetos de escolarização da infância que vinham sendo tomados pelas fábricas como referenciais no processo de idealização e fabricação do mobiliário escolar.

O capítulo IV - *Instruir e civilizar: o mobiliário escolar catarinense em foco* - tem como o propósito **investigar móveis escolares solicitados para compor escolas públicas primárias da Província de Santa Catharina na segunda metade do século XIX, e suas articulações ou não com a circulação internacional de ideias pedagógicas.** Os documentos localizados fornecem indícios sobre a preocupação de autoridades e professores em prover instituições escolares catarinenses com móveis considerados adequados à prática do ensino, uma vez que reconheciam a importância da instrução pública para o desenvolvimento social e econômico da província. No contexto oitocentista, conforme demonstram jornais da época, é possível identificar publicações que ressaltam a importância das exposições universais como espaços fundamentais para o reconhecimento de novas tecnologias e ideias modernas. Os investimentos realizados permitem identificar que os discursos localizados em *Fallas e Relatórios de Presidentes da Província* se distanciavam, muitas vezes, das ações realizadas no âmbito educacional, embora admitissem sua importância como uma materialidade necessária à escolarização das crianças.

Capítulo I

*Saberes em construção:
pressupostos e exigências em torno do mobiliário
escolar*



Figura 1 - A Árvore de Andry



Fonte: Nicolas Andry (1742, p. 282).

A imagem constante da figura 1 está presente em uma obra elaborada pelo médico francês Nicolas Andry²⁷ e publicada, na cidade de Paris, no ano de 1741. Essa produção é intitulada *Ortopedia: ou, a arte de corrigir e prevenir deformidades em crianças* e tem como um dos seus objetivos incentivar práticas e usos de objetos com vistas a prevenir e corrigir possíveis deformações dos corpos das crianças. Já no início de seu trabalho (dividido em quatro livros), o autor enfatiza não fazer uso de uma linguagem complexa, pois sua escrita não tinha como intuito a leitura apenas de médicos e cirurgiões, mas havia sido pensada tendo por destino pais, mães e

²⁷ Nicolas Andry era conselheiro do rei Luís, delphin da França (1729-1765), professor de Medicina do Colégio Royal, doutor-regente e ex-reitor da Faculdade de Medicina de Paris. De acordo com Remi Kohler (2010), é considerado o “pai da ortopedia”, pois seus trabalhos acabaram por criar o nome e o símbolo representativo da ortopedia.

todas as pessoas que se preocupassem com crianças. O trabalho de Nicolas Andry é apontado por diversos pesquisadores do campo médico como um dos que mais colaboraram para caracterizar a ortopedia como campo específico da Medicina, uma vez que passou a ser citada em diferentes enciclopédias e publicações do período. De acordo com Remi Kohler (2010), esse texto circulou por diversas cidades e países, sendo publicado, por exemplo, em Bruxelas, na Bélgica (1742), em Londres, na Inglaterra (1743) e em Berlim, na Alemanha (1744)²⁸.

No prefácio dessa obra, Nicolas Andry, para expressar sua preocupação com o cuidado dos corpos das crianças, atribui a si mesmo a criação do termo “ortopedia”, afirmando tê-lo desenvolvido a partir da junção de duas palavras gregas – “orthos” (desprovido de deformidade) e “paidós” (criança). Ao longo desse livro, apresenta um conjunto de prescrições que visavam à construção de hábitos saudáveis e exercícios que evitariam e corrigiriam deformidades posturais no tronco e coluna vertebral das crianças. Dentre as diversas sugestões, chamam a atenção as definições dos modos corretos de sentar, ler e costurar, além de indicações para a construção de cadeiras de palha com assentos que colaborariam para um maior conforto dos corpos. A preocupação com os objetos para o cuidado das crianças aparece também na figura 1, que faz referência a uma árvore tortuosa, ligada a uma estaca, que simboliza a necessidade de utensílios e conhecimentos específicos para cuidar de um desenvolvimento saudável dos corpos. Não por acaso, a *árvore de Andry* é até hoje utilizada em todo o mundo como símbolo da ortopedia.

A imagem presente em seu livro foi selecionada para dar início às discussões deste capítulo, pois a concepção do médico-ortopedista em torno da referida representação parece articular-se com discursos recorrentemente localizados em produções e eventos oitocentistas que envolvem a defesa de móveis considerados adequados para o ensino e a saúde de crianças. As investigações realizadas no âmbito do grupo *Objetos da Escola* e trabalhos do campo da História da Educação vêm demonstrando que a partir da metade do século XIX ganha força um conjunto de discursos, ideias e movimentos que tinham como objetivo construir uma pedagogia com vistas a prevenir deformidades físicas e morais nas crianças. O trabalho de Nicolas Andry é reconhecido pela literatura histórica da ortopedia como um dos estudos que mais contribuíram para o fortalecimento e a difusão desse campo. Vale ressaltar, no entanto, que o próprio autor indica em sua obra diversos pesquisadores e produções realizadas anteriormente, que serviram de base para suas reflexões.

²⁸ Em artigo publicado, Marta Maria Chagas de Carvalho (2011), ao discorrer sobre os processos históricos que constituíram a infância como objeto de intervenção higiênica e disciplinar, destaca a importância da obra de Nicolas Andry para a constituição de discursos sobre a prevenção e governança dos corpos das crianças por meio da intervenção médica.

Dessa forma, apesar de não se observar diretamente a citação de seus trabalhos em documentos que tratam do mobiliário escolar localizados em acervos e arquivos, esta investigação chama a atenção para a *emergência*, a partir da segunda metade do século XIX, de discursos médicos e pedagógicos acerca da necessidade de se utilizar artefatos específicos para a criação de hábitos saudáveis nas crianças. A questão da ergonomia dos móveis, por exemplo, ganha destaque no período e contribui para um conjunto de ações em torno de sua fabricação que deveria garantir a eficiência de métodos pedagógicos e prevenir doenças e lesões. Esses discursos, portanto, ajudam a perceber uma das bandeiras da escolarização moderna difundida internacionalmente – defesa da construção de artefatos e espaços higiênicos para as crianças –, que também contribuíram para alterar os processos de idealização, fabricação, comercialização e uso de móveis nas escolas.

O objetivo deste primeiro capítulo, portanto, é identificar e analisar argumentos que circularam em produções acadêmicas e que sustentavam a recomendação de adaptações no mobiliário para instituições escolares oitocentistas. Os trabalhos localizados no processo de pesquisa apresentam indícios de uma circulação internacional de discursos e saberes médicos e pedagógicos que defendiam adaptações no mobiliário destinado a instituições educativas, por serem reconhecidas como espaços importantes para a difusão de condutas e hábitos saudáveis.

No texto de Jürgen Schriewer (2000), o autor indica que a “internacionalização” dos conhecimentos e dos modelos educacionais ganha força, principalmente, a partir do final do Oitocentos, devido ao acirramento das relações capitalistas entre estados europeus. A educação, nesse contexto, foi tomada como elemento fundamental para o desenvolvimento das nações, uma vez que se acreditava que um país com níveis mais altos de escolarização passaria a ter um maior reconhecimento e respeito internacional, devido às contribuições que a educação escolar traria para o desenvolvimento da produção de materiais e tecnologias. O novo sistema educacional tinha como base a ciência e a racionalidade. Sua difusão tinha como objetivo implementar o progresso econômico, científico, militar e político das sociedades, razão por que passou a ser evidenciado nos discursos do período como elemento fundamental para os países alcançarem a modernidade e, assim, fazerem parte de um grupo seleto de nações consideradas civilizadas²⁹:

O sistema estatal intensamente competitivo que dominou a política europeia impulsionou fortemente os esforços do Estado para tornar a escolaridade universal, facto que foi largamente responsável pelo grande incremento do

²⁹ Era igualmente defendido o investimento em educação, por se acreditar que o aumento do nível de escolarização da população poderia contribuir para a diminuição dos gastos com o sistema jurídico-policial.

poder do Estado e do seu domínio dos recursos (BOLI & RAMIREZ *apud* SCHRIEWER, 2000, p. 106).

Para evidenciar essas relações, Jürgen Schriewer (2000) discorre sobre o exemplo do investimento realizado pelo Japão para enviar representantes aos Estados Unidos, um dos países considerados vanguarda do progresso - prática também exercida por outros estados - para aprender como funcionavam os sistemas modernos de educação e como poderiam ser aplicados em seus respectivos locais de origem³⁰. De acordo com o autor, a ideia que movia o investimento japonês era que o estudo intensivo das instituições estadunidenses poderia contribuir para a construção de instrumentos para seus compatriotas na promoção da civilidade no Oriente. A intenção de instituir um projeto educativo moderno, o qual estava em curso no período, resultou em um conjunto de relatórios que tinham como base medidas reformistas na educação e que representaram um modelo que, progressivamente, ganhou aceitação internacional. Partindo da reflexão de Jürgen Schriewer (2000), a localização de documentos de diferentes países com discursos que, de certa maneira, se assemelham, sinaliza um movimento internacional que buscava instituir os pressupostos da escolarização moderna em diferentes locais, e constituem base documental importante para a presente reflexão.

No processo de difusão mundial da escola, o autor indica ser também preciso levar em consideração nas análises a lógica interna dos países, em detrimento de argumentos sobre os efeitos de processos institucionais³¹. No caso japonês, por exemplo, o acirramento das relações capitalistas e a busca por um maior domínio econômico e cultural na Ásia contribuíram para que a classe dominante mudasse seu paradigma acerca das relações internacionais que o país mantinha. Dentro das estratégias estabelecidas, a construção de um sistema educacional considerado moderno, e que fornecesse um avanço tecnológico para o país, foi fundamental³²:

As externalizações são [...] por um lado, interpretações auto-referenciadas, que tornam o meio internacional acessível na medida das necessidades internas ao

³⁰ A esse respeito, o texto de John Meyer (2000), presente no livro *Difusão Mundial da Escola*, aponta para a identificação de aspectos semelhantes, difundidos em torno de um modelo ideal de escola. Para o autor, deve também ser considerada nas análises a forte pressão internacional estabelecida para que países passassem a introduzir em seus respectivos contextos um determinado modelo de escola, sustentada pela grande demanda de materiais, além da elaboração de estratégias que aumentariam o número de alunos e influiriam sobre a adequação dos currículos e metodologias.

³¹ Rosa Fátima de Souza (2016, p. 840) escreve que os trabalhos elaborados por Jürgen Schriewer buscam “superar as inconsistências teóricas e metodológicas observadas por ele nos estudos da educação comparada”; portanto, buscaria o autor propor uma “perspectiva analítica que considerasse objetos de comparação tanto no que se refere a trajetórias de modernização histórico-social, como de configurações sócio-culturais, levando em conta também os processos de transferências”.

³² Utilizando como base os trabalhos de Luhmann (1981), Jürgen Schriewer (2000, p. 18) indica que as *externalizações* operam “como se fossem *diques*, que um sistema é induzido a abrir ou a fechar, conforme as necessidades internas”.

próprio sistema. Por outro lado, as construções da internacionalidade, que emergem dessas interpretações, também não são inteiramente separáveis das estruturas dominantes do sistema internacional e das dimensões de poder, prosperidade e predomínio, que definem o próprio sistema (SCHRIEWER, 2001, p. 30).

Ao refletir sobre o processo de internacionalização e externalização proposto por Jürgen Schriewer (2000), Diana Vidal (2009) indica que essas reflexões vêm contribuindo para identificar “sociedades de referência”, que vieram a ser reconhecidas como “Estados-modelo” e tiveram papel importante na difusão global da ideologia educacional do final do Oitocentos. A autora destaca, em suas análises, que devem ser considerados também os contextos locais de cada país, uma vez que, mesmo em havendo semelhanças, é preciso reconhecer que os conhecimentos educacionais não foram apenas “transplantados” entre regiões, mas sofreram profundo processo de ressignificação e apropriação, movimento também considerado por Jürgen Schriewer (2000). Diana Vidal recorre aos estudos de Michel de Certeau (1994) para refletir sobre a materialidade e o tempo histórico como condicionantes da produção e apropriação de ideias educacionais, bem como da capacidade criativa dos sujeitos em selecionar o que fosse considerado apto a seus respectivos contextos e legítimo. Na perspectiva da autora, o papel desempenhado pelos viajantes culturais, mediadores e tradutores³³, permite perceber diferentes dimensões no processo de internalização e externalização das ideias e modelos educativos. Se, por um lado, é preciso reconhecer que os trabalhos e documentos elaborados indicam um “esforço consciente” para tornar o “outro compreensível”, também demonstram a existência de processos não conscientes operados por via de um hibridismo de culturas.

Conforme destacado por Heloisa Helena Pimenta Rocha (2010a), as adequações nos espaços escolares, seja com relação à sua arquitetura, seja com relação ao mobiliário, tinham como base uma matriz médica, bastante difundida por meio de congressos, impressos e organizações de inspeções em escolas. Essa difusão, todavia, não ocorreu de forma isolada, mas sincronizada com um conjunto de ideias que vinham ganhando força em nível internacional, sendo identificadas em documentos provenientes de diversos países europeus, da América Latina e dos Estados Unidos da América.

³³ Wiara Rosa Rios Alcântara (2014) ajuda a compreender que os viajantes culturais podem ser considerados “brasileiros inseridos no contexto escolar, ou não, que em suas viagens de férias aceitavam encomendas dos administradores da Instrução Pública para compra de material e mobiliário escolar”; diferentemente, os mediadores eram estrangeiros, ligados ao campo da educação e residentes no Brasil, que também realizavam compras de materiais para o Estado em outros países; e, por fim, os tradutores, entendidos como “casas importadoras, agentes ou representantes comerciais”, que se limitavam apenas ao campo econômico, não tendo, portanto, relações com o setor educacional.

A partir das pesquisas da autora, foi possível perceber que o Brasil também esteve inserido nesse processo e que, além de incorporar ideias, produziu discursos e elaborou estratégias de ações articuladas com a defesa da adaptação de escolas e artefatos aos preceitos médicos:

Os tempos e espaços da escolarização, os métodos e procedimentos de ensino, os materiais escolares, as posições do corpo infantil durante as práticas escolares de leitura e escrita são alguns dos aspectos que ocuparam a atenção dos médicos-higienistas brasileiros, desde a segunda metade do século XIX, compondo a pauta das questões que ganharam visibilidade no processo de institucionalização da escola primária (ROCHA, 2010a, p. 159).

Dessa forma, o que se viu foi um conjunto de inserções no ambiente escolar que buscavam criar uma “consciência sanitária” nos alunos e professores, com vistas à propagação de hábitos higiênicos preventivos. A educação era entendida como um espaço fundamental e apropriado para a difusão desses saberes, inclusive com recomendações registradas em periódicos³⁴ e documentos oficiais, dentre os quais se podem citar os relatórios dos presidentes da Província de Santa Catharina, as legislações provinciais e os regimentos internos de grupos escolares catarinenses³⁵, nos quais a higiene aparece como um elemento curricular e uma prática a ser observada. Assim como Heloisa Pimenta Rocha observou em suas pesquisas, os vestígios localizados por esta investigação, indicam que “a confluência entre a Medicina, a Higiene e a educação escolar mostrou-se inevitável” (ROCHA, 2010a, p. 160).

Ao longo do século XIX, as articulações entre medicina, higiene e educação podem ser identificadas pelas remodelações e intervenções propostas para escolas primárias. O intuito era construir um espaço higiênico; para tanto, toda a materialidade escolar precisava ser revista. A sala de aula moderna passou a necessitar de um conjunto de características específicas, os móveis; além de atender às exigências de higiene, precisavam estar dispostos de maneira adequada. Todo o aparato escolar necessitou, ao menos nos discursos, atender a prescrições de uma racionalidade pedagógica que tinha o campo médico como um de seus pilares.

Para Antonio Viñao Frago (2010), é possível localizar, principalmente a partir da segunda metade do Oitocentos, o fortalecimento do movimento higienista, da circulação de ideias

³⁴ No capítulo IV, anúncios e artigos localizados em jornais catarinenses publicados no período oitocentista, indiciam sobre discursos que abordavam a importância da higiene e da instrução pública para o desenvolvimento da província.

³⁵ SANTA CATARINA. Regimento Interno para os Grupos Escolares (Decreto n. 588, de 22 de abril de 1911) e SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n° 795, de 2 de maio de 1914 (ambos localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

pedagógicas e de estudos que tinham por objetivo construir uma educação das crianças que tivesse como um dos seus pilares a saúde e a higiene. Leis, revistas, livros e congressos organizados nesse período são alguns dos indícios localizados pelo autor que apontam para uma crescente participação do campo acadêmico³⁶ na elaboração de discursos e ações que buscavam a adequação dos espaços escolares.

Esse entendimento também é compartilhado por Pedro Moreno Martinez (2009), uma vez que indica que as propostas higiênicas e sanitárias realizadas nas conferências internacionais, exposições universais e museus pedagógicos visavam a proteger a saúde da população.

A confluência entre medicina, higiene e escola era inevitável. Por um lado, a escola surgia como o espaço social em que uma atenção médico-higiênica na infância podia ser controlada e realizada; especialmente, sobre a infância fraca, anormal ou atrasada. Por outro lado, através da escola, as famílias e os pais podiam ser alcançados. A medicalização da infância andou de mãos dadas com a sua escolaridade. E esta última com a higienização da escola. Com sua consideração como espaço privilegiado tanto para inculcar princípios e adquirir hábitos higiênicos, quanto para a realização de atividades (cantinas, duchas e banhos, acampamentos escolares, excursões, ginástica e exercícios corporais, etc.) que contribuíssem para melhorar a sua saúde (VIÑAO, 2010, p. 186).³⁷

A partir dos documentos espanhóis apresentados por Antonio Viñao Frago (2010) e Pedro Moreno Martinez (2009), podem-se identificar diversos argumentos que versavam sobre a defesa de uma escola pública primária que tivesse condições materiais e pedagógicas de instituir hábitos e condutas consideradas saudáveis. As produções, mesmo elaboradas por autores de diferentes locais e tempos, guardavam discursos semelhantes, como a defesa da necessidade de difundir as ideias e ações em torno do higienismo, e garantir que os professores tivessem uma formação adequada no magistério.

Aida Terrón Bañuelos (2000) também chama a atenção para o crescimento da literatura espanhola sobre a higiene escolar a partir do Oitocentos. Para a autora, essas produções estavam articuladas com um conjunto de publicações médicas e pedagógicas que versavam sobre doenças. Além disso, em sua perspectiva, esses impressos contribuíram para a definição de novas

³⁶ Antonio Viñao Frago (2010) indica que, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, pode-se localizar um aumento de trabalhos do campo da história, da medicina, das ciências, da educação, da psiquiatria e da didática.

³⁷ Tradução livre: “La confluencia entre medicina, higiene y escuela era inevitable. Por un lado, la escuela aparecía como el espacio social en el que podía controlarse y llevarse a cabo una atención médico-higiénica sobre la infancia; en especial, sobre la infancia débil, anormal o retrasada. Por otro, a través de la escuela podía llegarse a las familias, a los padres. La medicalización de la infancia se daba la mano con su escolarización. Y esta última con la higienización de la escuela. Con su consideración como un espacio privilegiado tanto para la inculcación de principios y la adquisición de hábitos higiénicos, como para la realización de actividades (cantinas, duchas y baños, colonias escolares, excursiones, gimnasia y ejercicios corporales, etc.) que contribuyeran a mejorar su salud” (VIÑAO, 2010, p. 186).

propostas teórico-práticas em torno de intervenções a partir da inserção das crianças no espaço escolar. Os estudos do campo médico vinham demonstrando, nesse período, uma articulação entre a morbidade adquirida a partir do contato e uso de objetos considerados insalubres. A revolução industrial, conforme destaca a autora, por contribuir com a formação de assentamentos urbanos não adequados, foi um dos processos que colaboraram para a implementação de ações estatais voltadas à prevenção de doenças.

Para diminuir os efeitos indesejáveis do progresso, Aida Terrón Bañuelos (2000) destaca terem sido estabelecidos padrões e regulações legais que tinham como critério os principais argumentos da higiene pública, em articulação com uma gestão política e econômica que deveria racionalizar a organização social. Nesse contexto, conforme venho destacando ao longo deste trabalho, a escola foi considerada um dos lugares privilegiados para a realização de intervenções médicas e higiênicas, as quais, para serem institucionalizadas, necessitaram de um conjunto de conhecimentos específicos e também de avanços legais e burocráticos do Estado. Nas palavras da autora:

A partir dessa perspectiva, a escola será vista como um dos locais privilegiados de intervenção dos higienistas, uma vez que reúne três elementos de risco concomitante: sua aglomeração consubstancial e superlotação, a característica vulnerabilidade da idade de seus usuários (infantil e adolescentes) e os riscos patológicos específicos gerados pela própria atividade escolar (BAÑUELOS, 2000, p. 75)³⁸.

Com o avanço científico do período, pesquisas do campo médico e da educação passaram a identificar as escolas pelas “patologias que causavam”. Diante da falta de um aparato material considerado adequado, contribuía, na perspectiva apresentada pelas iniciativas indicadas pela autora, para o contágio e o incremento de moléstias e doenças nas crianças. Com a institucionalização da obrigatoriedade escolar em diferentes países e o crescente número de estudantes matriculados nos espaços escolares, as questões sobre higiene e saúde ganharam ainda mais força. Para Aida Terrón Bañuelos (2000), além das condutas e hábitos saudáveis, os ideais defendidos também se propunham disseminar na formação educacional a ideia de que, para progredir socialmente, a higiene seria fundamental.

³⁸ Tradução livre: Desde esta perspectiva, la escuela será vista como uno de los lugares privilegiados de intervención de los higienistas, dado que en ella se concitan tres elementos de riesgo concomitantes: su consustancial aglomeración y hacinamiento, la vulnerabilidad característica de la edad de sus usuarios (infantil y adolescente) y los riesgos patológicos específicos que genera la actividad propiamente escolar (BAÑUELOS, 2000, p. 75).

Nota-se a multiplicação de argumentos que defendiam que a conquista de um bom trabalho e a possibilidade de consumir durante a vida adulta só poderiam ser alcançados se as escolas formassem cidadãos higiênicos³⁹.

A formação docente também foi um campo de interesse de ação do movimento higienista. Ainda com base em pesquisas desenvolvidas por Aida Terrón Bañuelos (2000) e Antonio Viñao Frago (2010), percebe-se que os investimentos acadêmicos realizados no Oitocentos na Espanha, e em outros países, previam mudanças no âmbito da formação de professores, uma vez que eles deveriam aplicar, em suas práticas cotidianas de ensino, os preceitos defendidos. Conforme indicado por Viñao Frago (2010), o tema “Higienismo e Educação” foi muito recorrente a partir da segunda metade do século XIX, constituindo-se em disciplina e campo do saber que orientou a formação de política em torno da infância. Nota-se, aqui, que a materialidade disponível nas instituições educativas, embora considerada fundamental, não poderia garantir a alteração de práticas nas escolas sem que se implantassem estratégias específicas em torno de seus usos por parte de professores e estudantes. Por isso, seria fundamental intervir diretamente na cultura material escolar.

Antonio Viñao Frago (2010) e Pedro Moreno Martinez (2009) indicam que o *Tratado de higiene escolar*, elaborado por Pedro de Alcántara García, publicado em 1886, foi um dos primeiros compêndios publicados na Espanha com foco na higiene. As pesquisas aqui realizadas permitiram identificar que esse livro foi também publicado em 1889, no México, pela Imprensa de las Escalerillas. A análise da íntegra desse exemplar permite reafirmar a ideia de que a escola era entendida como um espaço fundamental para a difusão de ensinamentos e condutas. Os edifícios, o mobiliário, os materiais de ensino e o olhar atento dos professores com relação aos usos considerados corretos também recebem atenção do autor, pois eram entendidos como essenciais para a implantação de uma cultura higiênica na sociedade. Os detalhes apresentados nessa obra, principalmente com relação ao contexto espanhol, foram apontados por Pedro Moreno Martinez (2009) como indícios que contribuíram para justificar a recepção do discurso higienista em seu país.

Os discursos em torno da adequação do mobiliário escolar e da escola também são evidenciados por Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004) com relação ao contexto português. Em sua dissertação de mestrado, analisou diversos documentos europeus relativos à higiene, elaborados entre o final do Oitocentos e o início do Novecentos, com vistas a

³⁹ As iniciativas de médicos, educadores, designs e engenheiros compartilhavam dessa compressão e visavam à adequação de todo o aparato escolar: edifícios, móveis, utensílios, metodologias e práticas deveriam estar de acordo com uma organização de ensino atenta à formação integral dos sujeitos a partir de uma educação higiênica (BAÑUELOS, 2000).

compreender elementos envolvidos no processo de construção da carteira escolar em Portugal. Para a autora, nesse período, a saúde e a higiene são consideradas aspectos de uma mesma questão, uma vez que os discursos em torno dessas duas áreas apontavam para a busca da preservação do bem-estar individual, visando ao bem-estar social.

Com relação à higiene escolar, Maria Machado indica ter sido ela entendida por médicos e educadores como um dos componentes mais importantes da higiene geral, por seu objetivo de proteger os alunos e desenvolver suas aptidões físicas, intelectuais e morais, “de modo a criar o melhor possível os futuros homens da nação” (2004, p. 29). Tendo por base o cenário português, a autora informa ter sido elaborada uma série de normas a fim de padronizar os edifícios e o mobiliário escolar; também foram criados serviços de inspeção médica escolar com o intuito de prevenir doenças e promover a saúde. A higiene escolar foi entendida como uma oportunidade de educar as crianças desde o momento em que elas se sentavam em um banco até quando finalizavam seus estudos na escola primária, com 12 ou 13 anos.

A autora discorre, ainda, sobre estratégias que ganharam força, principalmente a partir do Novecentos, para fiscalizar a higiene dos prédios escolares, dos artefatos e das crianças. Destaca, nesse sentido, as inspeções realizadas por médicos no intuito de corrigir possíveis desvios. Indica também que, na sala de aula, o professor desempenhava um papel importante na fiscalização das condutas, vigiando as posturas e a limpeza dos corpos, bem como reprimia atitudes que não estivessem de acordo com a moral do período.

Além das pesquisas no âmbito da História da Educação anteriormente destacadas, particularmente da cultura material escolar, que versam sobre os objetos da escola e movimento higienista, no decorrer da presente investigação foram localizados documentos com argumentos médicos provenientes de diferentes países, indicando uma internacionalização de ideias que propunham fazer da escola um local considerado saudável. Apesar de elaborados e publicados em países distintos no período oitocentista, os trabalhos compartilham semelhanças no sentido de que os móveis escolares deveriam estar adaptados ao corpo dos estudantes e ao espaço escolar. As referidas produções possuem como foco o mobiliário escolar imaginado para as escolas da época, o qual carrega e difunde saberes, sentidos e significados a partir de seu processo de idealização, fabricação e comercialização.

O quadro 1, que apresenta os documentos localizados que defendem a adaptação do mobiliário escolar, foi construído com o objetivo de apresentar os documentos considerados para análise na presente pesquisa. Conforme indicado anteriormente, optou-se por utilizar como critérios de seleção apenas trabalhos que tivessem por foco o mobiliário escolar, elaborados no período oitocentista e estivessem disponíveis em sua versão completa. A escolha está embasada

no desejo de realizar um estudo mais aprofundado de seus conteúdos, no sentido de permitir a identificação de diferenças e semelhanças nos argumentos e discursos.

Quadro 1 - Documentos oitocentistas que tratam do mobiliário escolar

Título	Autor	Local de Publicação	Ano de publicação	Público Alvo
Manual das escolas elementares d'ensino mutuo	M. Sarazin (Obra adaptada pela Sociedade de Instrução Pública Elementar, traduzida por João Portela)	Bahia - Brasil	1854	Fundadores, inspetores e diretores de escolas.
School-Houses: elevations, plans and specifications	James Johonnot	Nova Iorque - EUA	1866	Construtores e arquitetos.
Hygiène Scolaire: Influence de L'école sur la Santé des enfants	A. Riant	Paris - França	1874	Inspetores, prefeitos, diretores, educadores.
School and Industrial Hygiene	D. F. Lincoln	Filadélfia - EUA	1880	
Les Écoles Publiques: construction et installation en France et en Anglaterre	Félix Narjoux	Paris - França	1881	
School Hygiene	Frank Wells	Boston - EUA	1885	Professores de escolas públicas
Tratado de Higiene Escolar	D. Pedro de Alcantara Garcia	Mexico	1889	
Higiene Escolar em sus relaciones con la miopia	Sebastián B. Rodriguez	Montevideo - Uruguai	1891	
Hygienic Requirements of School Furniture	G. A. Bobrick	Nova Iorque - EUA	1892	Médico, cientistas e professores
L'Hygiène Scolaire i le milieu scolaire	Henri Labit	Paris - França	1896	

Fonte: Sarazin (1854); Johonnot (1866); Riant (1874); Lincoln (1880); Narjoux (1881); Wells (1885); Alcantara Garcia (1889); Rodriguez (1891); Bobrick (1892); Carré (1896). Elaborado pelo autor.

Dentre os trabalhos localizados, chama a atenção o *Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo*, publicado em 1854, na Bahia. Assinado pelo francês M. Sarazin, foi traduzido para a língua portuguesa por João Portella⁴⁰. Nesse documento, é possível localizar um conjunto de prescrições que versam sobre o ensino mútuo. Para esse fim, o documento estabelece normas que regem desde a materialidade que deveria compor esses espaços, o número considerado ideal de alunos e a tipologia de mobília, até questões de ordem prática, como a utilização do tempo

⁴⁰ De acordo com o documento (1854), o texto foi adaptado pela Sociedade de Instrução Elementar e aprovado pelo Conselho de Instrução Pública da França. O trabalho, publicado no estado da Bahia, tem como objetivo apresentar “direções para o ensino de todas as matérias” e era destinado para o uso dos fundadores, inspetores e diretores de escolas elementares.

por professores e alunos, a aplicação de exames, os métodos adequados de ensino da leitura e da escrita, entre outras.

No capítulo I do referido manual, podem-se identificar prescrições sobre os materiais que deveriam ser utilizados nas escolas elementares baianas. Com relação à classe⁴¹, primeiro item destacado na obra, o texto estava articulado com o que vinha sendo defendido pelo movimento higienista e com produções que tratavam da proliferação de doenças. Os discursos do campo médico passam a ser considerados de tal maneira que o posicionamento do mobiliário na sala de aula, bem como os materiais utilizados e as dimensões de portas e janelas, passam a ser prescritos para estarem de acordo com a racionalidade científica do Oitocentos. Dentre os argumentos que se destacam, há o da preocupação em orientar diretores e professores a manter a sala de aula organizada de modo a privilegiar a circulação de ar, com a orientação de que as janelas fossem construídas com dimensões que possibilitassem uma maior entrada de luz.

Dentre os objetos escolares destacados, as carteiras e os bancos são os que recebem maior atenção⁴². De acordo com o manual, os artefatos deveriam ser fabricados com a “madeira mais conveniente”, e o ferro, outra matéria-prima muito utilizada no período na fabricação de móveis, poderia garantir durabilidade e maior “ligeireza”. As especificações indicadas no documento também orientam a compra de artefatos que poderiam acomodar os corpos dos alunos de maneira adequada, determinando-se o uso de carteiras de diferentes tamanhos. Este é um dos argumentos de muita força no movimento higienista e na circulação internacional de ideias pedagógicas. A intenção desses estudos era demonstrar a necessidade de construir móveis que pudessem confortar diferentes corpos, privilegiando assim a saúde:

Os discipulos occupão logares de largura proporcionada aos seus corpos. Na primeira terça parte das carteiras, destinada a discipulos mais moços, os logares tem 33 centímetros; na segunda terça parte 41 centímetros; e na outra, destinada aos maiores, 44. Em cada um destes logares está fixada, por meio de parafusos, uma pedra (2) em um entalho, que deve existir, ao menos, para as pedras de grandes dimensões, a fim de que não embarquem o movimento dos cadernos. Para que o punho possa descansar sobre a carteira quando se escrever, devem as pedras ser pregadas, pelo menos, a 8 centímetros da beira inferior (SARAZIN, 1854, p. 6).

⁴¹ Para o Sarazin (1854), classe pode ser compreendida como um conjunto de uma carteira, banco e corredor por onde transitam os meninos.

⁴² Além das carteiras e bancos, o documento trata sobre os telégrafos, “porta traslados”, “semi-circulos”, taboas, lista de presença (devem ser colocadas em taboas suspensas nas paredes), mesa do professor, armário, biblioteca, relógio, quadro de honra, “signal de sahida”, “grande alfabeto” e “algarismos”. Contudo, mais do que apresentar os objetos, há a indicação de que as inscrições - “Um lugar para cada objecto, e cada objecto em seu logar” e “Não façam aos outros o que não queriam que te fizessem” - devem estar suspensas para que possam ser lidas por todos.

Construir uma cultura material escolar saudável era um dos maiores desafios do período oitocentista. Os documentos analisados guardam algumas estratégias utilizadas para garantir uma ressignificação nos usos dos objetos em sala de aula. No manual destinado às escolas elementares da Bahia, também se pode identificar essa preocupação. Como um dos itens que versam sobre as responsabilidades do professor no ensino da leitura e escrita, recebe destaque o cuidado que eles deveriam ter com a saúde de seus discípulos. No documento, o docente é orientado a vigiar o posicionamento dos corpos de seus alunos e a posição de seus cadernos, pois a má postura poderia comprimir o tórax e “embaraçar” a circulação do sangue. A cabeça inclinada, os pés e mãos fora da posição adequada fariam com que os discípulos não acompanhassem corretamente as lições.

A partir da leitura do livro *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*, de autoria de Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016), também é possível localizar indicações sobre o uso de objetos e a organização de salas de aula das escolas de primeiras letras de São Paulo. As perspectivas higiênico-pedagógicas são ressaltadas pela autora com base em depoimentos de professores, por meio dos quais é possível perceber relações entre prescrições e práticas docentes. Esses indícios colaboram com a percepção de que a preocupação com a higiene e a pedagogia estava presente em diferentes métodos e modos de ensino e não se restringia ao método simultâneo. As ideias de Sarazin circularam internacionalmente também em outros documentos, como o *Dicionário de Pedagogia e Instrução Primária*, organizado por Ferdinand Buisson no ano de 1911. Valdeniza da Barra (2016), inclusive, faz uso do referido dicionário para discutir relações entre a higiene e a necessidade de uma limpeza adequada das lousas por parte dos estudantes no método de ensino mútuo.

Argumentos semelhantes em torno da higiene também podem ser encontrados em obras escritas de diversos países. O livro intitulado *School and Industrial Hygiene*, publicado em 1880 na Filadélfia, EUA, e escrito por David Francis Lincoln, presidente do Departamento de Saúde, membro da Social Science Association, se divide em duas partes: a primeira, faz referência à higiene escolar, enquanto a segunda, aborda questões relacionadas à higiene industrial. Dentre os temas tratados na primeira parte, destacam-se os capítulos VII, VIII e IX, que discorrem, respectivamente, sobre o cuidado com os olhos, as carteiras escolares e bancos e, por fim, a sala de aula.

Nesse trabalho, o autor inicia suas reflexões indicando que está testemunhando grandes mudanças na educação, devido aos estudos e ações realizados por Pestalozzi, Froebel⁴³, Combe,

⁴³ De acordo com Vera Teresa Valdemarin (2004), Pestalozzi e Fröebel foram educadores que se constituíram como referenciais teóricos muito utilizados no período oitocentista ao referir-se ao método intuitivo. Tanto Pestalozzi

Chadwick e Bowditch. D. F. Lincoln também reconhece a escola pública laica como um espaço fundamental para a promoção da saúde e a formação de indivíduos que pudessem “conhecer a verdade”, comportar-se pacificamente, respeitar as leis e compreender a importância do trabalho para a prosperidade individual e social. No entanto, mesmo reconhecendo a importância da escola, o autor enfatiza que a vida escolar das crianças estava contribuindo para a formação de “defeitos” na saúde e em seus desenvolvimentos, devido às más condições dos espaços, sendo necessário, portanto, realizar intervenções.

De acordo com D. F. Lincoln (1880), a má postura e as doenças da visão mereciam cuidado extremo dos professores. Estes deveriam estar bem informados para ajudar as crianças a evitar a ocorrência dessas doenças. Algumas ações poderiam ajudar a prevenir tais ocorrências, como, por exemplo, a proibição de as crianças carregarem muito peso, assim como o estímulo para que utilizassem os dois braços e não permanecessem em uma única posição por um longo período de tempo. No entanto, ao verificar que “entre as causas proeminentes da deformidade da espinha dorsal e da visão de perto, de acordo com os estudiosos, é a desproporção ou a má construção desses móveis necessários” (p. 64), o autor reivindicava o uso de móveis escolares adaptados aos modernos preceitos médicos.

Quadro 2 - Falhas nas carteiras escolares e bancos que causavam deformidades e defeitos na visão

Característica do mobiliário	Efeitos relacionados ao seu uso
Mesa baixa	Inclinação para frente e aumento da necessidade da visão de perto
Mesa muito alta	Elevação indevida de um ombro, causando curvatura na espinha
Mesa muito longe	Inclinação do corpo, ferimento dos olhos, compressão do abdômen e perto (Dispepsia)
Mesa plana	Interfere na liberdade de escrita, desvantajosa com relação a luz que recebe, obriga a criança a segurar o livro em “ordem de ver”
Assento muito alto	Pés não ficam apoiados, pernas cansadas
Encosto pequeno	Causa fadiga e posturas inadequadas, curva lateral da coluna
Assento reto	Causa dor e inquietação

Fonte: Lincoln (1880, p. 64-66).

Elaborado pelo autor.

Ao refletir sobre os modelos de carteiras escolares utilizadas em escolas públicas estadunidenses, D. F. Lincoln considera que parte desses exemplares está articulada com os

quanto Fröebel são indicados como pensadores que realizaram experiências educacionais inovadoras, que tinham como intuito renovar as práticas pedagógicas por meio da educação dos sentidos. No entanto, na perspectiva defendida pela autora, outros pesquisadores também contribuíram significativamente para elaboração do método, como Bacon, Locke, Comênio e Rousseau, uma vez que o empirismo amparava as reflexões presentes nos tratados pedagógicos.

preceitos modernos, já que proporcionam um assento separado para cada criança, possuem um *design* confortável, favorecem a limpeza e a disciplina. Levando em consideração suas análises sobre os móveis estadunidenses, o autor recorre aos estudos de Liebreich para defender que a carteira escolar moderna, considerada ideal para a prática escolar, deveria possuir como característica fundamental um *design* e inovações que garantissem a saúde das crianças⁴⁴.

O entrecruzamento das informações presentes nos trabalhos de D. F. Lincoln, A. Riant e Ferdinand Buisson permite afirmar que a menção ao nome de Liebreich se sustenta não apenas no entendimento de que ele contribuiu com estudos sobre o mobiliário escolar, mas que foi uma das referências que circularam em diferentes produções, tendo dado, inclusive, nome a um modelo de carteira escolar que recebeu destaque e premiações em exposições universais⁴⁵.

Quadro 3 - Características do modelo de carteira escolar recomendado por Liebreich

A mesa pode ser utilizada por crianças de diferentes tamanhos e sexos, desde que tomem em consideração suas respectivas alturas, pesos e que seus pés fiquem apoiados adequadamente.
A borda da mesa sempre deve ser perpendicular em relação ao assento.
Os assentos devem sempre possuir um encosto (a altura deve ser sempre de 1 polegada mais baixa que a mesa para os meninos e 1 polegada mais alta para as meninas).
Em aulas em que os meninos mudam de lugar, a altura do assento deve estar regulada pela altura média dos alunos.
Em escolas em que as carteiras são destinadas a uma única criança, essa deve estar regulada precisamente as seus respectivos tamanhos.
Aconselha-se a colocar os alunos míopes, surdos ou indisciplinados à frente da sala de aula.

Fonte: Lincoln (1880, p. 77-78).

Elaborado pelo autor.

Não apenas os objetos escolares receberam a atenção de Lincoln; a organização da sala de aula também precisava estar de acordo com os requisitos higiênicos. Mesmo um móvel moderno e higiênico, em um espaço inadequado, comprometeria o desenvolvimento infantil. Para tanto, o autor discorre sobre forma, comprimento, largura, altura, janelas, tonalidades, decoração, armários e chão, considerados por ele ideais para a sala de aula. Lincoln defende a ideia de que esse espaço deva ter um formato de paralelogramo e que o professor e sua mesa sejam alocados em uma das extremidades para melhorar a acústica e o controle sobre os alunos.

⁴⁴ Os trabalhos de Liebreich comparam as carteiras estadunidenses com as alemãs. Para ele, o exemplar dos Estados Unidos possuía um assento que se reclinava de maneira mais fácil, enquanto que o alemão facilitava a manutenção da coluna das crianças ereta e na posição considerada adequada.

⁴⁵ Este assunto será mais bem explorado no capítulo II, que trata de forma mais específica sobre os móveis escolares presentes em exposições universais.

Para Antonio Viñao Frago (2001), “a aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprio, especialmente escolhidos e construídos para ser uma escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências” (2001, p. 73). A partir do Oitocentos e do desenvolvimento de estudos do campo médico e pedagógico, o lugar e o espaço da sala de aula passam a ser ressignificados. Para atender aos pressupostos da modernidade pedagógica, era necessário que se articulassem com a especialização das diversas tarefas que deveriam ser realizadas nas escolas; portanto, não era qualquer edificação que poderia atender às exigências do ensino.

Na perspectiva do pensamento de “um lugar para cada objeto, e cada objeto em seu lugar”, a criança deveria permanecer em um local (a carteira), assim como os professores (na frente da sala, de preferência sobre uma plataforma). A biblioteca, por exemplo, deveria possuir uma sala reservada para guardar e organizar livros e trabalhos. A ideia de um lugar fixo e estável é recorrente em diversos documentos consultados por esta investigação, uma vez que, além de especificações sobre a construção dos móveis escolares, seus usos e formas de organização na sala de aula também recebem destaque. Por educar e construir sentidos e significados, a materialidade precisou ser adequada de modo a privilegiar a aquisição de condutas e hábitos saudáveis, além de serem consideradas fundamentais para a prevenção de doenças.

A utilização de um edifício ou local destinado, ou não, em princípio, ao ensino, não deve confundir-se, tampouco, com o grau de dependência ou independência do mesmo em relação aos demais. Existe, sem dúvida, uma clara relação entre a construção específica, própria, e a independência espacial. Se um edifício escolar deve ser identificado arquitetonicamente como tal é, em parte, porque a instituição escolar adquire uma autonomia em relação a outras instituições ou poderes, em relação às quais antes guardava uma estreita dependência. E vice-versa (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 72).

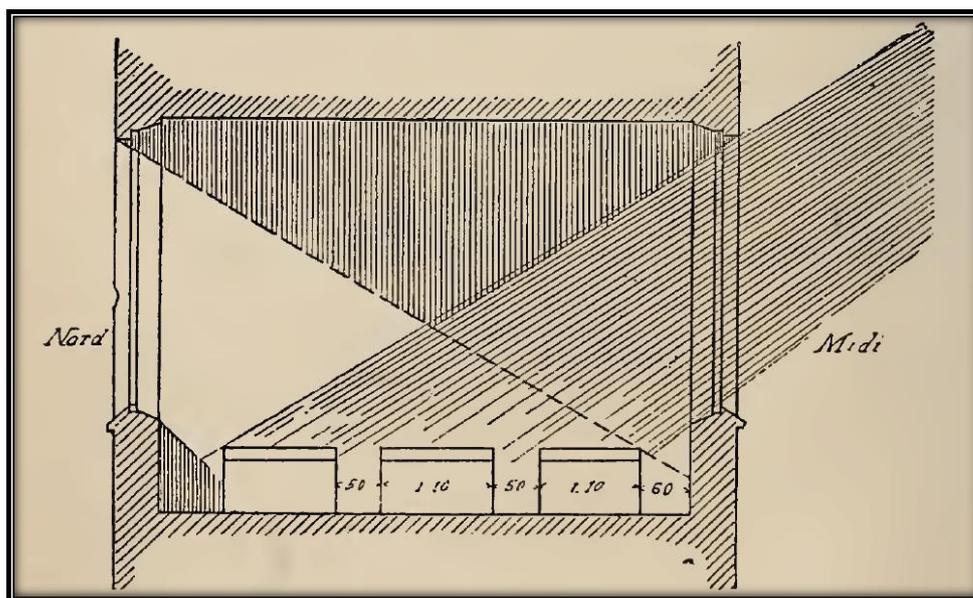
Félix Narjoux, arquiteto francês, produziu um grande número de publicações que versam sobre educação e higiene, colaborando para a percepção de discursos sobre as adequações consideradas necessárias à prática escolar nesses espaços. Na obra *As escolas públicas: edificação e instalação na França e Inglaterra*⁴⁶, publicada em Paris no ano de 1881, o autor discorre sobre documentos oficiais franceses e ingleses que prescreviam sobre mobiliário e edificações escolares. Pela análise dessa fonte, é possível também identificar uma preocupação em estabelecer critérios e apresentar propostas para todo o aparato escolar. Portas, escadas, janelas, piso, banheiros, móveis, entre outros, receberam a atenção do autor. Para evitar a disseminação de doenças e privilegiar a prática de uma educação saudável, as escolas consideradas modernas

⁴⁶ Tradução livre: *Les écoles publiques: construction et installation en France et en Angleterre*.

deveriam comportar diferentes ambientes e espaços que abrigassem a quantidade ideal de crianças a serem atendidas. A arquitetura escolar, e seus móveis, foram influenciados pela racionalidade científica do período por meio da ênfase às especificações e à construção de modelos a serem seguidos.

Como exemplo, pode-se citar a preocupação de Félix Narjoux em definir as dimensões das janelas e o quanto a iluminação poderia irradiar para dentro da sala de aula. Tal preocupação não se dava por acaso, mas estava fundamentada na ideia de que a luz era imprescindível para evitar moléstias oculares, uma vez que auxiliava a leitura e a escrita. A organização dos móveis e outros utensílios não era vista apenas como um benefício para a prática pedagógica, mas também para a circulação de ar, uma vez que, se essa fosse efetiva, poderia prevenir a transmissão de doenças respiratórias. A atenção com o aglomeramento de pessoas passa a preocupar com a descoberta de bactérias e a transmissão de enfermidades; nessa direção, a organização escolar deveria ser revista, considerando também o objetivo do saneamento das cidades.

Figura 2 - Estudo sobre a entrada de luz na sala de aula



Fonte: Félix Narjoux, 1881, p. 68

Sebastián B. Rodríguez (1891) também colabora com a percepção de ideias semelhantes em torno do mobiliário. Sua tese, *Higiene escolar e suas relações com a miopia*, apresentada à faculdade de Medicina para a obtenção do título de doutor em Medicina e Cirurgia, no ano de 1891, em Montevideo, Uruguai, pauta-se pelo entendimento de que seus estudos poderiam colaborar em favor de uma boa saúde e um melhor desenvolvimento das habilidades físicas dos alunos que frequentavam as escolas públicas uruguaias.

O objetivo de sua tese foi examinar uma das questões da higiene escolar que, segundo ele, desde o início do Oitocentos vinha chamando a atenção de médicos, higienistas, pedagogos e de todos os que se preocupavam com a educação e estavam interessados em cuidar “da infância que se educa nas escolas públicas”⁴⁷ (1891, p. 9) do Uruguai. Para o autor, devido ao fato de grande quantidade de instituições educativas uruguaias não atenderem aos requisitos básicos da higiene escolar, a escola seria um espaço responsável pela aquisição de doenças por parte de muitas crianças, tendo ele constatado um aumento das queixas de dores de cabeça, distúrbios gástricos e fadiga intelectual. Para destacar os malefícios de escolas não adaptadas, Rodriguez cita suas experiências como aluno nesses espaços, afirmando que sentia medo de voltar aos bancos escolares, porque, depois de duas ou três horas, passava a sentir dores de cabeça e não conseguia prestar atenção aos ensinamentos do professor. Ao ingressar no curso de medicina, teria identificado que suas dores e queixas estavam relacionadas à negligência e à ignorância dos saberes médicos, o que o motivou a investir em pesquisas para sanar esses problemas.

Enfatiza que para a produção da tese visitou diversas escolas uruguaias, consideradas por ele, em sua maioria, impróprias e defeituosas, por espalharem muitos problemas de saúde entre os alunos. A posição dos estudantes nas carteiras era um dos alvos de suas análises. Para o autor, o ato de sentar de maneira incorreta era a causa de diversos problemas de saúde, entre eles: curvaturas na coluna cervical (Cifose), inclinação imprópria da cabeça e anomalias na caixa torácica. A justificativa apresentada era que, ao encostar o peito na mesa, os órgãos vitais ficariam posicionados de forma irregular, prejudicando a respiração e a concentração.

Dentre os problemas de saúde por ele identificados nas escolas visitadas, a miopia passou a ser um dos elementos principais de suas análises, tendo em vista que essa “doença silenciosa” vinha produzindo inúmeras vítimas e contribuindo para um quadro escolar em que a enxaqueca era recorrente. Para sustentar seus argumentos, apresentou dados de duas escolas localizadas em cidades estrangeiras - Nova Iorque (EUA) e Neuchâtel (Suíça) -, pois o Uruguai não tinha dados estatísticos sobre essa questão.

Tabela 1 - Dados de escolas localizadas em Nova Iorque (EUA) e Neuchâtel (Suíça)

Cidades	Nova Iorque	Neuchâtel
Crianças matriculadas	363	350
Pacientes diagnosticados com enxaqueca	63	169

Fonte: RODRÍGUEZ, 1891. Elaborado pelo autor.

⁴⁷ Tradução livre: “de la infancia que se educa en las escuelas publicas”.

Como se pode observar nos dados apresentados por Sebastián B. Rodriguez, 17,35% e 48,28% das crianças que estudavam nas escolas dos Estados Unidos e da Suíça, respectivamente, possuíam algum sintoma⁴⁸ da miopia. Em sua perspectiva, esse quadro era bastante elevado, o que fundamentaria a realização de estudos e investimentos sobre os efeitos da iluminação, dos móveis, entre outras questões escolares, de forma a colaborar para que as crianças pudessem frequentar espaços mais saudáveis, essenciais para a uma boa educação. De acordo com o autor, não bastava cuidar do desenvolvimento intelectual das crianças; era preciso também prestar atenção aos seus corpos. A partir desse entendimento, uma das estratégias defendidas era investir em capacitação de professores para que pudessem identificar e prevenir doenças nas escolas, disseminando os saberes higiênicos nesses espaços, pois só assim os alunos conseguiriam permanecer por diversos anos sem apresentar doenças relacionadas a estas questões.

Outro trabalho que faz referência ao contexto estadunidense intitula-se *Exigências higiênicas para o mobiliário escolar*, elaborado pelo engenheiro civil G. A. Bodrick, publicado em Nova York no ano de 1892. Essa obra apresenta informações sobre os requisitos necessários para que o mobiliário estivesse de acordo com preceitos modernos de ensino, além de possuir muitas ilustrações, exemplos e argumentos dedicados ao tema. De acordo com o autor, o foco no mobiliário, em especial a carteira escolar, não era por acaso: a atenção para com esse tema era fundamental por ser um lugar em que os alunos, nas escolas, passavam a maior parte do tempo sentados. Ainda na introdução do texto, o mobiliário escolar é destacado como um elemento que vinha recebendo a atenção de cientistas, médicos e professores desde, pelo menos, a última metade do Oitocentos. Apesar de reconhecer a existência de uma grande produção de artigos em revistas nos Estados Unidos, e também em outros países, e considerar que esta produção sinalizava o reconhecimento alcançado pelos móveis escolares, afirmava não haver, até aquele momento, nenhuma publicação que tratasse do mobiliário escolar de forma abrangente e que pudesse colaborar de maneira significativa com professores, comitês escolares e com outros países.

G. A. Bodrick (1892) defende que os móveis das escolas primárias deveriam ser adaptados, pela maior exposição dos corpos das crianças a influências externas. Sua preocupação

⁴⁸ De acordo com Rodriguez (1891, p. 30): “Os sintomas da miopia são objetivos e subjetivos: a maneira de olhar sempre dirigindo os olhos para dentro, o alargamento do globo ocular produzindo em alguns casos a deformação da córnea que se conhece com o nome de estafiloma, o movimento incessante das pálpebras, a fisionomia especial do indivíduo, a cifoze infantil, são sintomas do primeiro grupo. O não ver bem os objetos um tanto distantes, e sim aqueles que se encontram a uma distância menor de 0,30 a 0,35 centímetros, a dilatação da pupila, a dificuldade para ver de noite a escrita de caracteres pequenos e outros mil detalhes mais da vida diária, quando caminha, passeia, joga, conversa, etc., etc., constituem o conjunto dos sintomas subjetivos” (Tradução livre do autor).

com a infância baseia-se na ideia de que a fase adulta já não seria mais o momento adequado para corrigir “doenças” e/ou incorporar práticas saudáveis, devido a uma maior dificuldade de mudar condutas. Para o autor, muitos adultos teriam sido vítimas das escolas ainda quando crianças, o que explicava sofrerem alguma anomalia. Bancos e mesas não adaptados foram apontados como um dos maiores problemas pelo engenheiro, que os considerava responsáveis pelo desconforto das colunas e pela desatenção nas aulas. Assim como destacado na tese de Sebastián B. Rodriguez, o argumento relacionado a dificuldades respiratórias devido à má curvatura também aparece nos discursos de Bodrick.

Quadro 4 - Deformações e doenças que os usos de móveis não adaptados poderiam causar às crianças e professores

Colunas vertebrais torcidas
Hábitos de curvatura (corcunda)
Desenvolvimento muscular irregular
Curvatura lateral da coluna (escoliose)
Cifose dorsal
Anomalias no musculo peitoral
Problemas respiratórios
Miopia, hipermetropia, astigmatismo
Movimentos disruptivos

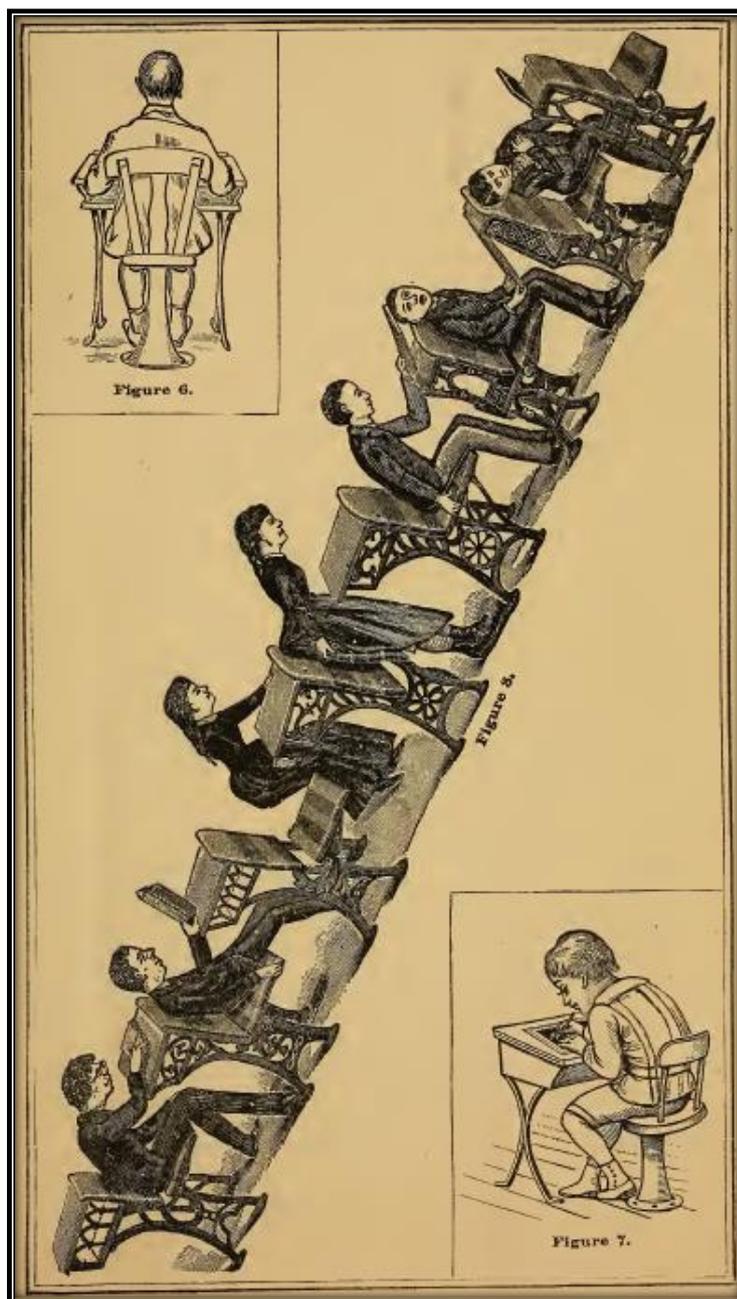
Fonte: G. A. Bodrick, 1892. Elaborado pelo autor.

Outro elemento semelhante nos dois discursos é a responsabilidade atribuída aos professores⁴⁹. Bodrick, em seu trabalho, é afirma que sem a devida orientação e vigilância dos professores e sem uma materialidade adequada, os “maus hábitos” adquiridos nas instituições escolares seriam repetidos em casa, o que poderia contribuir para agravar ainda mais a saúde da população. Nesse sentido, inovações como ajustes de altura de mesas e cadeiras, bem como projetos que favorecessem o conforto, eram por ele considerados essenciais⁵⁰.

⁴⁹ No capítulo IV serão destacadas “Fallas” de Presidentes da Província de Santa Catharina que demonstram preocupações em torno da formação de professores e sua relação com a aplicação de métodos pedagógicos e a formação de hábitos saudáveis nas crianças. De acordo com Heloisa de Oliveira Santos Villela (2008) é possível reconhecer uma maior preocupação com a formação de professores para o ensino público na Europa a partir do século XVIII, a qual estava articulada a necessidade, diante da constituição dos Estados Nacionais, em institucionalizar o ofício docente e estabelecer normas para regulamentar a profissão e suas ações.

⁵⁰ Bodrick (1892) destaca um conjunto de produções que se dedicaram a estudar as relações entre o surgimento de “defeitos físicos” com os usos de um mobiliário escolar não adaptado e são utilizadas por ele como base para suas análises. Para tanto, o ator cita o trabalho do estadunidense Nomeou Barnard, publicado em 1854, além de outras investigações europeias: Francis Fonk (1854); Dr. Schreber, de Leipsic, Saxônia (1858); Dr. Schraube, de Halle, Prússia (1859); Lanze, de Brunswick, Alemanha (1862); Dr. Passavan, de Frankfort, Prússia (1863); Freihang, de

Figura 3 - Posturas inadequadas que deveriam ser corrigidas



Fonte: G. A. Bodrick (1892, p. 9)

Com base na leitura de produções que tratavam de higiene escolar, Bodrick defendia a existência de relação entre “defeitos físicos” e o uso de mobiliários inadequados. Para evitar o surgimento de doenças na coluna vertebral e impedir a má formação de ossos, destacava quatro

Leipsic, Saxônia (1863); Dr. Farner, de Zurique (1863); Dr. Hellem, da Neufchâtel, Suíça; Prof. Meyer, de Zurique, Suíça; Dr. Paroff, de Berlim, Alemanha; Dr. Cohn, de Breslau, Prússia; Dr. Hodgins, de Toronto, Canadá (1876, 1886); Dr. Dukes, de Londres, Inglaterra (1887); Dr. Newsholme, de Londres, Inglaterra (1887); Dr. Carpenter, de Londres, Inglaterra (1887); Dr. Erismann de São Petersburgo, Rússia. Como resultados desses investimentos, Bodrick indica a grande produção de livros e relatórios publicados, bem como um conjunto de palestras e discussões realizadas em torno da higiene escolar.

princípios que deveriam ser levados em consideração no momento de idealização e construção de móveis para torná-los adequados e confortáveis:

1. Que todos os alunos, sejam os velhos ou jovens, devem ter uma mesa e um assento;
2. Que ambos devem ser fabricados de maneira que favoreçam o maior conforto e estejam adaptados da melhor forma possível;
3. Que os assentos e mesas devem ser dispostos de modo que permitam que cada aluno se desloque sem perturbar os outros; A esses pode ser acrescentado;
4. Que os assentos e mesas sejam fabricados com os melhores materiais disponíveis, para que possam durar o maior tempo possível, contribuindo assim para economizar recursos (BODRICK, 1892, p.10-11)⁵¹.

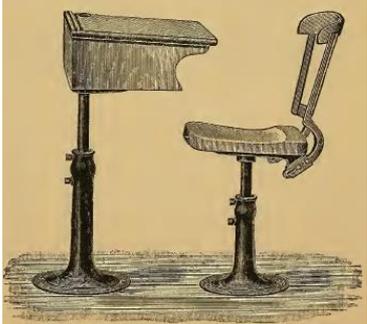
Nesse sentido, para ser considerado um móvel adequado, a carteira escolar, por exemplo, deveria seguir os quatro princípios acima listados, possuindo assento e mesa confortáveis, com tamanhos e ângulos que pudessem ser ajustados de acordo com altura de cada criança. Para este autor, o objetivo era que os assentos tivessem medidas e contornos apropriados, que favorecessem o conforto: os pés teriam que ficar firmemente descansados no chão ou no apoio da mesa quando alunos ou professores estivessem sentados; além disso, seus braços deveriam poder movimentar-se por toda a mesa sem precisar mover o restante do corpo. Por fim, Bodrick (1892) escreve que os bancos e mesas deveriam ser pensados para confortar uma ou duas crianças, para que, em casos necessários, elas pudessem movimentar-se sem atrapalhar os colegas.

Desse modo, ao reconhecer a importância dos móveis para uma vida saudável, o autor destaca a carteira escolar estadunidense, a qual, segundo ele, vinha sendo aprovada por diferentes pesquisadores dos Estados Unidos da América e da Europa como um modelo ideal a ser utilizado nas escolas⁵². O modelo por ele apresentado é muito semelhante ao *design* e às tecnologias utilizadas na carteira tipo Chandler, exemplar que teve uma grande circulação a partir do final do Oitocentos em diferentes países, inclusive no Brasil. Ambos os modelos, carteira escolar estadunidense e Chandler, contavam com a possibilidade de ajustar a mesa e a cadeira ao tamanho dos alunos; contudo, diferentemente do modelo ideal de Bodrick, a mesa Chandler possuía dois pés, conforme é possível visualizar nas imagens do Quadro 5.

⁵¹ Tradução livre: 1. That every pupil, whether old or young, should have a desk as well as a seat; 2. That both should be made as comfortable and as well adapted to their object as possible; 3. That the seats and desks should be so arranged as to permit each pupil to pass to and fro from his own, without disturbing any other in so doing. To these may be added; 4. That the more neatly and substantially the seats and desks are made at first, the longer they will last, and the greater will be the saving to the school section in the end (BODRICK, 1892, p.10-11).

⁵² Ferdinand Buisson também indica, no Relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Viena de 1873, publicado em 1875, que os exemplares de carteiras escolares fabricados nos Estados Unidos da América são referenciais no que diz respeito à adequação às exigências higiênicas e pedagógicas.

Quadro 5 - Carteira Chandler e a indicada como ideal por Bodrick

Carteira ideal indicada por Bodrick (1892)	Carteira Chandler fabricada pela Rafinetti & Irmão - São Paulo, Brasil (1916)
	
Carteira Chandler fabricada pela Móveis CIMO entre os anos de 1928 e junho de 1931.	Carteira Chandler localizada no Acervo do Colégio Piracicabano (SP) - fornecedor desconhecido.
	

Fonte: Bodrick (1892); Alcântara (2014); Representantes Comerciais (1930); Colégio Piracicabano (2016).
Elaborado pelo autor.

Trabalhos localizados por esta investigação indicam alguns usos da carteira escolar Chandler. Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), por exemplo, localizou anúncios produzidos em 1916 pela fábrica José Rafinetti & Irmão, que apresentavam a carteira Chandler como um dos seus produtos e indica que esse modelo foi requisitado e utilizado por grupos escolares paulistas. Maria Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004), por sua vez, destaca a carteira Chandler como um modelo que obteve prestígio internacional, tanto que foi utilizada por escolas de Portugal, além de ser apreciada pelos franceses, conforme indica o manual de *Hygiène Scolaire*, de Dufestel (1933), publicado originalmente no ano de 1909, em Paris, França.

No Brasil, mais precisamente no estado de Santa Catarina, a partir das pesquisas realizadas sobre a fábrica Móveis CIMO (RUGONI de SOUSA, 2015), também foram encontrados vestígios que indicam que essa empresa não só produziu exemplares da carteira Chandler, como também a comercializou. Nesta pesquisa, foram localizados *Relatórios de vendas de carteiras escolares para o Estado de São Paulo* que indicam que a Móveis CIMO forneceu, entre os anos de 1928 e junho de 1931, ao menos mil trezentos e noventa e seis

exemplares da carteira Chandler. Além da indicação de produção e comercialização das carteiras pela fábrica Móveis CIMO, também foi possível identificar a presença de seus exemplares em acervos de instituições escolares, como o Colégio Piracicabano, localizado na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo.

De acordo com Bodrick (1892), a mesa e a cadeira que seleciona como ideais para as escolas (exemplar semelhante à Chandler) tinham como característica central os seguintes elementos:

1. Elas são ajustadas de todas as formas desejáveis e cada ajuste é totalmente independente dos outros, de modo que os requisitos higiênicos exatos para cada aluno possam ser observados;
2. Nenhum dos ajustes pode ser realizado sem o auxílio de uma chave inglesa ou uma chave (em poder do professor ou outra pessoa autorizada), de tal modo que quando a carteira e o assento tiverem sido ajustados, não poderão ser alterados de nenhum modo pelo aluno, mas permanecerão na sua posição por um período de tempo indefinido;
3. Esses exemplares são fabricados com materiais muito resistentes e são construídos da maneira mais simples possível. Eles podem, portanto, ser fabricados e colocados no mercado com poucas despesas;
4. Como as bases são redondas e simples, não atrapalham a limpeza da sala de aula, uma vez que o pó apenas pode acumular entre os suportes;
5. Eles podem ser fabricados em dois tamanhos, o que permitirá satisfazer todos os requisitos de qualquer escola, uma vez que podem acomodar alunos de qualquer altura e tamanho, sem exceção (BODRICK, 1892, p. 44-45)⁵³.

Suas análises não se concentram apenas nos projetos das mesas e cadeiras. O autor aborda também, assim como outros pesquisadores localizados, como deveriam ser organizadas as salas de aula. Para ele, a luminosidade deveria ser um dos itens considerados pelos professores e diretores, pois um ambiente devidamente iluminado poderia contribuir para uma melhor leitura e escrita, prevenindo doenças. Além disso, as mesas e bancos não deveriam ser colocados contra a luz, pois o brilho intenso atrapalharia a visão. Por fim, indica que os alunos menores deveriam ficar posicionados em carteiras que estivessem de acordo com os seus tamanhos e localizadas na frente da sala e, caso fosse necessário mudar algum aluno de lugar devido ao mau

⁵³ Tradução livre: **1.** They are adjustable in every desirable way, and each adjustment is entirely independent of the others, so that the exact hygienic requirements of each pupil may be provided for; **2.** None of the adjustments can be effected without the use of a wrench or key (in care of the teacher or any other authorized person) so that when the desk and chair have been once adjusted, they cannot be altered in any way by the pupil, but will stand in the position for an indefinite period of time; **3.** They are made very strong, and are constructed in the simplest manner possible. They can therefore be manufactured and placed upon the market at little expense; **4.** The bases being round and plain, they do not interfere with sweeping, and the school-room can be kept clean from dirt and dust which now accumulates on and between the brackets; **5.** They may be manufactured in but two sizes, which will meet the requirements of any school, and will accommodate scholars of any height and size without exception (BODRICK, 1892, p. 44-45).

comportamento, o professor, em vez de colocá-lo em uma carteira que não correspondesse ao seu tamanho, poderia utilizar como estratégia punições e/ou castigos. Além dessas questões, Bodrick (1892, p. 50-51) também indica os requisitos higiênicos necessários à construção de outros móveis da sala de aula, como a escrivaninha e a cadeira dos professores, a plataforma e o quadro-negro.

Escrivaninhas: Bodrick afirma que diferentes modelos eram utilizados em escolas estadunidenses. Para ele, qualquer modelo atenderia aos requisitos necessários desde que apresentasse os seguintes elementos: uma superfície grande, nivelada, semelhante a uma mesa, não menor que 76,2 cm de largura por 152,4 cm de comprimento. Caso desejado, sob a superfície da escrivaninha poderia ser colocado um móvel de inclinação para favorecer a leitura; seria importante, no entanto, prestar atenção para que esse artefato não cobrisse os olhos dos professores, dificultando sua visão da sala de aula. Além disso, as escrivaninhas poderiam contar com gavetas e prateleiras para ajudar na organização.

Cadeiras: O engenheiro trata também das cadeiras destinadas a professores e/ou eventuais visitantes. Para ele, a cadeira deveria ser grande, confortável e bonita. Apesar de as cadeiras e móveis não serem responsáveis por “apagar” os defeitos de uma aula ruim, considera que todos os meios apropriados teriam que ser adotados para aumentar o respeito da posição e da dignidade do cargo de professor. Nesse sentido, a cadeira precisaria ser colocada sobre a plataforma, na frente da sala, espaço no qual também seriam colocadas outras cadeiras para eventuais visitantes, como os inspetores, por exemplo.

Plataforma: Em todos os contratos de construção de escolas, uma plataforma ampla e imponente deveria ser incluída. A frente da sala é indicada pelo autor como o lugar ideal para implementar a plataforma, mas isso dependeria da posição das janelas. Bodrick assume a intenção de que a plataforma deveria ser colocada em um lugar em que ela pudesse se estender por toda a parede e que sua altura não deveria ultrapassar o valor correspondente a dois degraus e sua largura não deveria ser mais estreita do que 152,4 cm.

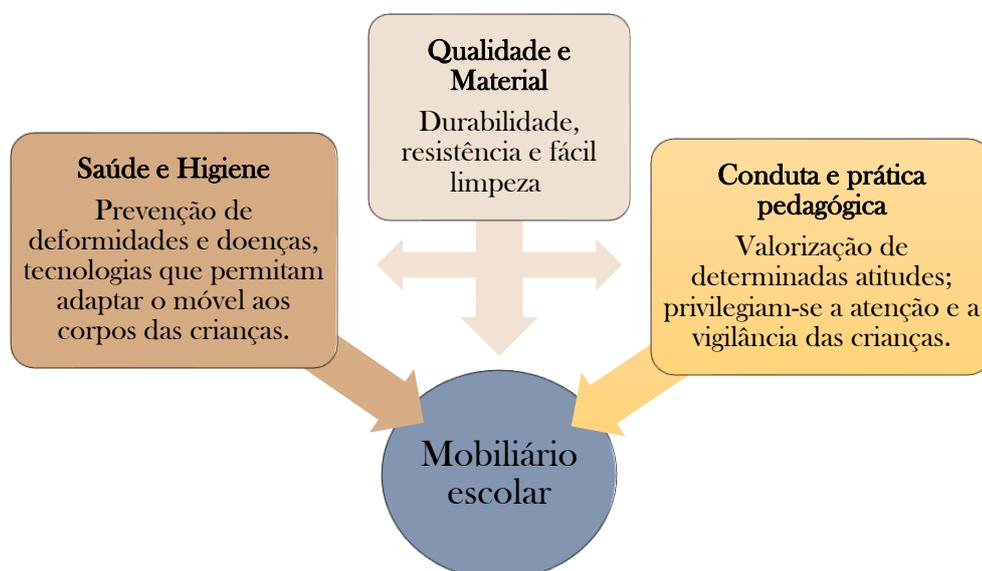
Quadro-negro: O quadro-negro é entendido como um artigo útil para todos os professores competentes e, ao lado dos assentos e mesas, é considerado o mais indispensável dentre o mobiliário escolar. Bodrick afirma que, com um quadro-negro adaptado, o docente bem qualificado e experiente poderia fazer qualquer coisa para instruir; do contrário, ficaria

perdido. Em seu trabalho, indica que todas as paredes atrás da cadeira do professor e nos espaços entre as janelas e portas, poderiam ser cobertas com um quadro-negro, colocado a pelo menos 60,96 cm de altura. Entendia que um quadro-negro que se estendesse por toda a plataforma seria indispensável para ele, uma vez que considerava essa posição como a mais adequada para a instrução.

As prescrições elaboradas por Bodrick (1892) ajudam a identificar discursos e interesses em torno da idealização e circulação do mobiliário escolar. Conforme demonstrado através da fala de médicos, educadores e engenheiros, era muito forte a defesa de que não era qualquer móvel que poderia servir à escola, mas apenas os que estivessem de acordo com os requisitos higiênicos e pedagógicos.

Observa-se, aqui, que o mobiliário aparece como um problema no plano dos discursos desses profissionais, os quais, a partir de seus estudos, perceberam que seus diferentes usos poderiam contribuir para a aquisição de hábitos e condutas, entendidos ou não como saudáveis e pedagógicos. Por meio de seus distintos argumentos e justificativas, ganha força a ideia de legitimar um mobiliário específico para o ambiente escolar, o qual deveria estar de acordo com os preceitos por eles defendidos. Nesse sentido, chama-se a atenção para a (re)invenção de sentidos e significados sobre os móveis escolares, uma vez que os que se encontravam nas escolas (em sua maioria) eram por ele identificados como atrasados e inadequados, pois não atendiam aos modernos preceitos pedagógicos.

Esquema 1 - Argumentos em torno do mobiliário escolar para ser considerado adequado aos preceitos médicos e pedagógicos de acordo com as produções analisadas



As obras até aqui analisadas permitem identificar argumentos e discursos que circularam em diferentes países sobre o mobiliário escolar considerado ideal para equipar as escolas primárias. As diferentes especificações apresentadas para atender às exigências higiênicas apontam para um tema recorrente, abordado nesses trabalhos: a necessidade de que os móveis utilizados nas instituições educativas fossem construídos de acordo com preceitos de higiene elaborados no Oitocentos. Essa preocupação fundamentava-se em estudos do campo médico e da educação, que apontavam para a importância dos artefatos relativamente a hábitos e condutas saudáveis nas escolas. Esses trabalhos, embora com diferentes especificações sobre os móveis escolares, não se preocupam em indicar um modelo de artefato, mas sentidos e significados que lhes eram atribuídos.

Por um mobiliário higiênico e pedagógico: discursos e projetos em circulação

Os discursos analisados possibilitam perceber uma das dimensões da cultura material escolar. As prescrições e reivindicações do que seria ou não adequado para compor as salas de aula estão materializadas nas representações dos objetos nos catálogos de empresas aqui estudados, os quais, em sua totalidade, demonstram preocupação em relacionar seus produtos com ideias modernas do período. Elementos que destacam a relevância do quadro-negro, a importância de carteiras ajustadas a cada aluno na sala de aula, plataformas e escrivaninhas que facilitem a vigilância do professor, uma cadeira elegante que destaque o profissional que ensina, entre outras questões, contribuem para sustentar o argumento de que não será mais possível utilizar na escola o mesmo mobiliário usado em casa; havia especificidades que precisavam ser atendidas, impulsionando a (re)invenção do mobiliário escolar.

Nesse sentido, o texto de Vera Lucia Gaspar da Silva (2013), intitulado *Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 - 1920)*, contribui para compreender o destaque dado ao mobiliário como um artefato central nos debates e nos investimentos realizados pelo Estado, no que concerne ao provimento material das escolas públicas primárias do Brasil e Portugal. Apesar de se referir a esses dois países em específico, as análises realizadas pela autora auxiliam a pensar também no panorama do presente trabalho.

Para sustentar seus argumentos, a autora constrói um quadro que retrata, em parte, o projeto material para a escola primária no Brasil e em Portugal pela voz dos pedagogos, por meio de um conjunto de prescrições contidas em manuais pedagógicos e documentos. Em termos teóricos, as discussões são sustentadas pela noção de cultura material escolar, a qual vem

“ganhando impulso no campo educativo, como subsídio para explorar e compreender cenários de igualdade x desigualdade; diferentes ritmos de aprendizagem; diferentes sentidos atribuídos ao trabalho docente e à escola, além da relação desses objetos com o progresso econômico e industrial” (2013, p. 213). O tema “higiene” surge como um elemento central ao longo do texto. De acordo com a autora, este constava no cerne dos debates em torno do provimento material das escolas, fazendo-se presente como forma de sustentar a necessidade de ampliar a aquisição de artefatos escolares (em especial, o mobiliário escolar), condizentes com preceitos higiênicos.

A escola primária era entendida como uma instituição que deveria transformar a criança analfabeta em um cidadão instruído e educado; para isso, a materialidade seria um aparato fundamental. Para discorrer sobre o debate em torno das adaptações necessárias no mobiliário, Vera Lucia Gaspar da Silva (2013) recorre a diversas imagens utilizadas no período, que tinham como objetivo apresentar a maneira correta de utilizar carteiras escolares, bem como os móveis considerados adequados para essa função. Assim como observado em fontes analisadas na presente pesquisa, a autora trata em seu trabalho sobre a preocupação em demonstrar que a saúde do corpo do escolar apenas poderia ser alcançada se fosse ensinado a sentar corretamente, com posição confortável, o que só seria possível a partir de um mobiliário saudável.

Na tentativa de construir uma representação a partir dos discursos dos pedagogos, a autora demonstra que “as prescrições relativas ao espaço, por exemplo, deixam de ser precisas, ou seja, dadas a priori, e passam a centrar a atenção no corpo do escolar” (p. 229). Existem, nesse sentido, múltiplos olhares e conhecimentos sobre as formas de conduzir e operar os trabalhos e objetos escolares, o que indica que as tensões em torno do provimento material das instituições de ensino não ocorreram de maneira linear, mas compostas de idas e vindas, de movimentos de diferentes abordagens, os quais contribuíram para a formação de uma diversidade de modelos. No processo de idealização, fabricação, comercialização, usos/desusos desses artefatos foram necessários arranjos de instituições, grupos e interesses que, com a institucionalização, a expansão da escola moderna e a obrigatoriedade escolar passaram a se relacionar para possibilitar o provimento de objetos adequados à modernidade educativa oitocentista.

A partir da análise de um conjunto de manuais escolares, foi possível localizar diferentes definições para o mobiliário escolar oitocentista. A investigação sobre esses documentos foi importante para compreender os distintos sentidos e significados atribuídos a esses artefatos. Foram fundamentais os manuais voltados à formação de professores, pois, além de organizar, contribuíram para a difusão de saberes e métodos de ensino. Conforme indica Agustín Escolano Benito (2009, p. 169),

O manual escolar é um sintetizador da cultura profissional dos professores. Em primeiro lugar, enquanto produto destinado como guia para o ofício do professor, é um elemento constitutivo dos equipamentos materiais dos profissionais do ensino. Antes de se generalizar o uso dos livros por parte de todos os alunos – fato que tem origem na substituição do modelo de ensino individual pelo de ensino simultâneo ao longo da segunda metade do século XIX –, o manual era propriedade da escola, e em alguns casos do próprio professor (ESCOLANO BENITO, 2009, p. 169)⁵⁴.

Ao considerar os ensinamentos do autor, podem-se compreender os manuais como uma espécie de “micromundo” educativo, uma vez que reúnem um conjunto de saberes político-educativos essenciais para atender às exigências da modernidade educativa oitocentista. Para Agustín Escolano Benito (2009), esses instrumentos, além de guardar uma profunda articulação com as sociedades que os produziram, serviram também - a partir de uma tentativa de regular currículos, métodos, organizações de ensino, além de práticas de professores e alunos - como sistemas de autorreferência para a construção de uma cultura material escolar. Dessa forma, por serem reconhecidos como fontes que guardam memórias de seus respectivos tempos e lugares, os manuais são entendidos pelo autor como parte do patrimônio histórico-educativo⁵⁵.

Em sua tese, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2018) destaca a importância dos manuais na construção de narrativas históricas. Ao analisá-los, a autora defende a ideia de que, apesar de terem sido elaborados em diferentes países e temporalidades, esses documentos guardam muitas semelhanças e são importantes para o estudo acerca da transnacionalização de ideias pedagógicas no século XIX. Nesse período, um modelo de escola primária estava em constituição; nesse contexto, os “manuais dedicavam parte de suas obras para orientar professores como deveriam organizar suas escolas no que diz respeito à *escolha do local e da mobília escolar* (grifo do autor)” (CARDOSO da SILVA, 2018, p. 78), pois a responsabilidade pela organização e compra desses artefatos, muitas vezes, era dos próprios professores.

Levando em consideração a importância dos manuais elaborados no Oitocentos para a constituição de um modelo de escola primária, tenho procurado investigar representações sobre o mobiliário escolar presentes nesses documentos⁵⁶, assim como discursos e saberes que

⁵⁴ Tradução livre: El manual escolar es un sintetizador de la cultura profesional de los enseñantes. En primer término, en cuanto producto adscrito como libreto al oficio de maestro, es un elemento adscrito al ajuar material de los profesionales de la enseñanza. Antes de generalizarse el uso de los libros por parte de todos los alumnos – hecho que se origina en la sustitución del modelo de enseñanza individual por el de enseñanza simultánea a lo largo de la segunda mitad del siglo XIX –, el manual era propiedad de la escuela, y, en ocasiones, del propio maestro (ESCOLANO BENITO, 2009, p. 169).

⁵⁵ Para Augustin Escolano Benito (2012), patrimônio histórico-educativo faz referência a uma cultura material e escolar compartilhada por instituições escolares que, com a obrigatoriedade de ensino e a escolarização de massa, contribuíram para que as diferentes socializações vivenciadas nesse espaço formassem um patrimônio comum.

⁵⁶ Do material pedagógico analisado, destaca-se que os manuais *Curso Prático de Pedagogia*, elaborado por Jean Baptiste Daligault, e *Pedagogia e Metodologia*, idealizado por Camillo Passalacqua, foram recomendados para

poderiam servir como indícios e pistas sobre movimentos que contribuiriam para a (re)invenção do mobiliário escolar.

Quadro 6 - O mobiliário escolar em manuais pedagógicos do século XIX

Título	Local	Ano	Autoria	
Manuale de Pedagogia e Metodica Generale	Parma, Italia.	1844	Luigi Alessandro Parravicini	
Cours Pratique de Pédagogie	Paris, França	1851	Jean-Baptiste Daligault	
Cours de Pédagogie	Paris, França.	1877	M. Ambroise Rendu	Estudantes de escolas e professores
Cours de Pédagogie théorique et pratique	Paris, França	1885	Gabriel Compayré	
Compendio de Pedagogia Pratica	Maceió, Brasil.	1886	Joaquem José de Araujo	
Elementos de Pedagogia	Bogotá, Colômbia	1888	Luis Restrepo Mejia	
Pedagogia e Methodologia (theorica e pratica)	São Paulo, Brasil.	1887	Camillo Passalacqua	Escola Normal de São Paulo
Princípios de pedagogia	São Paulo, Brasil.	1891	José Augusto Coelho	

Fonte: Parravicini (1844); Daligault (1851); Rendu (1877); Compayré (1885); Araújo (1886); Mejia (1888); Passalacqua (1887); Coelho (1891). Elaborado pelo autor.

Escrito por Luigi Alessandro Parravicini e publicado em Parma, Itália, no ano de 1844, os conteúdos presentes no *Manuale de Pedagogia e Metodica Generale* demonstram a importância do mobiliário escolar na construção de uma cultura higiênico-pedagógica nas escolas primárias e trazem indicadores sobre discursos e saberes considerados essenciais para esses espaços. De acordo com o autor, um mobiliário “bonito e polido” exerceria uma função educativa devido à sua contribuição para despertar nas crianças o “amor pela limpeza”. Além disso, por chamar a atenção e ser nomeado pelos estudantes, poderia servir também como estímulo para o aprendizado de seus primeiros vocábulos.

Mesmo não fornecendo referências de modelos de móveis para serem adotados em diferentes instituições escolares, por meio de seus escritos o autor evidencia preocupação com os alunos que deveriam passar a maior parte de seus dias parados ou sentados. Para evitar os prejuízos causados pela imobilidade, Luigi Alessandro Parravicini recomenda a criação de um lugar adequado e reservado para o descanso de corpos que habitualmente ficariam por muitas horas nos estabelecimentos de ensino, principalmente aqueles “condenados a ficarem sentados em cadeiras”.

Em seu manual *Cours Pratique de Pédagogie*, publicado na cidade de Paris, em 1851, Jean-Baptiste Daligault também fornece indicadores da importância pedagógica que o mobiliário

serem utilizados na formação de professores de Santa Catharina (GASPAR da SILVA; CARDOSO da SILVA; MACHADO, 2016).

escolar alcançava no Oitocentos. Para o autor, o progresso intelectual e moral das crianças não estava apenas relacionado à utilização do método de ensino apresentado em seu manual, mas dependia também da organização da sala de aula e da presença de um mobiliário adequado. Não por acaso, dedicou um capítulo de sua obra para prescrever os móveis que deveriam compor o espaço escolar, uma vez que esses eram entendidos como elementos diretamente relacionados ao desenvolvimento de uma educação intelectual (capacidade de aprender e conhecer) e à manutenção da ordem e da disciplina em sala de aula.

Para Jean-Baptiste Daligault, os principais objetos que deveriam fazer parte do mobiliário escolar de uma sala de aula que utilizasse o método misto, ou simultâneo, eram os seguintes: plataforma, escrivaninha (mesa do professor), carteira escolar, armário, quadro-negro, campainha, porta-plumas, quadro de leitura, chapeleira, crucifixo e placa de saída. O autor dedica parte do capítulo para descrever de forma mais detalhada cada uma dessas materialidades, prescrevendo usos adequados e respectivos tamanhos. Essas informações são importantes, por se articularem com os princípios político-pedagógicos defendidos pelo autor para a sala de aula. Para cumprir esses objetivos, o mobiliário escolar foi considerado fundamental.

Quadro 7 - Características dos principais artefatos que compõem o mobiliário escolar
(continua)

Mobiliário escolar	Características
<i>Plataforma</i>	A plataforma é um objeto construído pela carpintaria, que deveria possuir dimensões proporcionais à largura da sala de aula. Além de promover um maior destaque ao professor, esse artefato poderia contribuir com a vigilância das crianças.
<i>Escrivaninha ou mesa do professor</i>	A escrivaninha deveria possuir gavetas e sua altura não poderia ser maior que 75 centímetros. Além disso, esse artefato era acompanhado de uma cadeira, simples ou de palha.
<i>Carteiras escolares</i>	Esses artefatos eram compostos por um banco e uma mesa que eram unidos por três ou quatro vigas de madeiras que garantiriam sua sustentação e as distâncias adequadas para privilegiar o conforto do corpo das crianças. Uma das preocupações do autor era a de prescrever um <i>design</i> de carteira escolar que tivesse apoio para os pés. Os princípios higiênicos e disciplinares também ganham força quando Jean-Baptiste Daligault indica que as carteiras escolares deveriam ser dispostas de modo que todas as crianças ficassem com seus rostos voltados diretamente para o professor. Outro elemento que chama a atenção é a prescrição sobre o suporte de madeira utilizado para os alunos guardarem seus materiais de escrita e leitura. Privilegiar a organização do espaço era fundamental e a carteira deveria possuir soluções que contribuíssem para usos adequados.
<i>Sino</i>	O sino é usado principalmente em escolas que utilizam o método simultâneo ou misto. Esse artefato, construído de madeira, poderia ser utilizado pelo professor para chamar a atenção.

<i>Porta-plumas</i>	Placas de tamanhos variados que tinham como objetivo a guarda de plumas/penas utilizadas na escrita. Além da madeira, esses artefatos utilizavam couro macio.
<i>Quadro-negro e ardósia</i>	Recomendava-se que as escolas que utilizavam o método simultâneo tivessem pelo menos três ardósias por sala de aula (seus usos eram destinados, respectivamente, ao professor, ao auxiliar e aos alunos). O quadro-negro deveria ter ao menos um metro quadrado e, de preferência, deveria ser composto de madeira e abeto seco, uma vez que esses materiais permitiam a escrita com as marcas de giz.
<i>Quadro de leituras</i>	Considerado indispensável para a prática de leitura, escrita e cálculos com os alunos iniciantes, contribuiria para manter a atenção das crianças ao mesmo tempo.
<i>Porta-chapéus</i>	Haste de madeira com apoios para os alunos guardarem seus chapéus.
<i>Placa de saída</i>	A placa de madeira deveria ter cada um de seus lados pintados de preto e branco. Esse artefato deveria estar na porta de saída; assim, quando cada aluno saísse da sala de aula, o professor poderia acompanhar de maneira organizada, impedindo que muitos saíssem ao mesmo tempo.

Fonte: Daligault (1851). Informações sistematizadas pelo autor.

Conforme vem sendo apresentado, a atenção ao mobiliário escolar não esteve concentrada apenas em países europeus, mas foi alvo de preocupações de educadores sul-americanos. A leitura de documentos publicados no Brasil e na Colômbia, por exemplo, evidenciam, em debates educacionais desses países, discursos que estabeleciam prescrições sobre a organização escolar e o uso de um mobiliário escolar apropriado às exigências da modernidade educativa. No manual pedagógico *Elementos de Pedagogia*, publicado na cidade colombiana de Bogotá, em 1888, Luis Restrepo Mejia e Martin Restrepo Mejia, demonstram a importância do mobiliário escolar na realização das práticas escolares ao comparar que sua presença na escola seria tão importante quanto a decoração de um teatro, ou a do uso de vestimentas adaptadas em templos religiosos.

A partir de seus escritos, é possível identificar os artefatos que compõem o mobiliário escolar. Para os autores (1888), escrivaninhas, mesas, cadeiras, bancos, armários, crucifixos, quadros, mapas, relógios e outros objetos faziam parte do mobiliário de uma escola. De forma semelhante à de outros documentos analisados, eles prescrevem o uso dessas materialidades seguindo pressupostos higiênicos e pedagógicos do período. Para tanto, estabelecem critérios que dizem respeito a práticas que privilegiam uma organização escolar que atenda às exigências do método intuitivo e à necessidade de cuidado com os corpos das crianças.

Quando, apesar de tudo, forem adotadas as mesas largas, que sejam construídas de um comprimento tal que possam ser colocadas duas na largura da sala, deixando um espaço de cinquenta centímetros entre ambas, e distâncias da mesma dimensão entre cada uma e a parede; que se deem a elas uma altura proporcional à estatura das crianças a que se destinarem; a superfície superior deve ter uma leve inclinação entre as suas três quartas partes e em direção ao

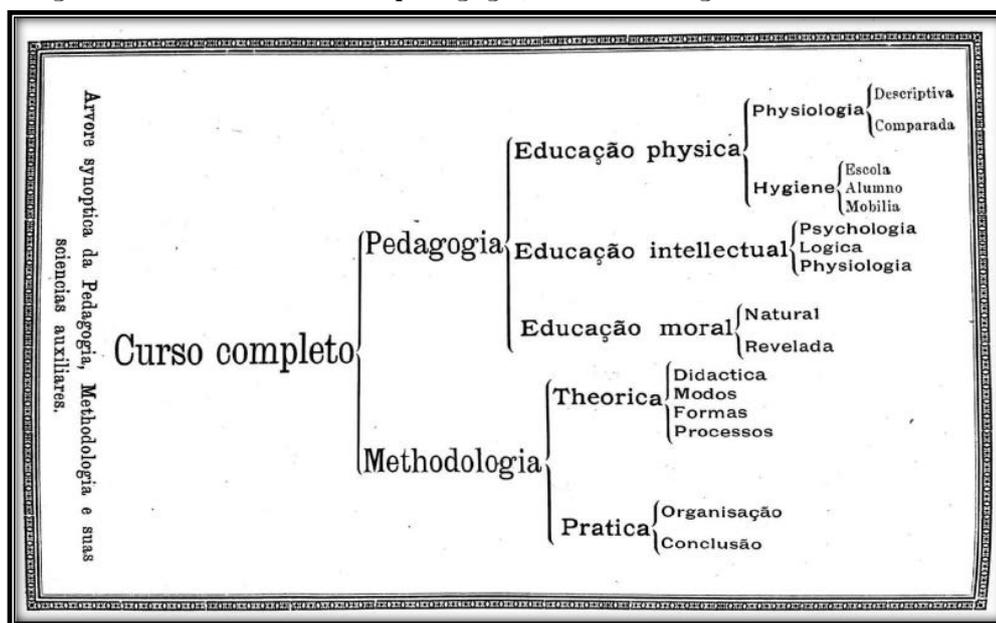
assento da criança: a restante, que se manterá horizontal, servirá de tampa de uma caixa, a qual, uma vez levantada, apresentará as mostras de escrita coladas a ela e permitirá ver na caixa os tinteiros, alças e penas das crianças; sob a tábua que forma a mesa deve haver outra que servirá para que as crianças coloquem nela os livros, cadernos, etc. de que não precisem em cada exercício.

À frente dos bancos se colocará a mesa ou a escrivaninha do Professor erguida sobre um estrado; ao lado direito dessa mesa se colocará o quadro à esquerda, um armário com fechadura para guardar os apetrechos do ensino; e perto da parede, algumas cadeiras para as pessoas que visitarem a escola (MEJIA e MEJIA, 1888, p. 326)⁵⁷.

A obra do padre Camillo Passalacqua, publicada em 1887, intitulada “*Pedagogia e Methodologia (theorica e practica)*”, também dá ênfase à mobília escolar presente na sala de aula como um artefato fundamental para a formação de condutas higiênicas e para a aquisição dos conhecimentos do programa de ensino. O autor compreende que os móveis escolares adaptados estão intimamente articulados a pressupostos pedagógicos defendidos para a educação das crianças. Considerava essencial um corpo saudável para um “funcionamento physiologico regular” e isto, portanto, deveria ser item de preocupação de professores e governantes. O reconhecimento da materialidade escolar como um elemento que educa pode ser percebido pela organização do manual pedagógico, uma vez que a “*mobília*” era parte da Educação *physica*, da qual a “*Hygiene*” era um dos seus pilares.

⁵⁷ Tradução livre: Cuando, á pesar de todo, se adopten las mesas largas, constrúyaselas de una longitud tal que puedan colocarse dos á lo ancho del salón dejando un espacio le cincuenta centímetros entre ambas, y otros de la misma dimensión entre cada una y la pared; déseles una altura proporcionada á la estatura de los niños quienes se destinan; la superficie superior debaten una leve inclinación en sus tres cuartas partes y en dirección al asiento del niño: la restante, que se conservará horizontal, servirá de cubierta de un cajón, la cual, una vez levantada, presentará las muestras de escritura adheridas á ella y dejará ver en el cajón los tinteros, mangos y plumas de los niños; debajo de la tabla que forma la mesa debe haber otra que servirá para que los niños coloquen en ella los libros, cuadernos, etc. que no necesiten en cada ejercicio. Al frente de las bancas se colocará la mesa o pupitre del Profesor levantada sobre una tarima al lado derecho de esta mesa se colocará el tablero a la izquierda, un armario con cerradura para guardar los útiles de enseñanza; y cerca de la pared, unas sillas para las personas que visiten la escuela (MEJIA e MEJIA, 1888, p. 326).

Figura 4 - Árvore sinótica da pedagogia, da metodologia e ciências auxiliares



Fonte: Passalacqua, 1889.

Para Camillo Passalacqua (1887), o progresso científico que ocorreu no século XIX muito contribuiu para melhorar o estado sanitário educativo das escolas e podia ser identificado pelo empenho que diversos países vinham realizando para “amenizar a vida escolar” dos alunos. O desafio de médicos, educadores e industriais era o de modificar a antiga mobília, criando novos exemplares que respeitassem a “natureza”, a organização e as condições das crianças. O autor entendia que o mobiliário escolar e, em especial, a carteira (mesa-banco), deveria ser construído de modo que atendessem aos principais argumentos higiênicos, que também eram defendidos em outros impressos pedagógicos: a ideia de que *a criança não deveria acomodar-se ao banco, mas o banco à criança* também é utilizada pelo autor para evidenciar a necessidade de compreender que a mobília, por ser tomada como um elemento pedagógico e educativo, estava diretamente articulada com o desenvolvimento das crianças.

A preocupação em prescrever modelos de móveis escolares também aparece em diversas ilustrações presentes no manual, as quais tinham como objetivo demonstrar os riscos de uma “posição viciosa” na prática da escrita e da leitura. Os argumentos de Camilo Passalacqua articulam-se com a racionalidade pedagógica e higienista do período, uma vez que o autor se preocupa em prescrever formas, dimensões e usos considerados corretos do mobiliário, de modo a conformar as práticas escolares de professores e alunos. Nessa direção, recebem maior destaque no manual as recomendações para evitar a má postura (lordose e escoliose) e os problemas de visão (vista cansada e curva), tais como: a necessidade de que o professor estivesse

empenhado, em “todo tempo e a toda a hora” na tarefa de fiscalizar a posição dos alunos ao ler e escrever; na organização da sala de aula, de modo que essa não se convertesse em estabelecimento ortopédico, mas que respeitasse a liberdade de movimento das crianças e seu desenvolvimento ao utilizar móveis adequados a esse objetivo.

Figura 5 - Posição normal do aluno na escola



Fonte: Passalacqua (1889, p. 59 e 61).

A leitura do manual elaborado por Camilo Passalacqua também permite perceber a circulação de argumentos em torno do mobiliário escolar, uma vez que o autor indica que países como a Alemanha, Suíça, a França e os Estados Unidos da América vinham idealizando exemplares que poderiam servir como referência para que professores pudessem modelar as salas de aula em que atuavam. Além da atuação docente no que diz respeito à organização da sala de aula, o autor chama a atenção para a necessidade da realização de inspeções escolares para fiscalizar as condições de funcionamento das escolas, principalmente em relação ao edifício, à aula e à mobília. Nesse sentido, o mobiliário escolar, ao ser ressignificado como um elemento pedagógico, passa a ser alvo de um conjunto de ações que visavam a garantir que seus modelos e usos estivessem de acordo com a modernidade educativa oitocentista, a qual vinha sendo legitimada por educadores, médicos e industriais:

Muitos e variados systemas de mobilia tem-se inventado; póde-se dizer que cada nação tem um modo especial de mobiliar suas escolas. Pelo que deixamos dito, qualquer professor seria capaz de modelar a mobilia para sua escola. Entretanto vamos expôr o que ha feito neste sentido. Sem nos occuparmos com os modelos allemães, suissos, suecos e francezes; os bancos e mesas americanas do Norte são, nos parece, os que nos servem a nós. Os modelos americanos

são de um, de dois, de tres e mais logares. Há outros modelos nos quaes o banco e a mesa formão uma só peça [...] achamos que nenhum melhormento dos que indicamos será plenamente executado enquanto não houver da parte da autoridade competente uma fiscalisação mais repetida sobre os estabelecimentos escolares (PASSALACQUA, 1889, p. 63).

Desse modo, a partir das indicações de diferentes autores presentes em manuais pedagógicos, identifica-se que o mobiliário escolar recebeu grande atenção, uma vez que seu significado na sala de aula sofreu alterações. Os manuais analisados demonstram que o equipamento deixa de ser considerado apenas um “elemento de apoio”, para ser entendido como uma materialidade essencial ao desenvolvimento das crianças e à aplicação de métodos pedagógicos que vinham sendo legitimados como fundamentais para a (re)invenção da modernidade educativa. Para padronizar os móveis que seriam utilizados em escolas primárias, os manuais também se preocuparam em indicar tamanhos e *design* considerados adequados, informações essas que passaram a ser utilizadas para a construção artesanal ou fabril.

Nesse sentido, Marcus Levy Bencostta (2013) fornece elementos que ajudam a compreender a importância alcançada por saberes médicos nas fábricas francesas que, utilizados por arquitetos, *designers* e educadores, participaram ativamente na idealização de mobiliários para modernizar as instituições escolares. Acompanhando as transformações e experiências dos discursos pedagógicos, os artefatos fabricados passaram a responder também a preocupações relacionadas ao bem-estar dos alunos e ao movimento higienista, discussões que vinham sendo debatidas, principalmente a partir do final do século XIX, e que a indústria, para atender ao nicho do mercado escolar, passou a incorporar em seus produtos.

Marcus Levy Bencostta (2013) destaca, ainda, o papel desempenhado pelos arquitetos na elaboração de projetos que visavam a construir ou adaptar preceitos higiênicos à arquitetura dos edifícios escolares, ginásios, escolas normais, bem como a equipamentos, mobiliário e objetos escolares. A entrada dos arquitetos no universo escolar, a partir da segunda metade do século XIX, contribuiu para o fortalecimento de uma “linguagem arquitetural” que forneceu elementos para o emprego de novas técnicas, materiais, soluções que tinham como objetivo melhorar consideravelmente a higiene das crianças a partir da utilização dos artefatos. Desse modo, o autor destaca fontes referentes a dois arquitetos franceses, considerados modernistas e vanguardistas do século XX, Jean Prouvé e André Lurçat, além de documentos que auxiliam “na explicação e análise de uma cultura em tempo em que se constata uma rápida evolução na qualidade do mobiliário escolar” (LEVY BENCOSTTA, 2013, p. 21).

Parto do princípio que o desenho desse mobiliário não deixou de acompanhar as transformações e as experiências dos discursos e projetos arquiteturais

voltados para a construção de edifícios escolares. Ao pensar desse modo, vem de imediato uma questão que diz respeito ao modo como os arquitetos reagiram à preocupação de médicos e educadores que diagnosticavam a necessidade de objetos que estivessem higienicamente adequados ao bem-estar dos alunos em sala de aula. Certamente, pensaram que as técnicas ergonômicas e estéticas utilizadas nos novos materiais não deveriam contrapor-se às ideias pedagógicas modernas. Digamos que eles não permitiram que tais questões fossem despercebidas em seus desenhos, e ao seu modo interagem com esses outros profissionais, também preocupados em formatar o universo escolar (LEVY BENCOSTTA, 2013, p. 21).

Nesse sentido, complementa que o universo escolar francês sofreu alterações no mobiliário escolar, pois, se no século XIX os artefatos dos estabelecimentos de ensino se resumiam a bancos e mesas, a partir do Novecentos passaram a identificar a entrada de outros móveis com diversas soluções, como ajustes de altura do banco e do tampão da mesa, apoio para os pés e um *design* que privilegiava o conforto – indícios também localizados pela presente investigação a partir dos relatórios que tratam do mobiliário e também por catálogos de empresas. Os projetos e imagens dos móveis elaborados pelos arquitetos apresentados pelo autor permitem pensar também sobre as alterações realizadas nos artefatos escolares. Seus estudos, articulados com os dados localizados no decorrer da pesquisa, auxiliam a refletir sobre a busca para fazer desses produtos objetos que estimulassem a imaginação de educadores e médicos.

Ao pensar sobre a difusão do higienismo e dos ideais de renovação e modernização pedagógica, Heloísa Helena Pimenta Rocha (2010b) indica os congressos nacionais e internacionais de higiene escolar como espaços que contavam com a participação de um número significativo de representantes de diferentes países e que estavam articulados com um conjunto de iniciativas de variados campos do saber, os quais buscavam interferir na configuração do campo educacional. Para a autora, esse movimento se consolidou, principalmente entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, em um “contexto marcado por intensas transformações sociais, importantes reformas educativas ligadas à expansão da escolarização, pela difusão dos ideais de renovação e modernização pedagógica” (p. 236).

Ainda de acordo com a autora, os investimentos realizados por médicos buscavam produzir novos modos de viver em sociedade; para tanto, a escola foi reconhecida como um lugar privilegiado para o cuidado e o desenvolvimento das crianças. Por essa razão, a instituição escolar recebia a atenção de diferentes grupos, os quais procuravam torná-la um espaço modelar para práticas consideradas saudáveis. Assim, em suas pesquisas, a autora identificou uma recorrência de discursos que tinham como tema a vigilância e os requisitos prescritos para os edifícios e o mobiliário das instituições escolares. Esses discursos visavam a garantir a

incorporação de práticas que pudessem prevenir determinados quadros “mórbidos”, bem como o desenvolvimento físico e intelectual das crianças.

As ideias higienistas e a busca pela adaptação do mobiliário escolar também circularam na província catarinense. A partir do Relatório da Instrução Pública do Estado de Santa Catharina, elaborado em 1897, pode-se identificar a existência de um tópico que trata especificamente da situação das mobílias. De acordo com esse documento, havia escolas catarinenses que estavam com as mobílias em estado “deplorável” e outras que sequer possuíam tais artefatos, embora fossem fundamentais para a sala de aula, uma vez que a “elegância” desse espaço não poderia ser apenas garantida por boa disposição, asseio, capricho e aplicação de professores e alunos. Horácio Nunes Pires, então diretor geral da Instrução Pública, mesmo reconhecendo a necessidade de adquirir novos exemplares para atender às demandas das escolas, informava a situação do estado, que, segundo consta no relatório, não tinha recursos suficientes, mas vinha realizando esforços para, pelo menos, reformar alguns móveis e objetos.

Conforme autorização vossas [Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Hercílio Pedro da Luz], tenho mandado fornecer bancos, classes, cadeiras, mezas, quadros negros e outros objectos absolutamente indispensaveis a diversas escolas.

O meu desejo seria renovar as mobílias de quase todas as escolas; mas isso importaria em não pequena soma, que o Estado não pode despende em um só tempo (SANTA CATARINA, 1897a, s/p).

Ainda de acordo com o mesmo relatório, as inspeções escolares constituíam estratégias fundamentais para garantir, por exemplo, a aplicação de métodos e da moral, além de também avaliar a situação do mobiliário escolar. Tal estratégia, defendida pelo diretor da Instrução Pública da então província, o era também por outros profissionais, como Rodríguez (1891, Uruguai), Bodrick (1892 - EUA), Ferdinand Buisson (1911- França), Troncoso (1910 - México). Todos as consideravam serviço necessário para obter melhores resultados. A presença de discursos em torno da defesa da inspeção escolar em diferentes locais é um sinal da internacionalização de estratégias escolares comuns, alçadas como ideias para promover a governabilidade, a modernização das materialidades escolares e, por sua vez, um desenvolvimento do nível educacional.

A inspecção das escolas representa papel importante neste regime. As funções dos inspetores são de tal natureza e exercem uma influencia tão directa e preponderante que, pode se dizer, é ao seu bom desempenho que se há de dizer a maior parte do progresso do ensino primário. É por intermediação d’elles, lendo os seus relatórios e ouvindo-os assiduamente, que o governo se colloca em contacto com o movimento escolar, informando-se da capacidade dos professores, do progresso dos alumnos, da applicação dos methodos do

caracter moral da escola, do seu estado material, etc. (SANTA CATHARINA, 1897b, p. 62).

Com base em trabalhos de Gizele de Souza (2007), foi possível identificar as condições materiais das escolas paranaenses e discursos higienistas e pedagógicos que circularam nesse estado brasileiro entre o final do Oitocentos e o início do Novecentos. A partir de informações provenientes de um conjunto de relatórios, regulamentos, catálogos, entre outros documentos, a autora discute acerca da organização dos espaços e das condições materiais de escolas públicas primárias daquele estado. Suas reflexões ajudam a perceber a circulação de ideias comuns em torno da modernização do mobiliário escolar em diferentes locais, contribuindo, assim, para a formação de um quadro de estratégias e discursos presentes em torno dos artefatos das escolas.

Nesse sentido, a partir de seis trabalhos, pode-se identificar que as autoridades paranaenses também estavam descontentes com o cenário educacional do estado no início do Novecentos⁵⁸ e que, para modernizar suas escolas de acordo com os modelos propostos e tidos como referência, implementaram ações e estratégias que tinham como base de referência os grupos escolares paulistas. Isto significa que o governo paranaense procurou adequar as escolas aos preceitos higiênicos. Os documentos apresentados pela autora indicam que os artefatos escolares eram reconhecidos também como um “subsídio importante para a formação do caráter infantil”, conforme destacado pelo relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907, na página 59, citado pela autora.

Gizele de Souza ainda apresenta documentos que mostram a importação do mobiliário e dos livros estadunidenses para algumas instituições, assim como o relatório do almoxarifado da instrução paranaense do ano de 1917, o qual pode fornecer indicadores da melhoria dos artefatos escolares no estado, uma vez que nesse espaço eram reparados e, posteriormente, destinados às escolas públicas. Como exemplo de mobiliário utilizado, destacam-se as cadeiras de um braço, os quadros-negros, as carteiras nacionais, as carteiras americanas, afora cadeiras, armários e mesas.

Com relação à modernização das escolas paranaenses, as pesquisas de Gizele de Souza (2007) indicam uma forte presença de discursos no sentido de fazer com que a instrução pública fosse integrada ao projeto republicano de renovação de costumes e do progresso. Embora os documentos tratem dos investimentos das autoridades em busca da modernização da instituição

⁵⁸ Os documentos apresentados por Gizele de Souza indicam que era reconhecida pelo governo a grande precariedade das instituições escolares, tanto que relatórios elaborados no período sinalizam a necessidade da construção e adaptação dos edifícios, das salas de aula e do mobiliário.

escolar, a autora destaca que estiveram aquém do necessário para atender às demandas daquele estado. Nesse sentido, esse trabalho contribui com importantes elementos para uma melhor compreensão sobre como o mobiliário escolar era adquirido, bem como com elementos do seu fornecimento.

Em uma das correspondências por ela localizadas no acervo do Departamento do Arquivo Público do Paraná, foi encontrado o pedido de um professor para que o estado providenciasse materiais apropriados ao ensino. De acordo com esse professor, não havia quadros-negros, globos e mapas adequados na instituição, o que atrapalhava o desempenho de suas atividades. Por isso, solicitou ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1912, que fossem adquiridos 1 mapa do Brasil, 1 mapa geral da América, 1 globo-terrestre, 1 quadro-negro, 1 mesa com gaveta, 3 cadeiras, 1 filtro com talha e 2 copos. O mobiliário escolar solicitado vinha sendo reconhecido por diferentes produções, a partir do Oitocentos, como essencial para a aplicação de modernas metodologias de ensino e para a formação de condutas saudáveis.

“O contraste entre o existente e o almejado” (GIZELE de SOUZA, 2007, p. 57), não era uma peculiaridade paranaense, mas também pode ser encontrado na Província de Santa Catharina. Nas pesquisas realizadas nos livros de Ofícios Expedidos da Instrução Pública do estado (ou, província), entre os anos de 1855 e 1860, foi possível localizar diversas solicitações de móveis e objetos escolares, encaminhadas por professores. Em um desses documentos, por exemplo, o professor da escola localizada na freguesia de Senhor Bom Jesus do Socorro da Pescaria Brava, em 20 de janeiro de 1860, solicitou bancos, escrivaninhas, mesa, cadeiras e outros materiais de ensino. Em outro ofício, enviado à Instrução Pública em 12 de novembro de 1860, o professor Joaquim Teixeira Couto solicita a compra de móveis e objetos para a escola de Primeiras Letras, do sexo masculino, da Freguesia de Sant’ Anna do Merim. Dentre os artefatos requeridos, identificam-se uma cadeira, seis escrivaninhas, seis bancos, uma mesa, dez lousas.

Em 1863, ao também solicitar a compra de materiais adequados para a escola, o professor Antonio Marques da Silva, da cidade de São Francisco, destaca que esses materiais deveriam ser adquiridos não apenas para atender às exigências do ensino, mas, principalmente, para garantir a frequência dos alunos (SANTA CATARINA, 1863). A leitura dos pedidos de móveis e objetos escolares, realizados pelos professores catarinenses e paranaenses, além de ajudar a levantar informações sobre as ações em torno do provimento material, são indicadores do que, então, seria para eles uma sala de aula ideal para o exercício “pleno” de suas atividades.

Quadro 8 - Relação de artefatos necessários a uma sala de aula

4 bancos com carteiras
8 tinteiros
8 cartilhas
8 cartas de sílabas
8 lousas
1 escrivaninha
1 mesa grande com gavetas

Fonte: SANTA CATHARINA, 1863, p. 37.

Por meio do *Pédagogie et D'Instruction Primaire*, organizado por Ferdinand Buisson (1911), pode-se dizer que os objetos solicitados por professores catarinenses e paranaenses muito se assemelhavam aos que também eram evidenciados por Buisson (1911) como essenciais para o ensino francês. No caminho teórico-metodológico adotado pela presente pesquisa, ao analisar fontes provenientes de diferentes regiões, compreende-se que cada lugar detém suas próprias especificidades políticas, econômicas e educacionais, que interferem nas formas de apropriação das ideias. Nesse sentido, ao pensar sobre as semelhanças identificadas entre os objetos solicitados em Santa Catarina e no Paraná com as indicações de Buisson, na França, reconhecem-se, em contextos distintos, elementos comuns que indicam a construção de uma rede internacional, o que contribui para a percepção da construção de um modelo ideal de escola que passa a ser difundido e apropriado internacionalmente, conforme António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000) indicam em texto que trata da temática.

Para Ferdinand Buisson (1911), na Idade Média não se reconhecia a importância de adaptar o mobiliário escolar aos corpos dos usuários, o que colaborou para que a França demorasse muito para reconhecer a necessidade de adequar os móveis aos requisitos de uma prática saudável de leitura e escrita. De acordo com o autor, o mobiliário não recebeu atenção em seu país e, por essa razão, apresenta no verbete *mobiliário escolar*, diversas análises realizadas desde o ano de 1883, que mostram uma quantidade elevada de instituições que não possuíam o número adequado de mobílias para seu funcionamento. O quadro material por ele analisado sinaliza que muitas escolas francesas possuíam apenas cadeiras ou um único exemplar de outro mobiliário. Faltavam armários e os móveis presentes nessas instituições eram considerados miseráveis. Em suas análises, o autor mostra que a França apenas estabeleceu a posse obrigatória de, pelo menos, um móvel nas escolas parisienses em 1850. No entanto, a lei promulgada acabou contribuindo para o fortalecimento de disparidades no que se refere à materialidade escolar dessas instituições, uma vez que não previa em lei qual deveria ser o móvel

fornecido, o que provocou as mais diferentes interpretações e a entrada de artefatos diferentes em cada instituição escolar.

Para romper com o “atraso” material das escolas, Ferdinand Buisson (1911) destaca que a França deveria tomar a Alemanha e os Estados Unidos como exemplos, pois esses países já tinham implementado reformas em seus sistemas educacionais a favor da utilização de móveis considerados adequados. No período em que ele organizou o *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire* (1911), o documento que prescrevia as normas relativas aos móveis escolares era a *Instrução Especial Relativa à Construção, Móveis e Materiais de Ensino das Escolas Maternais e das Escolas Primárias Elementares*⁵⁹, publicada em 1887. Esse documento buscava estabelecer requisitos mínimos para os móveis e materiais utilizados nas escolas primárias francesas, como, por exemplo, as medidas e ângulos considerados corretos para os bancos e mesas. Apresentam-se aqui as prescrições⁶⁰ que tratam especificamente do mobiliário escolar:

Art. 46 - Os objetos que devem ser fornecidos pelos municípios e compor o mobiliário da sala de aula e o material de ensino em todas as escolas primárias elementares, são:

1. *Para a sala de aula:*

- a) Uma escrivaninha com um estrado para o mestre ou mestra;
- b) Bancos com mesas em número suficiente para todos os alunos frequentarem a sala de aula;
- c) Um quadro-negro, giz e esponjas;
- d) Um livro de leitura em quadros (para classes com uma única divisão elementar);
- e) Um quadro do sistema métrico ou um compendio métrico;
- f) Mapas geográficos: Departamentos, França, Europa e um mapa-múndi ou um planisfério;
- g) Um aquecedor com grade e um balde para o carvão.

2. *Ferramentas simples dos principais ofícios:*

- a) Os objetos e matérias-primas necessárias para o ensino do artesanato de acordo com os programas de ensino;
- b) Armas escolares e uma estante para armazená-las (para as escolas dos meninos);
- c) Equipamentos de ginásio: balanços, pequeno mastro, grande mastro, halteres, anilhas, escadas, corda de nó, barras suspensas, barras paralelas fixas, trave, varas, bastões, trapézio;

3. *Todos os itens necessários para a limpeza da escola, tais como escovas, baldes, espanadores, regadores, pás;*

4. *Um armário-biblioteca;*

5. *Cabides para roupas e prateleiras para cestas e sacolas;*

Art. 47 - Uma mesa com gavetas, colocada sobre uma plataforma de 0m, 30 a 0m, 32 (altura de dois degraus) servirá como escrivaninha para o professor;

⁵⁹ Tradução livre: *Instruction Spéciale Concernant la Construction de Mobilier et le Matériel D'enseignement des Écoles Maternelles et des Écoles Primaires Élémentaires.*

⁶⁰ Essas prescrições podem ser localizadas entre os artigos 46 e 50 do documento *Instruction Spéciale Concernant la Construction, de Mobilier et le Matériel D'enseignement des Écoles Maternelles et des Écoles Primaires Élémentaires.*

Art. 48 - As mesas com bancos podem ser duplas ou individuais, mas de preferência individuais;

- a) Quatro modelos serão estabelecidos para as escolas municipais nas quais não existem escolas maternas (escolas de uma só classe):
 - (i) Tipo I - para crianças cujas alturas variam entre 1m e 1,10m;
 - (ii) tipo ii - para aquelas de 1,11m à 1,20m;
 - (iii) tipo iii - para aquelas de 1,21m à 1,35m;
 - (iv) tipo iv - para aquelas de 1,36m à 1,50m;
- b) Apenas três modelos - II, III e IV - serão adotados nas escolas que recebem crianças de seis anos, ou seja, à saída da escola maternal (escolas com várias classes);
- c) Um quinto modelo pode ser estabelecido para as crianças cujas alturas excedam 1,50m;
- d) Escrever-se-á em cada mesa com banco o número do tipo ao qual ela pertence, com a indicação do tipo correspondente. Exemplo: III, 1,21m a 1,35m.;
- e) Os professores devem medir seus alunos, uma vez por ano, durante o período de retorno das aulas.

Art. 50 - Nas aulas de desenho, as mesas devem ser individuais, devendo os alunos ser posicionados em uma mesma linha e receber a luz da esquerda para a direita.

Fonte: Buisson (1911, p. 1331-1332)⁶¹.

As instruções sobre o mobiliário escolar presentes no documento de 1887 apresentado por Buisson (1911) indicam uma preocupação francesa em adequar os artefatos aos preceitos médico-higienistas. Essa ênfase pode ser identificada principalmente no Art. 48, no qual se estabelece a necessidade de as escolas primárias possuírem bancos-mesas de diferentes tamanhos para atender a crianças com alturas variadas, bem como de instruir os professores a tirarem as medidas dos alunos. Acomodar adequadamente os corpos das crianças nas carteiras foi um tema

⁶¹ Tradução livre: « ART. 46. — Les objets qui, dans toute école primaire élémentaire, doivent composer le mobilier de classe et le matériel d'enseignement et être fournis par les communes, sont: « 1° Pour chaque classe: « Un bureau avec estrade pour le maître ou la maîtresse; « Des bancs-tables en nombre suffisant pour tous les élèves fréquentant la classe; « Un tableau noir, craie et éponges; « Une méthode de lecture en tableaux (pour les classes de la division élémentaire seulement); « Un tableau de système métrique ou un *compendium* métrique; « Des cartes géographiques: le département, la France, l'Europe, la mappemonde ou le planisphère; « Un poêle ou un calorifère avec grille, un seau pour le charbon; « 2° Les outils les plus simples des principaux métiers; « Les objets et les matières premières nécessaires pour l'enseignement des travaux manuels, conformément aux programmes; « Des fusils scolaires et un râtelier pour ces fusils (pour les écoles de garçons); « Des agrès et appareils de gymnastique: portique, petit mât, gros mât, haltères, anneaux, échelles, corde à noeuds, barres à suspension, barres parallèles fixes, poutre horizontale, perches, bâtons, trapèze; « 3° Tous les objets indispensables pour la propreté de l'école, tels que balais, seaux, plumeaux, arrosoirs, pelles à main; « 4° Une armoire-bibliothèque; « 5° Des portemanteaux pour les vêtements et des rayons pour les paniers et les sacs à provisions; « 6° Les registres et imprimés scolaires, tels que registre matricule, registre d'appel ou de présence, registre d'inventaire du mobilier de l'école et du matériel d'enseignement, catalogue des livres de la bibliothèque scolaire, registre des entrées et des sorties, registre des recettes et des dépenses. « ART. 47. — Une table avec tiroirs, posée sur une estrade de 0m, 30 à 0m, 32 (hauteur de deux marches), servira de bureau pour le maître. « ART. 48. — Les tables-bancs seront à une ou deux places, mais de préférence à une place. « Quatre types seront établis pour les écoles des communes dans lesquelles il n'existe pas d'école maternelle (écoles à classe unique); « Le type I, pour les enfants dont la taille varie de 1 mètre à 1m, 10; « Le type II, pour ceux de 1m, 11 à 1m, 20; « Le type III, pour ceux de 1m, 21 à 1m, 35; « Le type IV, pour ceux de 1°, 36 à 1m, 50. « Trois types seulement, les types II, III et IV, seront adoptés dans les écoles qui ne reçoivent les enfants qu'à six ans, c'est-à-dire au sortir de l'école maternelle (écoles à plusieurs classes). « Un cinquième type pourra être établi pour les enfants dont la taille excéderait 1m, 50. « On inscrira sur chaque table-banc le numéro du type auquel elle appartient, avec indication de la taille correspondante. *Exemple*: III, 1m, 21 à 1m, 35. « Les instituteurs devront mesurer leurs élèves, une fois par an, à l'époque de la rentrée des classes. ART. 50. — Dans les classes de dessin, les tables seront simples, les élèves devant être placés sur une même ligne et recevoir le jour de gauche à droite (BUISSON, 1911, p. 1331-1332).

caro ao higienismo oitocentista, uma vez que os estudos médicos vinham colaborando com a ideia de que a posição ereta seria a mais adequada para um desenvolvimento saudável. Os discursos mencionados neste trabalho, somados a outros relatórios que serão apresentados a seguir, indicam a circulação de ideias semelhantes em diferentes países. A ideia recorrente de que “a carteira deveria se adaptar aos alunos”, por exemplo, parece ter sido um bordão utilizado como “lema” pelo movimento e sintetizava um conjunto de saberes médicos e pedagógicos.

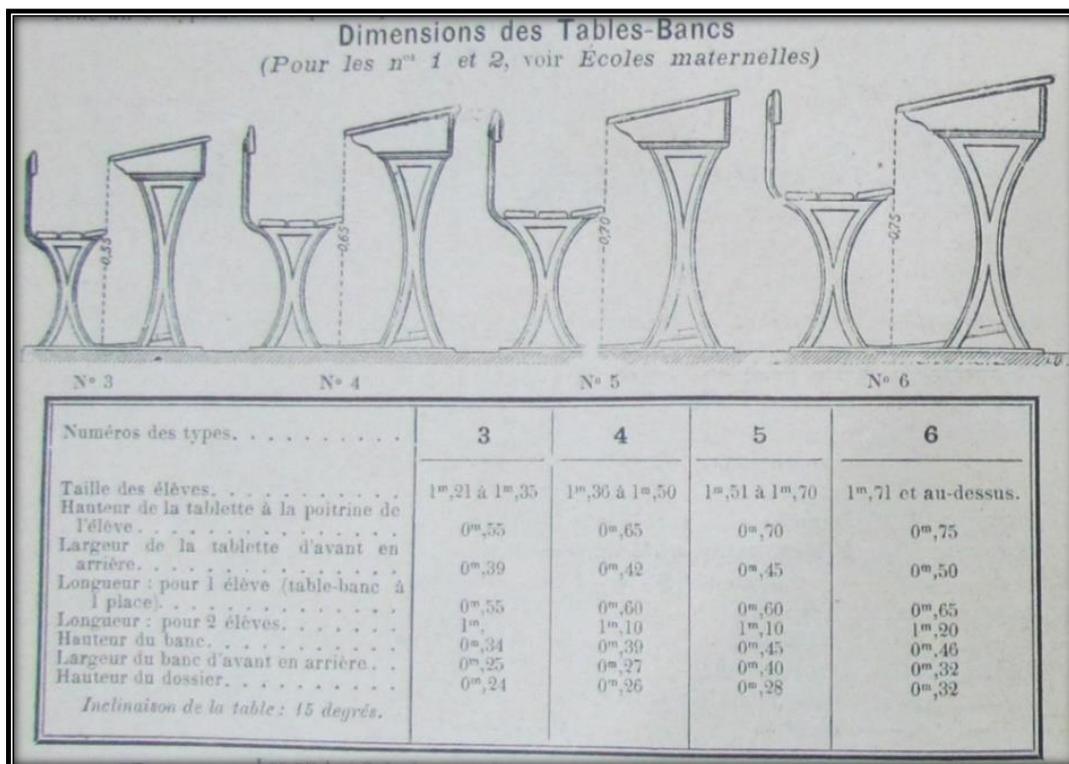
Não basta comportar, é preciso confortar

Para melhor compreender as adaptações dos móveis escolares solicitadas pela *Instruction Spéciale Concernant la Construction, de Mobilier et le Matériel D'enseignement des Écoles Maternelles et des Écoles Primaires Élémentaires* (1887), tenho recorrido ao catálogo geral *Mobilier Scolaire et Matériel d'Enseignement: écoles maternelles, Écoles primaires, Écoles normales, Écoles primaires supérieures, Intitutions, Collèges, Lycées*⁶², publicado em Paris no ano de 1900, pela Charles Delagrave.

Para “validar” o mobiliário produzido pela fábrica, o catálogo utiliza como estratégia a apresentação dos principais pontos das instruções que deveriam ser adotadas no mobiliário escolar francês, para, dessa forma, demonstrar que suas invenções estavam de acordo com essas exigências. O catálogo apresenta imagens que auxiliam na visualização de normas que o mobiliário deveria atender (Figura 6). O referido catálogo apresenta, ainda, diferentes artefatos prescritos no documento, o que ajuda a compreender suas características materiais, bem como perceber se os saberes médicos e pedagógicos estavam neles materializados.

⁶² Tradução Livre: Catálogo Geral do Mobiliário Escolar e Materiais de Ensino: Escolas maternais, Escolas Primárias, Escolas Normais, Escolas superiores, Institutos, faculdades e Liceus.

Figura 6 - Dimensões das “mesas-bancos” solicitadas nas Instruções (1887)

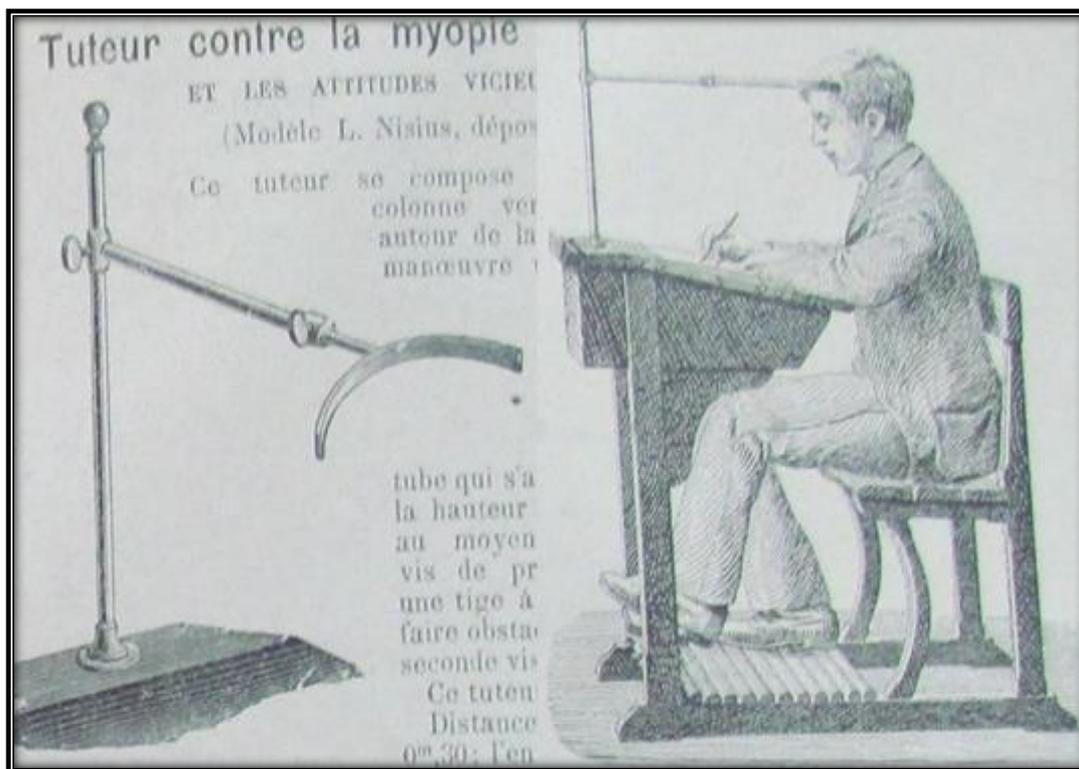


Fonte: Delagrave (1900, p. 6).

Disponível em: Museu Pedagógico José Pedro Varela, Montevideo, Uruguai.

As imagens das carteiras e suas medidas auxiliam a compreender o item “e” do Art. 48: “A distância entre o banco e a mesa deve ser zero, ou seja, a queda vertical da borda da mesa é delimitada pela borda do banco”. Essa exigência está relacionada aos estudos da medicina do período, que defendem a necessidade de os alunos sentarem próximo às mesas para que suas colunas ficassem na posição ereta, favorecendo a respiração e a atenção aos ensinamentos do professor. No mesmo catálogo também se encontra a indicação de que é fabricado um artefato que tem como objetivo “educar” os corpos dos alunos, o qual recebe o nome de *Guardião contra a miopia*. Esse objeto (figura 7) consistia em uma haste articulada que deveria ser colocada em cima da mesa, a qual tinha como objetivo prender a cabeça do aluno para que ficasse imóvel, reta e na distância considerada correta para realizar a leitura e a escrita. Artefatos como esses, que passaram a ser idealizados para a escola, indiciam sobre a cultura material escolar que se pretendia construir nesses espaços, sendo a higiene um dos seus pilares.

Figura 7 - Guardiã contra a miopia (1887)



Fonte: Delagrave (1900, p. 103).

Disponível em: Museu Pedagógico José Pedro Varela, Montevideo, Uruguai.

O catálogo Delagrave também ajuda a identificar móveis requisitados para escolas francesas: escrivaninha, carteiras, quadro-negro, quadro para leitura, compêndio métrico, mapas e armários-bibliotecas. Esses tinham como propósito a prática do método intuitivo, também nomeado por Ferdinand Buisson (1911) como “lições de coisas”. Esse método, que faz referência a um modelo de ensino que privilegiava o despertar do sentido da observação, tinha como objetivo colocar as crianças na presença de “coisas”, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las.

Vera Teresa Valdemarin (2000), ao refletir sobre o Método de Ensino Intuitivo, afirma ter ele servido como base para a modernização da forma de ensinar nas escolas, substituindo “o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução” (p. 76). De acordo com a autora, esse método se relacionou com a produção de materiais destinados a alunos e professores, os quais estavam se adaptando a mudanças significativas na cultura escolar. Os inúmeros manuais elaborados exemplificavam procedimentos e conteúdos que seriam capazes de fazer com que alunos e alunas pudessem aprender mais e melhor.

Consoantes a essa concepção epistemológica, as atividades de ensino devem ser iniciadas com as operações dos sentidos, principais instrumentos da aprendizagem, observando-se fatos e objetos que produzirão idéias, reflexão e

sua expressão em palavras. Devido ao uso dos objetos, à observação e ao resultado projetado, este método é considerado por seus propositores como sendo concreto, racional e ativo (VALDEMARIN, 2000, p. 77).

Constata-se, ainda no mesmo catálogo, que os móveis escolares também foram pensados para favorecer a aplicação das lições das coisas. Os objetos listados pela *Instruction Spéciale Concernant la Construction, de Mobilier et le Matériel D'enseignement des Écoles Maternelles et des Écoles Primaires Élémentaires* (1887), aproximam-se muito dos que foram localizados por essa investigação nos documentos referentes a escolas de Santa Catarina e também aos que foram identificados por Gizele de Souza em sua pesquisa sobre as instituições escolares paranaenses. Além disso, os modelos indicados como “ideais” para as escolas francesas pelo catálogo Delagrave (1900), muito se assemelham aos indicados pelo estadunidense Bodrick (1892).

Os móveis do catálogo Delagrave de 1900 representam, em parte, a produção de um mobiliário moderno, que estava de acordo com as ideias pedagógicas e médicas do final do Oitocentos. Logo na primeira página desse documento, a fábrica apresenta a seus consumidores algumas opiniões e características gerais dos artefatos por ela produzidos. No que diz respeito ao mobiliário escolar, Delagrave (1900, p. 1) destaca:

Lembramos que a nossa casa tem o monopólio da fabricação e venda do mobiliário escolar L. Nisius, e que também possui os modelos A. Savary: estas duas marcas são as mais apreciadas sob todos os pontos de vista, e as mais difundidas. A direção desse ramo da casa pertence ao Sr. Nisius, fabricante especializado.

Podemos elaborar outros modelos ou modificar os nossos para atender as necessidades do ensino.

A fim de facilitar a comparação dos nossos preços e condições, nós estamos à disposição de arquitetos, prefeitos, etc. para apresentá-los, gratuitamente e sem compromisso, orçamentos de mobiliários entregues na estação mais próxima da sua localidade, ou no local. Além disso, nós fornecemos referências de instalações feitas por nós em todos os lugares da França⁶³.

Como se pode observar, os móveis fabricados por essa empresa eram assinados pelo francês de L. Nisius, fabricante especializado na idealização de artefatos para as escolas, que, de acordo com Marcus Levy Bencostta (2013), possuía patentes de diferentes exemplares. O destaque ao nome de L. Nisius na capa do catálogo também dá sinais da importância das

⁶³ Tradução livre: Nous rappelons que notre maison jouit du monopole de fabrication et de vente des systèmes de mobiliers scolaires L. Nisius, et qu'elle est dépositaire des modèles de A. Savary: ces deux marques sont les plus estimées à tous les points de vue, et les plus répandues. La direction de cette branche de la maison appartient à M. Nisius, constructeur spécialiste. Nous pouvons établir d'autres types ou modifier les nôtres, selon les besoins de l'enseignement. Dans le but de faciliter la comparaison de nos prix et conditions, nous nous tenons à la disposition des architectes, maires, etc., pour leur présenter, gratuitement et sans qu'il en résulte d'engagement de leur part, des devis à forfait des mobiliers scolaires rendus à la gare la plus rapprochée de leur localité, ou mis en place. En outre, nous leur fournissons des références d'installations faites par nous dans toutes les parties de la France (DELAGRAVE, 1900, p. 1).

invenções por ele idealizadas, principalmente quando fica evidenciado que seus móveis receberam, em 1900, a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, a “mais importante premiação do mobiliário escolar”.

O trabalho de Moysés Kuhlmann Júnior (2001) ajuda a entender a importância das exposições universais. Esses espaços, de acordo com o autor, eram considerados como a “celebração da sociedade capitalista e do progresso”, uma vez que eram como que grandes palcos para a representação de espetáculos em torno da técnica e da ciência. Devido à importância que alcançaram, o que se expunha ganhava significativa repercussão em seu tempo. Nesses “palcos da modernidade” não se apresentavam apenas as novas invenções, mas também se difundiam saberes e normas, característica que leva Moysés Kuhlmann Júnior a identificar nelas um caráter didático.

Destaca-se, ainda, que nas exposições universais havia comissões instituídas com o objetivo de avaliar e classificar os inventos e metodologias divulgados. Dessa forma, os objetos eram organizados em distintas sessões para que pudessem ser avaliados por jurados internacionais. Receber um prêmio nas exposições era uma forma de certificar internacionalmente a qualidade das novas invenções, o que poderia repercutir em aumento das vendas. Na capa do catálogo Delagrave (1900), conforme já foi destacado, a empresa francesa menciona a premiação recebida em uma exposição universal; o mesmo também foi encontrado na capa de um catálogo da fábrica brasileira Reunidas de Madeira⁶⁴, produzido entre os anos de 1932 e 1934. Para serem contempladas com as premiações nesses eventos, as empresas precisavam adequar seus inventos aos modelos aceitos como legítimos e internacionalmente apropriados. A menção aos prêmios recebidos servia para as fábricas como estratégia para vincular seus produtos à noção de excelência no período, o que poderia contribuir para que os consumidores tivessem maior confiança no que dizia respeito à qualidade dos produtos e não hesitassem em adquiri-los.

A escola recebeu a atenção de diversos investimentos, principalmente a partir de mudanças nas percepções sobre a importância da infância para a criança, o que se refletiu num conjunto de alterações em seu espaço e num aumento do número de objetos escolares produzidos por uma indústria em ascensão, que, a partir da Revolução Industrial, passava a buscar novos mercados para comercializar seus produtos. Nesse sentido, chama-se a atenção para o processo de internacionalização das ideais educativas, e seu objetivo de participar das exposições universais e de aparecer junto ao Estado cujo papel crescia diante da sociedade. Este

⁶⁴ Após se juntar a outras empresas brasileiras do setor moveleiro, passou a ser denominada Móveis CIMO, nome pelo qual ficou mais conhecida.

fato constituiu de fato um impulso na comercialização de artefatos e contribuiu para a idealização de novos produtos, bem como para o crescimento de indústrias e a abertura de novos mercados. Para atender ao mercado escolar foram produzidos, por empresas do setor moveleiro, diversos exemplares de catálogos especializados, os quais constituem elemento importante na construção da ideia em torno de um modelo internacional de mobiliário escolar.

Por meio desses catálogos, ao analisar o *design* que os mobiliários passaram a adotar entre o final do Oitocentos e início do Novecentos, fica evidente a vinculação entre os saberes médico-higienistas e os pedagógicos. Para ser considerado adequado naquele período, o mobiliário deveria estar de acordo com esses preceitos; do contrário, sua comercialização seria dificultada. Isto ajudaria a explicar uma convergência do perfil dos móveis fabricados, os quais, mesmo apresentando diferentes projetos e soluções, tinham como objetivo materializar aspectos higiênicos e pedagógicos. Dentre os discursos que contribuíram para as alterações no mobiliário escolar, identifica-se, mais uma vez, a força do higienismo na ênfase em imagens e textos para sinalizar que os artefatos comercializados não apenas acomodavam os estudantes, mas também ajudavam a formar condutas e práticas.

Nos catálogos de empresas do setor de móveis situadas em diferentes países (Brasil, Estados Unidos, Bélgica, França, Inglaterra, Alemanha e Portugal), identifica-se um aumento no número de artefatos idealizados e comercializados para as escolas, de tal modo que se pode situar o surgimento de diferentes modelos de carteiras escolares, quadros-negros, museus escolares, escrivaninhas, poltronas e cadeiras. As novas tecnologias e adaptações utilizadas para a construção desses artefatos ganharam destaque nesses documentos e passaram a expressar, ainda que indiretamente, uma das facetas da modernidade, apoiadas na ciência e na racionalidade, indicadas como as bases dessa nova sociedade.

Capítulo II

Difundir e legitimar:

circulação de ideias e modelos de mobiliário escolar



As exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos” e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “efeito-demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica, etc. (PESAVENTO, 1997, p. 14).

Fundamentais para internacionalizar ideias, discursos, imagens e crenças em torno da modernidade, do comércio, do trabalho e da integração dos povos, as exposições internacionais foram grandes celebrações que ganharam espaço com o desenvolvimento capitalista e o triunfo da ciência. O livro *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*, escrito por Sandra Jatahy Pesavento e publicado em 1997, é uma obra referência no tocante aos impactos e à importância alcançada pela realização desses eventos que se anunciavam como “universais”. Por meio dos estudos da autora, é possível perceber que, mais do que apresentar aos povos os novos inventos, as exposições também difundiam ideais e contribuía para a consolidação do sistema de fábrica⁶⁵.

Para a autora, a utopia, o desejo de progresso e o sonho em torno de uma sociedade que fosse capaz de utilizar a tecnologia em favor da vida materializavam-se em novas máquinas que podiam ficar a poucos centímetros do público, organizadas em grandes pavilhões, que buscavam representar a magnitude de um novo tempo que se almejava. Sandra Pesavento, porém, entende que o encanto construído em torno das exposições universais funcionava como um “canto de sereia”. Se, por um lado, esses eventos carregavam consigo um sentido de que todos poderiam receber algo, por outro, também promoviam uma sedução junto ao público que os frequentava, um jogo de aparências e ocultamento: em nome do progresso, materializavam-se interesses de uma burguesia enriquecida que desejava apresentar-se como moderna e liberal ao mundo, de uma indústria que buscava aumentar seus ganhos e de um Estado preocupado em se mostrar próspero.

O grande investimento realizado pelos países, a cobertura midiática em torno desses eventos e a quantidade de inovações divulgadas contribuíram para que as exposições fossem legitimadas como espaços que estavam na vanguarda do conhecimento científico. Pautados em ideais de modernidade, entende-se que os novos inventos construídos pela indústria se articulavam à construção de uma cultura material moderna e os objetos destinados às escolas, conforme vêm demonstrando as pesquisas aqui desenvolvidas, fizeram parte desse movimento de internacionalização de ideias pedagógicas e de (con)formação de práticas.

⁶⁵ Sandra Jatahy Pesavento (1997, p. 14) compreende o sistema de fábrica como o “núcleo central do conjunto de transformações ao mesmo tempo econômico-sociais e político-ideológicas que acabaram por assentar as bases do desenvolvimento capitalista”.

Os “espetáculos da modernidade” que se anunciavam no período oitocentista procuraram legitimar discursos fundamentados nas renovações científicas, no desenvolvimento capitalista e na formação dos Estados nacionais. Durante as exposições universais, além da apresentação de novas máquinas e saberes, havia a intenção de representar da melhor forma possível as riquezas, qualidades e avanços tecnológicos que cada país vinha alcançando. Desde a “requintada” França ao “exótico” Brasil, era possível conhecer aquilo que cada país tinha selecionado de melhor para se apresentar ao mundo, bem como exigências econômicas e sociais do período.

O século XX foi, por excelência, um momento de transformação em múltipla escala. A população aumentara, as cidades cresceram e colocaram aos governantes toda uma sorte de exigências, desde a reordenação espacial, redesenhando as ambiências, até o cumprimento dos serviços públicos demandados pelo “viver em cidades”. Produtos novos e máquinas desconhecidas atestavam que a ciência aplicada à tecnologia era capaz de tudo ou, pelo menos, quase tudo. O valor dominante era o do progresso, caro às elites que dele faziam o esteio de uma visão de mundo triunfante e otimista (PESAVENTO, 1997, p. 29).

O caráter didático e nacionalista das exposições universais também é evidenciado nos estudos de Moysés Kuhlmann Júnior (2001)⁶⁶. No livro *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*, o autor, para analisar as relações existentes entre as exposições universais e a temática educacional, constrói uma narrativa histórica que compreende esses eventos como celebrações da sociedade capitalista e do progresso. A partir da leitura de seus trabalhos pode-se refletir sobre os “palcos da modernidade”, espaços privilegiados para a representação de uma crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Mais do que possibilitar a visualização dos novos inventos, as exposições privilegiavam a circulação de saberes de seus respectivos tempos históricos e foram fundamentais para a internacionalização de modelos considerados referência para os sistemas de ensino de diferentes países⁶⁷.

Debater propostas relativas a um conjunto de instituições educacionais, na perspectiva de promover a educação moral e a incorporação dos indivíduos na sociedade de classes também fez

⁶⁶ O livro publicado em 2001 é fruto da tese de doutorado do autor, defendida no ano de 1996, na Universidade de São Paulo (USP).

⁶⁷ Em *A loucura da automatização*, de David Franklin Noble, publicado em 2001, é possível perceber que com a expansão capitalista e industrial a partir dos Oitocentos, também ganha força uma ideia “quase religiosa” de que o avanço tecnológico levaria a sociedade automaticamente a um futuro próspero e socialmente melhor. Para o autor, os encantos e promessas a partir da inserção de novos produtos alimentaram o fetichismo através da salvação tecnológica, enquanto as discussões sobre as implicações políticas, sociais e econômicas se restringiam a pequenos grupos.

parte de interesses disseminados em espaços das exposições universais. O trabalho de Kuhlmann Júnior (2001) indica que a educação foi tomada como um dos pilares centrais para a normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna. Contudo, o autor destaca que, apesar do culto ao progresso, à ciência e à mercadoria, as exposições foram espaços nos quais o pensamento laico não teve o destaque que se poderia imaginar. Diferentemente, os documentos demonstram que a religião teve papel central nos debates e propostas apresentadas, os quais buscavam promover a difusão de uma educação pautada pela moralidade e com vistas ao controle social.

O desenvolvimento da ciência e da técnica impregnava as subjetividades, inclusive dos fiéis, evidenciando a irreversibilidade desse processo. A igreja adaptou-se às novas condições, valendo-se de sua influência para se revigorar, numa dinâmica contraditória em que condenava a racionalidade ao mesmo tempo que a ela se submetia (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 128).

Nessa direção, as exposições constituíram-se como territórios de disputas em torno de diferentes interesses. Por serem espaços privilegiados para o comércio e a difusão de ideias, nesses eventos, educadores, religiosos, políticos e industriais puderam não apenas conhecer o que existia de mais moderno, mas também participar da construção e definição do que se considerava “ideal” nas retóricas do progresso. As indústrias, ao mesmo tempo em que seguiam normativas e critérios estabelecidos nos eventos para a apresentação de suas inovações, também criavam soluções a partir de seus próprios interesses. Os modelos de carteiras escolares apresentados nesses espaços, e aqui analisados, refletiam saberes e normas higiênicas constantemente debatidos em exposições universais, mas também talhados por necessidades industriais, por decisões políticas e soluções produtivas que atendiam aos interesses em torno das matérias-primas e do *know-how* próprio de cada fábrica. A lógica capitalista de concorrência e lucro fazia parte das estratégias de mercado.

Indicando um conjunto de documentos para análise, ao investigar carteiras escolares expostas em exposições universais, a tese de doutorado de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014) permite identificar a existência de uma relação de “mão dupla” entre as exposições, a escola e a indústria. Um país que se pretendia moderno não poderia adquirir exemplares que estivessem fora de um padrão de qualidade indicado nesses eventos. Devido à sua importância, o que fosse exposto nesses espaços passava a ser considerado “objeto de desejo”, muitas vezes referenciado por reformadores, inspetores e professores como necessários para modernizar a escola primária:

De um lado, a escola movimenta o mercado e suas necessidades fazem com que ele se adapte para atender à demanda. Novos serviços se organizam e

lucram, tendo o Estado como um comprador privilegiado. De outro lado, o mercado cria objetos de desejos para a escola. O Estado dele depende para a produção, em grande quantidade e em curto tempo, de um mobiliário padronizado que corrobore para a expansão do ensino (ALCÂNTARA, 2014, p. 81).

Por ser considerada essencial à normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna, debates em torno da educação passaram a ser organizados em exposições pedagógicas a partir de 1862, na Inglaterra. De acordo com informações disponibilizadas no Relatório da Primeira Exposição Pedagógica, realizada no Rio de Janeiro em 1884⁶⁸, 180 expositores, provenientes da França, Inglaterra, Saxônia, Baviera, Wurtemberg, Áustria, Bélgica, Suíça, Rússia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Itália e Portugal, participaram da exposição que ocorreu na Inglaterra.

A primeira exposição de caráter internacional evidenciada pela literatura historiográfica ocorreu em Londres, no ano de 1851. Esse evento foi intitulado “A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”⁶⁹. De acordo com Nicolau Andresen Leitão (1994)⁷⁰, tinha como objetivo demonstrar a superioridade da indústria inglesa e legitimar o seu lugar como nação imperialista frente aos países europeus, aos Estados Unidos e, principalmente, às dezenas de suas colônias. No livro *Victorian People: A Reassessment of Persons and Themes (1851-67)*, escrito por Asa Briggs⁷¹, é possível localizar uma fala de Henry Cole, comissário da Exposição de 1851 e membro da direção da Sociedade de Artes da Inglaterra, na qual exalta o nacionalismo inglês e a organização das primeiras exposições universais.

A história do mundo não registra evento comparável, na promoção da indústria humana, como a da Grande Exposição dos Trabalhos e da Indústria de Todas as Nações, de 1851. Um povo extraordinário convidou todas as nações civilizadas para um festival, para comparar os trabalhos da perícia humana. Foi realizado por organismos privados; foi autossuficiente e independente de impostos e do emprego de escravos que os grandes empreendimentos dos tempos antigos tinham exigido. Um príncipe de sabedoria proeminente, de espírito filosófico, com sagacidade, com o poder de chefia e grande habilidade prática, colocou-se à frente do empreendimento, e conduziu-o a um êxito retumbante⁷² (ASA BRIGGS, 1954, p. 16).

⁶⁸ PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA. Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro: Documentos. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884. Acervo: Biblioteca Pedagógica Central do Departamento de Educação. São Paulo.

⁶⁹ Tradução livre: The great exhibition of the works of industry of all nations.

⁷⁰ O livro elaborado por Nicolau Andresen Leitão faz parte de uma edição especial publicada para a Expo 98, realizada em Lisboa, Portugal.

⁷¹ Asa Briggs foi um historiador inglês que tinha como foco de pesquisa o período vitoriano (1837-1901). Dentre suas principais obras, destacam-se *Victorian Cities* (1963) e *História Social da Inglaterra* (1983).

⁷² Tradução livre: The history of the world records no event comparable, in its promotion of human industry, with that of the Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations in 1851. A great people invited all civilized

O início das exposições universais é celebrado em 1851, uma vez que nesse ano a Inglaterra buscou imprimir um caráter mais cosmopolita ao evento. No entanto, outras feiras voltadas para a exposição e o comércio já vinham sendo realizadas desde o Setecentos por franceses e ingleses⁷³. Os festivais organizados pelos países atendiam a suas economias locais, visavam ao aumento do comércio, da agricultura e da indústria. Um dos motivos apontados por Nicolau Andresen Leitão (1994) para a não internacionalização desses eventos era o temor de inventores e fábricas que buscavam maior proteção para seus produtos. Para solucionar este impasse, a ideia da construção de uma lei de patentes ganhou força por atender aos interesses de industriais que visavam à comercialização internacional de seus produtos.

Tomando como base o trabalho de Moysés Kuhlmann Júnior (2001), outras fontes bibliográficas e jornais, Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018) construíram um quadro em registram uma cronologia das exposições internacionais que ocorreram entre os anos de 1851 e 1922. O referido quadro constituiu um elemento importante para a presente pesquisa, tendo em vista que permitiu, de forma sistematizada, identificar a grande quantidade de exposições realizadas e o interesse de diferentes países em sediá-las e organizá-las. Com o intuito de colaborar com os esforços que vêm sendo desenvolvidos, procurei amplia-lo com mais dados localizados por esta investigação.

Quadro 9 - Cronologia das Exposições Universais (continua)

Ano	Cidade	País
1851	Londres	Inglaterra
1853	Dublin	Irlanda
1853 - 1854	Nova Iorque	Estados Unidos
1855	Paris	França
1862	Londres	Inglaterra
1865	Dublin	Irlanda
1865	Porto	Portugal
1867	Paris	França
1871	Londres	Inglaterra
1873	Viena	Áustria
1876	Filadélfia	Estados Unidos
1878	Paris	França
1879	Sidney	Austrália
1880	Melbourne	Austrália
1881	Atlanta	Estados Unidos

nations to a festival, to bring into comparison the works of human skill It was carried out by its own private means; was self-supporting and independent of taxes and employment of slaves, which great works had exacted in ancient days. A prince of pre-eminent wisdom, of philosophic mind, sagacity, with power of generalship and great practical ability, placed himself at the head of the enterprise, and led it to triumphant success (ASA BRIGGS, 1954, p. 16).

⁷³ De acordo com Nicolau Andresen Leitão (1994), as exposições foram uma criação francesa. O primeiro evento do mundo moderno ocorreu no pátio do Louvre, em 1797, e visava ao escoamento da produção de cerâmicas, tapetes e tapeçarias que vinham encontrando dificuldade para serem comercializados devido ao bloqueio dos portos franceses pelos ingleses em uma guerra econômica entre os países.



1882	Buenos Aires	Argentina
1883	Amsterdã	Holanda
1883	Boston	Estados Unidos
1883	Antuérpia	Bélgica
1883 - 1884	Calcutá	Índia
1884 - 1885	Nova Orleães	Estados Unidos
1885	Antuérpia	Bélgica
1886	Londres	Inglaterra
1886	Edimburgo	Escócia
1887	Adelaide	Austrália
1888	Barcelona	Espanha
1888	Glasgow	Escócia
1888	Melbourne	Austrália
1889	Paris	França
1889 - 1890	Dunedin	Nova Zelândia
1891	Kingston	Jamaica
1892	Madri	Espanha
1893	Chicago	Estados Unidos
1894	Antuérpia	Bélgica
1894	São Francisco	Estados Unidos
1894 - 1895	Hobart	Austrália
1895	Atlanta	Estados Unidos
1897	Bruxelas	Bélgica
1897	Cidade da Guatemala	Guatemala
1897	Nashville	Estados Unidos
1897	Estocolmo	Suécia
1898	Omaha	Estados Unidos
1900	Paris	França
1901	Búfalo	Estados Unidos
1901	Glasgow	Escócia
1901 - 1902	Charleston	Estados Unidos
1902	Turim	Itália
1902 - 1903	Hanoi	Vietnam
1904	Luisiana	Estados Unidos
1905	Liège	Bélgica
1906	Milão	Itália
1906 - 1907	Christchurch	Nova Zelândia
1907	Dublin	Irlanda
1907	Jamestown	Estados Unidos
1908	Londres	Inglaterra
1909	Seattle	Estados Unidos
1910	Bruxelas	Bélgica
1910	Nanquim	China
1911	Londres	Inglaterra
1913	Ghent	Bélgica
1915	São Francisco	Estados Unidos
1915 - 1916	San Diego	Estados Unidos
1922 - 1923	Rio de Janeiro	Brasil

Fonte: Gaspar da Silva & Souza (2018), Kuhlmann Júnior (2001) e ExpoMuseum (2019).
Informações sistematizadas pelo autor.

A partir dos indícios localizados, foi possível constatar que no período analisado (1851 a 1922) ocorreram pelo menos 63 exposições internacionais sediadas por 21 países. Dentre os que mais organizaram eventos com essas características, estão os Estados Unidos (17), seguidos de Bélgica e Inglaterra (7), enquanto a França recebeu seis eventos internacionais. Assim como

apontam Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018, p. 125), os dados localizados ajudam a perceber que “a circulação e a regularidade das exposições atestam sua aceitação e indiciam sobre investimentos que os países fizeram para se colocar no lugar de portadores de grandes novidades, seja por sediá-las, seja por nelas expor produtos”. Ao analisar a frequência e os locais em que as exposições foram realizadas, chama a atenção a grande participação dos países com economias mais desenvolvidas. Não por acaso estavam na vanguarda do progresso capitalista e utilizaram as exposições universais como espaços para a difusão e consolidação de seus interesses.

O trabalho desenvolvido por Eric Hobsbawm (2007) sobre o “drama do progresso”, no livro *A era do Capital: 1848-1875*, auxilia na reflexão sobre o papel das exposições universais, uma vez que possibilita perceber diferentes nuances que envolvem os discursos, muitas vezes naturalizados em torno de um ideal de desenvolvimento capitalista difundido nesses eventos. Conforme o autor, o *progresso* pode ser considerado uma palavra-chave do período oitocentista, entendido por muitos como inevitável⁷⁴. Se, por um lado, o progresso promoveu um conjunto de avanços tecnológicos e desenvolvimento científico que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, por outro, foi construído ao custo da dizimação e subsidência de populações e países.

O "drama do progresso" é uma metáfora. Mas, para duas espécies de pessoas, era uma realidade literal. Para milhões de pobres, transportados para um novo mundo, freqüentemente através de fronteiras e oceanos, isto significou uma mudança de vida cataclísmica. Para os indivíduos do mundo fora do capitalismo, que eram agora atingidos e sacudidos por ele, significou a escolha entre uma resistência passiva em termos de suas antigas tradições e formas de ser ou então um traumático processo de tomada das armas do Ocidente para voltá-las contra os conquistadores: a compreensão e a manipulação do progresso por eles mesmos. O mundo deste período da história foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas primariamente dos últimos (HOBSBAWM, 2007, p. 20).

Klaus Dittrich (2013), em artigo publicado na Revista História da Educação, apresenta elementos de como eram organizadas as seções escolares nos “palcos da modernidade”. De acordo com o pesquisador, esses espaços “possuíam certo número de elementos que se repetiram em todas as exposições sucessivas” (2013, p. 215). Nesses eventos, havia debates de propostas que abarcavam diferentes níveis da educação - desde os jardins de infância às universidades; o autor, no entanto, afirma que as discussões sobre o ensino primário tinham

⁷⁴ Para Eric Hobsbawm (2007), a crítica ao modelo de desenvolvimento restringiu-se a pequenos grupos de filósofos e pensadores que não puderam prever a significativa mudança econômica e social mundial. O autor destaca que esse período também é profundamente marcado por guerras, exploração das colônias e dizimação de populações.

destaque nas exposições, o que contribuiu para fortalecer movimentos de institucionalização e expansão em muitos países.

A literatura historiográfica aponta para a importância das exposições universais em diversas áreas do conhecimento. Seguindo uma tradição do período oitocentista, os “palcos da modernidade” eram como enciclopédias que apresentavam desde rochas até as tecnologias mais modernas. Por isso, as propagandas do período evocavam esses espaços como representantes da universalidade dos povos, em que todos poderiam ter um lugar. Colaborando com esse simbolismo, Sandra Pesavento (1997) e Moysés Kuhlmann Júnior (2001) ressaltam a importância dada à arquitetura e à organização desses eventos, nos quais transpareciam intenções nacionalistas, didáticas, normalizadoras e civilizatórias. O Palácio de Cristal, construído para a Exposição de 1851, em Londres, e a Torre Eiffel, em Paris, para a Exposição Universal de 1900, são exemplos de obras realizadas pelas cidades-sede com o propósito de exibir sua superioridade econômica e científica.

Os investimentos realizados nas exposições universais mostram que esses espaços eram reconhecidos como fundamentais para o fortalecimento internacional da imagem do país, e a sua produção material era um dos pilares da construção desse simbolismo. Nesse sentido, obras, objetos, arquitetura e modelos apresentados possibilitam uma maior compreensão da cultura material do contexto das sociedades do final do Oitocentos, bem como o acirramento econômico, principalmente das nações europeias, que no começo do século XX desencadeiam a primeira Guerra Mundial.

De acordo com Moysés Kuhlmann Júnior (2001), cada país, ao sediar uma exposição, mostrava o que seria a prova de seu lugar no “concerto das nações”: cada Estado precisava reunir capacidades técnicas de fabricação e conhecimentos convergentes com a modernidade e os anseios das burguesias nacionais. O comparativo entre os países não se dava de maneira indireta, mas era um processo institucional realizado no interior das exposições. Para tanto, organizavam-se comissões formadas por um júri que tinha como objetivo classificar os materiais e modelos apresentados. Estes eram divididos em diferentes sessões para serem submetidos a uma avaliação mediante critérios estabelecidos. As premiações aos expositores de objetos nas exposições, ao serem apresentadas posteriormente a seus consumidores, passaram a ser tomadas como uma espécie de certificado internacional de qualidade, o que poderia contribuir para aumentar as vendas dos produtos.

Ao analisar catálogos fabricados por empresas moveleiras que atendiam ao mercado escolar na pesquisa por mim desenvolvida no curso de mestrado em Educação⁷⁵, pude identificar indícios dessas relações entre a indústria e as exposições universais. As menções aos prêmios recebidos apareciam com destaque nos catálogos para que os consumidores pudessem identificar facilmente que os móveis idealizados pela fábrica eram condizentes com o que havia de melhor na produção material daquele tempo⁷⁶.

Com as atividades de avaliação e premiação dos inventos, as exposições passaram a funcionar como uma plataforma de marketing para as indústrias, uma vez que tais espaços impulsionavam a divulgação dos artefatos fabricados, ampliando-os a novos mercados. Os pareceres recebidos pelas fábricas por meio das exposições funcionavam como selos, que permitiam aos capitalistas vincularem seus produtos à noção de excelência do período, o que poderia gerar maiores lucros, uma vez que os produtos premiados e “certificados” poderiam ser comercializados com preços mais elevados (RUGONI de SOUSA, 2015, p. 97).

A partir dos relatórios elaborados por Aimé Riant (1874) e Ferdinand Buisson (1875), foi possível localizar um conjunto de informações acerca de carteiras escolares premiadas na Exposição Universal de Viena, realizada em 1873 (Quadro 10). O destaque dado a esses móveis nas análises ocorre na medida em que os discursos dos autores dão a entender que eles veem a peça como um dos móveis mais importantes para a escolarização da infância. Além disso, o grande número de modelos desse artefato, divulgados por parte de distintos países, demonstra que uma carteira escolar tida como ideal ainda era um exemplar em construção. As análises de A. Riant e Ferdinand Buisson, por exemplo, evidenciam a preocupação em identificar as soluções mais eficazes e econômicas, uma vez que essas poderiam ser selecionadas para serem difundidas em larga escala.

Nesse sentido, as premiações das exposições universais foram fundamentais, uma vez que esses artefatos eram selecionados, julgados e premiados para que se caracterizassem como exemplos a serem seguidos. Atentos a essas premiações, educadores poderiam reivindicar em seus respectivos países tais inovações. Para as indústrias, por sua vez, esses “certificados de qualidade internacional”, além de servirem como instrumentos de destaque para seus inventos, permitiam identificá-los como artefatos “de qualidade” que poderiam ser utilizados como inspiração para elaborar novos inventos, dignos de alcançar tal distinção.

⁷⁵ RUGONI de SOUSA, Gustavo. Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954). 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

⁷⁶ O destaque dado aos prêmios recebidos em exposições universais também foi identificado em catálogos de fábricas moveleiras elaborados no século XIX e será foco de análise no terceiro capítulo.

Quadro 10 - Móveis escolares premiados na Exposição Universal de Viena de 1873

Instituições	Objetos Expostos	Premiações
Bahse e Haende, Chemnitz, Saxônia.	Bancos escolares (Kunze)	Medalha do Progresso
Joseph Kaiser, professor de Munique, Alemanha.	Bancos escolares (Kaiser)	Diploma de Mérito
Joseph Ross, Boston, EUA.	Melhorias de móveis escolares (Ross - Boston)	Medalha de Mérito
Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque, EUA.	Carteira escolar	Medalha de Mérito
Shattuck, Boston, EUA.	Carteira escolar	Diploma de Mérito
Nichols, Boston, EUA.	Carteira escolar	Diploma de Mérito
Bapterosses, Paris, França.	Bancos escolares (Bapterosses)	Diploma de Mérito

Fonte: Buisson, 1875, p. 94. Elaborado pelo autor.

O trabalho desenvolvido por Moysés Kuhlmann Júnior (2001) auxilia na percepção da necessidade de uma padronização da produção para que a indústria garantisse e ampliasse seus mercados. Conforme enfatiza o autor, a uniformidade pretendida não se restringia apenas ao plano material, mas era uma necessidade ideológica. Construir a cultura do consumo de novos inventos passava a ser imprescindível econômica e socialmente. Nesse sentido, a realização de congressos - internacionais e nacionais - sobre os mais variados assuntos em exposições universais foi essencial para estabelecer e difundir pesos, medidas e critérios que passariam a ser perseguidos por diversos países.

O trabalho de David Franklin Noble (2001), embora não trate especificamente das exposições universais, auxilia na percepção de suas implicações no fortalecimento de um senso acrítico sobre as tecnologias. Para o autor, é necessário desconstruir uma perspectiva que compreende os novos produtos como vencedores de uma corrida industrial em que as empresas mais aptas e os melhores artefatos seriam os vencedores. Diferentemente, David Noble (2001) chama a atenção para os aspectos políticos e econômicos que permeiam os processos de idealização e fabricação dos produtos: conflitos, interesses e relações de poder envolvem a construção das tecnologias que chegam até os consumidores. Nessa perspectiva, é importante destacar que a viabilidade de um desenho - *design* - das carteiras escolares expostas em exposições universais, por exemplo, não dependia apenas de uma avaliação dos critérios pedagógicos, higiênicos e econômicos, mas estava articulada, principalmente, com relações de poder existentes naquele período.

Acreditamos que o processo de desenvolvimento tecnológico é muito semelhante ao da evolução biológica das espécies através da seleção natural. Da mesma forma que as criaturas terrestres evoluem de acordo com a lógica anônima e automática da sobrevivência dos mais bem adaptados aos rigores da



natureza, sobrevive também a miríade de possibilidades tecnológicas geradas pela imaginação e eliminação competitiva, o que garante que apenas os mais bem adaptados aos objetivos humanos sobrevivem - como se isso acontecesse natural e automaticamente (NOBLE, 2001, p. 13)⁷⁷.

Desse modo, as inovações identificadas por A. Riant e Ferdinand Buisson em modelos de carteiras escolares apresentadas em exposições universais não podem ser tomadas simplesmente como a materialização de uma “evolução natural”, mas como conquistas de movimentos que perceberam a potencialidade da escola como espaço fundamental para difundir ideias, condutas e concepções. Os impressos pedagógicos apresentados no Capítulo I, as intervenções de médicos e educadores, assim como os debates sobre infância, higiene e educação realizados no interior das exposições são alguns dos elementos que compõem esse cenário e contribuem para a reflexão sobre como as percepções acerca do mobiliário escolar passam a modificar-se: deixa de ser considerado apenas um objeto de apoio para ser entendido como um dos elementos considerados fundamentais para a escolarização da infância.

Embora estratégias tenham sido aperfeiçoadas ao longo da realização das exposições, Moysés Kuhlmann Júnior (2001) identifica já na primeira edição - 1851, em Londres - iniciativas que foram decisivas para a criação de uma estatística internacional comparada⁷⁸. A cooperação internacional entre juristas, pedagogos e médicos foi essencial para construir uma padronização universal que poderia elaborar, referenciar e organizar os mercados consumidores. O resultado desses trabalhos foi difundido pelas exposições e serviu como referência para que outros países pudessem também fazer parte do “concerto das nações”. Países centrais da Europa e os Estados Unidos puderam, assim, construir um sistema internacional conforme seus interesses⁷⁹.

⁷⁷ Tradução livre: “creemos que el proceso de desarrollo tecnológico es muy parecido al de la evolución biológica de las especies a través de la selección natural. Del mismo modo en que evolucionan las criaturas terrestres de acuerdo con la lógica anónima y automática de la supervivencia de los mejor adaptados a los rigores de la naturaleza, sobreviven también la miríada de posibilidades tecnológicas generadas por la imaginación y el competitivo de eliminación, que garantiza que sólo sobrevivan las mejor adaptadas a los propósitos humanos - como si esto ocurriese de forma natural y automáticamente” (NOBLE, 2001, p. 13).

⁷⁸ Na tese de doutorado de Natália de Lacerda Gil, intitulada “A dimensão da Educação Nacional: um estudo sócio histórico das estatísticas educacionais da escola brasileira”, publicada em 2007, a autora analisa as relações entre a educação e a estatística no Brasil entre os anos de 1871 a 1940. Nesse período, Gil (2007) indica que se consolidou uma legitimação dos dados educacionais para a elaboração de políticas públicas, bem como para a formação de representações sobre a escola. O processo de consolidação da estatística no Brasil não foi uma tarefa fácil, a partir da leitura de relatórios, a autora identificou que nos oitocentos a Secretaria do Império não possuía a infraestrutura adequada de espaços e pessoal qualificado para coletar e analisar os dados sobre a população brasileira. No entanto, mesmo com as dificuldades, a estatística era reconhecida pelo governo imperial como um “elemento constitutivo e representativo do grau de progresso e civilização de um povo” (p. 68), uma vez acreditava-se que as estatísticas sustentariam o país a tomar as “enérgicas” medidas consideradas necessárias.

⁷⁹ No “Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro A. da Silva Prado, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas”, escrito pelo Conde de Villeneuve, delegado especial do governo imperial brasileiro sobre a Exposição Universal de Antuérpia, Bélgica, editado pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1886, o autor destaca a importância das exposições universais como eventos que divulgam a “intensidade

Klaus Ditttrich (2013) compreende as exposições universais como mídias para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário a partir da segunda metade do período oitocentista. O autor sustenta suas análises ao destacar que esses espaços eram frequentados por comitivas que tinham como objetivo conhecer e transferir saberes e artefatos pedagógicos para seus respectivos países, iniciar colaborações internacionais e realizar comparações entre os avanços educacionais das nações. Ao analisar investimentos realizados pela França, Japão, Estados Unidos e Alemanha, chama a atenção para as transferências culturais realizadas no campo educacional e como tais transferências interferiam na formação dos sistemas nacionais de ensino:

As exposições universais eram eventos transnacionais que os gestores do mundo da educação frequentavam com intenções bem específicas. De modo geral, suas intenções se resumiam em três práticas diferentes. Primeiramente as exposições eram ocasiões para informar-se sobre o que acontecia no exterior e, se necessário, para transferir elementos estrangeiros para seu próprio contexto ou, por assim dizer, aprender com o estrangeiro. Em segundo lugar, as exposições também permitiam postular o sucesso, ou até mesmo a superioridade da educação de um país em relação a outro, em um contexto de competição entre sociedades imperialistas (Charle, 2001). Em terceiro lugar, as exposições oportunizavam o início da colaboração internacional entre especialistas de diferentes países (DITTRICH, 2013, p. 215-216).

O trabalho de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), já comentado, destaca o papel das exposições universais na apresentação e difusão de “objetos de desejos” e necessidades, que passaram a fazer parte do imaginário de diversos educadores. De acordo com a autora, as novas tecnologias e adaptações na carteira passaram a expressar, ainda que indiretamente, uma das facetas da modernidade, uma vez que apresentavam o que existia de “mais moderno”. A respeito dessas mudanças ocorridas entre o final do Oitocentos e início do Novecentos, especialmente nos móveis para as escolas, Wiara Alcântara destaca que essas invenções se apoiavam na ciência e na racionalidade, admitidas como a bases dessa nova sociedade. Os trabalhos e documentos

e as condições de trabalho, a barateza relativa dos artigos de consumo em todos os Estados, afim de que desse conhecimento prático provenham aos expositores mercados novos e melhores normas de produção” (RELATORIO, 1886, p. 3). De acordo com o relatório, foram conferidos 232 prêmios aos produtos e objetos brasileiros apresentados na Exposição Universal de Antuérpia; dentre eles foram concedidos 12 diplomas de honra, 38 medalhas de ouro, 56 de prata, 66 de bronze e 60 menções honrosas. Ao comparar com os números de premiações nas exposições anteriores, que foram, respectivamente, 91 na Exposição de Paris, em 1867, 21 na Exposição de Berlim, em 1882 e 64 na Exposição de Amsterdã, em 1883, é possível perceber um aumento de premiações ao Brasil. Além disso, o pavilhão ocupado pelo Brasil também cresceu, chegando a medir 550 metros quadrados, enquanto na Exposição de 1883, este espaço era de 120 metros quadrados. Deste modo, os avanços apontados no relatório da Exposição de Antuérpia demonstram a mudança e investimentos na política de inserção do Brasil nas exposições universais, por identificar estes eventos como espaços capazes de promover a imagem brasileira junto à comunidade internacional e abrir a economia para novos mercados.

do período demonstram a presença de um discurso de progresso em torno da escola que promoveria o desenvolvimento da nação, do capitalismo e das novas invenções. Com relação ao perfil de mobiliário apresentado na Exposição Universal de 1867, realizada em Paris, Wiara Alcântara (2014) discorre acerca dos diversos tipos de carteiras escolares, as quais tinham recebido um conjunto de investimentos de educadores, médicos e industriais que procuravam adequar seu *design* e suas tecnologias aos preceitos modernos de ensino.

A autora indica ainda que os estudos em torno da higiene contribuíram para a compreensão de que este artefato não poderia simplesmente acomodar os estudantes; diferentemente, o mobiliário passou a ser considerado um objeto capaz de influir sobre condutas e práticas. Para tanto, os investimentos se concentravam na idealização de móveis conformados com os preceitos médicos, buscando, assim, garantir a saúde de crianças e professores, apesar de, em casos como o do Brasil, serem poucas as crianças com acesso a esse mobiliário, considerado moderno. Os discursos até então encontrados, têm demonstrado a necessidade de adaptar, além dos objetos, a arquitetura escolar, a iluminação, a metodologia, a disposição de bancos e carteiras às novas exigências da modernidade (ALCÂNTARA, 2014). Contudo, não se pode concluir que esse processo tenha ocorrido de maneira crescente e universal, ou seja, que as adaptações nas escolas e artefatos tenham partido de uma situação de precariedade e avançado em um sentido único. Diferentemente, os dados empíricos e trabalhos demonstram que a modernização ocorreu de maneira dispersa, reforçando, muitas vezes, desigualdades nas diferentes regiões.

O Brasil também esteve presente em exposições universais realizadas no período oitocentista. Pela leitura do livro *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867*, publicado pela Typographia Universal de Laemmert, em 1867, Rio de Janeiro, pode-se perceber que as exposições eram vistas pela corte e a burguesia nacional como espaços importantes para a divulgação internacional do país e para a efetivação de políticas imigratórias implementadas no período. Moysés Kuhlmann Júnior (2001), ao realizar a análise desses mesmos documentos, enfatiza que, para alcançar o maior número possível de pessoas, exemplares do livro citado foram distribuídos às centenas durante a realização do evento que ocorreu em Paris.

No exemplar analisado, há um discurso que procura apresentar o Brasil aos participantes da Exposição Universal de Paris como uma nação moderna e atrativa para negócios. Para isso, o documento expunha características gerais do país, como clima, dados sobre a população, minerais, fauna e vegetação aqui encontrados, bem como políticas econômicas e sociais

implementadas⁸⁰ no período. Uma das intenções com a elaboração desse material era, por exemplo, a de cativar “imigrantes laboriosos”⁸¹ para ajudar no desenvolvimento do país. Esses indícios ajudam a perceber a importância dada às exposições universais pelo governo imperial, não apenas para que o país conhecesse a “modernidade”, e dela participasse, mas também para divulgar e materializar políticas.

Figura 8 - O Brasil na Exposição Universal de Filadélfia



Fonte: Biblioteca Nacional (2019)⁸².

⁸⁰ Na abertura, o contexto econômico, político e social brasileiro não foi esquecido pelo governo imperial. De acordo com o documento, o país vinha enfrentando sérias dificuldades para organizar uma comitiva que estivesse à altura das necessidades exigidas pelas exposições universais. Em virtude da “injusta” Guerra do Paraguai, que estava sendo travada naquele momento, reconhecia-se, ainda em nota inicial, que o Brasil não poderia comparecer à exposição parisiense com suas “imensas riquezas naturaes, e forças productivas” (O IMPERIO DO BRAZIL, 1867, p. 3).

⁸¹ Na sessão “Immigração e colonisação” apresentam-se políticas de incentivo à imigração, entre elas, a preocupação do governo imperial em garantir a vinda de “immigrantes laboriosos e morigerados”; por isso, medidas vinham sendo tomadas para que eles não sofressem “privações e vexames, e tenham quem os guie e auxilie nos primeiros passos”. Entre as medidas adotadas, destaca-se o pagamento “da diferença entre o preço das passagens da Europa para os portos do Imperio e o das que se costumão pagar d’ali para os Estados Unidos”; gratuidade de passagens do Rio de Janeiro para a localidade escolhida pelos imigrantes, facilidades na compra de terras, como medições e demarcações custeadas pelo governo.

⁸² Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4935>

O investimento brasileiro em exposições também pode ser identificado a partir da leitura do livro *O Império do Brasil na Exposição Universal*, nas versões publicadas em 1873 e 1875. Os documentos mostram que a participação do Brasil nos “palcos da modernidade” ampliava sua divulgação internacionalmente e permitia um maior conhecimento por parte dos estrangeiros acerca das “riquezas brasileiras”. É possível perceber uma preocupação do país em se apresentar nas exposições como capaz de participar do “concerto das nações”, de estabelecer novas parcerias e cooperações internacionais. Dentre as políticas apontadas para atingir esses fins, havia uma forte tendência por parte do governo imperial em promover uma espécie de “europeização”, pois se julgava que a cultura europeia do trabalho seria importante para o Brasil desenvolver a economia nacional, uma vez que, embora se pudessem identificar avanços no período, a indústria ainda estava em desvantagem na comparação com a de países como Inglaterra, França e Estados Unidos⁸³.

Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018), em artigo cujo foco é analisar objetos vinculados aos museus pedagógicos e escolares, concordam com Kuhlmann Júnior (2001) com relação à importância dada à educação nas exposições universais. Utilizando como fontes relatórios publicados em jornais do período oitocentista, as autoras discorrem sobre a participação de fábricas que contribuía para uma “corrida industrial” na produção e divulgação de objetos voltados para o ensino, bem como investimentos realizados por países que buscavam “se colocar no lugar de portadores de grandes novidades”.

As Exposições Universais, ou, nas palavras do então conselheiro Carvalho Moreira, “curso industrial”, simbolizam o que se pode encontrar de consenso na literatura da área que trata do tema, como as “vitrines da modernidade” e “palcos do progresso” e condensariam, nos produtos expostos, o estado de avanço das nações, o desenvolvimento tecnológico e a construção do gosto (ou consumo) moderno (GASPAR da SILVA; SOUZA, 2018, p. 124).

Os jornais localizados pelas autoras informam sobre a circulação de diferentes representações sobre as exposições e ajudam a compreender posicionamentos acerca da função e da visibilidade que esses eventos alcançaram no período. Frases como “grande bazar da indústria humana” e “exposição é um dos meios de progresso” eram utilizadas por periódicos para descrever eventos que serviam como grandes laboratórios exibicionistas do nacionalismo e

⁸³ O livro de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, publicado em 1995, apresenta um conjunto de informações e reflexões que buscam, numa perspectiva histórica e antropológica, identificar e analisar as relações e especificidades das diferentes populações que compõem a sociedade brasileira. Com relação à política de imigração adotada pelo governo imperial, o autor indica os conflitos e tensões que permeiam a elaboração de ações como essa, as quais simbolizavam, de certa maneira, uma tentativa de silenciamento e apagamento dos povos que aqui se constituíram em nome do progresso e da civilização almejada como ideal para o avanço industrial.

do imperialismo europeu e estadunidense. As análises das autoras ajudam a perceber a consagração das exposições como espaços de culto à modernidade oitocentista e ao projeto político e econômico que ganhava força.

Diana Gonçalves Vidal (2009), por meio de seus estudos sobre a constituição da escola primária oitocentista em São Paulo e no Rio de Janeiro - que levam em consideração a circulação de pessoas, objetos e modelos pedagógicos entre Brasil, França, Portugal e Espanha -, colabora para a realização de reflexões sobre a invenção de uma modernidade educativa. A pesquisadora chama a atenção para a importância das ideias educativas, o fortalecimento da escola como mercado, a formação dos Estados nacionais como grandes compradores de materiais pedagógicos, as traduções culturais e apropriações realizadas diante de um repertório educativo evidenciado em espaços como os das exposições universais⁸⁴.

Além das relações estabelecidas com o intuito de difundir e comercializar objetos apresentados em exposições universais, Diana Gonçalves Vidal (2009) destaca o fortalecimento do método intuitivo, “reconhecido como manifestação da modernidade educativa e referência fundamental no traçado das reformas educacionais e no debate político” (p. 45). Defendido por diferentes educadores, dentre eles Buisson, o método constituiu referência obrigatória também a partir de sua apresentação nos espaços das exposições:

Pregando que a aprendizagem deveria partir dos sentidos para chegar à inteligência, privilegiar o conhecimento do que era próximo para atingir o distante, o concreto para alcançar o abstrato, o método intuitivo abria as portas da escola para a introdução de um grande conjunto de objetos a serem observados e tocados pelas crianças em seu processo de aquisição de conhecimentos. Associando a esse movimento as premissas do ensino simultâneo, que previa o mesmo ritmo de aprendizagem por todos os alunos de uma classe, a partir da utilização de material comum, e os preceitos da educação obrigatória, que propugnava pela extensão da escolarização a toda a população infantil, os defensores das lições de coisas convocavam a indústria a participar da importante obra de difusão do ensino (VIDAL, 2009, p. 46).

Moysés Kuhlmann Júnior (2001) também destaca a importância dada ao método intuitivo no período oitocentista. A partir dos seus estudos, o autor admite uma vinculação entre novos materiais didáticos apresentados em exposições universais e os métodos pedagógicos. Para ele, “assim como as instituições precisavam ser ‘novas’, referendadas pela ‘ciência’, os métodos também precisariam ser. Constituíam-se, com isso, uma ‘pedagogia do progresso’” (p. 198). A

⁸⁴ Para Diana Gonçalves Vidal (2009), a partir da segunda metade do século XIX, destaca-se a confluência dos seguintes elementos: (i) crescimento de uma indústria voltada à escola; (ii) participação nas exposições universais como estratégia de divulgação de produtos e abertura de mercados internacionais; (iii) elaboração de uma legislação escolar que prevê a obrigatoriedade do ensino; (iv) atividade de sujeitos educacionais na criação e ou tradução/apropriação de objetos para uso escolar.

materialização do método intuitivo e da moderna pedagogia podia ser manifestada em prédios, mobílias e objetos construídos, os quais deveriam estar articulados com esses ideais pedagógicos para serem considerados modernos.

Em um dos documentos apresentados por Moysés Kuhlmann Júnior (2001)⁸⁵, chama a atenção o depoimento de Joaquim Abilio Borges na Exposição Pedagógica de 1883, realizada no Rio de Janeiro. Em sua conferência sobre o colégio Abilio, o filho do barão de Macaúbas afirma que a referida instituição se pautava pela moderna pedagogia e estava articulada a uma educação dos sentidos, por possuir como parte de seu patrimônio um mobiliário escolar proveniente da fábrica A. H. Andrews, de Chicago⁸⁶, premiada na Exposição da Filadélfia, de 1876, e na de Paris, em 1878.

Não podemos deixar de falar de um dos mais importantes artigos escolares; queremos nos referir aos quadros negros parietais e manuais. [...]
A superioridade da vista para a aquisição de conhecimentos em comparação dos outros sentidos, é inquestionável. [...] A memória, só a memória, eis o que se tem cultivado em nossa instrução primária. E entretanto a inteligência, a faculdade de adquirir ideias, de as reter, de as associar, de as comparar, isto é, de raciocinar e de julgar, e finalmente de querer, pode ser cultivada e fortalecida de um modo completo e eficaz, desde os primeiros passos na escola. A educação não tem sido integral. 'Se se quer educar homens em vez de máquinas, é preciso que a educação do entendimento seja completa e universal. ... Não se quer formar um povo de sábios ou de filósofos; porém, é necessário tratar de formar uma geração de homens lógicos, práticos, que conheçam o enlace natural dos fatos, já entre si, já em suas relações com nossa personalidade. [...] é o que desejamos que se inculque na primeira educação' (RIO DE JANEIRO, 1884, p. 46-47 apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 201-202).

A ênfase no método intuitivo também ganha destaque no Relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Viena, de 1873⁸⁷, elaborado por Ferdinand Buisson e publicado no ano de 1875, em Paris. Nesse documento, o autor discorre sobre a organização de salas, objetos e atividades apresentadas na referida exposição, as quais estavam articuladas com a

⁸⁵ A pesquisa produzida por Moysés Kuhlmann Junior possibilitou o contato com documentos que permitiram reconhecer a importância dada ao trabalho desempenhado por comissários encarregados de representar o Brasil nesses eventos, uma vez que eles organizavam a preparação das amostras, bem como relatavam novidades da modernidade apresentadas nas exposições. A respeito do papel desempenhado por integrantes das comissões enviadas para participar de exposições universais, Diana Gonçalves Vidal (2009) destaca a importância de viajantes, mediadores e tradutores culturais no processo de apropriação e implementação de modelos e objetos importados ao Brasil.

⁸⁶ Na segunda parte deste capítulo, com base no Relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Viena, de 1873, elaborado por Ferdinand Buisson, identificou-se que o modelo Andrews de Chicago também esteve presente nessa mesma exposição. O exemplar é reconhecido por Buisson como moderno e vantajoso. Dentre as características principais, podem-se destacar o assento dobrável e o atendimento a exigências médicas e pedagógicas.

⁸⁷ Tradução livre: Rapport sur L'Instruction Primaire à L'Exposition Universelle de Vienne em 1873.

“lição de coisas”, por ele considerado importante para facilitar o aprendizado das crianças⁸⁸. Em um de seus relatos, o francês destaca a exposição de uma sala de aula onde as crianças poderiam se reunir em seus cantos para realizar atividades diferentes, como manusear imagens coloridas que representavam cenas da vida agrícola, plantas, animais e outros.

Ao longo do relatório, Ferdinand Buisson (1875) chama a atenção para a importância da exposição universal como espaço em que os franceses poderiam conhecer e aprender novas metodologias, procedimentos e objetos de ensino. Ainda no prefácio do documento, o autor destaca que o objetivo não era realizar uma comparação entre a França e os outros países, mas transferir o que estava sendo exposto, por se julgar que poderia contribuir com o desenvolvimento do ensino primário em seu país. Por suas experiências nesses espaços, o autor destaca que o método intuitivo estava muito presente e que a Exposição de Viena havia sido muito positiva, pois permitia que os países que estivessem “abertos” à influência desses espaços pudessem “recebê-lo”.⁸⁹

Desse modo, articulado com a pedagogia moderna, é possível identificar um conjunto de objetos e móveis escolares construídos para atender às novas demandas de ensino. Para tanto, as exposições desempenharam papel central na difusão e legitimação desses saberes.

O mobiliário escolar nas exposições universais

Na Exposição de Viena, por meio de uma espécie de consenso comovente e significativo, todas as nações enviaram modelos de escolas, material de aula, sofisticados móveis escolares. Exemplares foram enviados da América, Suécia, Suíça, Alemanha, etc. atestando em todos os lugares os mais louváveis esforços e uma preocupação constante e universal pelos interesses da infância. A França foi dignamente representada nessa luta. A cidade de Paris obteve um diploma de honra, e foi dito com justiça que “desde 1867 ela fez progressos verdadeiramente maravilhosos” (A. RIAANT, 1874, p. 10-11)⁹⁰

⁸⁸ Ferdinand Buisson faz uma distinção entre “método intuitivo” e “lição de coisas”. Para ele, lição de coisas é um procedimento que corresponde às atividades desenvolvidas em sala de aula. Diferentemente, o método intuitivo seria mais abrangente, podendo ser aplicado de diferentes maneiras e exercer uma influência decisiva no aprendizado das crianças. Vera Teresa Valdemarin (2004) afirma que no Brasil também foram realizadas diferentes apropriações sobre os termos “lições de coisas” e “método intuitivo”. Como exemplo, podem-se destacar as divergências entre as interpretações de Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa. De acordo com a autora, “a lição de coisas é uma parte do método intuitivo; é preciso que este se aplique aos exercícios da inteligência e aos atos do raciocínio. A intuição sensível só serve quando prepara para a intuição intelectual” (ATAS E PARECERES DO CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1884, p. 221 apud VALDEMARIN, Vera Teresa, 2004, p. 3-4).

⁸⁹ Na perspectiva de análise desta investigação, as ideias internacionais eram *apropriadas* pelos diferentes países. Portanto, salienta-se que esses não apenas estavam “abertos”, mas resignificavam e elaboravam estratégias próprias de institucionalização. No entanto, conforme indicam as produções presentes no livro organizado por António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000), mesmo com diferenças, é possível observar que, a partir do Oitocentos, a difusão mundial de um determinado modelo escolar guarda semelhanças em sua organização, objetos e currículo.

⁹⁰ Tradução livre: A l'Exposition de Vienne, par une sorte de consensus touchant et significatif, toutes les nations avaient envoyé des modèles d'écoles, de matériel de classe, des mobiliers scolaires perfectionnés. Des spécimens

Dentre os objetos que receberam destaque nas exposições universais, o mobiliário escolar, em especial a carteira, foi alvo de atenção de diversos educadores, uma vez que era considerado um dos principais móveis que poderiam contribuir para a implementação da pedagogia moderna e a prevenção de doenças. O livro elaborado por A. Riant, publicado em 1874 em Paris, intitulado *Higiene Escolar: a influência da escola na saúde das crianças*⁹¹, apresenta um conjunto de prescrições que, de acordo com o autor, poderiam colaborar com a melhoria das condições materiais das escolas francesas. Para A. Riant, a higiene seria considerada fundamental e urgente para garantir às crianças um ambiente saudável e pedagógico.

Dentre os diferentes temas abordados, o item III tem como objetivo discorrer sobre o mobiliário escolar. Ao longo de setenta e sete páginas, o autor evidencia a importância da carteira escolar para a saúde e a aprendizagem dos alunos. Além de trazer prescrições sobre tamanho, distância, uso correto de diversos modelos, o autor analisa diversos exemplares de carteiras escolares apresentadas em exposições universais, por reconhecer esses espaços como fundamentais para a difusão de novas tecnologias e saberes considerados essenciais para a escolarização moderna e o desenvolvimento das crianças.

De acordo com A. Riant, os móveis escolares são importantes no quesito higiene escolar. Para o autor, mesmo que uma sala estivesse limpa e apresentasse boa ventilação, iluminação, dimensões suficientes e aquecimento adequado, sem móveis articulados com preceitos médicos e pedagógicos, esse espaço não poderia ser considerado ideal para a educação das crianças. Entendia que sem um mobiliário apropriado, o aprendizado e o futuro dos alunos estariam em risco. Por isso, no livro analisado, A. Riant tem como objetivo central refletir sobre a qualidade do mobiliário escolar apresentado em exposições a partir de seus aspectos higiênicos.

Os móveis escolares expostos no evento de Viena também foram analisados por Ferdinand Buisson. No relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Viena de 1873, mais precisamente no capítulo II, o autor dedica atenção especial à análise do mobiliário escolar apresentado. De acordo com Buisson, sua participação em um dos “palcos da modernidade” contribuiu para que pudesse conhecer os novos avanços alcançados na fabricação de móveis destinados a atender as escolas primárias:

A Exposição de Viena ofereceu uma coleção bastante rica de documentos e exemplares para estudar, alguns dos quais elaborados muito recentemente. Ao examiná-las, foi quase possível acompanhar quase de ano a ano as melhorias

adressés d'Amérique, de Suède, de Suisse, d'Allemagne, etc., attestaient partout les plus louables efforts et une constante et universelle préoccupation des intérêts de l'enfance. La France a été dignement représentée dans cette lutte. La ville de Paris a obtenu un diplôme d'honneur, et l'on a pu dire d'elle avec justice que 'depuis 1867 elle a fait des progrès vraiment merveilleux' (A. Riant, 1874, p. 10-11).

⁹¹ Tradução livre: Hygiène scolaire influence de l'école la santé des enfants.

gradualmente introduzidas no mobiliário escolar em todo lugar em que houve esforço para aperfeiçoá-lo (BUISSON, 1875, p. 51)⁹².

Para Ferdinand Buisson (1875), os móveis idealizados passaram a atender aos requisitos higiênicos e pedagógicos a partir da segunda metade dos Oitocentos, uma vez que eram poucos os investimentos que compreendiam a importância desses artefatos em relação à saúde e ao aprendizado das crianças. O autor informa que o mobiliário fabricado de acordo com as exigências modernas apenas ganhou destaque na Exposição Universal de Paris, em 1867, com a apresentação de carteiras escolares fabricadas em Illinois, Estados Unidos. Destaca, inclusive, que os móveis estadunidenses apresentados na Exposição de Viena contribuíram para que se pudesse avaliar os avanços alcançados por essa nação, uma vez que os documentos publicados no período não forneciam com exatidão as novas tecnologias e soluções encontradas⁹³.

Com a grande variedade de móveis presentes nas vitrines das exposições de Viena, Buisson identifica elementos comuns a todos os artefatos apresentados. A recorrência desses requisitos nas carteiras escolares analisadas compõe uma espécie de padrão que passa a fundamentar a idealização e a fabricação do mobiliário para as escolas. Caso algum móvel não estivesse de acordo com as exigências médicas e pedagógicas, não poderia ser considerado moderno e, portanto, sua comercialização poderia ser dificultada.

Quadro 11 - Princípios médicos comuns às carteiras escolares apresentadas na Exposição Universal de Viena

1 ^o	A criança, estando completamente sentada com os pés colocados no chão, as pernas precisam formar com as coxas um ângulo reto e o mesmo com as coxas e o tronco.
2 ^o	A criança, mantendo a posição dos membros inferiores, possa escrever sem assumir uma posição que atinja a parte superior do corpo, isto é, não precise se curvar sobre o papel ou tenha que elevar o ombro para alcançar a mesa.

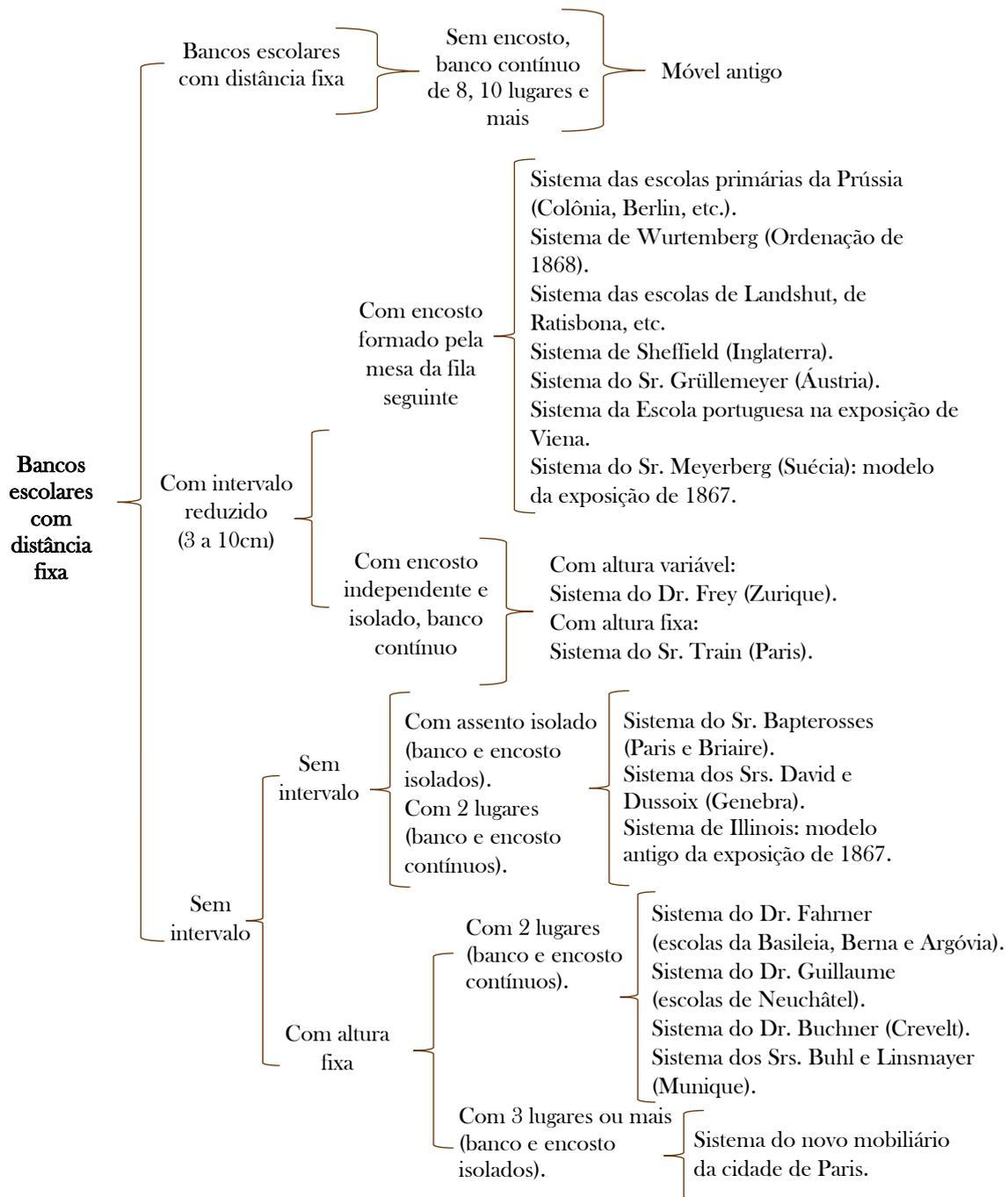
Fonte: Buisson (1875, p. 56). Elaborado pelo autor.

⁹² Tradução livre: L'exposition de Vienne offrait, pour l'étudier, un ensemble assez riche de documents et de spécimens, dont quelques-uns étaient tout récents. En les examinant, on pouvait suivre presque d'année en année les améliorations graduellement introduites dans le mobilier scolaire partout où l'on s'est attaché à le perfectionner (BUISSON, 1875, p. 51).

⁹³ Além das carteiras escolares estadunidenses, Buisson destaca pesquisas realizadas na Saxônia e na Suíça. Dentre os estudos, o autor enfatiza quatro publicações do período. A primeira faz referência ao trabalho do dr. Schreber, intitulado "*Um olhar médico das escolas*" (*Un coup d'oeil de médecin sur les écoles*); a segunda, é um artigo do dr. Passavant, denominado "*A educação escolar do ponto de vista médico*" (*L'Enseignement scolaire au point de vue médical*); a terceira é uma publicação do dr. Zwez, intitulada "*A escola e suas instalações internas*" (*La maison d'école et son installation intérieure*); a quarta, é um trabalho do dr. Fahrner, chamado "*A infância e o banco na escola*" (*L'Enfant et le banc d'école*). Esses trabalhos apresentaram um conjunto de elementos que demonstravam os "defeitos higiênicos" das carteiras e deram destaque à importância da desproporção da altura das mesas e bancos, à falta de apoio para os pés, etc. para explicar as deformidades provocadas.

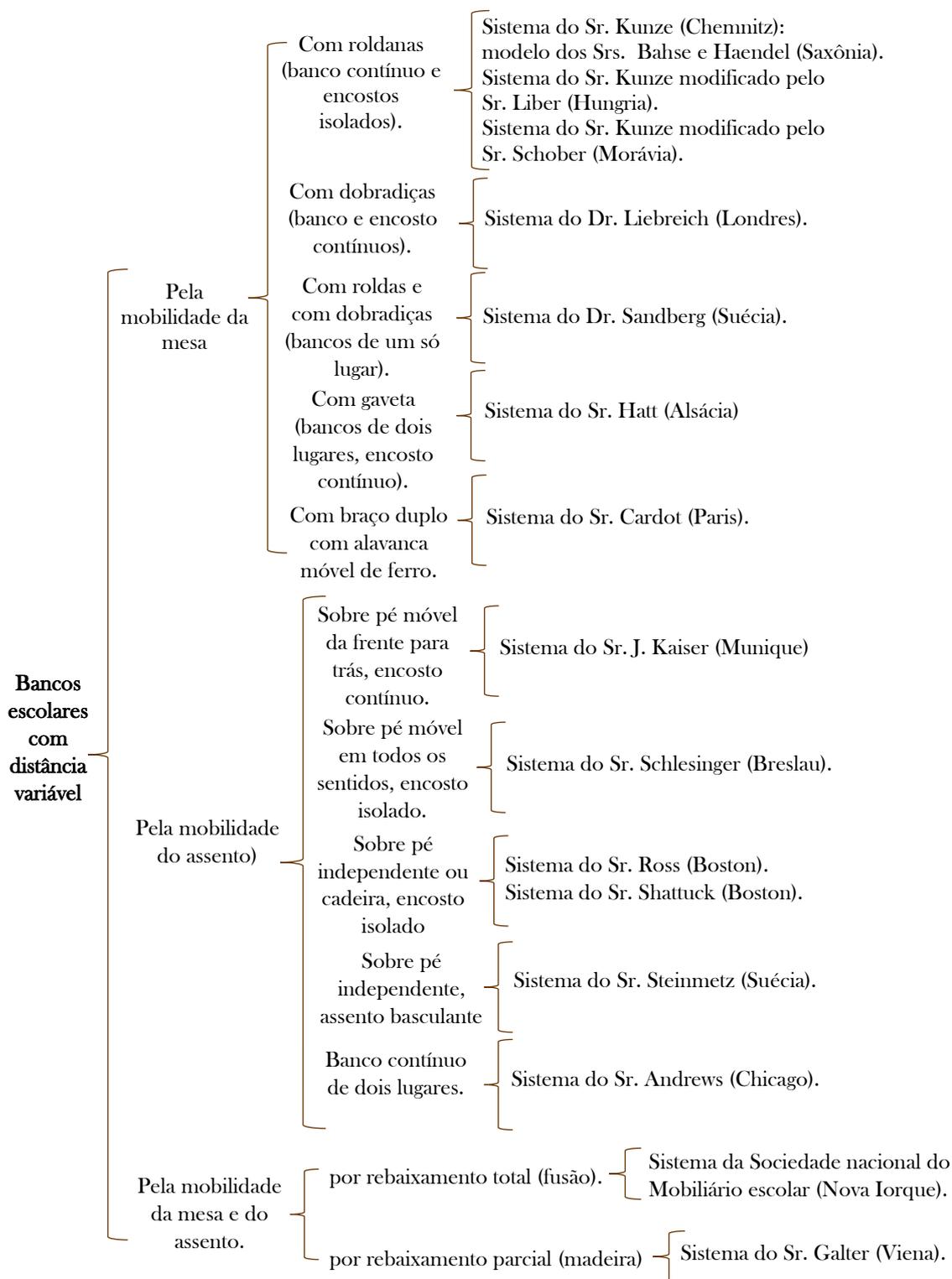
No entanto, mesmo que as carteiras escolares presentes na Exposição Universal atendessem aos requisitos higiênicos, Buisson novamente faz uso de um slogan muito recorrente do período: “*a carteira deve se adaptar a criança e não ao contrário*”.

Esquema 2 - Principais sistemas de bancos escolares com distância fixa



Fonte: BUISSON, 1875, p. 59. Informações sistematizadas pelo autor.

Esquema 3 - Principais sistemas de bancos escolares com distância variável



Fonte: BUISSON, 1875, p. 59. Informações sistematizadas pelo autor.

Isso ocorria porque, para uma acomodação saudável do corpo da criança, era necessário que as escolas primárias recebessem exemplares de diferentes tamanhos ou modelos que se

pudessem ajustar às necessidades individuais⁹⁴. Sua preocupação era evidente com relação a essa exigência; por isso, constrói um quadro em que organiza as carteiras apresentadas em modelos fixos e ajustáveis para melhor visualizar as opções de carteiras encontradas na Exposição Universal de Viena⁹⁵.

Por sua vez, ao analisar o mobiliário utilizado em escolas francesas, A. Riant (1874) indica que deixa a desejar com relação à qualidade, por serem fabricações antigas e em desacordo com as novas exigências. A substituição desses exemplares era considerada urgente, uma vez que a organização material da sala de aula contribuiria ativamente para a construção de hábitos higiênicos, respeito e bom comportamento nos alunos. Portanto, a participação francesa em exposições era por ele reconhecida por como um investimento fundamental para poder acompanhar as novidades que vinham sendo idealizadas por outras nações⁹⁶ com relação à educação.

O mobiliário de fabricação antiga, que ainda pode ser encontrado em um grande número de classes, é pesado, inconveniente, grosseiro, mal estudado do ponto de vista do bem-estar daqueles para os quais são feitos. Modelos mais recentemente utilizados demonstram um progresso que beneficia muito mais a aparência, ou a solidez do mobiliário da classe, do que a higiene da criança (A. Riant, 1874, p. 100)⁹⁷.

Dentre os exemplares de carteiras escolares apresentadas na Exposição Universal de Viena de 1873, chamam a atenção de A. Riant principalmente os modelos idealizados e fabricados nos Estados Unidos, Suíça e Suécia. Ferdinand Buisson (1875) também chama a atenção para os exemplares estadunidenses, uma vez que, segundo o autor, foram os pioneiros

⁹⁴ As patentes de fábricas estadunidenses e os catálogos de empresas localizadas em diferentes países analisados no Capítulo III desta investigação falam da idealização e fabricação de um conjunto de carteiras escolares com tecnologias que visavam a atender às exigências médicas, como, por exemplo, o ajuste de altura.

⁹⁵ Dentre os argumentos utilizados, Buisson destaca, que por muitos anos, foram negados às crianças bancos que pudessem acomodar de maneira saudável seus corpos. O autor destaca que, para mudar essa situação, ele e outros “inovadores” estariam se esforçando em busca de novas soluções.

⁹⁶ Riant utiliza uma passagem do relatório elaborado pelo diretor de Ensino Primário Francês para descrever os desafios impostos à introdução da modernidade pedagógica devido ao uso de móveis considerados atrasados. No documento *Rapport au Préfet sur la situation de l'instruction primaire en 1871-72*, publicado em Paris no ano de 1872 no *Bulletin de l'instruction primaire*, nº 94, Gréard, então diretor de Ensino, destaca que as escolas só conheciam móveis grandes, longos e maciços que, para serem reparados, exigiam ser retirados pela janela, causando grande transtorno. Além disso, os bancos de 6 a 7 metros de comprimento atrapalhavam a movimentação dos alunos e, principalmente, dos professores, que não conseguiam acompanhar corretamente as lições realizadas. Com vistas a modernizar os móveis das salas de aula francesas, foram recebidos alguns exemplares de escrivaninhas e carteiras estadunidenses. Esses modelos eram menores e possibilitavam “isolar” cada aluno. O assento, organizado dessa maneira poderia constituir uma “casa própria” onde ele teria ao seu dispor todos os instrumentos necessários para o trabalho escolar.

⁹⁷ Tradução livre: “Le mobilier d'ancienne fabrication, celui qui garnit encore un grand nombre de classes, est lourd, incommode, grossier, mal étudié au point de vue du bien-être de ceux pour lesquels il est fait. Des modèles plus récemment mis en usage accusent un progrès qui profite bien plus à l'aspect, ou à la solidité du mobilier de la classe, qu'à l'hygiène même de l'enfant” (A. Riant, 1874, p. 100).

em produzir “artefatos escolares com partes móveis” (p. 64)⁹⁸ e que iniciaram a idealização e fabricação de diversos exemplares muito antes que a Europa. No entanto, era de opinião que esses exemplares dificilmente seriam adquiridos por escolas europeias devido a seu custo elevado.

O autor chama os estadunidenses de “mestres” da produção de móveis escolares, devido ao grande número de exemplares e soluções tecnológicas apresentadas na Exposição Universal de Viena. Dentre os diversos modelos, destaca os exemplares fabricados em Chicago (modelo Andrews), Baltimore (modelo Stevens), Atlanta (modelo Slaymaker), Indiana (modelo Williams) e Nova Iorque (modelo Palm). As referidas firmas produziam carteiras muito semelhantes, mas com assentos que se diferenciavam na maneira de dobrar, por utilizarem dobradiças e rolamentos diferenciados⁹⁹.

Quadro 12 - Características modelos estadunidenses

Modelo de carteira escolar	Características
Andrews	Possui cavidade para tinteiro, gaveta. Assento dobrável: o banco sobe com facilidade e permanece sob o encosto.
Stevens	Construção mais simples. Assento dobrável.
Slaymaker	Em vez de dobrar o assento, é possível desliza-lo para frente e para trás.
Williams	Assento dobrável.

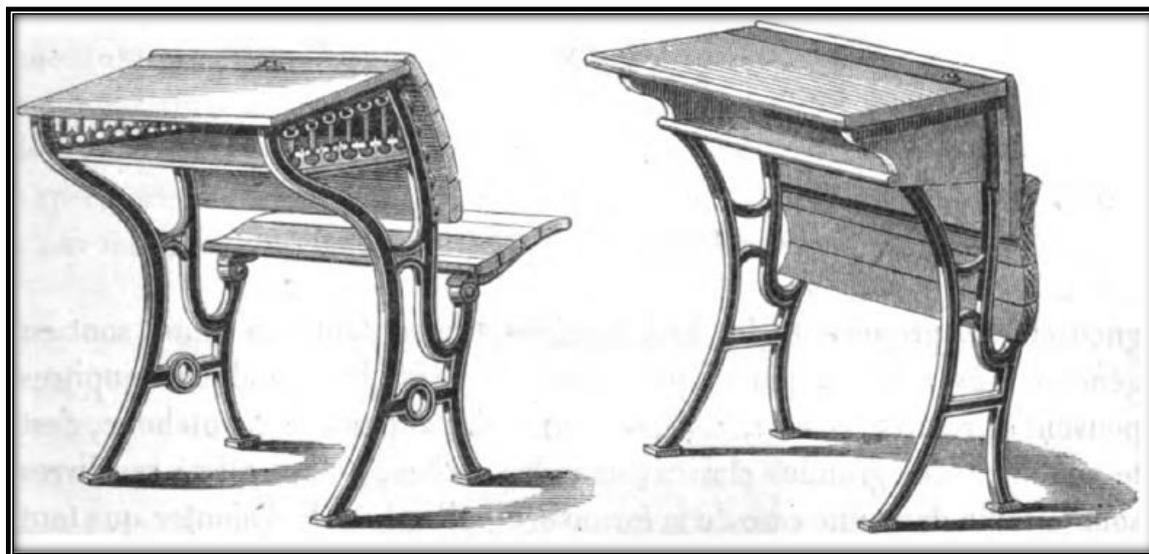
Fonte: Buisson (1875). Elaborado pelo autor.

Ferdinand Buisson (1875) também dá destaque à carteira escolar de Boston, que recebeu o Diploma de Mérito. Esse modelo, denominado pelo autor como *sistema Ross*, caracteriza-se pelo banco parafusado ao chão por uma haste de ferro fundido. O encosto era considerado confortável e a mesa, um dos grandes diferenciais desse modelo devido sua simplicidade, era inclinada e possuía espaço amplo para organizar os materiais utilizados em sala. O alto custo dessa carteira também era visto como um empecilho por Buisson para sua utilização em escolas francesas.

⁹⁸ Tradução livre: Ce sont les fabricants américains qui avant tous les autres ont songé à construire un matériel scolaire ayant des parties mobiles (BUISSON, 1875, p. 64).

⁹⁹ O banco era composto por dez tiras de madeiras arredondadas, colocadas paralelamente uma ao lado da outra. Juntas formavam uma superfície convexa para suportar os corpos dos alunos. Os assentos possuíam uma forma muito similar aos bancos de jardins americanos e acomodavam no máximo dois indivíduos (BUISSON, 1875).

Figura 9 - Modelo Andrews (esquerda) e Modelo Stevens (direita)

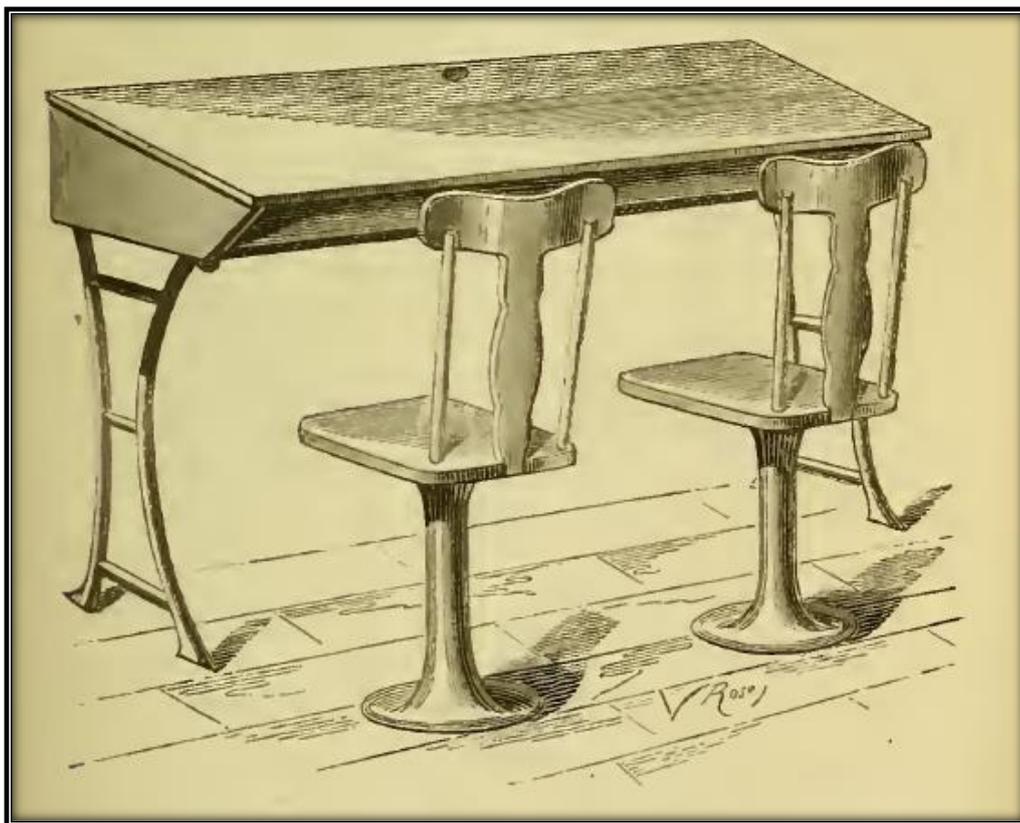


Fonte: Buisson (1875, p. 81).

O modelo de carteira estadunidense utilizada em Boston também é analisado por Riant (1874). O autor destaca dois fatores considerados importantes: (i) construção do exemplar de acordo com preceitos médicos e pedagógicos considerados por ele como essenciais para garantir a saúde das crianças e facilitar o aprendizado; (ii) o ferro fundido utilizado como matéria-prima, o que poderia reduzir a necessidade de reparos. Em suas considerações, o autor destaca esta como uma característica fundamental, alegando que na França daquele período muitas escolas apresentavam dificuldade de realizar a manutenção dos móveis.

Pelas considerações de A. Riant e a imagem acima destacada (figura 9), verifica-se que esse exemplar acompanhou os argumentos que vinham sendo construídos em torno de discursos que defendiam a adequação do mobiliário escolar às ideias pedagógicas modernas e provenientes do higienismo. Diferentemente dos artefatos que pretendiam uma construção mais simples e econômica, que pudesse abrigar grandes quantidades de crianças, as carteiras escolares que atendiam às novas demandas do ensino sinalizavam para uma individualização das práticas escolares e possuíam soluções de *design* que poderiam promover uma melhor acomodação dos corpos.

Figura 10 - Modelo de carteira escolar estadunidense de dois lugares



Fonte: A. Riant (1874, p. 121).

A mesa inclinada e a cadeira fixa ao chão, por exemplo, foram “inovações” que nos referenciais acadêmicos sobre a inserção das crianças nas escolas contribuíram para manter a coluna cervical e a cabeça em posição considerada correta:

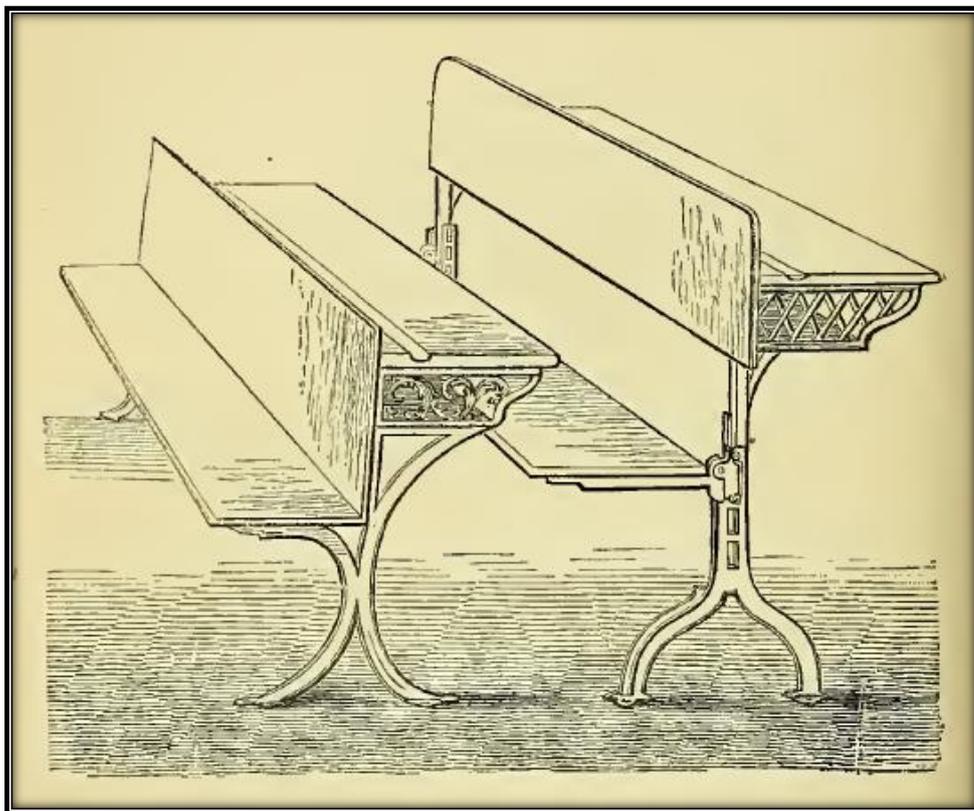
Parto do princípio que o desenho desse mobiliário não deixou de acompanhar as transformações e as experiências dos discursos e projetos arquiteturais voltados para a construção de edifícios escolares. Ao pensar desse modo, vem de imediato uma questão que diz respeito ao modo como os arquitetos reagiram à preocupação de médicos e educadores que diagnosticavam a necessidade de objetos que estivessem higienicamente adequados ao bem-estar dos alunos em sala de aula. Certamente, pensaram que as técnicas ergonômicas e estéticas utilizadas nos novos materiais não deveriam contrapor-se às ideias pedagógicas modernas. Digamos que eles não permitiram que tais questões fossem despercebidas em seus desenhos, e ao seu modo interagem com esses outros profissionais, também preocupados em formatar o universo escolar (LEVY BENCOSTTA, 2013, p. 21).

Outro exemplar que ganha destaque nas análises de A. Riant (1874) é a carteira apresentada na Primeira Exposição Escolar de 1867, em Paris. De acordo com o relatório, o exemplar estadunidense, fabricado no estado de Illinois, também poderia acomodar duas crianças e, para facilitar a movimentação, o modelo contava com uma tecnologia considerada

nova: uma dobradiça acoplada nos bancos que permitia levantá-los, favorecendo a entrada e a saída dos alunos. Além disso, a partir da imagem apresentada pelo autor, é possível perceber que o referido exemplar possuía ajuste de altura para o assento/banco. Conforme vem sendo destacado, para médicos e higienistas a carteira deveria estar perfeitamente ajustada aos corpos das crianças e essa tecnologia foi uma das alternativas encontradas para atender a essa demanda:

Com uma combinação muito engenhosa, esses bancos estão unidos, o encosto de um suporta a mesa e a escrivaninha destinada às crianças que estão sentados atrás. Cada banco se levanta por meio de uma dobradiça para permitir a entrada mais facilmente. Os suportes estão munidos de um sistema de correntes de roldana, por meio do qual é possível levantar ou abaixar as mesas, dependendo do tamanho das crianças (RIANT, 1874, p. 123-124)¹⁰⁰.

Figura 11 - Mesas e bancos de escolas estadunidenses (Illinois)



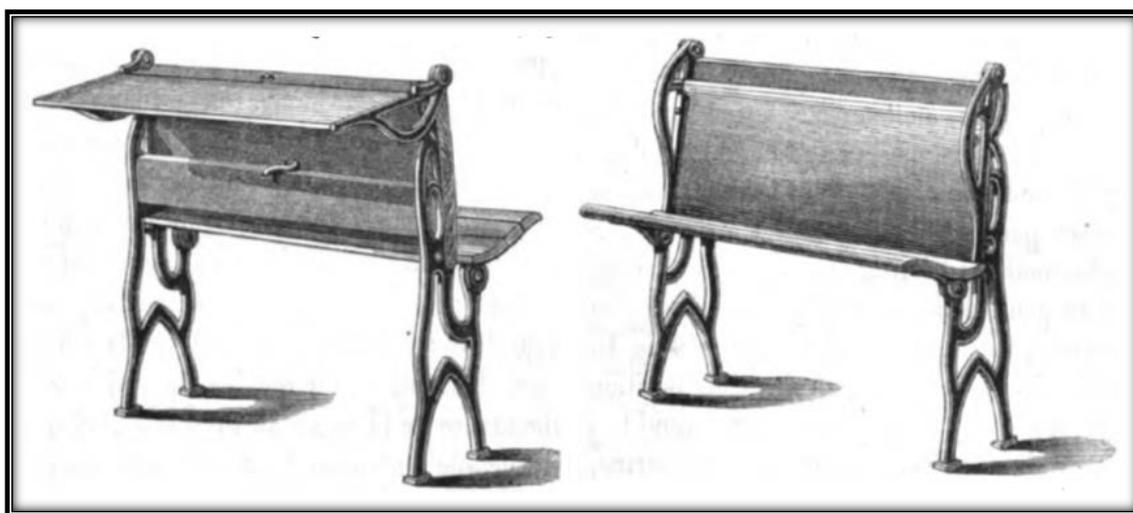
Fonte: A. Riant, 1874, p. 124.

Com o intuito de defender a nova tecnologia que possibilitava levantar os bancos, favorecendo a movimentação dos alunos, A. Riant a compara com outro modelo muito utilizado em escolas estadunidenses, totalmente rígido. Além das questões higiênicas, o autor também se

¹⁰⁰ Tradução livre: “Par une combinaison fort ingénieuse, ces bancs sont reliés ensemble, le dossier de l'un supportant la table et le pupitre destinés aux élèves assis sur celui qui vient immédiatement après. Chaque banc se relève au moyen d'une charnière pour permettre de prendre place plus aisément. Les supports sont munis d'un système de crémaillère, au moyen duquel on hausse ou on baisse les tables, suivant la taille des enfant” (RIANT, 1874, p. 123-124).

preocupa com aspectos pedagógicos e faz considerações que apontam para o novo modelo como uma possibilidade de induzir os alunos a compreenderem que a ordem e a simetria da classe não deveriam ser perturbadas, além de contribuir para que os professores permanecessem sempre posicionados ao lado das fileiras e nunca atrás delas, conforme ensinado em manuais e modelos legitimados no período¹⁰¹.

Figura 12 - Modelo da Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque



Fonte: BUISSON, 1875, p. 83.

Ferdinand Buisson (1875) também analisa o modelo estadunidense proposto pela Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque¹⁰². Conforme informações presentes no relatório, esse exemplar foi utilizado em escolas rurais dos Estados Unidos e se caracterizava por ser uma carteira individual¹⁰³. As carteiras podiam ser organizadas uma em frente à outra e utilizavam como matéria-prima principal o ferro fundido e a madeira. Os espaços disponíveis para armazenamento do material escolar dos alunos localizavam-se na horizontal, e não embaixo da mesa, como era comum em outros modelos. O banco era dobrável e não emitia ruídos ao realizar o movimento, importante característica para Buisson. Essa tecnologia garantiria a circulação livre dos alunos na sala de aula e a limpeza do espaço. Todas as tecnologias empregadas nesse modelo fizeram com que ele recebesse a Medalha de Mérito na Exposição de Viena. O mobiliário alemão denominado *Kunze* (Figura 12) também esteve presente na

¹⁰¹ Os modelos de carteiras inglesas (Windsor) apresentadas na exposição também são analisadas por A. Riant. Os exemplares são considerados adequados; no entanto, por serem totalmente construídos de ferro fundido, o custo para adquiri-los seria muito alto, principalmente para atender às escolas rurais.

¹⁰² Tradução livre: Société nationale pour l'ameublement des écoles de New-York.

¹⁰³ Ferdinand Buisson destaca que a individualização das carteiras escolares era uma marca dos modelos estadunidenses e se constituía em um “luxo” que esse país possibilitava a seus alunos.

Exposição Universal de Viena, de 1873. A carteira exposta nesse evento vinha sendo utilizada em escolas da Áustria, da Hungria e da Alemanha¹⁰⁴ e consistia em uma mesa de superfície contínua, que possibilitava o deslizamento de sua base superior em direção ao aluno, o que permitiria que o tinteiro e o suporte para materiais fossem alcançados de maneira mais fácil (RIANT, 1874). A intenção era manter os corpos das crianças sempre na posição considerada correta, com a coluna cervical em postura ereta. Essa distância entre os bancos e a mesa também era considerada adequada por Riant, pois possibilitaria às crianças levantar-se para apresentar lições ou orar. Além do modelo exposto, destaca-se a variedade de tamanhos desse exemplar, requisito necessário para atender a diferentes tamanhos e, assim, acomodar as diferentes alturas das crianças.

Ferdinand Buisson (1875) também analisa a carteira escolar *Kunze*. Para o autor, esse móvel, além de estar em acordo com os modernos preceitos de ensino, agregava o fato de ser simples e econômico. Como uma das prerrogativas para validar esse artefato, está o aceite dado pelo Ministério da Instrução Pública da Saxônia, que o adotou como um dos modelos a serem utilizados em suas escolas. Esse modelo, que poderia acomodar de 2 a 4 crianças, foi idealizado por Ernest Kunze, membro do conselho municipal de Chemnitz e pesquisador das influências do mobiliário escolar na saúde das crianças. Assim como Riant, Buisson destaca a solução encontrada para fazer com que a superfície da mesa pudesse deslizar em direção à criança. A ferramenta utilizada para isso era vista por Buisson como uma solução simples e de fácil uso por parte dos alunos.

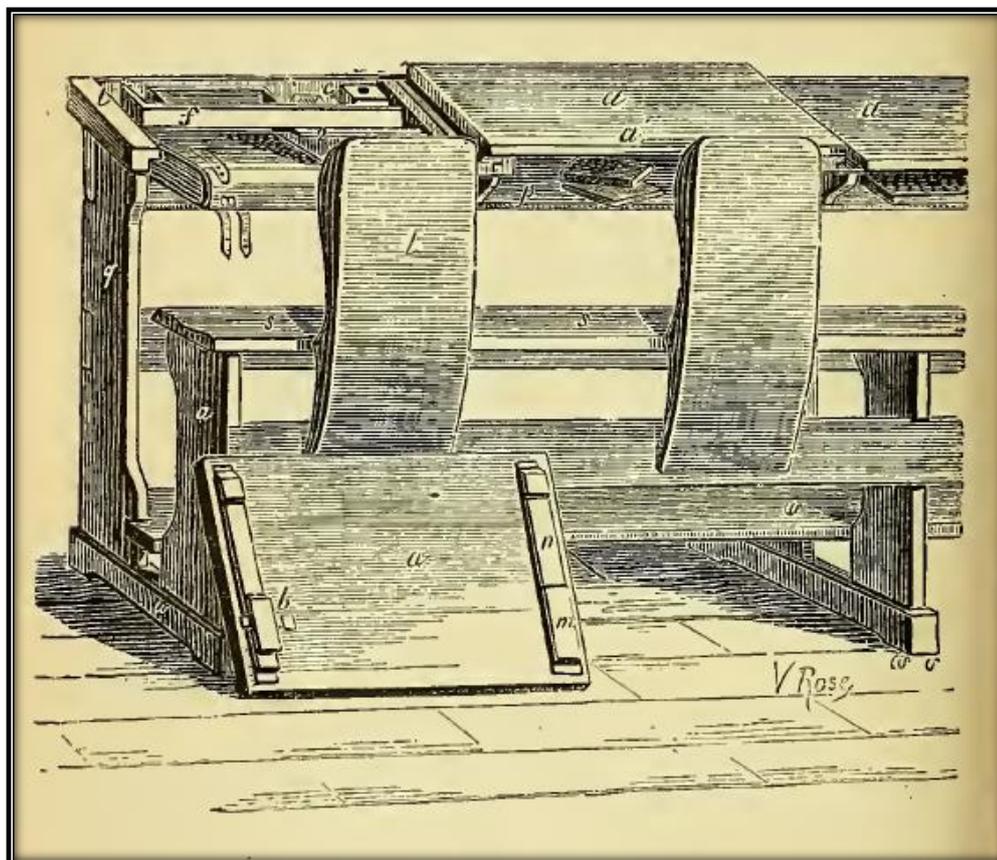
O banco do referido exemplar também representava para ele um “inquestionável progresso”, pois era capaz de acomodar confortavelmente os corpos. As técnicas empregadas na fabricação de utensílios que empregavam madeira possibilitaram a construção de uma curvatura no assento para o tronco e as pernas. O apoio para os pés também era um item importante apresentado pelo modelo. Devido a seus diferenciais, a carteira Kunze recebeu a Medalha de Progresso, alta distinção concedida pela Exposição de Viena de 1873. No entanto, o nome de seu inventor - Kunze - não apareceu nos catálogos do evento, pois o modelo estava vinculado aos fabricantes Bahse e Handel.

O modelo Kunze atingiu grande sucesso nos países germânicos e contribuiu para um conjunto de pesquisas que visaram à sua observação e melhoria. De acordo com Ferdinand Buisson (1875), aperfeiçoamentos foram elaborados por outras nações a partir do modelo apresentado em Viena, pois buscavam assimilar “toda a pedagogia alemã”, considerada como

¹⁰⁴ Ferdinand Buisson (1875) supõe que esse modelo também possa ter sido utilizado em escolas russas.

uma das “mais perfeitas” entre as existentes. As informações apresentadas pelo diretor francês contribuem para considerar as exposições universais como eventos transnacionais, devido à circulação de ideias, discursos e produtos.

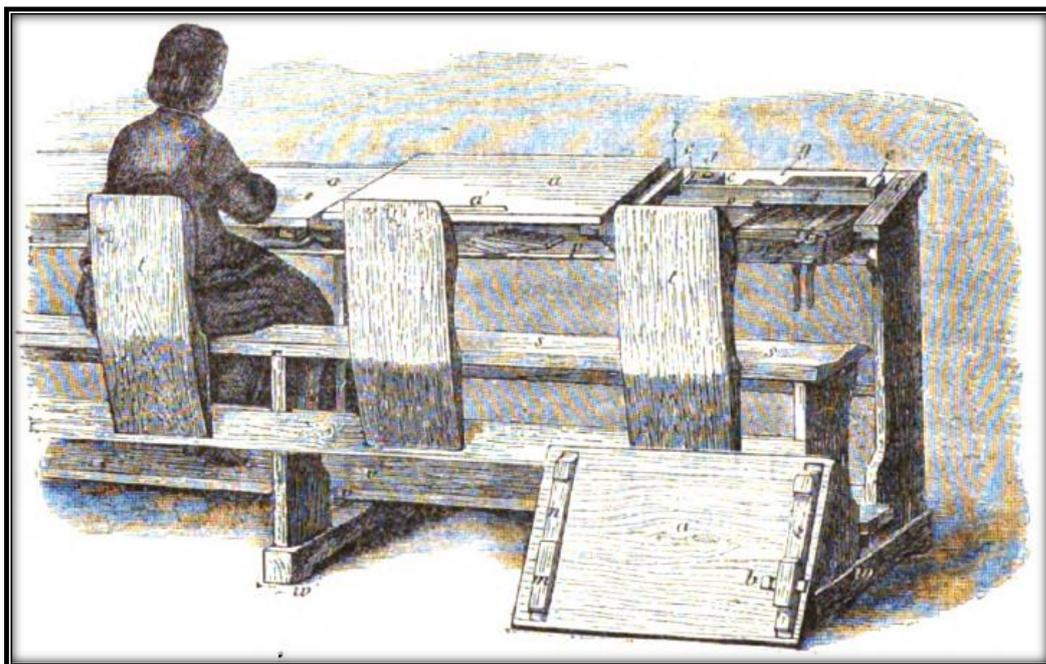
Figura 13 - Mobiliário escolar alemão “Kunze”



Fonte: A. Riant, 1874, p. 134.

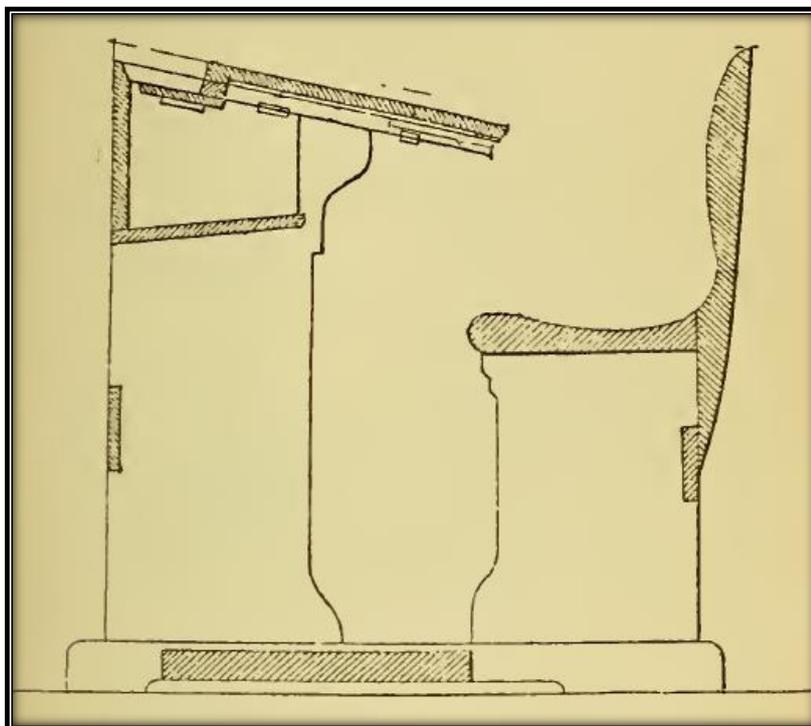
Nas imagens correspondentes à figura 13, extraída do livro de A. Riant, observa-se que a base superior da mesa foi retirada do desenho para que os detalhes do interior do suporte para guardar materiais didáticos, localizado sob a prateleira, ficassem à mostra. Pode-se observar que é possível deslizar a mesa em direção ao assento da criança, posição considerada ideal para a leitura e a escrita (figura 14). Já a figura 15 apresenta a visão lateral do móvel e dá destaque aos ângulos da mesa e às curvas construídas no banco para aprimorar o conforto dos corpos. É possível observar um cuidado por parte de A. Riant com relação à apresentação da carteira em seu relatório, no qual procura dar destaque a suas características higiênicas, assim como às soluções encontradas para atender a reivindicações médicas e pedagógicas.

Figura 14 - Posição ideal para a leitura e a escrita



Fonte: BUISSON, 1875, p. 66.

Figura 15 - Vista lateral do mobiliário escolar alemão “Kunze”

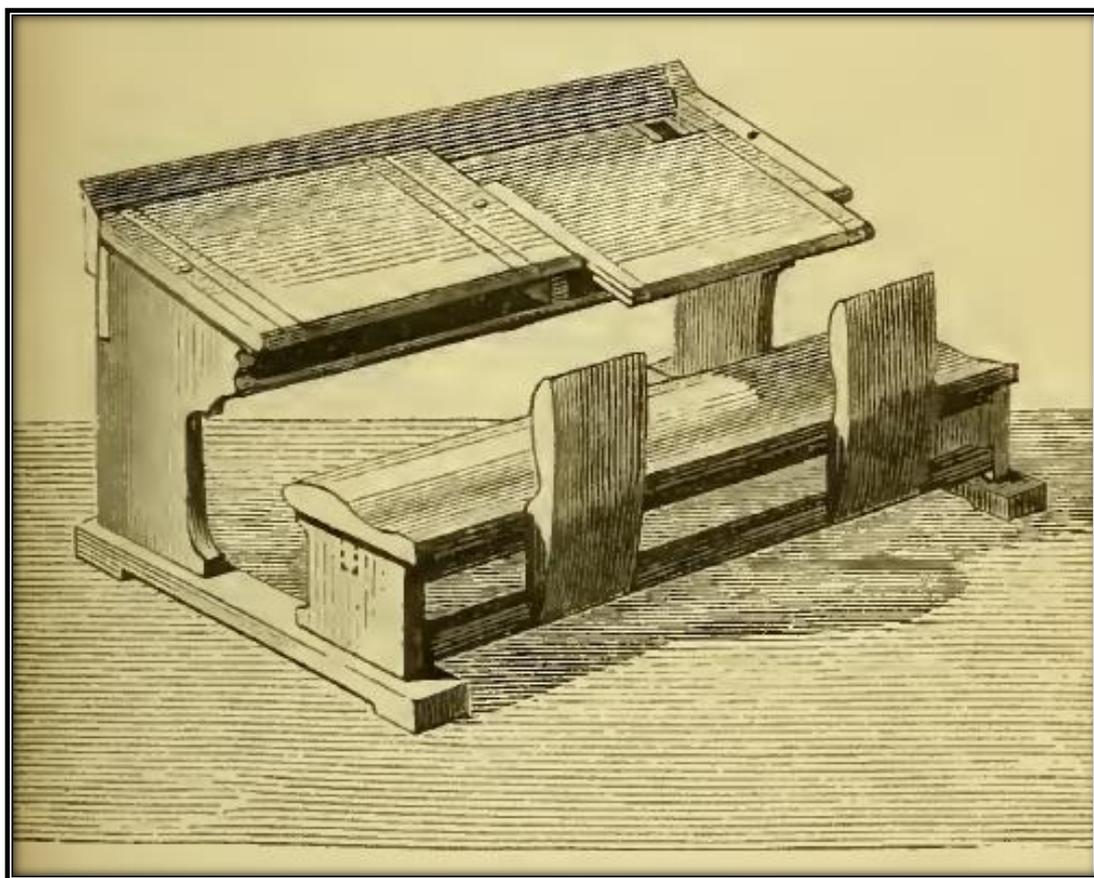


Fonte: A. Riant, 1874, p. 134.

Ferdinand Buisson (1875) indica que, inspirado no modelo Kunze, foi construído em 1871 um exemplar intitulado *Olmütz*, muito utilizado na Áustria. Este modelo também foi

exposto em Viena, sendo considerado a principal “imitação” da carteira Kunze¹⁰⁵, tendo como diferenças o tamanho dos suportes para guardar materiais didáticos, que eram maiores no “Olmütz”, e o fato de possuírem um gancho no qual seria possível pendurar os sacos com os materiais. As carteiras deste modelo comportariam, no máximo, dois estudantes e as mesas tinham como tecnologia uma mola que permitia que sua manobra de deslizamento (para mais próximo ou distante dos alunos) ocorresse sem emitir ruídos. O modelo de carteira escolar austríaco também é observado por A. Riant. Considerado similar ao exemplar Kunze, possui como diferencial em sua concepção um tamanho menor - o que possibilitaria a utilização de um maior número de exemplares em uma sala de aula - e a um custo mais baixo por unidade.

Figura 16 - Carteira escolar austríaca apresentada na Exposição de Viena



Fonte: A. Riant, 1874, p. 141.

Outro modelo que Riant entendia como um exemplar que “certamente possui legitimidade científica”, por atender aos requisitos higiênicos, é o *Liebreich*. Essa carteira recebe

¹⁰⁵ É importante destacar que existiram outros exemplares divulgados nas exposições, que não foram apreciados por Buisson.

destaque em suas análises por ter sido adotada pelo Conselho Escolar de Londres¹⁰⁶ para ser utilizada em escolas da cidade. Devido a Inglaterra ser vista como um país preocupado com a saúde e a educação de suas crianças, A. Riant afirma, em seu relatório, que o aceite inglês a esse modelo já seria um importante testemunho da qualidade do mobiliário. Dentre os requisitos higiênicos, recebe destaque a possibilidade de ajustar o tamanho das mesas e cadeiras a diferentes corpos, assim como modificar o ângulo e a distância ao padrão correto para a leitura e a escrita. O motivo de construir uma solução para que os livros e as lições ficassem sobre a mesa da carteira em uma angulação de 40° se devia a recomendações médicas. O objetivo era evitar que as crianças permanecessem com o eixo de visão considerado inadequado, evitando, assim, a possibilidade de miopia,¹⁰⁷.

A parte superior da mesa possui uma inclinação de 20° para escrever; para ler, é necessário uma inclinação maior, de cerca de 40°, que pode ser obtida levantando-se um batente (flap), montado em dobradiças de cinco polegadas de largura e fixado na borda frontal da mesa (A. Riant, 1874, p. 142-143)¹⁰⁸.

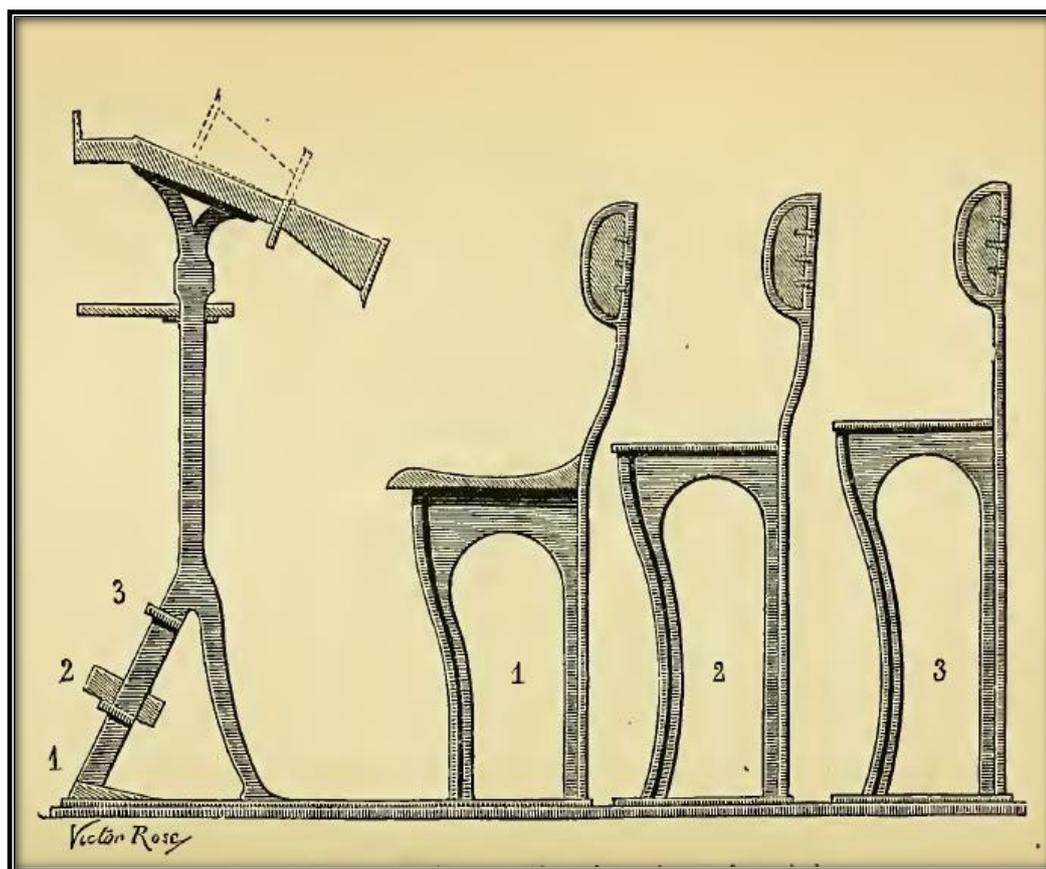
Assim como A. Riant (1874), Ferdinand Buisson (1875) também entendia que “se a criança está sentada, ela deve ter a cabeça constantemente inclinada para ler um livro deitado sobre mesa” (p. 72). As análises das carteiras expostas nos eventos internacionais colaboram para a compreensão de que a idealização dos móveis escolares que deveriam ser produzidos para as escolas primárias teria sido moldada e influenciada por argumentos provenientes do movimento higienista, que contribuiu com alterações e a construção de projetos que propagavam seus ideais. Buisson (1875), por exemplo, defendia que a França adotasse exemplares de móveis que estivessem plenamente de acordo com essas exigências e, por essa razão, as comparações e análises das carteiras nas exposições seriam fundamentais e contribuiriam para a construção de um sistema educacional francês saudável e moderno.

¹⁰⁶ Tradução livre: London School Board.

¹⁰⁷ No capítulo I desta investigação, tenho observado um conjunto de inventos que podiam ser adaptados à mesa da carteira para que o aluno pudesse manter-se em posição adequada à cabeça e ao tronco.

¹⁰⁸ Tradução livre: Le dessus du pupitre a une inclinaison de 20° pour écrire; pour lire, il faut une inclinaison plus grande, environ 40°, que l'on obtient en relevant un battant (flap), monté sur charnières de cinq pouces de large, et fixé au bord antérieur du pupitre (A. Riant, 1874, p. 142-143).

Figura 17 - Carteira escolar “Liebreich”



Fonte: A. Riant, 1874, p. 142.

Diante das expectativas depositadas na educação, os modelos Kunze e Liebreich¹⁰⁹, até então abordados, apresentaram *design* e um conjunto de tecnologias e soluções muito bem avaliadas nas análises de Buisson e Riant. Ambos destacaram, em seus relatórios, que esse exemplar poderia ser tomado como “modelo a ser seguido”, uma vez que materializava os principais requisitos de um móvel adequado. Nota-se que a referida carteira escolar também era disponível em diferentes tamanhos. A partir do sucesso dessas carteiras e com base em suas concepções, os autores idealizaram um novo modelo, inspirado por elas e intitulado *Sandberg*¹¹⁰.

Para Ferdinand Buisson (1875), além de possuir todas as vantagens dos exemplares anteriores, o modelo Sandberg era ainda mais elegante e belo. Como característica central, permanecia a possibilidade de movimentar a parte superior para frente e para trás (assim como o modelo Kunze), além de possuir dobradiças que garantiriam o fácil acesso aos materiais

¹⁰⁹ Conforme foi indicado no Capítulo I desta investigação, os estudos de Liebreich sobre a carteira escolar foram tomados por diversos pesquisadores como referências acadêmicas.

¹¹⁰ Sandberg foi diretor de formação de professores em Estocolmo e seus estudos contribuíram para a construção de um modelo de carteira escolar utilizada em escolas e apresentada na Exposição Universal de Viena de 1873 (BUISSON, 1875).

guardados *no armário*¹¹¹. Os bancos eram curvos e produziam quase o mesmo efeito que a carteira Kunze, impedindo que as crianças deslizassem para frente.

Nada é mais bonito do que a aparência de uma classe mobiliada com esses bancos; nada mais confortável nem mais graciosamente prático. Infelizmente, o preço é de 18 a 20 francos por lugar na Suécia. Quanto deve ser arrecadado para obter o mesmo trabalho em países onde nem a madeira nem a mão-de-obra possuem esse preço tão baixo? (BUISSON, 1875, p. 75)¹¹².

Enquanto o modelo Kunze poderia despertar preocupações de educadores com relação ao seu peso e rigidez, o Sandberg, mesmo sendo construído em madeira, possuía ainda mais partes móveis e delicadas, o que, na perspectiva de Buisson (1875) poderia causar acidentes em virtude de usos inadequados, além da necessidade de constantes reparos. Tendo em mente essas razões, propôs que este modelo, antes de ser adotado por outros países, fosse experimentando no local em que era produzido, a Suécia.

A. Riant (1874) também destaca, em seu relatório, o modelo idealizado pelo dr. Sandberg, apresentado na Exposição de Viena. Em sua concepção, assim como a carteira Kunze, o exemplar sueco contava com o diferencial de possuir uma mesa deslizante, que poderia ficar próxima da criança e evitar que os alunos se reclinassem em direção à mesa. Para Riant, a presença dessa carteira na exposição demonstrou que a Suécia obteve grande progresso econômico e educacional, pois era superior em relação a exemplares de outras nações e ao modelo apresentado pelo país na Exposição Universal de Paris, em 1867¹¹³.

Apesar de Riant e Buisson analisarem o mesmo modelo de carteira, apresentado na mesma exposição, as imagens disponíveis em seus relatórios apresentam diferenças relevantes nos formatos dos bancos, conforme se podem observar nas figuras 18 e 19.

¹¹¹ Nesse espaço poderiam ser colocados lousas, blocos de anotações e/ou livros.

¹¹² Tradução livre: “Rien de plus riant que l’aspect d’une classe meublée de ces bancs; rien de plus confortable ni de plus gracieusement pratique. Malheureusement le prix est de 18 à 20 francs par place en Suède. Et de combien faudrait-il élever ce chiffre pour obtenir le même travail dans les pays où ni le bois ni la main-d’oeuvre ne sont à aussi bas prix?” (BUISSON, 1875, p. 75).

¹¹³ Entre os diferenciais do modelo sueco Kunze indicados por Riant, estavam a possibilidade de cada aluno se sentar individualmente, sua matéria-prima (madeira polida), além do fato de possuir uma cavidade para o tinteiro e uma tampa de cobre que, ao ser pressionada, levantava ou abaixava. No entanto, assim como no relatório de Buisson (1875), o custo também foi apresentado como um empecilho para que a França adquirisse esse modelo para suas escolas.

Figura 18 - Carteira escolar sueca, do dr. Sandberg, apresentada na Exposição de Viena, em 1873, conforme relatório de Riant



Fonte: A. Riant, 1874, p. 131.

Figura 19 - Carteira escolar sueca do dr. Sandberg apresentada na Exposição de Viena, em 1873, conforme relatório de Buisson



Fonte: BUISSON, 1875, p. 73.

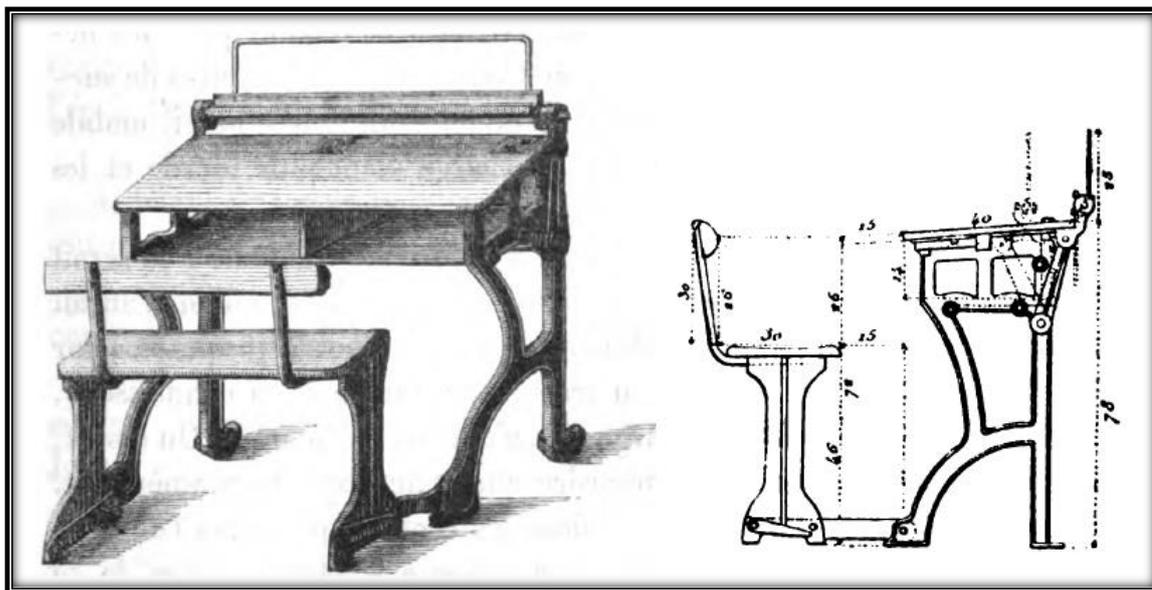
De acordo com Buisson (1875), vários esforços foram realizados na França oitocentista para a construção de um modelo de carteira escolar que apresentasse *design* e tecnologias semelhantes às expostas nas exposições universais. Dentre os exemplares construídos, Buisson cita como exemplo o modelo idealizado por M. Cardot, proposto para a cidade de Paris, sinalizando a importância das exposições universais para a transferência de saberes e tecnologias que poderiam ser apropriados pelos diferentes países.

O modelo de carteira escolar conhecido como *Cardot* apresentava um sistema de construção parecido com o do Kunze: ambos possuíam uma mesa que deslizava em direção ao aluno; no entanto, no exemplar francês, o movimento era obtido a partir de uma alavanca de ferro fundido, localizada nos dois lados. Ao analisar a imagem presente no Relatório de Buisson (1875), é possível identificar outras características que não foram por ele mencionadas. Dentre essas, chama a atenção, na parte superior da mesa, algo que se assemelha a um apoio para materiais. Ao aproximar a imagem, é possível observar um “corte” na madeira que permite que os suportes para leitura, como cadernos, livros ou papéis ficassem confortavelmente apoiados, de modo a não cair ou sair do lugar. Essa constatação pode ser reforçada pela indicação da distância entre o chão e o ponto mais alto da carteira, o que demonstra uma preocupação em definir a altura adequada, levando em conta as posições dos corpos e dos olhos dos alunos quando sentados na cadeira, a qual é fixa. Os documentos provenientes de exposições universais colaboravam para a percepção da defesa de que o móvel, nesse caso a carteira escolar, deveria ser construído de forma que privilegiasse um tamanho preciso, distâncias e proporções adequadas, uma vez que essas estavam seguindo a racionalidade científica do período.

Os deslizamentos são, acreditamos, mais simples e estáveis do que em qualquer dos dispositivos expostos em Viena. Obtemos assim uma distância nula para escrever e um espaço de quinze centímetros, quando é necessário circular entre os bancos. A mesa, em vez de uma borda para o tinteiro e o estojo, está munida com uma porta engenhosamente construída com vistas a vários usos (BUISSON, 1875, p. 76)¹¹⁴.

¹¹⁴ Tradução livre: Le va-et-vient est, croyons-nous, plus simplement et plus solidement établi que dans aucun des appareils exposés à Vienne. On obtient ainsi une distance nulle pour écrire et un intervalle de "quinze centimètres quand il faut circuler dans les bancs. Le pupitre, au lieu d'un plat-bord pour l'encrier et le plumier, est muni d'un porte modèle ingénieusement construit en vue de plusieurs usages (BUISSON, 1875, p. 76).

Figura 20 - Carteira escolar francesa Cardot



Fonte: BUISSON, 1875, p. 75.

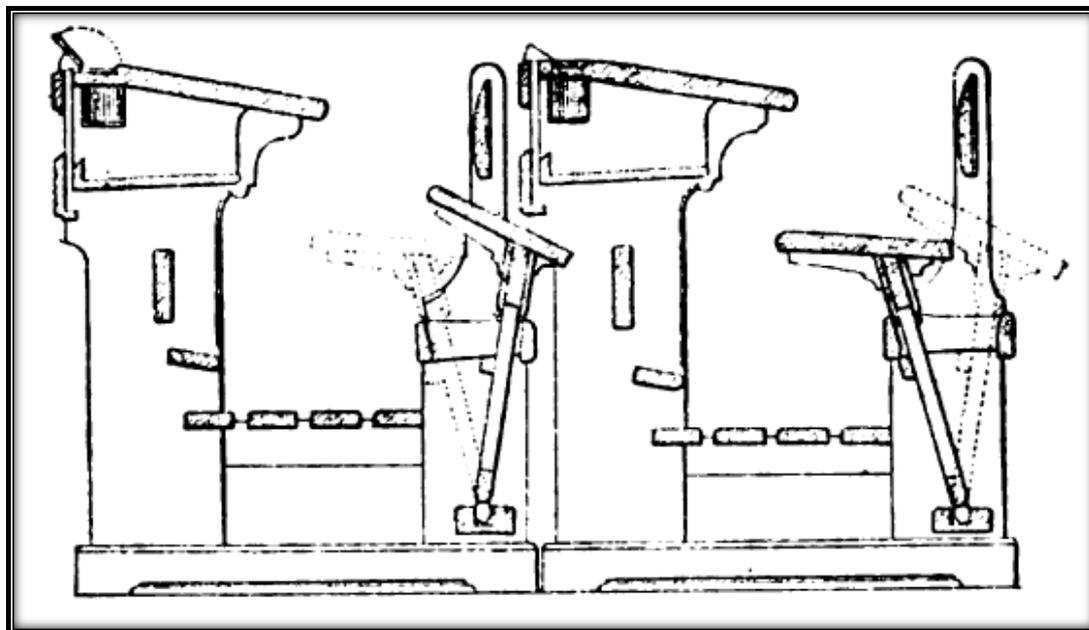
O modelo alemão *Kaiser* foi outro que chamou a atenção de Ferdinand Buisson e do júri da Exposição de Viena, uma vez que esse exemplar recebeu o Diploma de Mérito. Diferentemente de outras carteiras, não seria a mesa que faria o movimento de deslizar em direção ao aluno, mas seu banco móvel, o grande diferencial desse modelo. Ferdinand Buisson (1875) afirma que grande parte dos higienistas e educadores estavam tentando construir modelos com esta característica; no entanto, as iniciativas não foram bem-sucedidas, pois a tecnologia da época não era capaz de sustentar o peso dos bancos, o que causava temor pela possibilidade de desorganizar a sala de aula, além de provocar excesso de ruídos.

A intenção era que “o assento pudesse ser capaz de se mover para frente e para trás, para cima e para baixo, aproximando-se da mesa, de modo a eliminar a distância ao escrever e a poder se restabelecer para a circulação” (BUISSON, 1875, p. 76)¹¹⁵. O exemplar que melhor resolveu essas questões, segundo o próprio Buisson, foi idealizado pelo M. J. Kaiser, professor em Munique. Conforme já exposto, nesse modelo a mesa e o encosto constituíam uma única peça, sendo, portanto, fixos. O banco, por sua vez, era sustentado por uma haste vertical que garantia seu movimento. Para amenizar os ruídos e não perturbar a ordem em sala, foram introduzidos grampos e tecidos. Além desses diferenciais, o modelo Kaiser apresentava mesa vertical, apoio

¹¹⁵ Tradução livre: Le siège, pouvant avancer et reculer, monter et descendre, se rapprocherait du pupitre, de façon à supprimer la distance quand on écrit et à la rétablir pour les be soins de la circulation (BUISSON, 1875, p. 76).

de pés reguláveis de acordo com as diferentes alturas, itens considerados fundamentais para um mobiliário moderno¹¹⁶.

Figura 21 - Carteira escolar alemã Kaiser



Fonte: BUISSON, 1875, p. 78.

Diante de todos os modelos expostos em Viena e analisados por Buisson (1875), o autor considerou que o mais satisfatório era o *Bapterosses*¹¹⁷, que recebeu Diploma de Mérito. A carteira escolar premiada é individual e possui um banco redondo montado sobre uma haste de ferro fixada em uma base de madeira que desliza para cima e para baixo. De acordo com as informações disponíveis no relatório, esse movimento poderia ser interrompido a qualquer momento para que a altura correta fosse ajustada¹¹⁸. Já a mesa era fixa e contava com um suporte pequeno para guardar, por exemplo, utensílios de escrita. O apoio dos pés, por ser muito estreito, foi indicado como uma das desvantagens, assim como o emprego de madeiras simples, para diminuir o custo final da carteira. Mesmo com o empecilho do aumento do preço, Buisson defendia o uso de melhores materiais para a difusão do modelo, reconhecendo-o como uma das “melhores bancadas que existem”.

¹¹⁶ Para Ferdinand Buisson, os desafios para que esse modelo de carteira escolar fosse difundido nas escolas seria o de se provar “suficientemente forte e sustentável”, assim como o manuseio da haste para mover o banco, fosse comprovado de fato simples. Buisson informa que, no momento da escrita do relatório, o modelo Kaiser era usado em algumas escolas de Munique, a um custo de 18 a 20 francos por unidade.

¹¹⁷ O modelo Bapterosses guarda muitas semelhanças com a carteira escolar Chandler, exemplar comercializado em diversos países entre o final do Oitocentos e início do Novecentos, conforme foi abordado no capítulo I desta investigação.

¹¹⁸ A tecnologia que possibilitava o manuseio da haste (um dos maiores diferenciais desse exemplar) utilizava um parafuso de pressão e uma base cilíndrica. O ajuste era feito com uma “chave especial”, que poderia permanecer com o professor (BUISSON, 1875).

A partir das informações obtidas nos relatórios de Riant e Buisson acerca de carteiras escolares apresentadas na Exposição Universal de Viena, foi possível identificar um conjunto de prescrições que versavam, a partir da adaptação do mobiliário escolar, sobre a construção e legitimação de condutas e hábitos que estivessem relacionados ao higienismo, à infância e à modernidade pedagógica. Para a construção de uma cultura material moderna nas escolas, era necessário romper com aquilo que se considerava atrasado e desvincular-se de uma cultura escolar constantemente associada a objetos rígidos, grandes e pesados. Foi possível identificar uma pluralidade de ideias em prol da criação de inovações que privilegiassem o conforto dos corpos e permitissem a realização de práticas e modos de ensino articulados ao método intuitivo.

Figura 22 - Carteira escolar Bapterosses



Fonte: BUISSON, 1875, p. 80.

Os dados empíricos localizados no decorrer desta investigação demonstram que essa modernização ocorreu de maneira aleatória e estava relacionada às condições internas de cada país ou província. César Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos (2018), com relação ao contexto maranhense oitocentista, propõem relações entre as exposições universais e as exposições do trabalho, realizadas em diversas edições naquela província. Uma das preocupações dos autores é a de perceber artefatos escolares apresentados nesses espaços e o que os atores que participaram desses eventos fizeram com os produtos expostos, “cujas novas

concepções seriam potencialmente materializadas num quantitativo de objetos produzidos e paulatinamente distribuídos nos espaços de ensino via doação dos benfeitores ou entregues oficialmente pelo governo provedor segundo o instituído em lei” (CASTRO; CASTELLANOS, 2018, p. 272).

Assim como as exposições universais, os eventos que ocorreram no Maranhão objetivavam apresentar o que existia de mais avançado na província¹¹⁹, bem como estavam abertos à população envolvida com atividades produtivas. Conforme discorrem os autores, instituições públicas e particulares de ensino também receberam grandes destaques nesses eventos, que exibiam objetos da cultura material escolar e práticas com eles desenvolvidas nas instituições de ensino. Em decorrência dessas exposições, os artefatos expostos também contribuíram para suprir demandas locais de professores que reclamavam de condições materiais da província como falta de bancos, carteiras e cadeiras:

No caso desses materiais em específico, cabia ao inspetor da instrução pública apreciá-los e julgá-los, emitindo pareceres sobre os artefatos exibidos nas exposições, [...] No caso dos mobiliários designados às escolas e aprovados pelo inspetor, o diretor da Casa dos Educandos Artífices descrevia-os e direcionava-os segundo o tipo de madeira e acabamento; conforme a finalidade (mesas, armários e bancos para o professor ou para os alunos); pela quantidade e destino final (escola, cidade e clientela de meninos ou meninas); como também lhes acrescentava como critério de intenção a disciplina na qual seriam usados, por exemplo, quando eram propostos os móveis para as aulas de desenho ou de geografia no Liceu Maranhense (CASTRO; CASTELLANOS, 2018, p. 281-282).

Na Província de Santa Catarina, a partir das pesquisas realizadas, observa-se que a circulação de ideias difundidas em exposições universais se faz presente em discursos e mensagens de autoridades do estado (província) e de docentes, que defendiam e reivindicavam a construção de uma organização escolar que estivesse articulada com a pedagógica moderna. No entanto, mesmo com o reconhecimento das autoridades da importância de se modernizar a instrução pública primária, seus materiais e práticas, o estado não dispunha de condições econômicas e políticas que pudessem, de fato, alterar significativamente o mobiliário fornecido às escolas.

O estudo sobre as exposições universais possibilita identificar uma articulação entre a indústria e a realização desses eventos. Desse modo, para comparar o que a indústria vinha comercializando e as ideias que circulavam no período oitocentista, o capítulo III analisará uma série de catálogos, aqui reconhecidos como fontes que permitem chegar aos saberes envolvidos

¹¹⁹ Conforme indicam César Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos (2018) as áreas que mais avançavam no Maranhão oitocentista eram o comércio, a manufatura, a indústria e a agricultura.

no processo de idealização, fabricação e comercialização de móveis escolares. Conforme vem sendo abordado ao longo desse trabalho, o mobiliário, naquele período, para ser considerado adequado, deveria estar de acordo com preceitos higiênicos e pedagógicos; do contrário, sua comercialização seria dificultada.

Os relatórios de exposições universais contribuíram para a percepção de que no Oitocentos estava em construção um modelo ideal de carteira escolar. Para tanto, as exposições universais foram palcos de disputa de diversas fábricas, médicos e educadores que objetivavam fazer de seus exemplares o modelo mais preparado/adequado para ser difundido internacionalmente. Dentre os requisitos necessários às carteiras escolares, destaca-se os seguintes: (i) *exigências pedagógicas*; (ii) *aspectos higiênicos*; (iii) *possuir uma fabricação que possibilitasse que esses fossem adquiridos a custos mais baixos e que se levassem em consideração os aspectos econômicos de cada país*. Desse modo, os dados apresentados sobre os móveis presentes em exposições universais colaboravam para a difusão desses itens, considerados essenciais para a escola moderna e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se deveriam disseminar pelas sociedades civilizadas.

Capítulo III

*A indústria escolar oitocentista:
a (re)invenção do mobiliário em catálogos*



Ao se tomar por base o trabalho de Inés Dussel e Marcelo Caruso (2003), entende-se que a Revolução Industrial não foi um fato pontual, mas um processo que ganha força, principalmente a partir do século XVIII, na Inglaterra. Durante esse período, as formas artesanais de produção são gradativamente substituídas pelas fábricas, que se caracterizavam, muitas vezes, por grandes chaminés fumegantes, que passaram a compor as paisagens das cidades. Além disso, com a expansão fabril, criaram-se novas formas de trabalho e relações sociais inéditas, que contribuíram para as transformações econômicas sentidas até os dias atuais. No entanto, conforme indicam os autores, esse processo não ocorreu igualmente para todos e em toda parte: enquanto “alguns, entusiasmados, fizeram fortuna rapidamente, muitos outros – a maioria – sofreram drásticas mudanças em sua vida cotidiana, empobreceram e foram obrigados a se submeter a outros regimes de trabalho e de socialização” (2003, p. 105)¹²⁰.

Vale lembrar que o processo de expansão industrial não ocorreu na mesma intensidade, nem de maneira idêntica em distintos países. É importante estar atento a essa observação, pois, ao refletir sobre esse processo, é necessário levar em consideração as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada lugar. Nessa direção, conforme demonstra Fernando Novais (2005), em seu livro “*Aproximações: estudos de história e historiografia*”, não se podem negar as evidências históricas que demonstram que alguns países abrigaram a emergência dos primeiros surtos da industrialização moderna de maneira mais efetiva e abrangente, com o que granjearam o título de economias industriais.

(...) países que tiveram colônias, isto é, que puderam contar, na fase de criação das condições para a industrialização, com os estímulos da exploração colonial; países [...] que sofreram o impacto da exploração colonial; países que se formaram nos quadros do Sistema Colonial, como o Brasil; países, enfim, que não foram colonizadores nem colonizados demarcam posições fundamentalmente distintas diante do desenvolvimento econômico (NOVAIS, 2005, p. 138).

No entanto, reconhecer que países possuem diferentes níveis de desenvolvimento industrial não significa que não tenham existido experiências fabris e/ou consideradas modernas em países que estiveram submetidos a relações de exploração durante o século XIX. Conforme demonstram diversas produções do campo da história da educação brasileira e dados aqui

¹²⁰ É necessário destacar que, com o processo de Revolução Industrial e com a ampliação da exploração de mão de obra, também ganham força grupos de resistência que passam a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho. A criação de sindicatos e partidos voltados aos interesses dos trabalhadores são alguns dos movimentos que se difundem nesse período (DUSSEL; CARUSO, 2003).

apresentados, é possível localizar ações voltadas à escolarização da infância que tiveram forte relação com modelos reconhecidos como referenciais para a educação¹²¹.

O trabalho de Wiara Rosa Rio Alcântara (2014), por exemplo, indica o crescimento de uma nascente indústria escolar paulista, que forneceu mobiliário e outros materiais a escolas no final do século XIX. A partir da pesquisa realizada pela autora, identifica-se um conjunto de exemplares de carteiras escolares produzidas em fábricas nacionais, que procuraram articular seus inventos com as ideias que circularam internacionalmente em exposições. Dentre os exemplos apresentados, chama a atenção o modelo de carteira escolar chamado de “Brazil”, idealizado pela Eduardo Waller & C.¹²², muito utilizado em escolas paulistas entre o final do Oitocentos e início do Novecentos. Esse modelo contava com pés fundidos em ferro e o banco, o encosto e a mesa, em madeira. É possível identificar, na parte lateral do móvel, o nome do modelo e da fábrica que o construiu.

Figura 23 - Carteira escolar Brazil



Fonte: Centro de Referência em Educação Mário Covas. Imagem disponível em Alcântara (2014).

¹²¹ No capítulo IV da presente pesquisa, também será analisado um conjunto de documentos que demonstram que a Província de Santa Catharina estava articulada com as ideias pedagógicas que circulavam internacionalmente e, mesmo sem contar com um aparato fabril, buscou construir espaços que estivessem de acordo com os modelos considerados referenciais.

¹²² Com base em informações do Centro de Referência em Educação Mário Covas, Wiara Rosa Rio Alcântara (2014) indica que a fábrica Eduardo Waller & C. foi estabelecida em 1896 na cidade de São Paulo. Eduardo Waller era professor de trabalhos manuais na cidade.

A partir dos dados aqui apresentados, constata-se que a indústria assumiu um papel fundamental para a expansão escolar, uma vez que a produção fabril possibilitou a fabricação de um grande número de artefatos padronizados de acordo com exigências da modernidade educativa oitocentista que se almejava. Para alcançar um modelo ideal, conforme apontam os impressos pedagógicos e manuais do século XIX, a escola deveria possuir diversos móveis e objetos que estivessem de acordo com os saberes pedagógicos e higiênicos legitimados no período. O maquinário a vapor e o desenvolvimento de novas tecnologias propiciaram a construção de artefatos considerados modernos em um espaço de tempo menor do que os produzidos artesanalmente, podendo apresentar curvas em seu *design* para melhorar o conforto, dobradiças e parafusos mais resistentes, além de articular o ferro e a madeira de maneira que garantissem uma melhor qualidade.

As novas invenções da indústria, conforme abordado no capítulo anterior, estavam presentes nas exposições universais, onde, de certa maneira, foram apreciadas e avaliadas para se certificar que estivessem de acordo com as exigências da educação das crianças. O culto à modernidade e ao sistema de fábricas em países considerados parte do “concerto das nações” foram as estratégias utilizadas nesses espaços para construir e difundir representações em torno do progresso e das novas tecnologias. Articulada com a internacionalização das ideias pedagógicas, percebe-se também uma preocupação em difundir um modelo de escola que pudesse legitimar a compra de um grande aparato material, assim fortalecendo o mercado escolar e permitindo o surgimento de uma indústria específica para atender a essas demandas.

É necessário destacar, no entanto, conforme lembra Sandra Pesavento (1997), as diferentes dimensões em torno da produção fabril das mercadorias, uma vez que essas, ao serem reconhecidas como símbolos da “aventura da modernidade”, escondiam relações sociais mais amplas¹²³. Para a autora, os “novos produtos” não eram fabricados apenas para satisfazer as necessidades humanas e tampouco podiam ser compreendidos a partir de neutralidade científica que tratava os inventos e os inventores como parte de uma sequência científica cumulativa, que possibilitaria o incremento produtivo. Diferentemente, a autora chama a atenção para aspectos político-sociais e econômicos articulados com expansão industrial e a circulação das mercadorias. Se, por um lado, essas podiam seduzir e encantar, escondiam, em nome do progresso, as condições reais em que se assentava a acumulação capitalista:

¹²³ Conformam indicam Inés Dussel e Marcelo Caruso (2003), utilizam-se diversas lentes para analisar a história da sala de aula. Em uma das análises possíveis sobre o processo industrial que ganha força no século XVIII, a “educação obrigatória apareceu como nova ferramenta para a produção em massa da obediência, no contexto de populações que migravam, de cidades que cresciam descontroladamente e em ritmo de crescimento acelerado” (p. 108). Por tal perspectiva, os autores evidenciam que, com a substituição da manufatura por grandes indústrias, a classe burguesa procurava manter seu poder político e econômico, e o fazia a partir do controle da escola.

Mercadorias destinadas a encantar a humanidade, símbolos do progresso técnico dos “novos tempos”, não eram simples produtos postos à venda, mas corporificavam ideias que buscavam impor-se com a força de certezas: o sistema capitalista trouxera o progresso à humanidade, a máquina era voltada para a satisfação das necessidades humanas, a ordem burguesa instaurava a sociedade do bem-estar, o futuro era previsível, o trabalho disciplinado tinha possibilidades redentoras, a propriedade não era apenas desejável e justa, como era uma meta a ser alcançada por todos, etc., etc. Neste contexto, a máquina apareceu como símbolo das inovações, rupturas, utópicas e contradições dos “novos tempos”, responsável por mudanças materiais, sociais e mentais (PESAVENTO, 1997, p. 21).

Para identificar ideias em torno das mercadorias fabricadas pela indústria escolar, na pesquisa que resultou nesta tese reuniu-se um conjunto de catálogos, aqui tomados como fontes, que muito contribuem para compreender aspectos de uma cultura material e de um tipo de ideias pedagógicas em circulação, que, embora aparentemente relacionadas ao campo da indústria, possibilitam leituras sobre relações em torno da escola, tendo em vista que contribuíram fortemente para sua institucionalização e legitimação. Esses documentos fornecem imagens de móveis fabricados, preços, número das patentes, matérias-primas, tecnologias utilizadas, bem como discursos médicos e pedagógicos, que também fizeram parte das estratégias das empresas para a comercialização desses objetos. Os catálogos, reconhecidamente, têm auxiliado, e com peso, o avanço de reflexões que entendem a escola como um mercado atraente para a indústria e a internacionalização de um modelo referencial de mobiliário escolar por fornecerem informações que, muitas vezes, outras fontes não fornecem. Esses materiais, editados de modo a privilegiar a publicidade de informações e imagens que chamavam a atenção de seus consumidores, eram disponibilizados, em geral, em forma de livreto.

Embora confeccionados e publicados em épocas e regiões distintas, a análise desses documentos tem possibilitado identificar discursos comuns que cultuavam os avanços industriais e os artefatos por eles produzidos, com o objetivo de seduzir seus consumidores para as “novas” e “modernas” invenções. Nesse sentido, e com base no trabalho de Marta Brunelli (2018), pode-se dimensionar a potencialidade dos catálogos escolares na construção de uma *história nacional da indústria escolar*. Tais documentos, segundo a autora, além de apresentarem um conjunto de informações, também podem, ao serem confrontados com objetos escolares salvaguardados em museus e instituições escolares, colaborar com a identificação de nuances entre o que era divulgado pelas fábricas e o que efetivamente chegava às escolas. A autora indica, ainda, que os catálogos têm sido pouco utilizados na historiografia da educação italiana e destaca autores, principalmente espanhóis, que têm feito deles objeto de estudos. León Esteban, Pedro Luis Moreno Martínez, Maria José Martínez Ruiz-Funes são alguns dos pesquisadores citados:

Em particular, os catálogos comerciais do material para o ensino demonstram um potencial heurístico e interpretativo que se desenvolve ainda mais se se aproveita a oportunidade – hoje oferecida para as numerosas coleções escolares, em museus ou não, na Itália – para comparar o material anunciado pelos fabricantes/distribuidores, com os subsídios materialmente comprados pelas escolas. Nesse sentido, os materiais didáticos se apresentam como fontes “dinâmicas”, ou seja, capazes de oferecer respostas múltiplas se são interrogados sob perspectivas inesperadas (BRUNELLI, 2018, p. 203)¹²¹.

A partir das indicações de Marta Brunelli, foi possível localizar um conjunto de trabalhos de pesquisadores espanhóis que utilizam catálogos escolares para a construção de uma história da educação. José Martínez Ruiz-Funes (2012), por exemplo, ressalta a potencialidade desses documentos como fontes de dados e informações. Para o autor, os catálogos guardam articulação com a noção de cultura material escolar e podem apresentar um conjunto rico e exaustivo de informações como preços, matérias-primas utilizadas, destinatários e possíveis mudanças e permanências relacionadas aos objetos escolares. Em seu estudo, José Martínez Ruiz-Funes (2012), utiliza um conjunto de catálogos espanhóis e discorre sobre os saberes nele presentes, bem como identifica ofertas e demandas de artefatos escolares e suas relações com os projetos de escolarização implementados em seu país no início do Novecentos.

Os catálogos utilizados na presente investigação, somados às reflexões desenvolvidas por pesquisadores como Juri Meda (2015), Marta Brunelli (2018), León Esteban (1997), Pedro Luis Moreno Martínez (2005), Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018), Diana Vidal (2009), Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), fornecem elementos sobre uma larga produção de materiais e de discursos que tinham como objetivo ampliar os negócios entre a indústria e o Estado. Para atender às novas necessidades materiais das escolas, as fábricas foram “chamadas” a idealizar e a fabricar móveis que, para serem aceitos, deveriam atender a um conjunto de prescrições. A escola primária moderna oitocentista, que vinha se expandindo e institucionalizando, não poderia mais ser refém de artefatos considerados atrasados, mas queria fazer uso de novas tecnologias, materializadas nos modernos móveis escolares.

A partir de pesquisas em acervos e arquivos físicos e digitais, foi possível localizar um conjunto de catálogos idealizados por fábricas moveleiras de diferentes países, interessadas em atender ao mercado escolar. Para sistematizar as informações disponíveis nos catálogos utilizados nesta investigação, foram elaborados quadros para dar visibilidade aos móveis construídos e

¹²¹ Tradução livre: En particular, los catálogos comerciales del material para la enseñanza demuestran un potencial heurístico e interpretativo que se desarrolla aún más si se aprovecha la oportunidad – hoy ofrecida por las numerosas colecciones escolares, musealizadas o menos, en Italia – para comparar el material anunciado por los fabricantes/distribuidores, con los subsidios materialmente comprados por las escuelas. En este sentido, los materiales didáticos se presentan como fuentes ‘dinámicas’, es decir, capaces de ofrecer respuestas múltiples si son interrogados bajo perspectivas inesperadas (BRUNELLI, 2018, p. 203).

anunciados por diferentes fábricas. Foram reunidos 37 catálogos produzidos entre os anos de 1864 e 1954, que fazem referência a fábricas de diversos países, como Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e Brasil. Face à grande quantidade de dados, optou-se por organizá-los, primeiramente, separando-os a partir das regiões em que se situavam as fábricas - Estados Unidos, Europa, Brasil -, a fim de identificar as demandas materiais provenientes das diferentes regiões, suas semelhanças e diferenças. No entanto, apesar de os apresentar nos quadros abaixo, considerou-se, para as análises, em particular os que se situam na delimitação temporal definida por este estudo, qual seja, de 1851 a 1889.

Após essa organização, foi feita uma análise do conteúdo disponível em cada um dos catálogos, buscando identificar o conjunto de móveis que apareceria com maior ou menor frequência e verificar os que seriam ofertados por umas e não por outras. O mobiliário escolar indicado nos quadros compreende carteiras, cadeiras, poltronas, escrivaninhas, quadros-negros, sofás e armários-museus. Embora também se tenham localizado outros artefatos, como globos terrestres, mapas, compêndios, estes não foram inseridos nas análises, por serem aqui entendidos como utensílios para o ensino.

Quadro 13 - Mobiliário Escolar veiculado por meio de catálogos de fábricas estadunidenses (continua)

Catálogos de fábricas estadunidenses	Mobiliário escolar						
	Carteira	Cadeira	Poltrona	Escrivaninha	Quadro-Negro	Sofá	Armário-Museu
Geo. & C. W. Sherwood (1864)	X	X		X		X	
Boston School Furniture (1870)	X	X		X	X	X	
J. A. Bancroft & Co. (1870)	X	X		X	X		
The Nacional School Furniture (1872)	X	X		X	X	X	
J. A. Bancroft (1872)	X	X		X	X	X	
Joseph L. Ross (1872)	X	X		X	X	X	X
A. G. Whitcomb (1875)	X	X	X	X			
Sterling School Furniture (1875)	X						
J. C. Brooke (1884)	X	X	X	X	X	X	
W. A. Choate (1890)	X	X		X		X	
Mcclees & Warren (1890)					X		
Union School Furniture (1893)	X	X	X	X		X	X
Edward E. Babb (1898)	X				X		
American Seating Company (1900)	X		X			X	X
Columbia School (1912)	X	X		X			X
Hoover Brothers (1922)	X	X	X	X	X		X
Union School Furniture (192_)	X	X	X	X	X		X
Columbia School (1930)	X	X		X			X
Keywood-Wakefield (1930)	X	X	X			X	
W. M. Welch manufacturing company (1931)	X	X	X			X	
Jones the Standand Line (1932)	X	X	X	X			X

American seating company (1940)	X	X				X	
American seating company (1951)	X	X	X	X	X	X	X
The A. H. Andrews (sem ano)							X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da análise dos catálogos das fábricas.

Quadro 14 - Mobiliário escolar de fábricas europeias segundo catálogos consultados

Catálogos de fábricas europeias	Mobiliário escolar						
	Carteira	Cadeira	Poltrona	Escrivania	Quadro-Negro	Sofá	Armário-Museu
França							
P. Garcet & Nisius (1882)	X			X	X		X
Deyrolle (1898)	X	X			X	X	X
Delagrave (1900)	X	X		X	X	X	X
Deyrolle (1919)	X	X			X		X
Deyrolle (1924)	X			X	X	X	X
Deyrolle (1925)	X			X	X	X	X
Inglaterra							
Geo. M. Hammer (1893)	X	X	X	X	X		X
George Philip & Son's (sem ano)					X		
Alemanha							
A. Lickroth (1887)	X	X			X	X	
Portugal							
Albino de Matos, P. & Barros (1929)	X	X	X	X	X		X
Fábrica de Paredes (1931)	X	X	X	X	X		X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da análise dos catálogos das fábricas.

Quadro 15 - Mobiliário Escolar - fábricas brasileiras

Catálogos de fábricas brasileiras	Mobiliário escolar						
	Carteira	Cadeira	Poltrona	Escrivania	Quadro-Negro	Sofá	Armário-Museu
Jorge Zipperer & cia [entre 1932 a 1954]	X	X	X	X	X	X	X
Indústrias Reunidas de Madeira [entre 1932 a 1954a]	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da análise dos catálogos das fábricas.

Em estudo publicado em 2018, ao discorrer sobre cultura material escolar, Martin Lawn chamava a atenção para a ideia de que a “escolarização dependeu e foi moldada por inovações materiais e instrucionais significativas”, uma vez que objetos como a “ardósia, a mesa, o lápis e o livro foram tão significativos quanto o método Lancaster” (p. 352). Nas concepções do autor, é

preciso que o ambiente material escolar seja abordado pelos pesquisadores como um produto social, uma vez que foi construído ao longo do tempo e marca, de maneira significativa, a cultura e os sistemas educacionais. Intimamente conectados às rotinas de professores e alunos, os objetos foram culturalmente moldados.

Os móveis escolares apresentados em catálogos sustentavam-se, em grande parte, em discursos e slogans que os caracterizavam como “novos e melhores”, com base em modelos apresentados em exposições universais, marcados por elementos de (re)invenção da modernidade educativa, pleiteada e imaginada no período oitocentista por elites burguesas. Em retóricas modernas, a escola não poderia mais ser um local de abandono da infância, mas um espaço de cuidado e de construção de uma cultura material moderna, capitalista, de compra e utilização de tecnologias alinhadas a hábitos higiênicos e saudáveis, e que permitissem a construção de novos postos de trabalho na indústria.

Nessa direção, as reflexões de Martin Lawn (2018), com base em trabalhos de Edward Stevens (1995), apresentam sinais que ajudam a discutir sobre a entrada desses objetos na escola. O autor argumenta que, para atender a exigências da modernidade, foi necessária uma alfabetização técnica, uma vez que ela construía uma nova habilidade relacionada à leitura, à interpretação e à representação desse mundo prático, tridimensional, utilitarista e rápido que se anunciava. Para atender a essas demandas, a escola foi vista como palco principal para ensinar, difundir condutas e saberes considerados essenciais. Os objetos foram tomados como elementos fundamentais do processo, pois potencializariam e guiariam as práticas realizadas.

A partir das análises realizadas e dos quadros elaborados, foi possível perceber que a carteira (entendida aqui como conjunto de cadeira e mesa) foi o móvel que apareceu com maior incidência nos catálogos, assim como foi o elemento que recebeu maior atenção de educadores, médicos e industriais na imprensa pedagógica e também em relatórios de exposições universais. Nesse sentido, o trabalho de Wiara Rosa Rios Alcântara e Diana Gonçalves Vidal (2018) nos ajuda a pensar em algumas razões para entender essa predominância, entender a razão dos estudos que envolvem os objetos e, em especial, a carteira escolar. Tais estudos e razões colaboram não apenas para perceber modelos e práticas pedagógicas, usos e tempos escolares, mas também para refletir sobre a difusão de ideias e conceitos pedagógicos. Para as autoras, “a carteira escolar é um dispositivo pedagógico que participa do processo de subjetivação discente, cria condutas corporais no aluno, dentro e fora da sala de aula” (2018, p. 244). Esta perspectiva implica compreender que a materialidade escolar participa da formação dos alunos, colaborando

com comportamentos e concepções¹²⁵. Além disso, evidenciam que nas últimas décadas do Oitocentos, o grande número de manuais, catálogos escolares e revistas pedagógicas, fontes que podem fornecer dados sobre as mudanças no mobiliário escolar, explicam a importância atribuída à escola como espaço fundamental para a instrução e a educação da infância e o crescente interesse de médicos, educadores e higienistas nessas instituições.

Conforme vem sendo abordado ao longo deste estudo, um dos comportamentos que se tentava legitimar nas escolas era a adoção de hábitos considerados saudáveis e práticas pedagógicas alinhadas à modernidade oitocentista. Para tanto, os móveis escolares e, dentre esses, a carteira escolar, receberam um conjunto de investimentos que tinham como objetivo a idealização de novos e aperfeiçoados artefatos condizentes com exigências divulgadas e aclamadas em conferências médicas, publicações pedagógicas e exposições universais. Esses eventos configuraram-se como chaves para se refletir sobre a formação de itinerários científicos que contribuíram para legitimar os princípios fundamentais do mobiliário utilizado nas escolas.

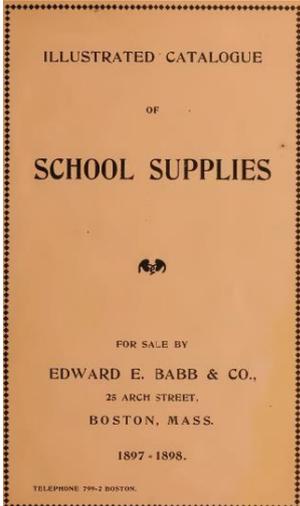
Outro aspecto que se pode discutir a partir do movimento de elaboração dos quadros anteriormente apresentados é a presença de saberes e discursos comuns, articulados com os diferentes móveis representados nos catálogos e destinados à sala de aula. Tenho observado que os que foram analisados destacam os inventos que se articulam com as exigências pedagógicas e higiênicas; alguns deles, inclusive, sustentam seus anúncios desqualificando os móveis produzidos por fábricas que não se adequavam às referidas exigências. Nesse processo, observa-se um movimento contrário à aquisição e uso de artefatos considerados anti-higiênicos e antipedagógicos.

Para melhor conhecer os catálogos fabricados pela indústria escolar aqui referenciados, o Quadro 16 apresenta as imagens das suas respectivas capas, já evidenciando informações relevantes sobre o mobiliário escolar (re)inventado no período oitocentista.

¹²⁵ Wiara Rosa Rios Alcântara e Diana Gonçalves Vidal (2018) utilizam o conceito de *subjetivação* a partir do trabalho de Jean Pierre Warnier (1999) para refletir sobre a relação corpo e materialidade no âmbito da escola. Para elas, os sujeitos interagem com os objetos e, a partir de relações plurais, formam os comportamentos sociais esperados do ensino-aprendizagem.

Quadro 16 - Capas de catálogos das fábricas estadunidenses (continua)

Geo. & C. W. Sherwood (1864)	William O. Haskell & Son (1870)	J. A. Bancroft & Co. (1870)
The Nacional School Furniture (1872)	J. A. Bancroft (1872)	Joseph L. Ross (1872)
A. G. Whitcomb (1875)	Sterling School Furniture (1875)	J. C. Brooke (1884)

W. A. Choate (1890)	McClees & Warren (1890)	Union School Furniture (1893)
		
Edward E. Babb (1898)	American Seating Company (1900)	
		

Fonte: Geo. & C. W. Sherwood (1864); William O. Haskell & Son (1870); J. A. Bancroft & Co. (1870); The Nacional School Furniture (1872); J. A. Bancroft (1872); Joseph L. Ross (1872); A. G. Whitcomb (1875); Sterling School Furniture (1875); J. C. Brooke (1884); W. A. Choate (1890); McClees & Warren (1890); Union School Furniture (1893); Edward E. Babb (1898); American Seating Company (1900). Elaborado pelo autor.
Disponível em: Internet Archive e Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico "José Pedro Varela"*, Montevideo, Uruguai.

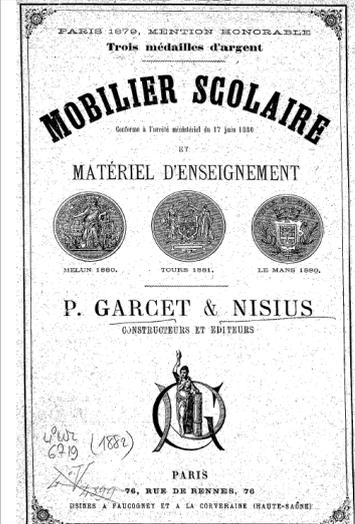
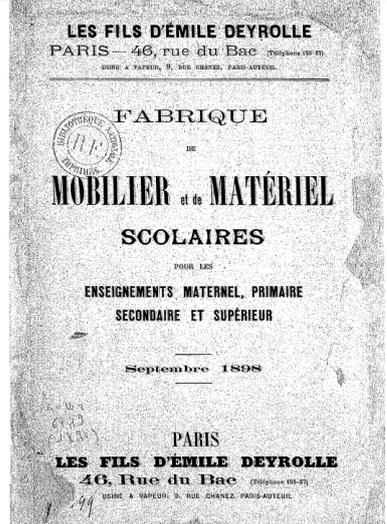
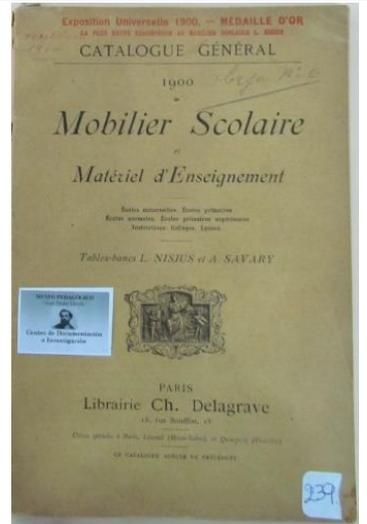
Como é possível observar nas imagens, todos os catálogos das fábricas estadunidenses trazem em suas capas alguma menção ao mobiliário e a objetos escolares. Não por acaso, a palavra “school furniture” (mobiliário escolar) aparece com grande recorrência, buscando direcionar a atenção dos consumidores para que pudessem identificar facilmente os tipos de artefatos que poderiam ser encontrados. Ao analisar as imagens de carteiras escolares divulgadas nas capas das fábricas A. G. Whitcomb (1875), Sterling School Furniture (1875), Union School Furniture (1893) e American Seating Company (1900), observa-se que, além da imagem do móvel, duas delas (A. G. Whitcomb e Union School Furniture) disponibilizam a representação de pessoas de distintos tamanhos que as utilizam, o que já na capa demonstra uma possível



preocupação dessas fábricas em apresentar a dimensão do objeto em relação ao corpo humano que o utilizaria, enfatizando o cuidado em atender às exigências médicas-higiênicas. Além disso, destaca-se que as fábricas Sterling School Furniture (1875) e American Seating Company (1900) trazem em suas capas representações de carteiras escolares cujos modelos são muito semelhantes a exemplares premiados na Exposição Universal de Viena de 1873. Como já foi abordado no capítulo anterior, o modelo premiado tinha muitas variações e era muito utilizado em escolas primárias dos Estados Unidos.

Os catálogos estadunidenses são os que apresentam, conforme análises realizadas, a maior variedade de móveis, inovações e utensílios escolares. São diversos modelos representados nos documentos que visam a atender especificamente às prescrições e ao mercado escolar. Além de imagens, há grande foco nos textos e nas informações sobre os produtos e em como os utilizar em sala de aula. Com relação às carteiras, por exemplo, há um grande destaque para as inovações e as novas tecnologias utilizadas, bem como relativamente ao atendimento da legislação escolar dos Estados Unidos. Além disso, esse foi o mobiliário escolar mais mencionado nos catálogos estadunidenses localizados.

Quadro 17 - Capas de catálogos das fábricas francesas

P. Garcet & Nisius (1882)	Deyrolle (1898)	Delagrave (1900)
		

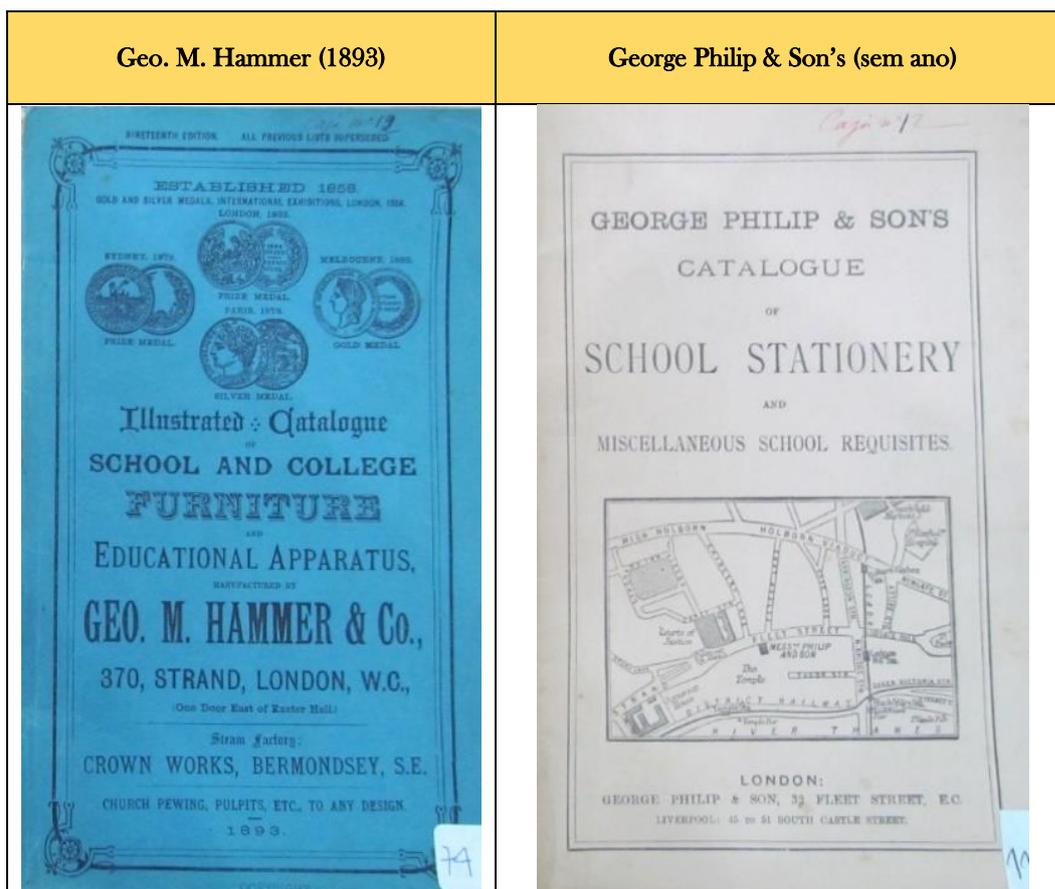
Fonte: P. Garcet & Nisius (1882); Deyrolle (1898); Delagrave (1900). Elaborado pelo autor. Disponível em: Biblioteca Nacional da França e Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico 'José Pedro Varela'*, Montevideo, Uruguai.

De forma diferente das fábricas estadunidenses, nenhum dos catálogos elaborados para divulgação de móveis escolares de fábricas francesas apresenta imagens de móveis escolares em

suas capas. O destaque limita-se a mencionar o “Mobilier Scolaire” (Mobiliário Escolar). Além de demonstrar que produz esse mobiliário, a fábrica P. Garcet & Nisius (1882), como estratégia, enfatiza as premiações obtidas em exposições internacionais, vinculando seus artefatos às condecorações neles alcançadas, o que significa serem reconhecidos por sua excelência.

As fábricas francesas, assim como as dos Estados Unidos, apresentavam em seus catálogos um grande número de invenções escolares. Não eram apenas os móveis que se destacavam em suas páginas, mas também outros utensílios de ensino que não são foco de análises desta tese, mas que auxiliam na identificação da grande variedade de produtos destinados a atender às novas exigências escolares, como, por exemplo, formas geométricas, telescópios, caixas de costura, e outros. Conforme vem sendo apresentada ao longo deste trabalho, a defesa do uso desses objetos na sala de aula também estava relacionada ao método intuitivo, que tinha como um de seus princípios a utilização de artefatos escolares como suporte didático.

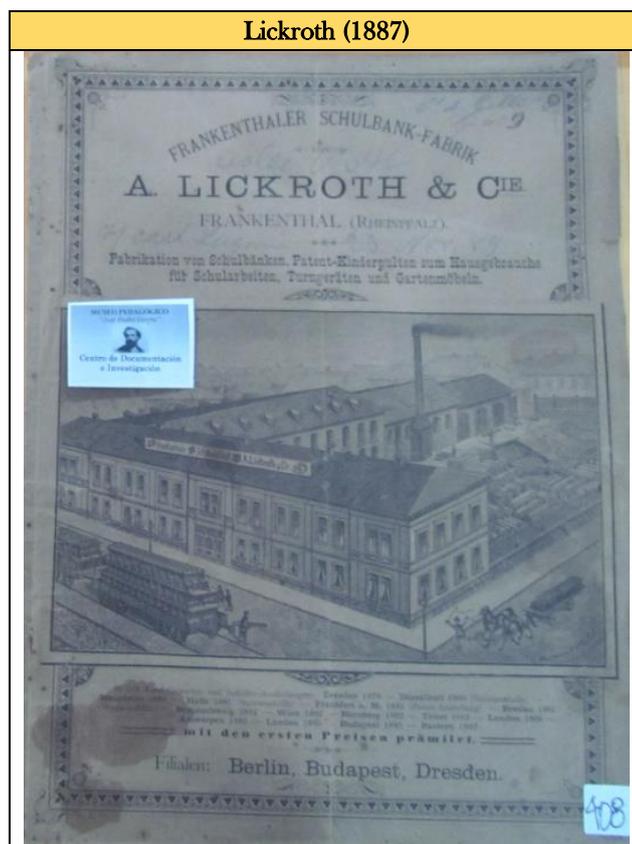
Quadro 18 - Capas de catálogos das fábricas inglesas



Fonte: Geo. M. Hammer (1893); George Philip & Son's (sem ano). Elaborado pelo autor.

Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico "José Pedro Varela"*, Montevideo, Uruguai.

Quadro 19 - Capa de catálogo de uma fábrica alemã



Fonte: Lickroth (1887). Elaborado pelo autor.

Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico "José Pedro Varela"*, Montevideo, Uruguai.

Ao estudar a produção de móveis escolares destinados às salas de aula no período oitocentista, nota-se grande participação de indústrias estadunidenses e francesas na elaboração de invenções adaptadas às exigências modernas. No Brasil, por exemplo, Wiara Rosa Rios Alcântara (2014) observa que grande parte dos móveis e materiais importados pelo governo paulista provinha desses países. A partir das informações da autora, sabe-se que a compra de artefatos estrangeiros não ocorria por acaso, mas se guiava pelos discursos construídos em torno de nações como Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, mais frequentemente consideradas por jornais, manuais pedagógicos e governantes como modelos exemplares para o Brasil. Nesse sentido, compor uma sala de aula com móveis fabricados e certificados por essas referências pedagógicas poderia ser um sinal de progresso.

Nos catálogos das fábricas inglesas e alemãs, foram encontrados produtos como carteiras, escrivaninhas, quadros-negros, poltronas, cadeiras, armários-museus, sofás, globos terrestres, cestos de lixo, canetas, balanças, régua, apagadores, entre outros. Além deles, também algumas firmas que não se restringiam a fabricar móveis, mas especializadas também na fabricação de outros objetos. Para apresentar os produtos aos seus consumidores, os catálogos eram elaborados

com imagens e textos que tinham como objetivo fornecer definições técnicas dos produtos, dimensões, valores e, em alguns mobiliários, informações que destacam os diferenciais de seus modelos e suas soluções para a escola.

Logo no início do catálogo da A. Lickroth e Cie., fábrica localizada na cidade de Frankenthal, região leste da Alemanha¹²⁶, chama a atenção menção da fábrica às dezesseis premiações obtidas em eventos nacionais e internacionais. A partir dos estudos realizados, fica evidente que a intenção era vincular os inventos à modernidade do período, uma vez que essas certificações mostravam aos consumidores que a fábrica atendia às prescrições legitimadas como ideais para as escolas primárias.

Discursos médico-higienistas em catálogos

O movimento de idealizar, fabricar e comercializar móveis escolares que estivessem de acordo com ideais médicos e pedagógicos não era isolado, mas circulou por diversos países. Como já informado, foram localizados 20 catálogos produzidos no período oitocentista, os quais fazem referência a fábricas de países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. As análises realizadas demonstram que, mesmo situadas em locais distantes, as fábricas elaboravam discursos semelhantes no que tange às exigências para que um mobiliário escolar fosse considerado de qualidade. A defesa do uso de móveis higiênicos e pedagógicos não se limita às carteiras escolares, objetos que mais chamavam a atenção de médicos e educadores, mas se aplica também na divulgação de cadeiras, escrivaninhas, armários-museus, quadros-negros, entre outras peças do mobiliário.

Ao adicionar ao termo *furniture school* a palavra *improved*, os catálogos idealizados pelas fábricas estadunidenses exaltam o mobiliário construído de acordo com as exigências médicas e pedagógicas como um artefato “melhor”. O termo *improved* tem o sentido de “melhor do que antes” e pode ser traduzido para o português como “melhorado” ou “aperfeiçoado”. Dessa forma, com base nos catálogos estadunidenses do século XIX, observa-se que os móveis “modernos” foram batizados com o nome de *improved school furniture* e não mais apenas como *school furniture*.

A mudança de nomenclatura não aconteceu por acaso, mas articulada aos movimentos e ideais que defendiam a (re)invenção do mobiliário escolar. Para um “novo” móvel, uma nova nomenclatura poderia servir como forma de distinguir esses inventos dos ditos ou considerados “atrasados”, ressaltando termos como *outro* e *diferente* objeto idealizado e fabricado para atender

¹²⁶ A fábrica alemã também possuía unidades em Berlin, Dresden e Budapeste (Hungria).

materialmente às escolas primárias. Assim se distinguia esse *aperfeiçoado mobiliário* que deveria ser adquirido, e não mais os antigos produtos. As ideias veiculadas nos catálogos tratavam o antigo móvel escolar como atrasado, pesado, grande e que sempre necessitaria de muitos reparos. Além do *design* rígido, esses exemplares eram constantemente acusados de provocar doenças e moléstias nos alunos e não facilitar o estudo daqueles que se interessavam.

De acordo com o catálogo da Geo. & C. W. Sherwood (1864), por exemplo, “um mobiliário escolar aprimorado é geralmente feito de cerejeira; as mesas possuem extremidades de ferro ou suportes que podem ser fixados no chão, e as cadeiras dispõem de pedestais de ferro, que também podem ser parafusadas no chão” (1864, p. 3)¹²⁷. Articulada a esse entendimento, a A. G. Whitcomb (1875) também destaca que as carteiras, escrivaninhas e mesas escolares aperfeiçoadas são elegantes, duráveis, desenhadas para privilegiar o conforto das pessoas e para satisfazer as mais criteriosas exigências higiênicas.

As características dos catálogos da Geo. & C. W. Sherwood e A. G. Whitcomb, quando comparadas às dos modelos fabricados por suas concorrentes, com as exigências de médicos e educadores e com os exemplares premiados em exposições internacionais, formam uma espécie de padrão de móvel escolar muito recorrente no século XIX:

Bons móveis só podem ser feitos por operários experientes que trabalham nesse ramo. A madeira precisa ser temperada além da possibilidade de encolhimento, já que nenhum móvel é exposto a um calor maior. Muito recurso é necessário para estabelecer padrões para os diferentes tamanhos e modelos de peças fundidas, e a largura, comprimento e altura adequados de cada mesa são tão essenciais para o conforto e economia quanto para o gosto (GEO. & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 3).¹²⁸

Nas páginas do catálogo de Geo. & C. W. Sherwood, constam afirmações sobre aspectos econômicos e desafios tecnológicos impostos à construção dos móveis escolares adaptados a exigências de qualidade e necessidade de elaboração de um *design* adequado. Muitas das “inovações” utilizadas no mobiliário escolar só eram possíveis a partir da implementação de uma atividade que exigia um grande capital para contratar bons operários e adquirir o maquinário a vapor necessário para que os trabalhos pudessem ser bem executados. Nos Estados Unidos, a maior parte das fábricas moveleiras estavam localizadas na costa leste, por isso, os investimentos

¹²⁷ Tradução livre: The Improved School Furniture is usually made of cherry, the desks having iron ends or stands which may be fastened to the floor, and the chairs having an iron pedestal, also to be screwed to the floor (GEO. & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 3).

¹²⁸ Tradução livre: Good furniture can only be made by workmen experienced in this branch of work. The lumber needs to be seasoned beyond the possibility of shrinkage, as no furniture is exposed to greater heat. A heavy outlay is required to make patterns for the different sizes and styles of castings, and the proper width, length and height of each desk are as essential to comfort and economy as to taste (GEO. & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 3).

realizados pela Geo. & C. W. Sherwood em Chicago são várias vezes exaltados ao longo do documento, uma vez que eles, além de construírem materiais modernos, estariam levando o desenvolvimento para outras regiões estadunidenses.

Para a fábrica Boston Furniture School (1870), o “padrão universal” de móveis escolares foi criado pelos Estados Unidos a partir da invenção das “American School Chairs”, uma vez que foram as primeiras de uma série de produções realizadas que, apesar das alterações, mantiveram os “princípios originais” de estilo, acabamento e resistência. As “American School Chairs” foram elaboradas por S. Wales Jr e O. Haskell, em 1839. Nesse mesmo ano, as escolas da cidade de Chelsea, Massachusetts, foram as primeiras instituições a utilizá-las. A partir de 1857, a fábrica expandiu seus negócios e passou a fabricar diversos móveis e materiais escolares.

O catálogo da Boston Furniture School (1870) tinha como função, além de apresentar os móveis idealizados, auxiliar os comitês que avaliavam aqueles utilizados nas escolas. Para exaltar seus produtos e chamar a atenção de seus consumidores, a fábrica evidenciava que, antes da invenção do *improved school furniture*, os móveis escolares eram fabricados e fornecidos apenas por carpinteiros e marceneiros que, muitas vezes, não se preocupavam com o conforto e a saúde dos alunos:

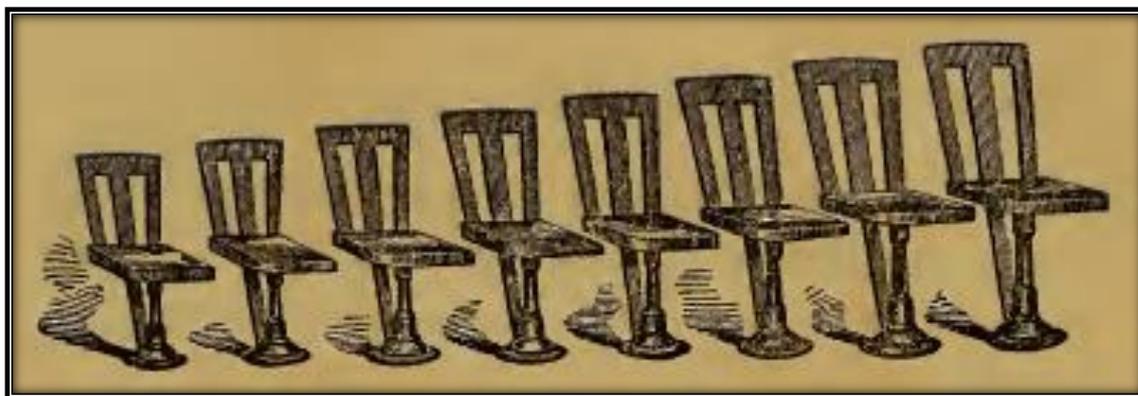
O Mobiliário Escolar primitivo que conhecemos, consistiu em um banco com pernas longas em uma das extremidades e curtas na outra. Os alunos de maior estatura sentavam-se na extremidade superior, e os alunos de menor estatura eram selecionados para sentar na extremidade inferior, de acordo com seus respectivos tamanhos. O mobiliário escolar dos nossos ancestrais foi construído com base nesses elementos (BOSTON SCHOOL FURNITURE, 1870, p. 3)¹²⁹.

As carteiras escolares da “*American School Chairs*” eram representadas no catálogo da fábrica *Boston School Furniture* de modo que seus clientes pudessem verificar os avanços em seus produtos. De acordo com a fábrica, “na época de sua invenção, essas [*American School Chairs*] eram consideradas ideais, tanto em durabilidade, quanto em simetria”. Além de se atribuir o pioneirismo na construção dos móveis escolares aperfeiçoados, a firma também buscava apresentar de maneira mais objetiva seus avanços. Nota-se, na figura 23, por exemplo, que as cadeiras escolares possuíam bases de ferro, o que permite deduzir que suas alturas poderiam ser ajustadas. Para Daniel Roche (2000), o progresso das montagens está diretamente relacionado aos avanços das ferramentas – machados, machadinhas, tornos, tesouras – fato identificado ao longo do Oitocentos. Com a invenção de encaixes, dentes, cavilhas, parafusos e

¹²⁹ Tradução livre: The primeval School Furniture of which we have accounts, consisted of a bench with legs long at one end and short at the other. The large scholars sat upon the higher end, and the smaller pupils were graded down to the lower end, according to their respective sizes. On this basis the School Furniture of our ancestors was constructed (BOSTON SCHOOL FURNITURE, 1870, p. 3).

o melhor domínio das técnicas de produção por parte dos artesões, por exemplo, foi possível desenvolver um novo *design* de mobiliário, afastando-o daqueles considerados “pesados e grosseiros”.

Figura 24 - American School Chairs



Fonte: Boston School Furniture (1870, p. 14).

Uma das questões observadas no decorrer dos estudos foi que, com a aprovação internacional das exigências médicas e pedagógicas em exposições universais, assim como em impressos e manuais pedagógicos, um dos critérios para um resultado positivo em avaliações realizadas por comitês criados para fiscalizar a qualidade dos móveis utilizados em escolas primárias seria a adaptação das invenções a essas prescrições. Nessa direção, observa-se, nos catálogos analisados, um movimento com o intuito de demonstrar essas adaptações e inovações a seus clientes e consumidores, articulando os móveis escolares com os saberes modernos. A fábrica francesa P. Garcet & Nisius (1882), por exemplo, já em sua página inicial, antes mesmo de apresentar seus inventos, destaca o Regimento Ministerial de 17 de junho de 1880, da França, que regulamentava a construção e fornecimento das casas escolares. São destacados os artigos 90, 94, 96, 97, 98 e 100, conforme disposto na imagem abaixo:

Regimento Ministerial

De 17 de junho 1880

Para construção e fornecimento de instituições escolares**EXCERTO**

- Art. 90. As mesas com bancos serão de um ou dois lugares, mas de preferência de um. Quatro modelos serão estabelecidos para as escolas municipais nas quais não existem escolas maternas (escolas de uma só classe):
- Tipo I - Para crianças cujas alturas variam entre 1m e 1,10m; - Tipo II - Para aquelas de 1,11m à 1,20m; - Tipo III - Para aquelas de 1,21m à 1,35m; - Tipo IV - Para aquelas de 1,36m à 1,50m. Um quinto tipo pode ser estabelecido para as crianças cujas alturas excedem 1,50m.
- Art. 94. o banco e o encosto serão contínuos, e todas as arestas serão aparadas. A prancha para escrever pode ser móvel ou fixa.
- Art. 96. A distância entre o banco e a prancha será zero, isto é, a vertical que parte da aresta da mesa encontrará a borda frontal do banco.
- Art. 97. Um escaninho para os livros será instalado sob a prancha para escrever.
- Art. 98. Um tinteiro móvel de vidro ou de porcelana, com orifício estreito, será adaptado à mesa e colocado à direita de cada aluno.
- Art. 100. Uma mesa com gavetas, colocada sobre um estrado de 30 a 32cm (altura de dois degraus), servirá de escrivaninha para o professor.

Fonte: P. Garcet & Nisius (1882, p. 1)¹³⁰.

A menção a regimentos e regulamentos oficiais em catálogos não era uma estratégia isolada, mas comum a muitas fábricas que buscavam articular suas invenções com as exigências higiênicas estabelecidas pelos seus respectivos Estados. A fábrica francesa D'émile Deyrolle, muito conhecida por diversos pesquisadores da cultura material escolar, devido à grande quantidade de objetos vendidos às escolas, também utilizou essa estratégia. Logo no início de seu catálogo de materiais escolares do ano de 1898, mais precisamente na página quatro, a firma esclarece a seus consumidores que os móveis fabricados poderiam ser adquiridos em diferentes tamanhos, atendendo ao regulamento oficial francês.

A menção a prescrições governamentais não se dá por acaso, mas articulada com movimentos e ideais internacionais que defendiam a necessidade de destacar as normativas higiênicas para que fossem empregadas na adequação de todo o aparato escolar. Preocupados com a proliferação de doenças, médicos, educadores e higienistas procuraram evidenciar a

¹³⁰ Tradução livre: REGLEMENT MINISTÉRIEL De 17 de junho 1880. Pour la construction et l'ameublement des maisons d'école; EXTRAIT; Art. 90: Les tables-bancs seront à une ou deux places, mais de préférence à une place. Quatre types seront établis pour les écoles des communes dans lesquelles il n'existe pas de salles d'asile (écoles à classe unique): Le type I, pour les enfants dont la taille varie de 1 mètre à 1m10 ; - le type II, pour ceux de 1m11 à 1m20 ; - le type III, pour ceux de 1m21 à 1m35 ; - le type IV, pour ceux de 1m36 a 1m50. Um cinquième type pourra être établi pour les enfants dont la taille excéderait 1m50. Art. 94 - Le banc et le dossier seront continus, toutes les arêtes seront abattues. La tablette à écrire peut être mobile ou fixe. Art. 96 - La distance entre le banc et la tablette sera nulle, c'est-à-dire que la verticale tombant de l'arête de la table rencontrera le bord antérieur du banc. Art. 97 - Un casier pour les livres sera ménagé sous la tablette à écrire. Art. 98 - Un encrier mobile de verre ou de porcelaine, à orifice étroit, sera adapté à la table et placé à la droite de chaque élève. Art. 100 - Une table avec tiroirs, posée sur une estrade de 0m30 à 0m32 (hauteur de deux marches), servira de bureau pour le maitre. (P. GARCET & NISIUS, 1882, p. 1).

importância dos objetos e da arquitetura na proliferação de doenças. Heloísa Helena Pimenta Rocha (2018) analisa um conjunto de catálogos franceses que também demonstra a preocupação em relacionar seus inventos com discursos do higienismo. Para a autora, é a partir da metade do Oitocentos que se pode perceber, com maior recorrência, recomendações que deveriam atentar para a emergência e a circulação de determinados artefatos da cultura material escolar, idealizados em um contexto marcado pela difusão das concepções higienistas.

Balanças, dinamômetros, espirômetros, fitas métricas, fichas e cadernetas sanitárias, armários destinados a acondicionar, segundo uma determinada ordem, documentos que registravam um conjunto de dados sobre os corpos infantis, levantados nos procedimentos de medição, pesagem e exame, foram alguns dos artefatos introduzidos na escola por conta da atuação dos médicos inspetores escolares. Fenômeno esse que se insere no âmbito do processo de difusão internacional do higienismo, a partir da segunda metade do século XIX (ROCHA, 2018, p. 215).

A partir dos documentos utilizados por esta investigação, observa-se que as fábricas que atendiam ao mercado escolar também estavam inseridas nesse processo ao vincular suas invenções às prescrições médicas e higienistas. A empresa estadunidense Joseph L. Ross, por exemplo, dava destaque, em seu catálogo, aos diferentes tamanhos de exemplares, conforme requisitado pela legislação. As informações foram registradas em uma tabela intitulada “Escala de altura das aperfeiçoadas mesas e cadeiras fabricadas por Ross”¹³¹ e organizadas em quatro grupos diferentes, correspondentes ao tipo de mobiliário a ser utilizado e às idades consideradas adequadas: (i) *Colleges and Classical Schools*; (ii) *High Schools, Normal Schools, Young Ladies' Seminaries, Academies and Public Grammar Schools*; (iii) *Intermediate Schools*; (iv) *Primary Schools*.

Prática semelhante também foi identificada no catálogo da A. G. Whitcomb (1875). Além de apresentar a tabela “Guia para classificar os tamanhos das mesas e cadeiras aperfeiçoadas fabricadas por Shattuck's”¹³², a fábrica destaca um texto destinado aos professores e aos membros do comitê escolar:

A atenção dos professores e membros do comitê escolar é respeitosamente chamada para o novo, elegante e aperfeiçoado modelo de cadeiras, carteiras, mesas, etc. escolares, fabricadas pelo anunciante. Esses artigos pertencem aos melhores padrões do bom gosto, limpeza, durabilidade, conveniência, qualidade de material e acabamento, e suportará uma comparação favorável com qualquer móvel do tipo nesta cidade ou em outro lugar. Pessoas eminentemente qualificadas para julgar e que deram especial atenção à questão do mobiliário escolar, após pleno conhecimento e julgamento dos artigos acima

¹³¹ Tradução livre: Scale of height of ross' improved school desks and chairs.

¹³² Tradução livre: Guide to grade os sizes os shattuck's improved school desks and chairs.

mencionados, pronunciaram que eles são os mais econômicos e satisfatórios do que qualquer outro existente.

Assento Escolar W. G. SHATTUCK'S

A atenção dos Comitês Escolares é respeitosamente chamada para os nossos Assentos Escolares. Tendo estado nesta linha de negócios nos últimos vinte e sete anos e tendo a experiência de um grande número de Professores e Membros do Comitê, W. G. Shattuck tem o prazer de apresentar seu assento aperfeiçoado para as escolas, e é capaz de dizer que, até agora, não se encontrou assento igual a ele. Sua forma peculiar adapta-se para ampliar a conveniência, durabilidade e conforto para os assentos da escola. O estudante se sentará facilmente e ereto sem a tendência de se deslizar para frente em seu assento. O encosto e o assento possuem linhas curvas, ajustando-se melhor à forma da pessoa do que qualquer outro assento; e nenhum assento foi apresentado para uma sala de aula como este, a menos que seja uma cópia dele. Todas as carteiras escolares fornecidas por ele terão essa cadeira padrão.

Todos os artigos são cuidadosamente temperados, secos em estufa e garantem a qualidade declarada, e os pedidos à distância serão executados pelo anunciante com o mesmo cuidado e fidelidade como se fossem feitos pelo comprador pessoalmente (A. G. WHITCOMB, 1875, p. 2).¹³³

O catálogo de mobiliário escolar da fábrica estadunidense W. A. Choate & Co.¹³⁴ apresenta alguns indícios sobre as articulações entre esses artefatos, idealizados pela indústria, e os argumentos médicos, considerados essenciais para legitimar as novas invenções a preceitos modernos. Mais do que apresentar os móveis escolares idealizados, o documento se preocupa em divulgar aspectos pedagógicos e médicos como, por exemplo, maneiras consideradas corretas de sentar e formas de organizar a sala de aula.

¹³³ Tradução livre: The attention of Teachers and School Committees is respectfully called to the new, elegant, and improved style of School Chairs, Desks, Tables, &c., &c., manufactured by the advertiser. These articles are all of the most tasteful patterns, and for neatness, durability, convenience, quality of material, and workmanship, will bear a favorable comparison with anything of the kind got up in this city or elsewhere. Persons eminently qualified to judge, and who have given especial attention to the subject of school furniture, have, after a full knowledge and trial of the above-named articles, pronounced them the most economical and satisfactory of any now extant.

W. G. SHATTUCK'S SCHOOL SEAT.

The attention of School Committees is respectfully called to our School Chairs. Having been in this line of business for the last twenty-seven years, and had the experience of a large number of Teachers and Committees, W. G. Shattuck has the pleasure of presenting his improved Chair for schools, and is able to say that, as yet no seat has been found to equal it. The peculiar form adapts it for Convenience, Durability, and Comfort for a school seat. The scholar will sit easy and erect without the tendency to slide forward in his seat. The back and seat are curved lines, fitting the shape of the person better than any other seat possibly can do; and no seat has been Introduced for a school-room like it, unless it is a copy from his. All the school desks furnished by him will have this pattern chair. All articles are thoroughly seasoned, kiln-dried, and warranted to be of the quality stated, and orders from a distance will be executed by the advertiser with the same care and fidelity as if made by the purchaser in person (A. G. WHITCOMB, 1875, p. 2).

¹³⁴ Fábrica localizada na cidade de Albany, estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América.

O texto a seguir será de interesse de todos os que procuram os melhores assentos escolares:

Seus ombros já se inclinaram para frente? Em caso positivo, então seus pulmões, coração, fígado e o estômago saem dos seus respectivos lugares naturais. Claro que nessa posição eles não conseguem funcionar bem. Para mostrar como isso acontece, eu vou lhe dizer que quando você se inclina para frente, em comparação a quando está de pé, você só consegue inspirar metade do ar em seus pulmões. Deus encaixou os órgãos vitais no seu corpo para ficarem em coluna ereta, e eles só conseguem trabalhar bem quando o corpo está ereto. Como me angustia ver crianças permanecerem curvadas em suas carteiras e caminharem com suas cabeças e ombros recaídos. Se um menino vier até mim e perguntar as regras para manter a saúde, eu diria: “Eu vou te dar quatro regras, que, se forem cuidadosamente observadas, com certeza irão preservar a sua saúde.” Ele pode dizer: “Quatro são muitas. Eu tenho medo de esquecer algumas. Me diga a mais importante e eu prometo que não vou esquecer.” Eu responderia: “Se eu te disser apenas uma, essa seria: mantenha-se ereto – isto é, sente-se ereto, ande ereto; e quando estiver na cama a noite, não coloque dois ou três travesseiros sob a sua cabeça”. Eu acredito que essa é a regra mais importante que pode ser dita para preservar a saúde e assim ter uma vida longa (LEWIS, Dio, 1890, p. 12)¹³⁵

Fonte: W. A. Choate (1890, p. 12).

As indicações do Dr. Dio Lewis, apresentadas acima e no catálogo da fábrica W. A. Choate & Co., foram extraídas das atas do Quinto Relatório Anual do Conselho de Saúde do Estado de Massachusetts¹³⁶, e dizem respeito aos cuidados necessários com a postura corporal, tema muito reivindicado pelo movimento higienista do Oitocentos. A preocupação da fábrica foi a de informar seus consumidores que seus móveis estavam de acordo com os preceitos médicos defendidos pelo Conselho de Saúde Estadual, como uma forma de promover e incentivar a venda de seus produtos.

Na mesma página (12), além das indicações médicas, a fábrica, com a finalidade de apresentar as qualidades de suas invenções, reúne um conjunto de questões e respostas que “economizaria tempo e correspondência” de seus clientes. Dentre as “perguntas e respostas” preparadas pela fábrica, chama a atenção a informação de que suas carteiras escolares eram utilizadas em todos os estados estadunidenses e também em outros países. O modelo em questão é denominado *Nova carteira escolar automática* (New automatic School Seat) e é muito semelhante aos modelos de carteiras que Buisson destaca em seu relatório sobre a Exposição

¹³⁵ Tradução livre: Do your shoulders ever stoop forward? If they do, so do the lungs, heart, liver and stomach fall down out of their natural places. Of course they can't do their work well. To show you how this is, I will tell you that when you bend forward you can only take half as air into the lungs as you can when you stand up straight. God fitted the great vital organs in your body to an erect spine, and they can't do their duty well except when the body is straight. How it distresses me to see the children bending over their school desks and walking with their heads and shoulders drooping. If a boy were to come to me and ask for rules to preserve his health, I should say: "I will give you four rules, which, if carefully observed, will be pretty sure to preserve your health." He might say to me: "Four are a good many. I fear I may forget some of them. Give me one, the most important one, and I promise not to forget it." I should reply: "If I can give you but one, it is this: Keep yourself straight – that is, sit up straight, walk up straight; and, when in bed at night, don't put two or three pillows under your head." And I believe that in this I should give the most important and which can be given for the preservation of health and long life (W. A. CHOATE, 1890, p. 12).

¹³⁶ As referidas indicações foram publicadas em língua inglesa e traduzidas pelo autor da presente pesquisa.

Universal de Viena de 1873¹³⁷. Segundo o autor, o modelo referendado naquele evento possuía as qualidades de um móvel moderno e era muito utilizado nos Estados Unidos.

Figura 25 - Modelo da New Automatic School Seat, elaborada pela W. A. Choate & Co. (1890)



Fonte: W. A. CHOATE & CO (1890, p. 34).

Por cumprir os requisitos presentes no Quinto Relatório Anual do Conselho de Saúde do Estado de Massachusetts, a fábrica W. A. Choate destaca, com imagens coloridas, a sua invenção (figura 25), modelo que buscava tornar confortável a posição dos alunos junto às mesas, para assim assegurar uma postura ereta, a qual, de acordo com o dr. Dio Lewis, contribuiria para uma vida saudável.

¹³⁷ Os modelos estadunidenses de carteiras escolares que Ferdinand Buisson (1875) destaca em seu relatório como de grande qualidade são os Andrews, Stevens, Slaymaker e Williams. Inclusive, como foi abordado no capítulo II desta investigação, foram premiados na Exposição Universal de 1873.

Conforme as informações disponibilizadas pela empresa, a *New Automatic School Seat* tinha como base sete fundamentos, sistematizados a seguir, com base no conteúdo disponível no catálogo:

- I) *Qualidade*: As ilustrações no catálogo buscam demonstrar a durabilidade dos móveis comercializados. Com o intuito de garantir uma maior resistência e durabilidade, as peças eram fabricadas em ferro. O trabalho com a madeira nos assentos e encostos era realizado em tiras estreitas e tinha como objetivo propiciar conforto para quem os utilizasse.
- II) *Materiais*: Conforme destacado pela W. A. Choate, o ferro utilizado nos móveis era o melhor até então conhecido. A madeira, *hard maple*¹³⁸, recebia um polimento que ajudava a garantir uma superfície lisa, durável e confortável. Além dessas questões, um dos objetivos apresentados pela fábrica era o de construir móveis que não estragassem as roupas dos alunos; por essa razão, preocupavam-se em não deixar farpas nas madeiras.
- III) *Estética*: A partir dos discursos presentes no catálogo, percebe-se o destaque para a importância de combinar beleza e durabilidade. As várias imagens apresentadas buscam demonstrar que havia uma preocupação por parte dos *designers* da fábrica em idealizar belos móveis, que estivessem de acordo com os novos padrões.
- IV) *Conveniência*: Outra ênfase presente no catálogo é a intenção de fabricar móveis que pudessem facilitar o dia a dia dos estudantes. Com a aquisição de carteiras que possuísem assentos retráteis, os alunos poderiam levantar-se e sentar-se com maior facilidade, sem precisar afastar a mesa da frente e causar possíveis tumultos em sala de aula.
- V) *Saúde*: De acordo com os discursos da empresa divulgados no catálogo, o novo método de dobrar o assento permitia deixar as mesas mais próximas dos alunos, o que favoreceria o cuidado com a postura ereta. O conforto seria garantido pela forma dos assentos e da mesa. Além disso, para atender aos princípios higiênicos, a idealização dos móveis era acompanhada e fiscalizada por empregados capacitados.

¹³⁸ Conforme informações retiradas do site da empresa Madeicentro, a *hard maple* é uma madeira originária da América do Norte. Esta madeira é resistente ao ataque de fungos e insetos, possui alta durabilidade e é fácil de trabalhar devido à sua secagem lenta, que permite bons acabamentos e colagem satisfatória. Disponível em: <http://www.madeicentro.pt/portal/alias__madeicentro/lang__pt-PT/tabID__205/FirstChild__-1/DesktopDefault.aspx>. Acesso em: 17 jun. 2019.

- VI) *Economia do espaço*: Para a fábrica, a questão da economia do espaço era uma característica que não deveria ser negligenciada no projeto de novos edifícios escolares. O argumento utilizado era que o assento retrátil possibilitaria deixar as carteiras mais próximas umas das outras; dessa forma, mesmo com o número de carteiras igual, as salas não precisariam ser tão grandes.
- VII) *Economia do tempo para limpeza*: Outro elemento apresentado como um diferencial é o tempo despendido para limpar os móveis produzidos pela empresa. Tendo em vista que as *Automatic Seats* (modelo ofertado no catálogo) se retraem e permanecem dobradas, não seria necessário deslocar as carteiras para a limpeza da sala.

As análises desenvolvidas com base no catálogo da fábrica permitiram dar-se conta da força dos discursos médicos para a idealização dos artefatos da escola, tendo em vista que esses deviam ser levados em consideração pelas linhas de produção para que o móvel fabricado estivesse de acordo com as exigências da modernidade educativa. O destaque às adaptações e invenções que favoreciam o conforto, a limpeza e a organização não era por acaso, mas constituíra-se em estratégia utilizada pela fábrica para alcançar novos mercados. A W. A. Choate, ao destacar que as palavras do Dr. Dio Lewis, destinados a “todos os que procuram os melhores assentos escolares”, evidencia, de certa maneira, a força do movimento médico-higienista, o qual reverberou uma série de ações não apenas nas escolas, mas também no processo de idealização e fabricação das indústrias. Portanto, a cultura material vinha sendo ressignificada desde o processo de fabricação até o uso em sala de aula.

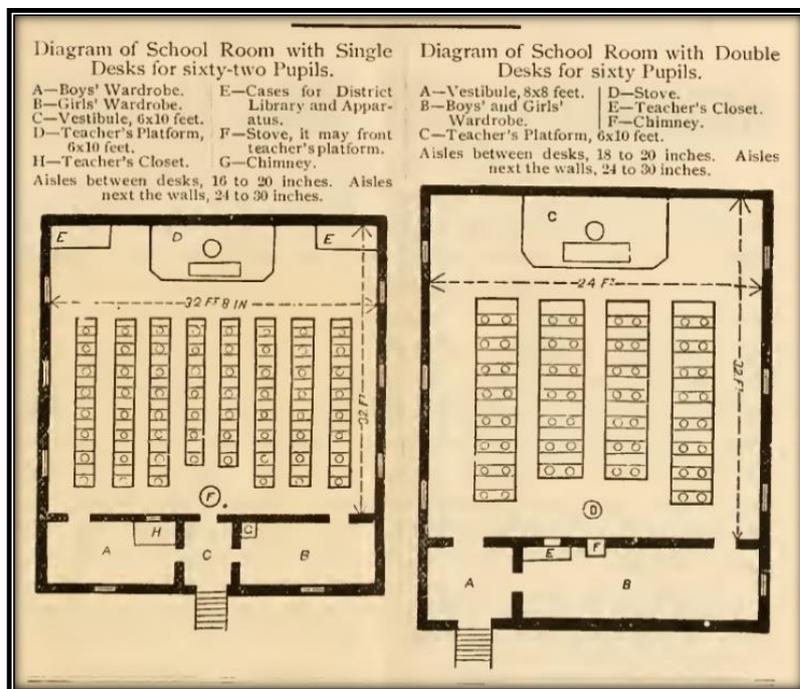
Wiara Rios Alcântara e Diana Gonçalves Vidal (2018) discorrem sobre um conjunto de transformações nas carteiras escolares e nos modelos educativos, principalmente ao longo do Oitocentos e do Novecentos. As alterações não ocorreram de maneira instantânea a partir das novas propostas pedagógicas, mas ao longo do tempo e conviveram no interior da sala de aula. Ao tomar como exemplo o processo de individualização das carteiras escolares, constata-se, de acordo com as autoras, que esse processo respondia também às demandas do ensino simultâneo.

Organizados em fileiras, os alunos aprendiam, ou deveriam aprender, os conteúdos apresentados pelo professor todos ao mesmo tempo. A distribuição do mobiliário na sala assegurava que a classe estaria permanentemente observando, e sendo observada, pelo docente no período de aula, o que pretendia garantir a atenção constante dos alunos e evitar a dispersão em conversas e brincadeiras. Era o novo modelo econômico de escola que se difundia, prometendo maior eficácia na aprendizagem (ALCÂNTARA; VIDAL, 2018, p. 258-259).

Além dessa questão, destaca-se o interesse médico em cada vez mais individualizar as condutas higiênicas. Nessa perspectiva, cada um seria responsável, além de realizar a limpeza e cuidar da saúde dos próprios corpos, por cuidar dos objetos e mobílias presentes em sala de aula. Por outro lado, a individualização das carteiras também responde a um interesse cada vez mais elevado de fábricas em comercializar o maior número de exemplares possíveis com o Estado para prover as salas de aulas. Se levarmos em consideração que ganhavam força leis que defendiam a obrigatoriedade escolar, é possível entender o quanto o mercado escolar ainda poderia crescer e se expandir.

Novamente, o catálogo da fábrica W. A. Choate (1890) traz indícios que nos ajudam a refletir nessa direção. Na página 11, há um título que chama a atenção para as formas de se organizar uma sala de aula. A intenção da firma era que seus clientes pudessem conferir as melhorias possíveis em uma sala de aula quando esta estivesse organizada com carteiras escolares individuais ou duplas. As medidas exatas de distância entre os exemplares eram fundamentais, uma vez que também estavam relacionadas a questões pedagógicas e médicas.

Figura 26 - Modelo de sala de aula equipada com carteiras escolares individuais

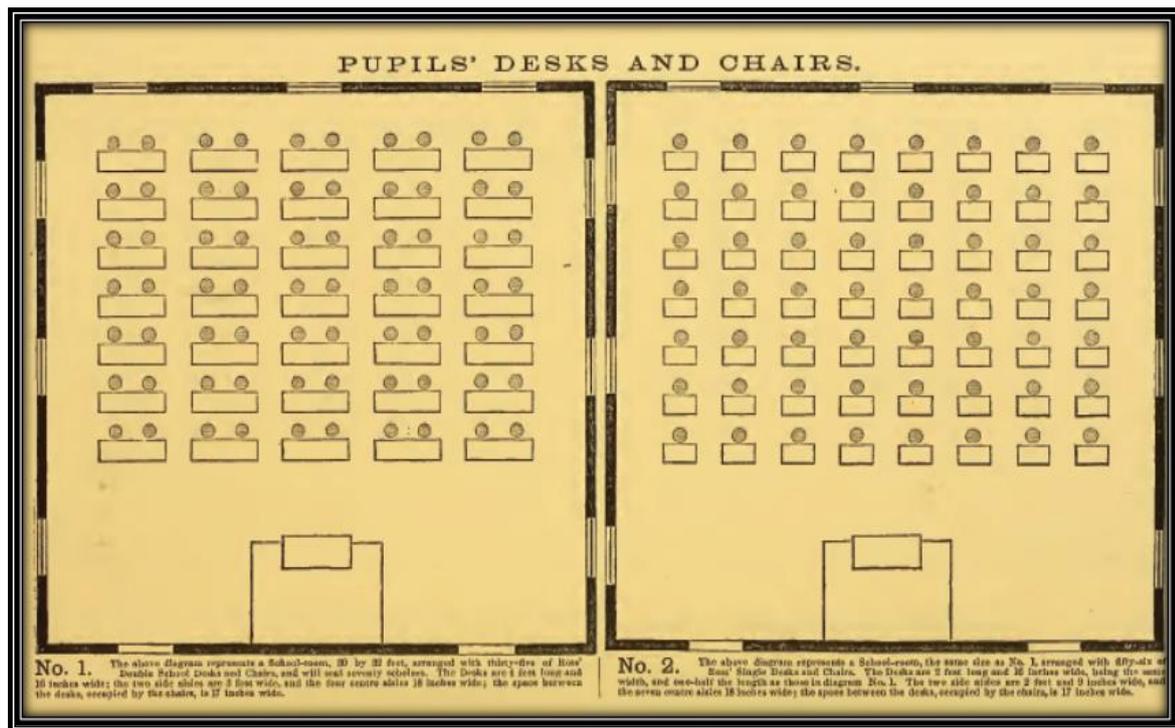


Fonte: W. A. Choate & CO (1890, p. 11).

No catálogo da Joseph L. Ross (1872), também foram encontradas recomendações para organizar a sala de aula com os móveis escolares (re)inventados (figura 27). Nas imagens, ao observar o desenho ao lado esquerdo, nota-se representada uma sala de 18 m² com trinta e cinco

carteiras duplas fabricadas por Ross. Já, no lado direito, a imagem faz referência a uma sala de aula com cinquenta e seis carteiras individuais. Esta preocupação em demonstrar visualmente uma possível organização do espaço, com a indicação das distâncias que deveriam ser mantidas entre os móveis para privilegiar um espaço em que professor e alunos pudessem circular, relaciona-se à busca pela consolidação do método de ensino simultâneo.

Figura 27 - Modelo de sala de aula equipada com carteiras escolares individuais e duplas.



Fonte: Joseph L. Ross (1872, p. 6).

O que dizem os catálogos?

A análise dos catálogos vem possibilitando um conjunto de indícios acerca de uma cultura material e escolar oitocentista. Como se pode observar por meio desse suporte, encontraram-se discursos pedagógicos e médicos que não circulavam apenas em eventos e instituições educacionais, pois eram considerados fundamentais para a idealização e a comercialização deste tipo de artefato. A indústria moveleira passou a utilizar argumentos dos campos pedagógico e médico, ao mesmo tempo em que idealizou novas soluções, que conquistaram a preferência de educadores e governantes.

Desse modo, os catálogos ajudam a identificar a circulação de discursos que contribuíram para alterações, não apenas nas escolas, mas também nas fábricas e na criação de tecnologias que pudessem acompanhar as demandas escolares. As novas tecnologias e adaptações utilizadas para

a construção dos diversos artefatos - carteiras escolares, quadros-negros, museus escolares, escrivaninhas, poltronas, cadeiras, entre outros - ganharam destaque nesses documentos e passaram a expressar, ainda que indiretamente, uma das facetas da modernidade e estavam apoiados na ciência e na racionalidade, apontadas como características dessa nova sociedade.

A questão econômica também não poderia ser deixada de lado, uma vez que, para compor uma sala de aula moderna, muitos exemplares deveriam ser adquiridos. Pelo método simultâneo de ensino, os espaços escolares deveriam ser organizados com materialidades que permitissem a um professor que ensinasse, ao mesmo tempo, uma classe com diversas crianças em níveis aproximados de adiantamento. Outra questão que pode ser levada é a quantidade de contribuições de médicos, engenheiros e educadores, que destacam a importância desse artefato, considerado essencial para que a escola cumprisse seu projeto.

No caso do mobiliário, a construção e a legitimação de diferentes discursos procuravam incentivar sua comercialização a partir de preceitos pedagógicos e médicos. Vale lembrar que é preciso considerar, assim como alerta Gizele de Souza (2007), as divergências entre o existente e o desejado. Em outras palavras, apesar de permitirem a identificação de discursos e uma circulação de ideias em torno das salas de aula no plano ideal, não há necessariamente uma relação direta entre os objetos apresentados nos catálogos e os aqueles que equipavam as salas de aula.

Carteiras escolares em evidência

As carteiras escolares se constituíram como o artefato que mais recebeu a atenção de médicos e educadores, por ser considerado central para a implementação do método simultâneo e para condutas consideradas saudáveis. Na escola moderna oitocentista ideal, o aluno deveria ficar sentado; a carteira escolar, portanto, era o local em que passariam a maior parte do tempo na sala de aula. Nesse modelo, a carteira adquire uma importância central, uma vez que o mobiliário também tem como função regular os corpos dos alunos, contribuindo como uma ferramenta importante para a disciplina em sala de aula.

Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado, intitulada *Maneiras de Sentar: contributo para a História das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)*, orientada pelo português e historiador da educação Rogério Fernandes, apresenta um conjunto de reflexões sobre os usos e funções atribuídos à carteira escolar. Nesse trabalho, a autora indica que a criação das carteiras escolares não estava apenas relacionada a questões pedagógicas, higiênicas, econômicas ou estéticas, mas,

principalmente, a uma sociedade moderna oitocentista que tinha na mecanização um dos seus pilares.

Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004) destaca que o circuito das exposições universais, inaugurado pela Inglaterra e a França, além do acirramento econômico, contribuiu para o fortalecimento de uma nova ideologia, baseada nas novas tecnologias e no consumo. A carteira escolar foi um dos aparatos construídos nesse período e se constituiu num dos objetos da vida material da escola que concretizava um conjunto de prescrições higiênicas, econômicas e pedagógicas.

Ora o progresso das técnicas esteve desde a sua origem, numa estreita relação com o progresso da industrialização, ou, mais exatamente, com o maquinismo na sua versão histórica dos séculos XIX e XX.

É indiscutível que, desde a origem da industrialização, se multiplicaram inventos de ordem científica ou mecânica e que alguns deles apareceram ligados ao desenvolvimento de um estado social.

Ficou também claro que o desenvolvimento de certas indústrias veio modificar profundamente as condições de vida do homem [mulher] europeu e da sua própria mentalidade, originando uma evolução global (nas concepções técnicas, mecânicas, económicas e sociológicas) da sociedade humana desde 1800 (MACHADO, 2004, p. 184).

Para Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado (2004), a carteira escolar pode ser compreendida como um “objeto composto por mesa e banco ou cadeira, unidos ou separados entre si e que faziam parte do mobiliário de uma sala de aula. As carteiras escolares tinham por função servir ao aluno quer na sua atitude de sentado em descanso, quer na sua atitude de trabalho” (p. 187). Para tanto, a autora destaca que é entre a função e a forma desse artefato que são atribuídos os objetivos pedagógicos e higiênicos os quais servirão de base para a produção dos mais variados modelos de carteiras escolares.

Com relação às carteiras escolares, Wiara Rosa Rios Alcântara (2014) destaca que a construção desses artefatos também está relacionada “ao sentimento de infância e a superação das péssimas condições físicas e mobiliárias da escola pública de primeiras letras no mesmo período” (2014, p. 15). A carteira escolar, continua a autora, faz parte de um projeto que busca construir um sujeito-aluno normalizado, sob medida e regrado. Para atingir esses objetivos, alçados pela modernidade, a indústria moveleira é chamada para não apenas construir, mas para difundir, em grande número, diversos modelos de carteiras escolares que iriam atender a uma escola primária que estava em expansão.

Nos catálogos consultados, podem-se identificar muitas carteiras escolares idealizadas por fábricas moveleiras. Diversas soluções e invenções contribuíram para um conjunto significativo

de modelos, os quais, embora se pudessem distinguir pelo *design*, guardavam semelhanças com relação às exigências pedagógicas e higiênicas.

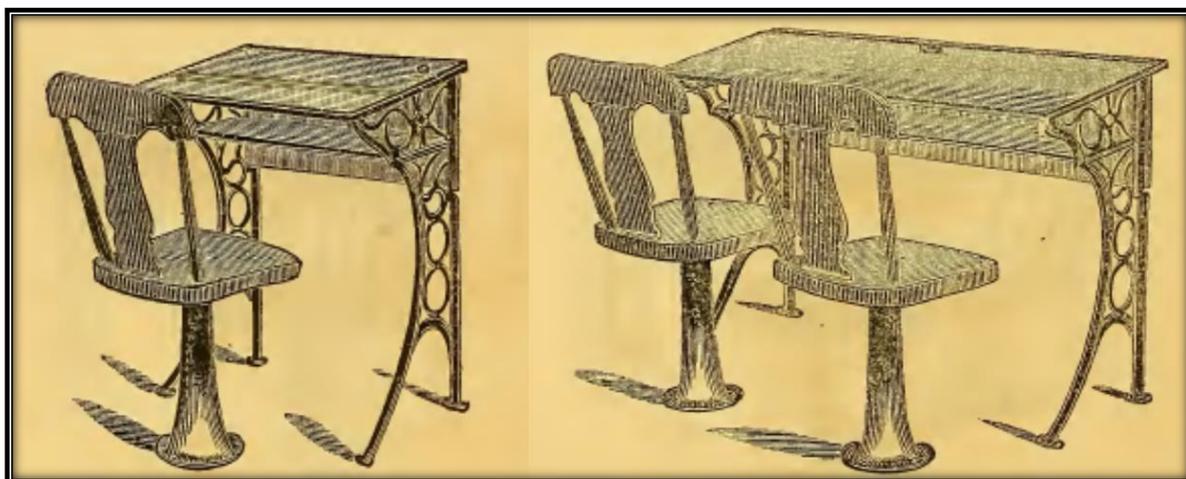
Carteiras escolares em evidência: modelos estadunidenses

A fábrica Geo. & C. W. Sherwood, localizada em Chicago, apresenta em seu catálogo de 1864 um conjunto de exemplares de carteiras escolares. Os modelos destinam-se desde a crianças mais jovens até a alunos de faculdade. De acordo com a firma, possuem um *design* “conveniente, de bom gosto e resistente”. Em sua construção são utilizadas madeiras, peças finas, parafusos e ferro fundido. Esses materiais foram arquitetados de modo a privilegiar a limpeza, a entrada e a saída dos alunos e ser esteticamente belos, característica que aparece com força também em outros catálogos. Esses indícios vêm colaborando com a percepção de que havia no período uma tentativa de construir uma cultura material escolar que estivesse alinhada com os espaços luxuosos, muitas vezes reservados apenas para às elites.

Os modelos idealizados pela fábrica, tanto a cadeira quanto a mesa, eram para ser fixados ao chão, com parafusos. De acordo com a firma, os exemplares podiam ser adquiridos em diferentes tamanhos e seu material facilitava a limpeza e a organização, pois possuía espaço específico para guardar os materiais.

As carteias escolares que ganharam destaque no catálogo da Boston School Furniture (1870) foram as *Franklin Desks*. Esse modelo era fabricado em diferentes tamanhos e possuía dois suportes de ferro ornamentais presos à mesa e ao chão por parafusos.

Figura 28 - Mesa e cadeira para o ensino primário (individual N°4 e dupla N°5)



Fonte: Geo. & C. W. Sherwood (1864, p. 21).

As cadeiras eram independentes e, para a fábrica, isto era considerado um avanço, uma vez que nesse modelo os alunos não precisariam mais se reclinar para ler e escrever. Além disso, os colegas não ficariam tão próximos, evitando possíveis cópias:

Os móveis fabricados por este estabelecimento são projetados tendo em vista a condição sanitária do estudante, bem como o conforto, a conveniência e a beleza do mobiliário.

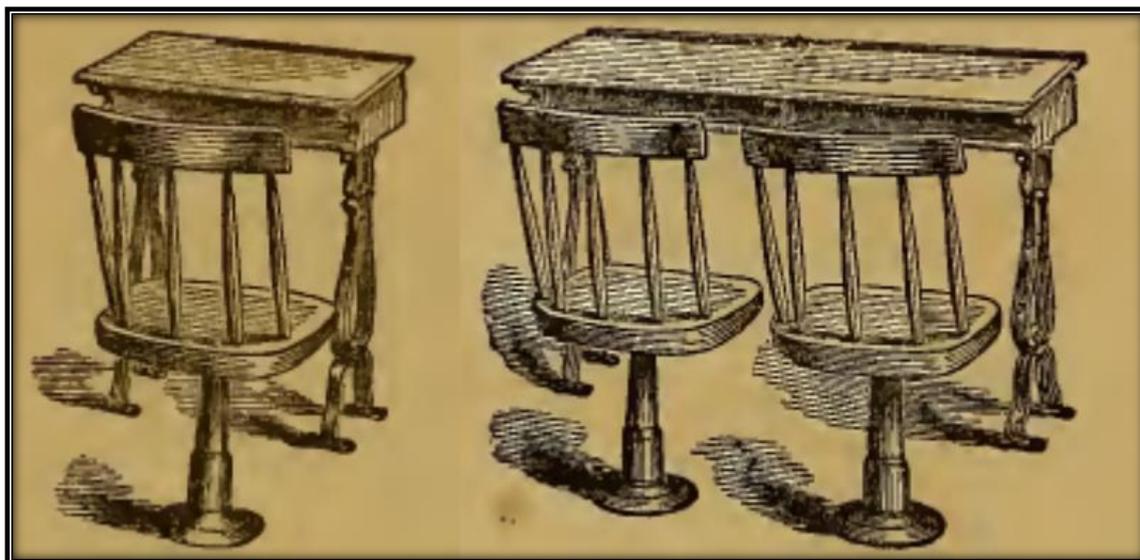
Além disso, diríamos àqueles que estão prestes a comprar: Cuidado com os móveis dobráveis e antigos. Tudo em uma sala de aula que não esteja fixado permanentemente, com o tempo, se soltará, fará barulho e se quebrará; e toda a ordem e o silêncio, tão indispensáveis para todas as escolas, acabariam.

O mobiliário escolar fabricado segundo os princípios ilustrados neste panfleto resistiu ao teste dos anos e sempre deu satisfação (BOSTON SCHOOL FURNITURE, 1870, p. 20)¹³⁹.

A figura abaixo (figura 29) representa os modelos simples e duplos fabricados pela Boston School Furniture. Ambos os exemplares, utilizados em muitas escolas, poderiam ser adquiridos em diferentes tamanhos e eram adequados para alunos de quatro a oito anos de idade. Os modelos destinados para as crianças mais jovens, de acordo com a fábrica, não eram fabricados com cavidade para tinteiro, uma vez que o ensino da escrita, se reservava, normalmente, apenas para o ensino primário. No entanto, caso fosse solicitado pelos professores, poderiam ser fornecidos sem custos adicionais. Diferentemente, ao solicitar as carteiras para serem utilizadas por alunos do ensino primário, a cavidade para o tinteiro estaria inclusa no pedido, tendo em vista que, conforme aparece anunciado no catálogo, muitos educadores estadunidenses defendiam que já nessa idade as crianças deveriam se acostumar a utilizar móveis semelhantes aos de jovens e adultos.

¹³⁹ Tradução livre de: The furniture manufactured by this Establishment is designed with a view to the sanitary condition of the student, as well as his comfort and convenience, and the beauty of the furniture. Further, we would say to those about to purchase: Beware of all folding up and movable rattle-trap. Everything in a school-room that is not fastened permanently, will, in time, work loose, make a rattling, and break down; and all order and quiet, so indispensable to every school, is at an end. School Furniture manufactured on the principles illustrated in this pamphlet has stood the test of years and always given satisfaction (BOSTON SCHOOL FURNITURE, 1870, p. 20).

Figura 29 - Franklin desk (individual N°5 e dupla N°6)

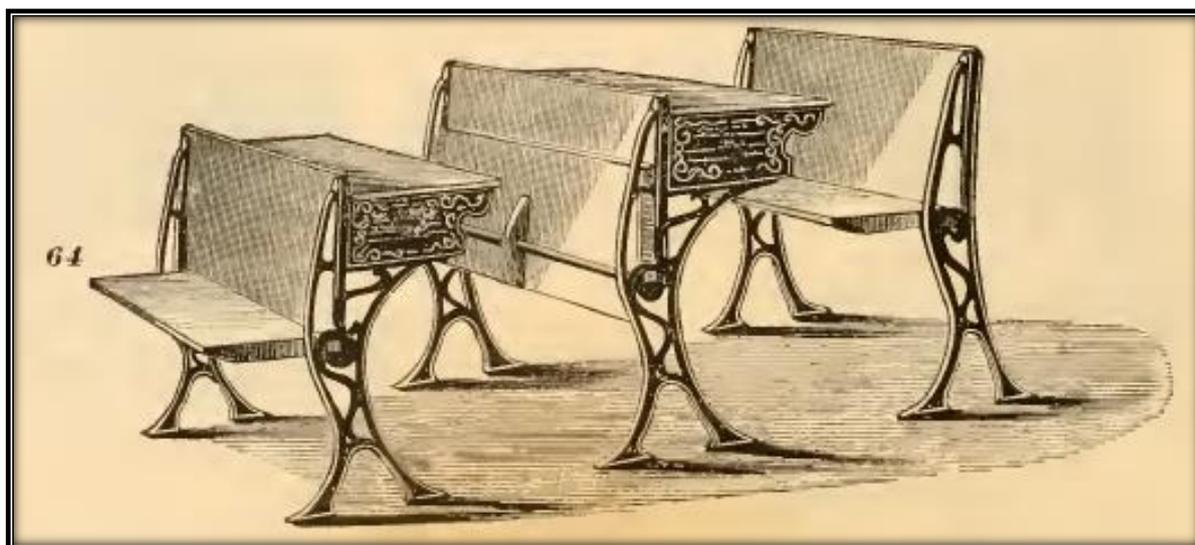


Fonte: Geo. & C. W. Sherwood (1864, p. 21-22).

O modelo pensado pela J. A. Bancroft & Co. (1870) para atender às escolas primárias é a *primary school desks*. Os diferenciais destacados pela fábrica com relação a esse exemplar são a durabilidade, a beleza, o conforto e a saúde. Dentre as tecnologias utilizadas, pode-se notar o assento curvo e reclinável, que se “ajeitaria perfeitamente” às colunas dos alunos. Além disso, o catálogo da empresa anuncia um cuidado especial com a questão estética dos móveis disponibilizados às escolas. Para realçar o brilho e manter a qualidade do material, os exemplares construídos possuíam um acabamento com óleo de cerejeira.

O catálogo da The National School Furniture, idealizado em 1872, apresenta um grande conjunto de informações e modelos. O documento, além das imagens, dá ênfase a informações sobre a história da fábrica, as matérias-primas utilizadas e os conceitos norteadores da idealização dos móveis escolares. Ainda nas páginas iniciais, a firma anuncia com grande destaque o modelo *Peard Desk*, e, assim como outras fábricas moveleiras, apresenta uma imagem com exemplares de diferentes tamanhos para que os consumidores pudessem compará-los e analisa-los em diferentes posições.

Figura 30 - Primary School Desks N° 64



Fonte: J. A. Bancroft & Co. (1870, p. 20).

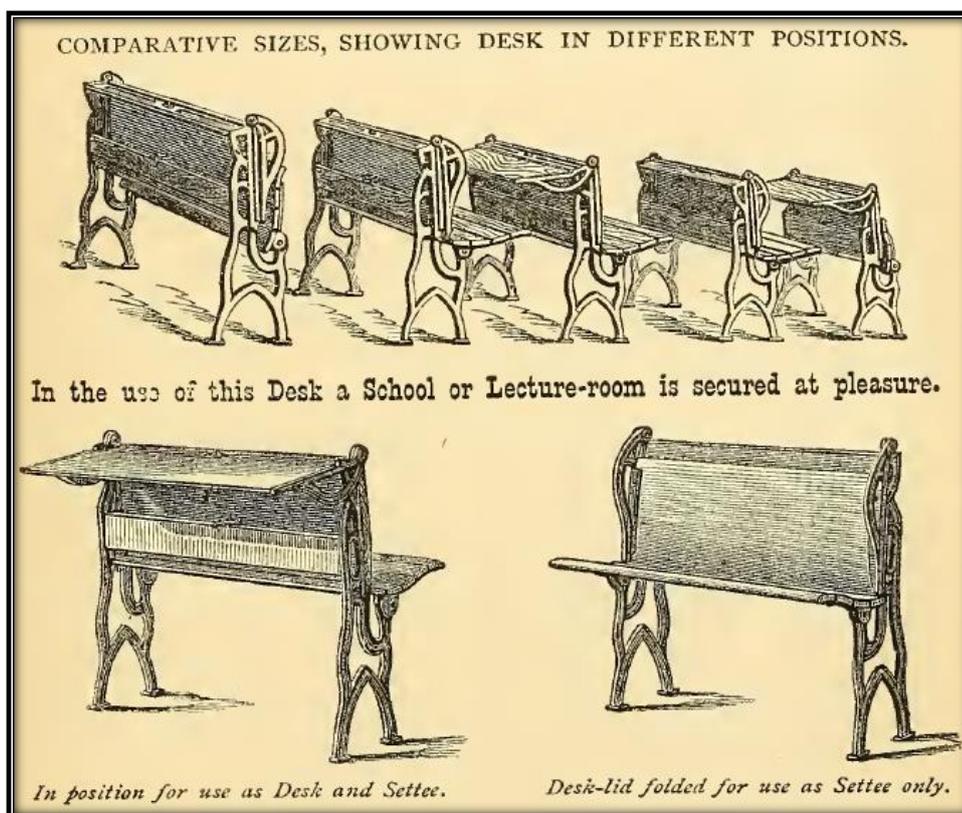
Além disso, observa-se que a mesa poderia ser rebaixada para facilitar a entrada e a saída dos estudantes. O emprego dessa tecnologia – alavanca – também era evidenciado em outros modelos de carteiras escolares estadunidenses, francesas, inglesas e alemães, o que demonstra que as fábricas, mesmo de países diferentes, haviam incorporado em sua base produtiva técnicas e maquinário que alcançavam resultados parecidos, o que pode indicar uma circulação de saberes no âmbito econômico. De acordo com a *The National School Furniture*:

É, sem exceção, o modelo mais aprovado de Móveis Escolares no mercado, e foi durante esses dois anos premiado na Fair of the American Institute, vencendo todos os modelos concorrentes (*THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE*, 1872, p. 5)¹⁴⁰.

Para melhor apresentar o modelo de carteira idealizada, essa empresa convidou seus consumidores a conhecerem as principais características e conceitos que fundamentaram a construção do mobiliário escolar (os grifos constam na obra original e foram utilizados para direcionar os olhares dos consumidores para as características principais do mobiliário escolar).

¹⁴⁰Tradução livre: Is, without exception, the most approved style of School Furniture in the market, and has for the past two years been awarded the premium at the Fair of the American Institute Over all competing styles (*THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE*, 1872, p. 5).

Figura 31 - Carteira escolar The National School furniture



Fonte: The National School Furniture (1872, p. 5).

Para tanto, foram apresentados nove elementos no catálogo que ajudam a perceber as possíveis articulações entre os móveis e o espaço da sala de aula, bem como indiciam sobre relações estabelecidas entre as indústrias e o campo médico-pedagógico. Conforme venho demonstrando neste trabalho, as fábricas, para comercializar seus produtos, ao mesmo tempo que incorporaram em seus projetos exigências escolares, também passaram a idealizar soluções e tecnologias para a escola. A seguir, uma listagem de itens a serem observados na construção do móvel:

1. **Economia de espaço.** Não há escrivaninha que se feche tão compacta e convenientemente, e, quando dobrada, ocupa **apenas nove polegadas**, garantido uma passagem entre as mesas de dois pés e meio. Quando dobrada como canapé, a capacidade de assento é **um terço maior** do que a dos modelos comuns.
2. **A limpeza**, um quesito muito importante na sala de aula, é obtida com dificuldade onde a escrivaninha fixa é usada, mas, com a **Mesa Peard**, é uma questão fácil para garantir uma sala arrumada e limpa, para varrer não é mais difícil do que em um salão aberto.
3. **O porta-livros está sempre acessível** - uma vantagem encontrada em nenhuma outra mesa dobrável.

4. Dobrável dobramento da mesa **aumenta muito a sua durabilidade**, pois está fora de alcance do dano.

5. **Elas são construídas com referência especial ao conforto e à saúde do aluno**, e o assento e o encosto são moldados de modo a garantir a facilidade do estudante, que inconscientemente é compelido a assumir uma posição ereta e saudável.

6. **A dobradiça (nossa patente) não tem ruído** e é construída de tal modo que pode ser facilmente apertada quando, durante um longo período de uso, o assento se ajusta de forma fácil ou vagarosa no encaixe. Assim, **uma junta perfeitamente silenciosa** é protegida enquanto o móvel estiver em uso. **É absolutamente a única dobradiça do mercado que é silenciosa, e continuará a ser assim.**

7. **A Escola pode ser transformada em um salão espaçoso, confortável e elegante para a realização de palestras e reuniões para adultos.** Em muitas localidades, essa é uma característica muito importante, pois, assim, a prefeitura e a sala de aula são estabelecidas a partir de um único investimento. Professores de escolas classificadas também apreciarão plenamente essa vantagem, onde as salas de reunião são necessárias em cada departamento.

8. Elas são feitas da melhor madeira seca, elegante no acabamento, e são perfeitamente simples na sua construção, **sem maquinaria sobre elas**, como em todos os outros modelos de mesas dobráveis.

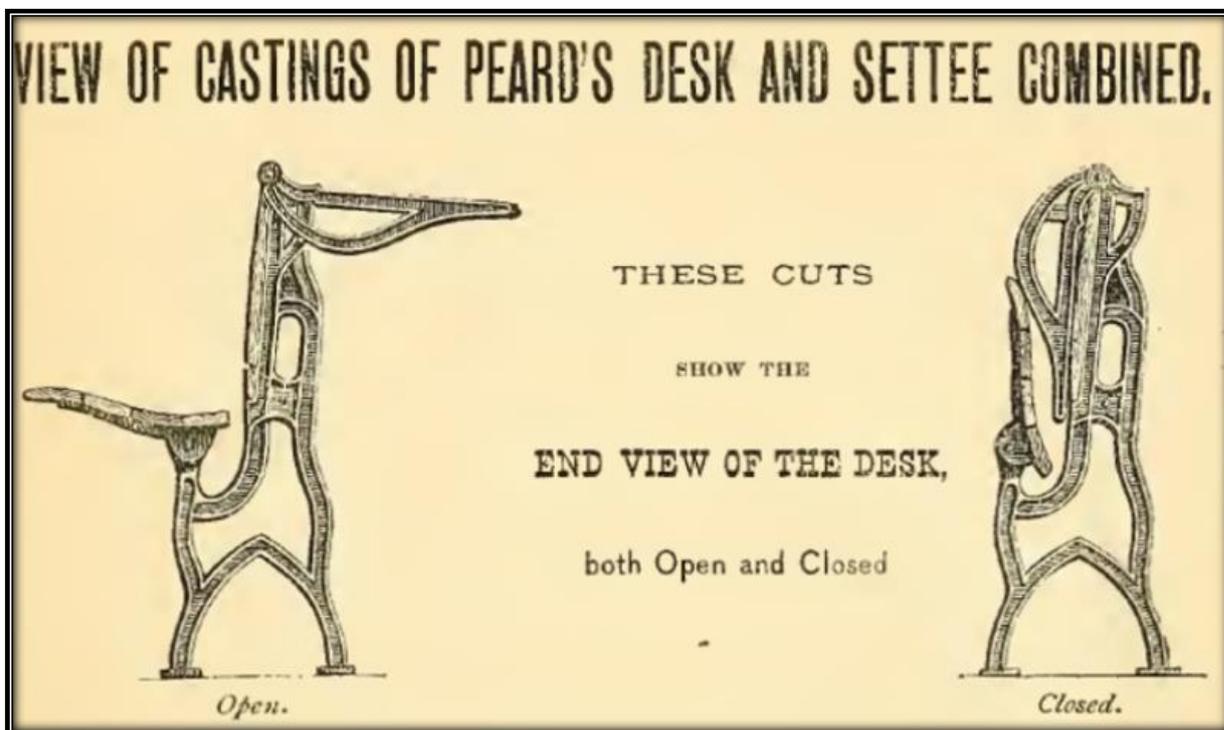
9. Quando as partes que comprarem as mesas desejarem que elas sejam enviadas prontas para parafusar no chão, eles economizarão **mais da metade do custo do frete**, obtendo o Mobiliário Peard (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 6).¹⁴¹

Além dos conceitos gerais que fundamentaram a idealização da carteira escolar Peard, a fábrica ainda apresenta informações específicas sobre as tecnologias patenteadas e utilizadas para possibilitar que o móvel pudesse ser dobrável, conforme especificado. As informações e as

¹⁴¹ Tradução livre: **1st.** It economizes room. There is no desk that closes as compactly and conveniently, occupying as it does when folded only nine inches of space, and securing passage-ways between the desks of two-and-a-half feet. **When folded as Settee** the seating capacity is one-third greater than that of the common styles. **2d.** Cleanliness, a most important consideration in the school-room, is attained with difficulty where the stationary desk is used, but with the PEARD DESK it is a matter of perfect ease to secure a neat and clean room, for sweeping is no more difficult than in an open hall. **3d.** The Book-rack is always accessible - an advantage found in no other folding-desk. **4th.** The folding of the desk adds greatly to its durability for it is out of the way of damage. **5th.** They are constructed with special reference to the comfort and health of the Pupil, and the seat and back are so shaped as to secure ease to the scholar, who unconsciously is compelled to assume an erect and healthful position. **6th.** The seat-hinge (our patent) is noiseless, and is so constructed as to be easily tightened when through long-continued use the seat works too readily or loosely in the socket. Thus a perfectly noiseless joint is secured as long as the furniture is in use. It is absolutely the only hinge in the market that is noiseless, and will continue to be so. **7th.** The School can at pleasure be transformed into a roomy, comfortable, and elegant hall for Lecture and Assembly room purposes for Adults. In many localities this is a most important feature, for thus Town Hall and School-room are produced as the result of one outlay. Teachers of graded schools will also fully appreciate this advantage where assembly rooms are necessary in each department. **8th.** They are made of the best kiln-dried lumber, elegant in finish, and are perfectly simple in construction, no machinery about them, as in every other style of folding-desk. **9th.** When parties purchasing desks desire them shipped ready to screw to the floor, they will save more than half the expense of freight by taking the Peard Furniture (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 6).

imagens destacadas pela fábrica ajudam a identificar preocupações, soluções e técnicas idealizadas no período oitocentista na construção de móveis escolares.

Figura 32 - Carteira escolar The National School furniture



Fonte: The National School Furniture (1872, p. 7).

Note estas peças fundidas quanto aos seguintes detalhes:

1º. As peças fundidas são de peso extra (sendo 25 por cento mais pesadas do que as de qualquer outra carteira) e têm uma borda para garantir a maior força possível.

2º. Os pés sobre os quais as peças fundidas repousam no chão são muito grandes e irão, se desejado, admitir quatro parafusos em cada um, garantindo estabilidade perfeita para a carteira.

3º. Chamamos especial atenção para a nossa Patente de Assento Conjunto (patenteado em 20 de fevereiro de 1872), a qual, por meio de uma aplicação de pastilhas, é totalmente livre de ruído e é, sem exceção, a mais forte dobradiça no mercado. Ela nunca se tornará ruidosa e é a única dobradiça de assento sobre a qual isso pode ser dito.

4º. Observe a bela curva do braço do assento, que alcançamos através do número de lâminas utilizadas.

5º. Observe a forma compacta que a carteira assume quando o braço do assento e o tampo da mesa são dobrados. Não há saliências de ferro perigosas deixadas expostas, como é o caso de todas as outras carteiras dobráveis, e o espaço ocupado é apenas a metade de qualquer outro modelo. As vantagens deste mobiliário não podem deixar de ser evidentes para todos os diretores de escola.

Não podemos recomendá-la tanto à sua apreciação (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 7)¹⁴².

Além do modelo apresentado, a The National School Furniture também exhibe outros exemplares, com diferenças entre si. A produção de uma grande variedade de móveis escolares era uma estratégia utilizada pelas fábricas para poderem atender a diferentes nichos de mercados. As análises realizadas nos catálogos permitem identificar a existência de móveis considerados mais elaborados do que outros, uma vez que possuíam um *design* que privilegiava ainda mais o conforto e contava com tecnologias como o assento reclinável.

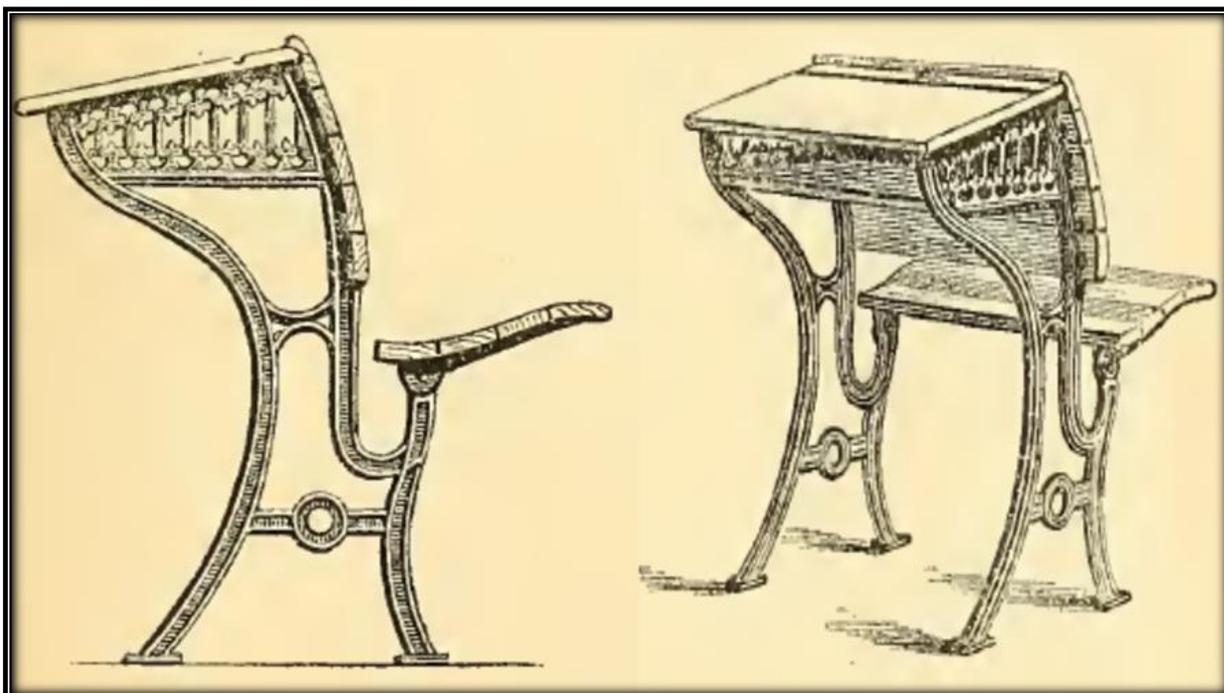
O exemplar que também recebe destaque no catálogo da The National School Furniture é a *Gem Desk*, indicada como a “a melhor carteira fixa do mercado”. Diferentemente da Peard Desk, esse modelo não contava com a mesa reclinável e, portanto, não contava com as inovações tão destacadas, tipo a menor ocupação de espaço quando dobrada.

A Gem Desk podia ser adquirida em diferentes tamanhos; possuía um encosto construído com ripas de madeira em curva para privilegiar o conforto. O assento era reclinável e a tecnologia utilizada nas dobradiças era a mesma da Peard Desk; as peças eram simétricas e tinham como matéria-prima principal o ferro fundido. Ao analisar o modelo da carteira escolar, pode-se observar que se aproxima muito dos modelos destacados por Ferdinand Buisson no Relatório da Exposição Internacional de Viena de 1873. Conforme já foi abordado, esse modelo foi muito utilizado nos Estados Unidos e recebeu diversas premiações.

Para chamar a atenção de seus clientes, a fábrica The National School Furniture destaca, no catálogo, a seguinte afirmação: “Poucas mesas combinam com o conforto, elegância e durabilidade! A Gem que recomendamos é completa em tudo e em cada parte [...] é a mesa mais elegante e graciosa do mercado [...] não há nada no mercado que combine os requisitos de um mobiliário moderno” (1872, p. 9-10).

¹⁴² Tradução livre de: Notice these castings in the following particulars: **1st.** The castings are of extra weight (being 25 per cent, heavier than those of any other desk), and are so flanged as to secure the greatest possible strength. **2d.** The feet upon which the castings rest upon the floor are very large, and will, if desired, admit of four screws in each foot, insuring perfect stability to the desk. **3d.** We invite special attention to our Patent Seat-Joint (patented Feb. 20, 1872), which by an application of pads is entirely free from noise, and is, without exception, the strongest hinge in the market. It will never become noisy, and is the only seat-hinge of which this can be said. **4th.** Note the beautiful curve of the seat-arm, which we attain through the number of slats used. **5th.** Observe what a compact form the desk assumes when both seat-arm and desk-lid are folded. There are no dangerous iron projections left exposed, as is the case with every other folding-desk, and the space occupied is only about half that of any other style. The advantages of this Furniture can but be apparent to every school officer. We cannot too highly commend it to their consideration (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 7).

Figura 33 - Gem Desk idealizada pela The National School furniture

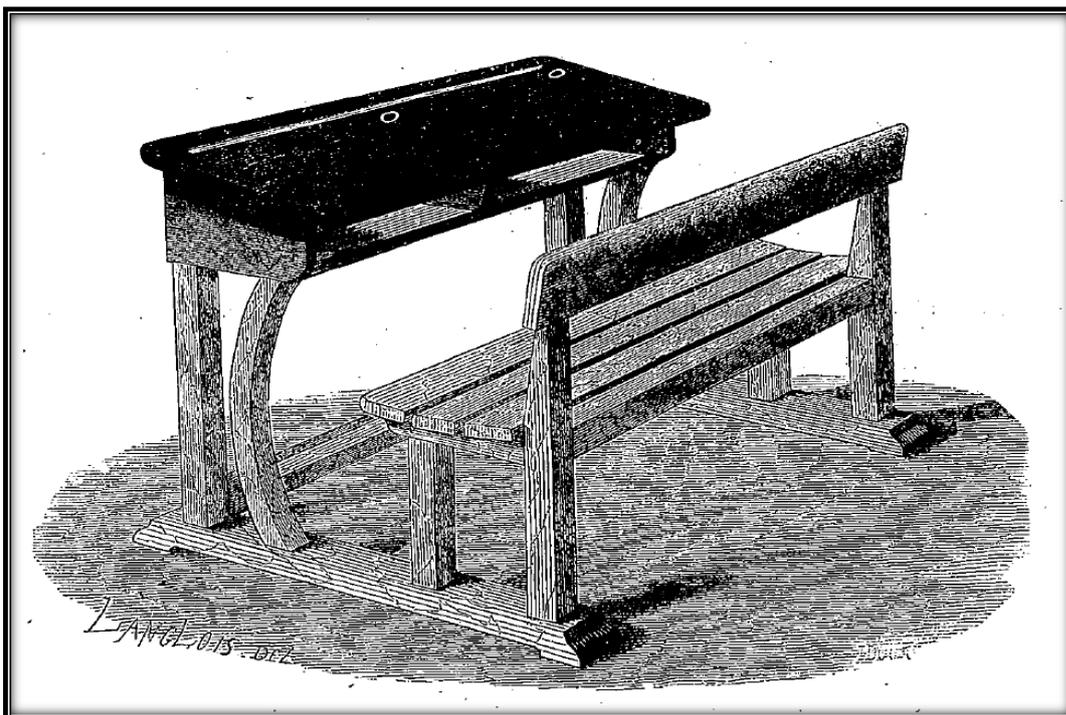


Fonte: The National School Furniture (1872, p. 9).

Carteiras escolares em evidência: Modelos franceses

O catálogo da fábrica francesa P. Garcet & Nisius, de 1882, apresenta diversas imagens de modelos de carteiras escolares, armários, cadeiras, quadros-negros, além de outros utensílios, como relógios, lavabos e lápis de ardósia. Põe foco nas questões higiênicas e nas medalhas conquistadas em exposições internacionais. Com relação às mobílias escolares, no entanto, poucas são as informações disponibilizadas. No geral, destacam-se os diferentes tamanhos de carteiras ofertadas. Dentre os exemplares apresentados (para escolas maternas, primárias, superiores, normais), chama a atenção a carteira escolar elaborada para a escola primária, chamada *mesa-banco comunal*. Esse modelo, de acordo com a fábrica, possuía “estrutura, assento e encosto em faia, armário aberto, prateleira superior em carvalho enegrecido e encerado, cantos arredondados”.

Figura 34 - Table-Banc Communale



Fonte: P. Garcet & Nisius (1882, p. 4).

Diferentemente, o catálogo da D'émile Deyrolle, de 1898, apresenta um conjunto significativo de informações sobre os artefatos disponibilizados para a comercialização. Além de um maior número de modelos de objetos e móveis, também há destaque para informações relativas à fábrica, a formas de entrega e à montagem. Com relação às carteiras escolares, nota-se a ênfase em vincular os exemplares aos preceitos médicos com a apresentação de regimentos, com os quais os móveis idealizados pela fábrica estavam de acordo:

Todas as nossas mesas [...] são entregues com tinteiros de porcelana esmaltados, os tinteiros de outros formatos ou de outros tipos, de vidro, de chumbo, etc., serão contadas adicionalmente.

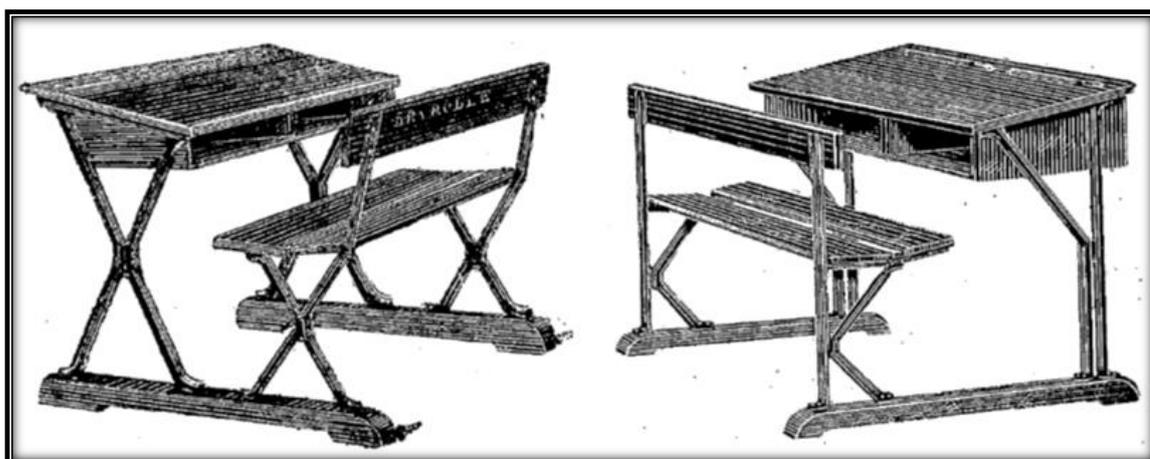
Fabricado em nossa fábrica com ferramentas avançadas, somos capazes de fornecer móveis e material escolar em condições excepcionalmente vantajosas, tanto em solidez quanto em preço (DEYROLLE, 1898, p. 4)¹⁴³.

A fábrica também defende o uso do ferro fundido em suas invenções. Para a Deyrolle (1898), o *know-how* adquirido era fundamental para o sucesso e qualidade de seus inventos. Diferentemente da madeira, argumentava-se que carteiras com base em ferro fundido seriam mais resistentes e, desse modo, causariam menos custos de manutenção e manteriam a beleza

¹⁴³ Tradução livre: Toutes nos tables [...] sont livrées avec des encriers en porcelaine émaillée, les encriers d'autres formats ou d'autres genres, en verre, en plomb, etc., seront comptés en plus. Fabriquant dans notre usine avec un outillage perfectionné, nous sommes à même de fournir le Mobilier et le Matériel scolaires dans des conditions exceptionnellement avantageuses tant comme solidité que comme prix (DEYROLLE, 1898, p. 4).

material de uma sala de aula, elemento também destacado como importante nas questões pedagógicas. Os modelos recomendados para os meninos são os do tipo B (com ferro fundido); já para as escolas para meninas, aconselha-se a compra do tipo K. Ambos podiam ser encomendados em diferentes tamanhos, dependendo da necessidade e idade dos estudantes atendidos.

Figura 35 - Carteira escolares tipo B (esquerda) e K (direita)



Fonte: Deyrolle (1898, p. 4-5).

Carteiras escolares em evidência: modelos ingleses

A fábrica Geo. M. Hammer & Co., localizada em Londres, apresenta em seu catálogo um discurso que busca mostrar que oferecia a seus clientes um conjunto significativo de móveis escolares, que contavam com diversos modelos para atingir diferentes objetivos pedagógicos e nichos de mercado. Com relação às carteiras, encontram-se propagandas de exemplares individuais e para duplas, que buscavam atender desde escolas primárias até o ensino superior.

A décima nona edição do catálogo ilustrado, publicado em 1893, inicia com uma nota de agradecimento da fábrica a seus patronos por favores anteriores, dentre eles a compra da Stock and Goodwill of Messrs, que passou a divulgar seus inventos na arte final do referido catálogo, além do aumento na produção de móveis destinados a igrejas. Diversas fábricas, cujos catálogos foram analisados, além de produzirem mobiliário escolar, também construíram bancos para igrejas, uma vez que compartilhavam de técnicas semelhantes na construção desses artefatos, o que permitia a muitas delas investir em diferentes nichos de mercado.

O exemplar que chamou a atenção logo na realização da primeira leitura do catálogo foi a carteira dupla *Victor*. A carteira destacou-se por ser um modelo que estaria ajustado à maioria

dos conselhos escolares. De acordo com a fábrica, “a grande e contínua demanda por carteiras duplas e as experiências adquiridas em sua fabricação e usos durante os últimos vinte anos levaram a G. M. H. & Co. a dar uma grande atenção ao seu aperfeiçoamento” (p. 4)¹⁴⁴. A nova patente Victor, segundo a Geo. M. Hammer & Co, foi elaborada a partir das várias sugestões recebidas e contava com as seguintes características:

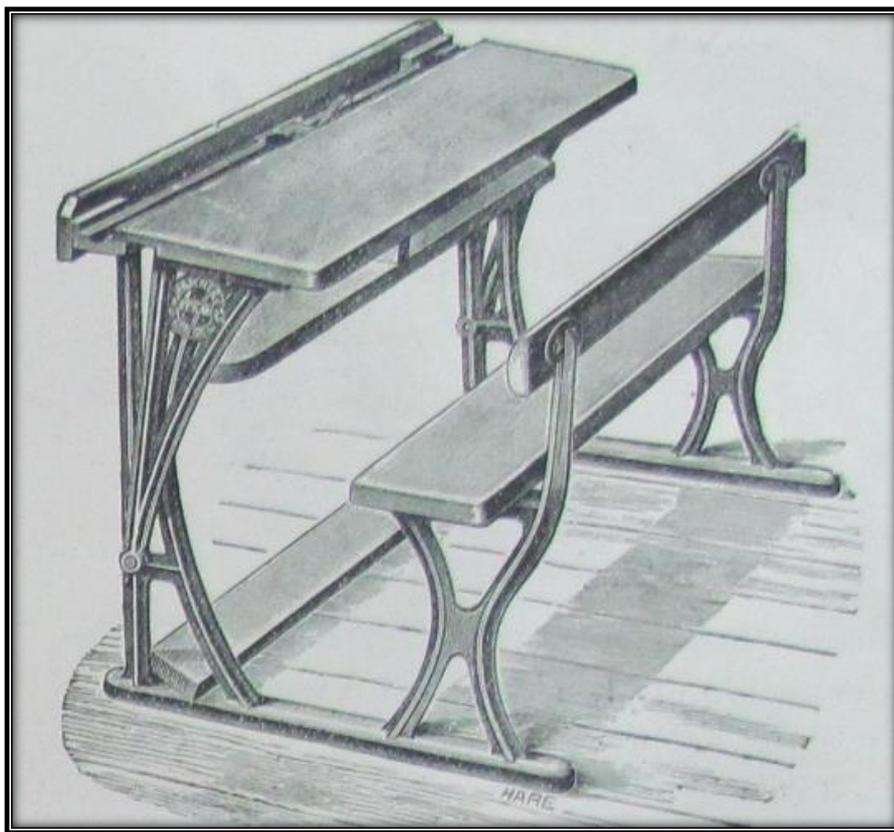
- uma suave e inquebrável inclinação para escrita;
 - uma prateleira conveniente para livros;
 - simples e forte em ação;
 - cavidade do tinteiro coberto quando não está em uso;
 - mesa de escrita combinada com uma mesa plana para desenhar, ou, em tamanho pequeno para jardim de infância;
 - mesa próxima do assento para escrever, mas quando for reclinado, possibilita amplo espaço para ficar em pé e para perfuração, enquanto estiverem nas mesas;
 - um assento fixo e encosto confortável;
 - um apoio inclinado para os pés;
 - uma prateleira para as ardósias.
- (GEO. M. HAMMER & CO., 1893, p. 4)¹⁴⁵.

Como se pode observar, as características centrais da carteira Victor indicam a incorporação de diversas prescrições destacadas como essenciais em relação aos móveis considerados ideais para atender à modernidade educativa. A preocupação com a fabricação de um encosto confortável, cadeira fixa ao chão, apoio para os pés, inclinação da mesa e suporte para materiais foram algumas das exigências evidenciadas em discursos higienistas presentes em impressos pedagógicos e que circularam em exposições universais. A atenção da fábrica a essas características demonstra, como tenho indicado, que essas prescrições serviram de base para a invenção de novos artefatos para as escolas.

¹⁴⁴ Tradução livre: The very large continued demand for dual desks, and the experience gained in their manufacture and use during the past 20 yeas, have led G. M. H. & Co. to give much thought to their improvement (GEO. M. HAMMER & CO, 1893, p. 4).

¹⁴⁵ Tradução livre: A smooth and unbroken writing slope. A convenient shelf for books. Simple and strong in action. Ink-wells covered when not in use. Combined writing desk and flat table is drawing, or, in the small size, is kindergarten. Desk close to the seat is writing, but when moved back, giving ample room for standing and is drilling while in the desks. A fixed seat and comfortable back. A sloping foot rest. A rack for slates (GEO. M. HAMMER & CO., 1893, p. 4).

Figura 36 - Carteira escolar Victor



Fonte: Geo. M. Hammer & Co. (1893, p. 5).

Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico "José Pedro Varela"*, Montevideo, Uruguai.

Quadros-negros: notas sobre exigências de seus usos

O livro escrito por Valdeniza Maria Lopes da Barra, intitulado “*Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do XIX*”¹⁴⁶, publicado em 2016, constituiu uma das obras referenciais sobre a constituição e importância do quadro-negro para o modo simultâneo de ensino na escola moderna. Conforme a autora destaca em sua obra, a fixação do quadro-negro na parede da sala de aula fez com que esse artefato perdesse o estatuto de móvel e de utensílio escolar. Também conhecido como lousa, a sua entrada no ambiente escolar articula-se a um método pedagógico e, devido à sua importância, passou a ser um dos objetos mais populares da escola.

O quadro-negro, fixado na parede, é inventado entre o Oitocentos e o início do Novecentos e seu uso é defendido por diversos educadores, dentre eles Ferdinand Buisson, em relatório sobre a Exposição Universal da Filadélfia, de 1875, e no *Discrecionário Pedagógico* de

¹⁴⁶ O livro referência, publicado em 2016, é fruto da dissertação de mestrado da autora, defendida no ano de 2001 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

1911. Nesses documentos, analisados por Valdeniza da Barra, o quadro-negro dividia espaço na sala de aula com a ardósia individual, a qual poderia causar muitos inconvenientes devido a sua dureza, peso, irritação com o uso do lápis, entre outros.¹⁴⁷ Visando realizar um aperfeiçoamento nos usos e potencialidades do quadro-negro, esse passou a ser fixado em uma superfície, recebeu enquadramento de madeira, ganhou uma proporcionalidade maior e também cavaletes, os quais possibilitavam mobilidade e uma maior visualização dos textos, desenhos e cálculos.

Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016) ainda destaca que esse mobiliário escolar pode ser compreendido como um instrumento de ensino coletivo, que ganha força a partir do método simultâneo. Muito relacionado a um método, o artefato é difundido e defendido em um conjunto de relatórios sobre a instrução escolar; ganha espaço de destaque também em exposições internacionais, museus pedagógicos e em manuais que defendiam a adoção de práticas consideradas modernas.

Além do método pedagógico, a presença do quadro-negro também estava relacionada ao discurso médico-higienista, que defendia uma determinada organização espacial dos móveis na sala de aula, limpeza do espaço, bem como a adoção de condutas consideradas adequadas no uso de objetos. Com o quadro-negro à frente da sala, o professor poderia receber a atenção ao mesmo tempo em que manteria a ordem dos alunos, podendo superar, assim, a abstração e a monotonia impostas por antigos métodos.

Maria Helena Camara Bastos (2005) também escreveu um artigo que tem como foco o quadro-negro. Para a autora, à medida que se introduz o método simultâneo, esse artefato assumia lugar privilegiado na sala de aula e passava a ser adotado como um dos objetos obrigatórios em legislações nacionais e estrangeiras. Dentre as vantagens apontadas com seu uso, destacava-se, para o professor, a possibilidade de o utilizar para ensinar as primeiras lições a um grande número de alunos ao mesmo tempo. Era por meio desse objeto que os alunos poderiam conhecer letras, sílabas, palavras, textos e os primeiros cálculos matemáticos.

Os catálogos analisados falam de uma grande produção de quadros-negros, considerado um dos móveis centrais para a sala de aula. Embora semelhantes, diversas fábricas idealizaram um conjunto de inovações que buscavam diferenciar seus inventos frente aos concorrentes. As soluções idealizadas estavam vinculadas ao método pedagógico e a conteúdos curriculares.

¹⁴⁷ Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016) destaca que o quadro-negro, provavelmente, foi uma invenção francesa dos Irmãos das Escolas Cristãs, ordem religiosa fundada pelo padre Jean Baptiste de la Salle, o responsável pela institucionalização do método simultâneo. As análises da autora estão fundamentadas em um conjunto de documentos registrados em suas pesquisas sobre a instrução escolar na França, Estados Unidos, México e Brasil entre o final do Oitocentos e início do Novecentos.

Quadros-negros: notas sobre exigências de seus usos Modelos estadunidenses

Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016) indica, dentre as inovações propostas pelas escolas estadunidenses, que se destacavam os cuidados com o ensino de ler e escrever, o que colaborou para um maior uso de ardósias e quadros-negros nessas instituições, principalmente nas *graded schools*. Para a autora, as Exposições Universais de Paris (1867) e Filadélfia (1875) foram essenciais na difusão de modelos que relacionavam materiais e métodos de ensino de leitura. Nas salas de aula montadas nesses eventos, o quadro-negro recebeu grande destaque, não se limitando a uma das paredes, como normalmente era representado. Um dos argumentos utilizados era que o uso de diversos exemplares ao mesmo tempo faria com que as lições não tivessem que ser apagadas para dar lugar a outros assuntos.

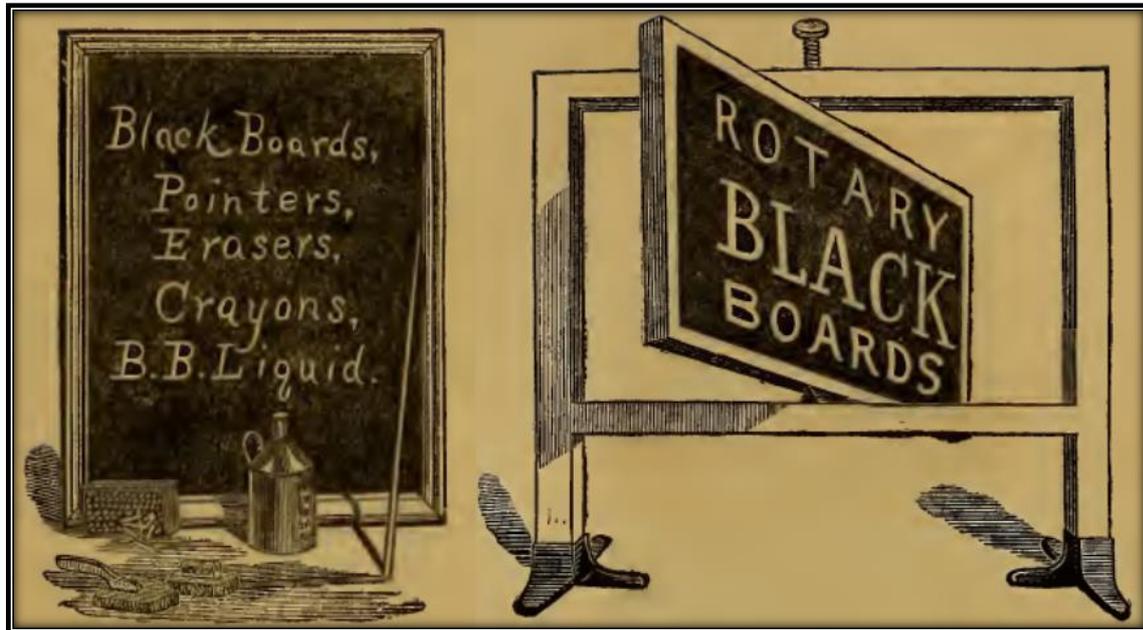
Desde a década de 1860, o sistema escolar norte-americano contava com *ungraded schools e graded schools*. Nas localidades rurais, existiam as escolas não graduadas, destinadas a uma população de alunos com frequência irregular e caracterizadas por programas de ensino mais limitados. As escolas públicas graduadas localizavam-se em regiões mais populosas e distinguíam-se por um programa de ensino que era “um curso completo de estudos”, dividido em três graus: a escola elementar (*primary school*), a intermediária (*intermediate school*) e a superior (*high school*); a cada um dos graus correspondia um estabelecimento escolar distinto (BARRA, 2016, p. 299).

Para atender às demandas por esses materiais, a fábrica estadunidense Boston School Furniture, localizada na cidade de Boston, apresenta em seu catálogo, publicado em 1870, dois modelos de quadros-negros: o primeiro pode ser entendido como um exemplar “clássico”; já o segundo, possuía como inovação um movimento de giro, para que pudesse ser utilizado em qualquer direção. Para chamar a atenção de seus consumidores, a firma anunciava em destaque: “Construído a partir do melhor estoque da estação e preparado com o Haskell's Black-Board Liquid¹⁴⁸, feito sob encomenda em qualquer dimensão necessária, com ou sem quadros, conforme desejado” (p. 41). Além desses materiais, também eram comercializados apagadores, fabricados com lã ou carpete. A fábrica informa que existia uma diversidade de opiniões com relação ao material mais apropriado; no entanto, A Boston School Furniture considerava que o

¹⁴⁸ O Haskell's Black-Board Liquid consistia em uma espécie de tinta preta que poderia ser utilizada em qualquer superfície como a ardósia, gesso, madeira e/ou papel. De acordo com a fábrica, os ingredientes utilizados eram da melhor qualidade e por isso consumidores que já haviam adquirido o produto vinham encomendando pela segunda vez. Com um galão (aproximadamente 3,78 litros), era possível pintar uma área de 80m² ou 30m², se se utilizassem duas demãos de tinta. Na pintura, podia-se utilizar qualquer pincel, que podia ser fornecido pela fábrica, se requerido. A aplicação era considerada simples e qualquer pessoa poderia realizar (WILLIAM O. HASKELL & SON, 1870).

carpete apagava com menor atrito, mas espalhava mais poeira do que a lã. Com relação ao quadro-negro giratório, Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016) informa que esse também foi encontrado em escolas paulistas do século XIX.

Figura 37 - Quadro-negro (esquerda) e quadro-negro giratório (direita)

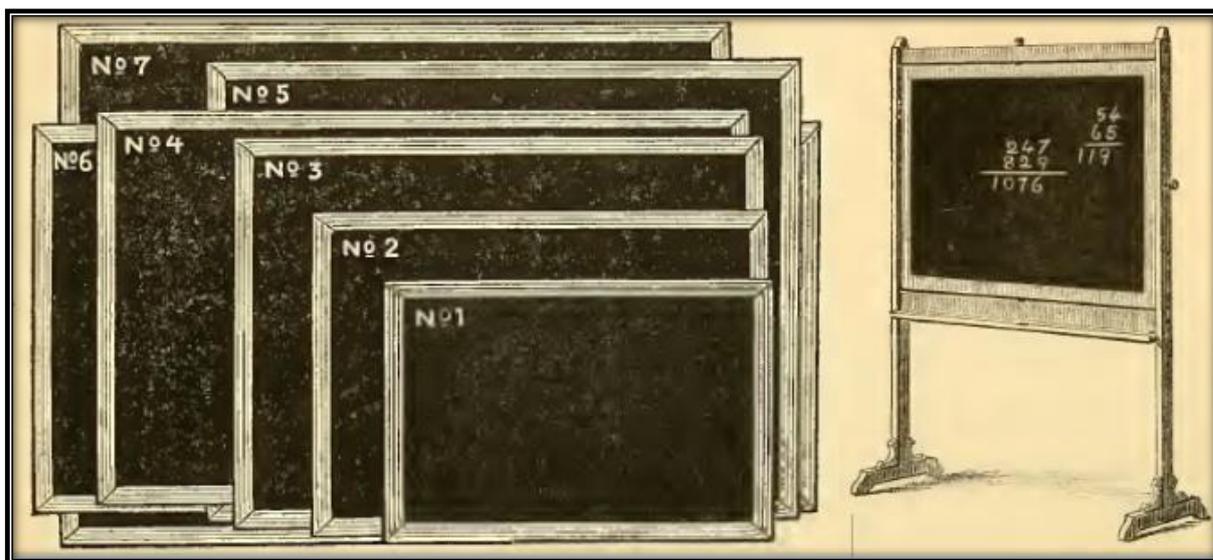


Fonte: William O. Haskell & Son (1870, p. 41).

A The Nacional School Furniture (1872) também comercializava dois modelos de quadros-negros. O primeiro era construído com uma moldura e o segundo era apoiado em um cavalete. Os dois modelos são os mais recorrentes em exposições e escolas públicas primárias. A fábrica destaca que os quadros-negros fabricados possuem uma tinta de silicato, que permitia um acabamento mais bonito e duradouro. Além dos quadros-negros com molduras em madeira, a fábrica também comercializava o “*Silicate paper*”, que poderia ser fixado em superfícies planas. Os rolos de papel e os quadros-negros podiam ser adquiridos em diferentes tamanhos para atender às mais variadas dimensões de salas de aulas que podiam ser encontradas nos Estados Unidos durante o Oitocentos:

O quadro-negro foi apresentado na Exposição de Filadélfia como o recurso que possibilitava a explicação e a demonstração; a atenção poderia ser treinada a partir da atração do “olho” dos alunos atentos ao modo de fazer. A habilidade das mãos seria desenvolvida na reprodução da lição vista no quadro-negro, nas lousas, cadernos ou indo ao próprio quadro-negro. Pode-se dizer que o emprego do quadro-negro como era feito nas escolas americanas significava uma alternativa às práticas vistas ao longo de todo o século XIX, quando era predominante o modelo apresentado em cartas, cartazes ou traslados de produção impressa ou litografada (BARRA, 2016, 308).

Figura 38 - Quadro-negro (esquerda) e quadro-negro com cavalete (direita)



Fonte: The Nacional School Furniture (1872, p. 23-24).

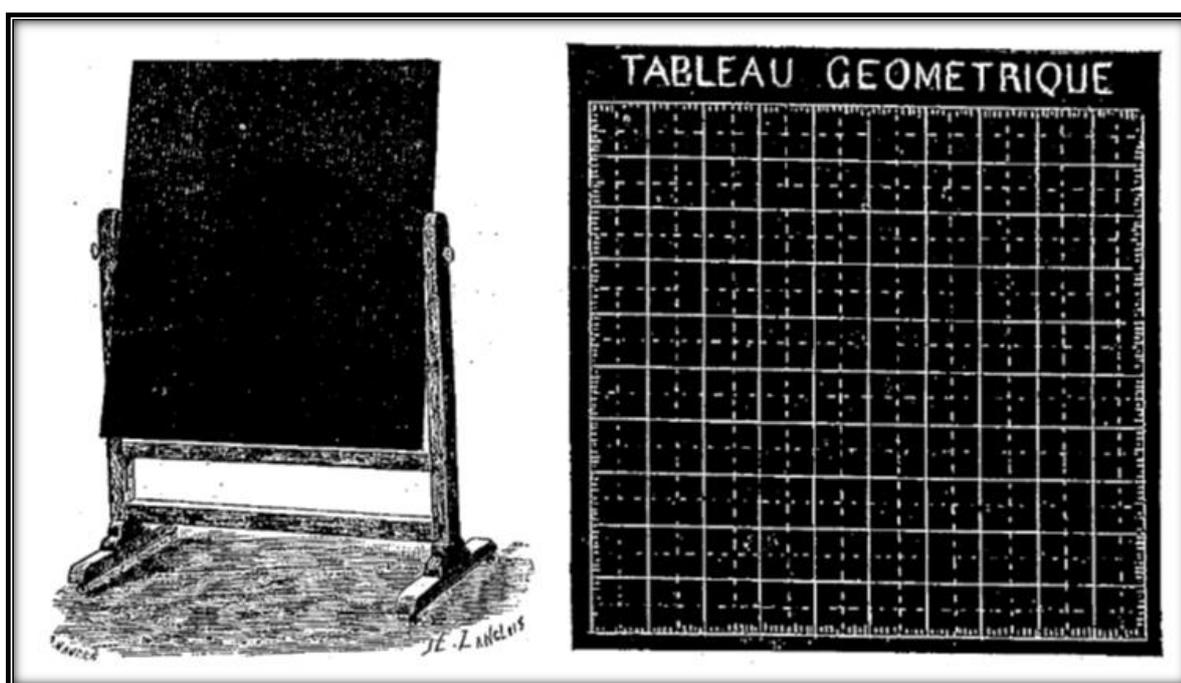
Diferentemente, a fábrica W. A. Choate, em seu catálogo de 1890, não apresenta imagens de seus quadros-negros; no entanto, expõe um longo texto sobre as características gerais de seus artefatos. Denominado “Old Bandor - Ardósia, Quadros-negros - Inigualável em qualidade, cor, acabamento e junções”, o artigo informa algumas soluções entendidas pela empresa como elementos que dariam a seus inventos o título de melhores quadros-negros do mercado. Dentre essas soluções, destacavam-se os seguintes argumentos: *utilização de uma tinta de alta absorção*, que garantiria que as luzes não refletissem, que não se produzisse poeira e possibilitava a economia de giz ou de lápis; *produção de móveis com junções encaixadas com perfeição*, o que traria beleza a seus inventos, algo que suas concorrentes não faziam; *alta qualidade da ardósia produzida*, fato que, embora tornasse seu custo mais alto, traria como vantagem a possibilidade de um uso prolongado, se articulado com uma limpeza sistemática da sala de aula. Devido à qualidade destacada, o invento recebeu a *aprovação de Conselhos Escolares* do Estado de Nova Iorque e haveria a possibilidade de se *utilizar o quadro-negro tanto em escolas luxuosas quanto em estabelecimentos mais simples*.

Quadros-negros: notas sobre exigências de seus usos Modelos franceses

O catálogo da fábrica francesa P. Garcet & Nisius de 1882, com relação a quadros-negros e ardósias, não apresenta muitas informações escritas. Apenas são destacadas imagens, diferentes tamanhos ofertados e seus respectivos preços. Chama a atenção a tabela geométrica, que se caracteriza como uma espécie de quadro-negro com linhas verticais e horizontais para facilitar o

desenho e a realização de cálculos. O outro exemplar é um quadro-negro com cavaletes, também produzido por outras fábricas e muito utilizado em escolas estadunidenses e francesas. A oferta de quadros-negros de diferentes tamanhos estava relacionada à ideia de que esse mobiliário escolar estava condicionado às medidas dos espaços domésticos, ainda utilizados na França nesse período. Estabelecer prescrições sobre as dimensões da sala de aula em relação ao número de alunos foi considerado um dos itens essenciais pelos higienistas para assegurar a organização adequada de todos os móveis e a circulação de alunos e professores (BARRA, 2016).

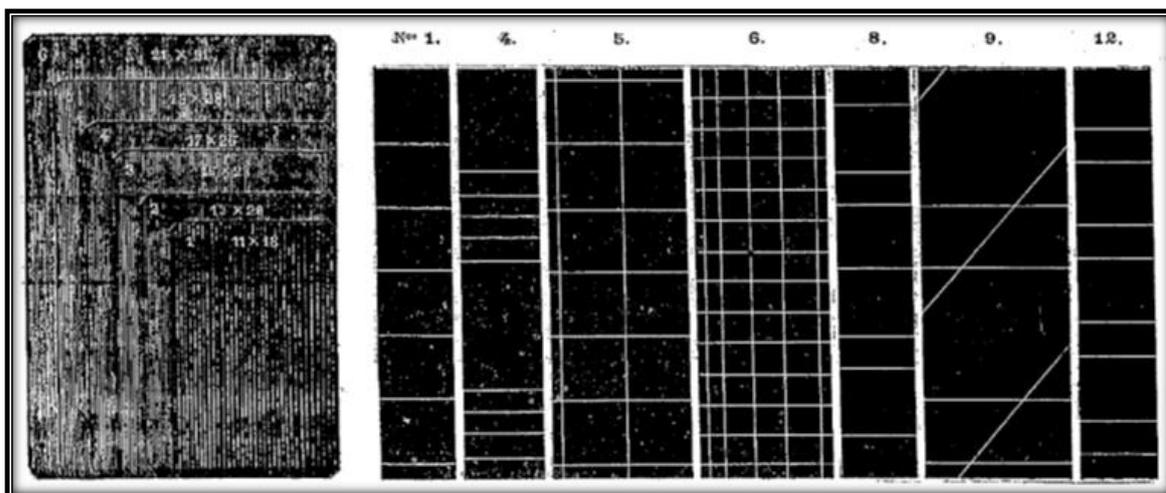
Figura 39 - Quadro-negro com cavalete (esquerda) e tabela geométrica (direita)



Fonte: P. Garcet & Nisius (1882, p. 19).

Também podem ser localizadas ardósias de diferentes tamanhos, com ou sem pautas, além de ardósias naturais emolduradas. Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016), indica que esses materiais receberam preocupações expressas, principalmente a partir da segunda metade do Oitocentos, em eventos internacionais e em manuais pedagógicos, os quais visavam orientar seus usos.

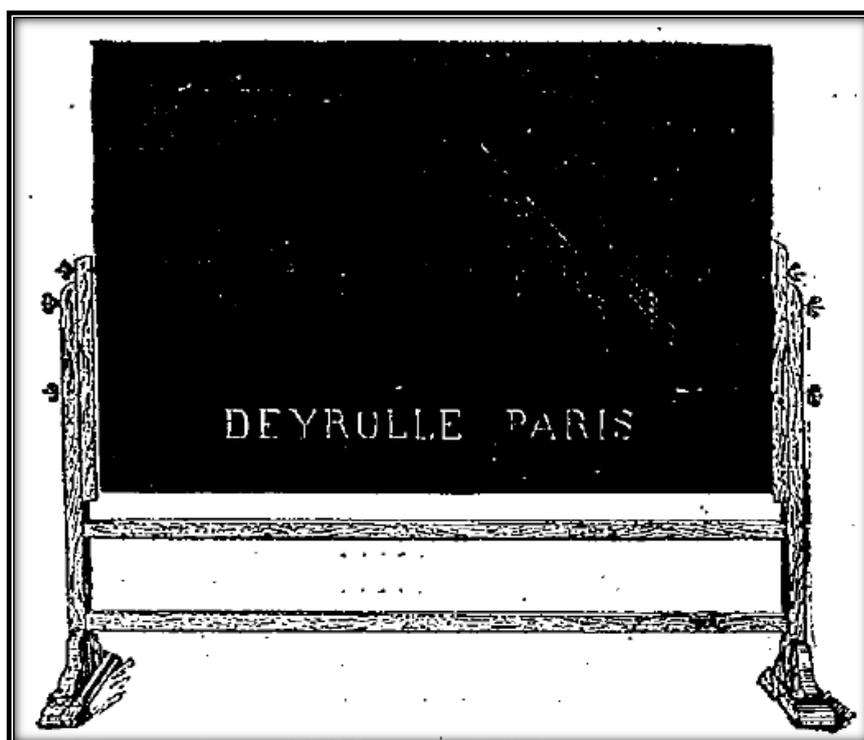
Figura 40 - Ardósia (esquerda) e modelo das configurações (direita)



Fonte: P. Garcet & Nisius (1882, p. 20).

A D'Émile Deyrolle destaca, em seu catálogo, que os quadros-negros fabricados utilizavam como matéria-prima principal o carvalho. Os exemplares possuíam ardósia em ambos os lados e poderiam ser construídos em qualquer tamanho solicitado. Os cavaletes não possuem rodas e o apoio para giz era móvel.

Figura 41 - Quadro-negro com cavalete

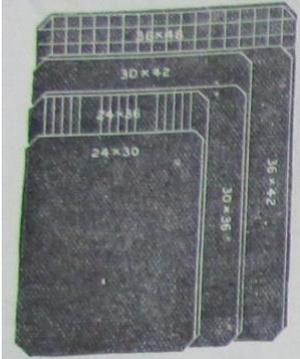
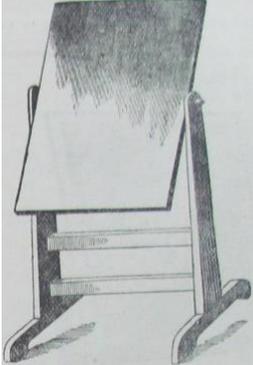
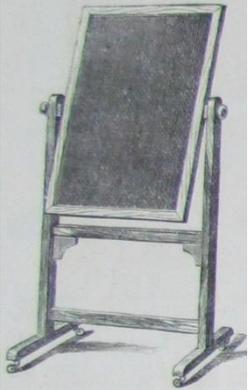


Fonte: D'Émile Deyrolle (1898, p. 15).

Quadros-negros: notas sobre exigências de seus usos modelos ingleses

Com relação aos quadros-negros, a fábrica Geo. M. Hammer & Co., dá ênfase a suas imagens e à possibilidade de adquiri-los em diferentes tamanhos. São quatro modelos apresentados, destinados a atender a especificidades pedagógicas. No quadro abaixo (quadro 20), destacam-se suas respectivas representações e anúncios.

Quadro 20 - Quadros-negros idealizados pela Geo. M. Hammer & Co.

“Quadro-negro construído com pinho temperado e língua de ferro em cada extremidade” (p. 76)	“Quadros-negros em estandes” (p. 77)
	
<p>“Enquadrado e montado em Pine Pitch, e pendurado com parafusos, ou em G. M. H. & Co., que são recomendados com confiança, dando todo a força para sustentação necessária, funcionam sem problemas até o momento” (p. 78)¹⁴⁹</p>	<p>“Que será uma das melhores e mais duráveis superfícies de escrita para paredes; e melhora com o uso” (p. 79)¹⁵⁰.</p>
	

Fonte: Geo. M. Hammer & Co. (1893, p. 76, 77, 78 e 79). Elaborado pelo autor.

Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - *Museo Pedagógico "José Pedro Varela"*, Montevideo, Uruguai.

¹⁴⁹ Tradução livre: Framed and Mounted in Pitch Pine, and swung on Thumbscrews, or on G. M. H. & Co.'s Improved Centres, witch are confidently recommended, giving all necessary holding power, yet working smoothly.

¹⁵⁰ Tradução livre: Which will be found one of the best and most durable Writing Surface for Walls; and improves with use.

Os catálogos ajudam a perceber a recorrência de discursos higienistas e pedagógicos difundidos mundialmente por meio desses documentos, que enfatizavam a necessidade de adaptar o mobiliário escolar aos pressupostos da pedagogia moderna. Nesse sentido, compreende-se o mobiliário como um dos símbolos da educação moderna, uma vez que ele se localizava no centro dos debates e documentos que tinham como objetivo fazer da escola um aparelho modelar, capaz de instruir as crianças e ensinar hábitos e condutas higiênicas. Desse modo, pode-se afirmar que os aspectos políticos, pedagógicos e econômicos configuram e marcam o tipo de mobiliário idealizado e o que chega até as escolas. Contudo, reconhece-se a necessidade de se avançar nas reflexões, de tal forma que se rompa com a tendência de que o mobiliário foi alterado em virtude apenas dos preceitos médicos e pedagógicos. Diferentemente, destaca-se que os aspectos econômicos e políticos também estão envolvidos e, muitas vezes, definiram quais mobílias eram selecionadas e comercializadas.

Ao comparar dados presentes nos diferentes catálogos das empresas, percebe-se que, mesmo utilizando diferentes matérias-primas, há uma convergência entre os modelos de mobiliário apresentados, o que informa sobre a existência e a construção de um modelo internacional de mobiliário escolar, que passou a ser fabricado e comercializado em diferentes países, influenciado e legitimado por um “modelo ideal” de escola e por indústrias moveleiras que buscavam aumentar seus lucros a partir da comercialização com o Estado.

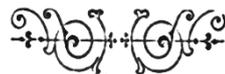
Cabe destacar que a convergência de um padrão de mobiliário escolar internacional também pode ter sido definida por questões que perpassavam o ambiente escolar, uma vez que a utilização da madeira como matéria-prima e a construção de relações políticas entre indústrias e Estado podiam também definir que móveis adentravam o espaço escolar, pois, muitas vezes, não existia uma via de mão dupla entre a escolha do mobiliário e questões técnicas, econômicas ou sociais. Diferentemente, as pressões de interesses organizados devem ser levadas em consideração nas análises, pois essas podem alterar as conduções dos negócios públicos. Nesse sentido, René Rémond (2003) indica que as escolhas políticas não podem ser entendidas como parte de um sistema homogêneo, como o simples resultado de forças entre categorias, pois essas sofre influências de múltiplas vozes, as quais muitas vezes estão longe de se compreender. Entende-se, portanto, que esses interesses podem interferir no provimento material das escolas, além de privilegiar fábricas ou regiões pelas decisões políticas do Estado.

Para atender às novas demandas do projeto educativo moderno, foi necessário repensar e inventar os artefatos que deveriam equipar esses espaços: os móveis deveriam ter tecnologias e *design* específicos para atender às escolas, não bastando a reutilização do que pudesse ser aproveitado de outros espaços, como igrejas e/ou residências. Observou-se, a partir deste

capítulo, a busca pela construção de uma cultura material escolar voltada a atender aos anseios da sociedade moderna, na qual o ensino de hábitos e práticas passaria, fundamentalmente, pelo uso de artefatos adequados.

Capítulo IV

*Instruir e civilizar:
o mobiliário escolar catarinense em foco*



As análises realizadas a partir das investigações desenvolvidas para a construção deste trabalho vêm demonstrando a reinvenção de sentidos e significados em torno dos móveis destinados a compor salas de aula oitocentistas. Os dados apresentados nos capítulos anteriores permitem identificar um conjunto de exigências, argumentos e movimentos que sustentaram a idealização de um mobiliário escolar que deveria estar articulado a ideias em torno de uma modernidade pedagógica que vinha sendo legitimada e construída como referencial em diferentes países.

Conforme já destacado anteriormente, para a construção das reflexões presentes nesta tese os diálogos com as integrantes e produções do Grupo “Objetos da Escola”¹⁵¹ foram essenciais, uma vez que nossas pesquisas têm identificado indícios de que, no período oitocentista, ideias presentes em Exposições Universais e em impressos pedagógicos recebiam destaque em argumentos que circulavam na província de Santa Catharina. Nesse sentido, o desafio aqui proposto foi o de tentar perceber se esses discursos contribuíram para definição de móveis que eram requisitados ou utilizados em escolas públicas primárias catarinenses.

Para identificar essas relações, as incursões no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e as buscas na Hemeroteca Digital Catarinense foram fundamentais, pois o estudo das fontes localizadas permitiu identificar tempos e modos próprios de constituir a instrução primária na província. Apesar de suas singularidades, identificou-se aproximações com indicações referenciadas pela modernidade educativa em construção no período. Anúncios e notas presentes em jornais publicados em diferentes cidades catarinenses, ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública, assim como *fallas* de presidentes da província foram documentos que possibilitaram a localização de argumentos em torno da defesa da construção de uma escola pública que deveria estar articulada aos “referenciais” e ideais modernos que provinham de nações consideradas “mais avançadas”.

Dessa forma, mesmo reconhecendo especificidades no contexto catarinense, este capítulo auxilia a demonstrar pontos em comum que contribuem no sentido de perceber que Santa Catharina estava envolvida no processo de circulação internacional de ideias pedagógicas, não apenas se apropriando de modelos considerados referenciais, mas também contribuindo com esse movimento enviando exemplares de suas produções a eventos internacionais e estabelecendo estratégias que visavam o provimento material das escolas da província. Conforme será demonstrado mais adiante, poderá se identificar, por exemplo, a produção de móveis artesanais semelhantes aos apresentados em catálogos de indústrias estrangeiras, além dos

¹⁵¹ Parte das produções está disponível no blog mantido pelo grupo e acessível em: <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com/>.

debates em torno da necessidade da formação docente, da definição de um método de ensino adequado, da importância da higiene e organização da sala de aula, sua infraestrutura e objetos.

Santa Catharina e a circulação de ideias pedagógicas

Na obra publicada em 2012, intitulada, “*A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época*”, Leonete Luiza Schmidt, Rosicler Schafaschek e Rosmeri Schardong discutem sobre a instrução pública catarinense no século XIX, período, de acordo com as autoras, caracterizado por intensos debates sobre a necessidade de escolarizar a população e institucionalizar a instrução pública, que, por sua vez, se articulavam com a formação do Estado nacional brasileiro e a um imaginário moderno que vislumbrava a civilização da população.

No período oitocentista, os termos *civilização* e *progresso* foram utilizados com muita frequência por autoridades catarinenses, com sentidos amplos, na perspectiva das autoras. Em seu trabalho, admitem como pressuposto uma ideia de civilização relacionada à construção de uma “estrutura mental moderna”, que tinha no pensamento e na cultura da elite europeia seus referenciais sociais. Para vincular-se às práticas consideradas modernas, portanto, a instrução pública da Província de Santa Catarina deveria pautar suas ações e políticas, por exemplo, por um ideal de higiene e bom comportamento. Diferentemente, o progresso é compreendido pelas autoras como o avanço da civilização e do desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que a própria instrução pública era reconhecida como uma atividade industrial:

O progresso teria como fundamento o desenvolvimento da razão e a aceitação da mesma por parte do homem como guia do seu comportamento, implicando numa atitude crítica em relação ao processo histórico. À medida que o homem atingisse maior conhecimento obteria maior progresso social (SCHMIDT; SCHAFASCHEK; SCHARDONG, 2012, p. 18).

Para Leonete Luiza Schmidt, Rosicler Schafaschek e Rosmeri Schardong (2012), a instalação da educação pública no estado articulava-se com as ideias da modernidade do período. Para apresentar suas análises, dividem a obra em três capítulos¹⁵², em que abordam, respectivamente, as discussões educacionais por meio de artigos publicados em jornais; a criação

¹⁵² O livro divide-se em três capítulos, tendo sido produzido com base nas pesquisas de mestrado das autoras. O primeiro capítulo trata da pesquisa de Rosicler Shafaschek; o segundo, de Leonete Luiza Schmidt e, o terceiro, de Rosmeri Schardong.

da rede pública de ensino elementar no estado e, por fim, o processo de implementação do Atheneu Provincial¹⁵³, na cidade de Desterro, atual Florianópolis.

Com relação ao papel desempenhado pelos periódicos, Schafaschek enfatiza terem sido fundamentais para a difusão da ideia de “civilidade” esperada pelas elites católicas locais. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que os jornais contribuíam para a vigilância do comportamento da população, também prescreviam atitudes e condutas consideradas adequadas e civilizadas. Não por acaso, o tema educacional era muito frequente em colunas e artigos de diversos periódicos catarinenses. Por ser considerado uma das “ordens do dia”, muitas vezes recebeu destaque maior até que assuntos como economia, política e saúde:

Alcançar o ideal de civilização colocava-se como condição fundamental para a elite superar ou manter-se afastada da barbárie, prosseguindo em direção à segurança e ao bem estar. Os jornais eram unânimes em declarar a instrução como elemento fundamental no processo de civilização. O tema educacional apareceu, assim, com força civilizatória. Educar não somente a elite, mas os demais componentes da sociedade (da qual, é importante ressaltar, excluía-se índios e escravos), colocava-se como uma exigência aos “letrados” e dirigentes da política catarinense assim como do governo geral que buscava firmar-se como Nação (SCHAFASCHEK, 2012, p. 37).

Dentre os diferentes exemplos abordados na referida obra, chama a atenção a temática da educação na edição de uma sexta-feira de outubro de 1855 no jornal “O Conservador”¹⁵⁴, que dedicou toda uma edição praticamente à instrução pública (o tema ocupou mais da metade do jornal). Outro exemplo que se destaca é um anúncio publicado no jornal “A Revelação”¹⁵⁵, em setembro de 1852, em que o então poeta e, posteriormente, diretor da Biblioteca Provincial de Santa Catarina, Francisco de Paulo Marques de Carvalho¹⁵⁶, escreveu que o interesse vital da sociedade é a instrução geral, pública, uniforme e prática da moral e da religião.

Levando em consideração as questões evidenciadas pelas autoras, ao analisar a “Fala do Illustrissimo e Excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Provincia de Santa Catharina na Abertura da terceira sessao da Primeira Legislatura provincial

¹⁵³ O Atheneu Provincial (1874-1883) era uma escola pública secundária, destinada, em especial, às classes mais abastadas. De acordo com as autoras, tinha como característica principal o ensino da cultura clássico-literária, necessária para o ingresso em cursos de nível superior e a manutenção da distinção daqueles que lá estudavam (SCHMIDT; SCHAFASCHEK; SCHARDONG, 2012).

¹⁵⁴ O jornal “O Conservador” substituiu o então “Novo Iris”. O periódico era editado e impresso sob a responsabilidade de Antonio Francisco Viana até 1855. Era publicado sempre às terças e sextas-feiras e continha quatro páginas e três colunas (SCHMIDT; SCHAFASCHEK; SCHARDONG, 2012).

¹⁵⁵ O jornal “A Revelação” circulou em Santa Catarina de 1852 a 1853, e se caracterizava como um jornal religioso, sendo publicado aos sábados.

¹⁵⁶ De acordo com Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2018), Francisco de Paulo Marques de Carvalho também era conhecido como Franc de Paulicéia e traduziu para o português o manual pedagógico escrito por Jean Baptiste Daligault, “Cours Pratique de Pédagogie”, que circulou em Santa Catarina.

em primeiro de março de 1837, decimo sexto da independencia e do império”, realizada na cidade de Desterro e publicada pela Typographia Provincial em 1837, foi possível identificar o reconhecimento, pelo menos nos discursos, que a instrução pública vinha recebendo. Para o presidente da província, o conhecimento contribuiria para que cada um pudesse identificar seu lugar social e a lei:

A instrução, Senhores, como vos bem sabeis, he huma das primeiras necessidades dos Povos, que são regidos pelo Systema Representativo; e principalmente quando, como o Brasileiro, estão no tyrocínio desse Systema, e por isso com mais razão dependem do desenvolvimento intelectual para o melhor conhecimento, e apreço de sua posição, da sua sujeição á Lei, e das relações intimas em que se acham huns para os outros. Quanto pois deve merecer este importante objecto das vossas atenções ocioso he demonstra-lo; e somente cumpre informar-vos, que não tem elle nesta Provincia correspondido aos desvelos com que vos haveis tão proficuamente manifestado a seu respeito (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1837, p. 5).

Em busca de outros documentos que pudessem auxiliar na compreensão do século XIX em Santa Catarina, foram realizadas pesquisas na Hemeroteca Digital Catarinense¹⁵⁷. Nessas incursões, foram localizados diversos exemplares de jornais publicados no período; entre eles, a edição Nº 33 do “O Artista”, publicada em 27 de julho de 1879. Dentre as colunas deste periódico, uma intitula-se “collaboração”, na qual há um artigo denominado “A instrução”, em que o autor¹⁵⁸ discorre sobre a importância da instrução pública para o progresso e ainda critica o governo que, de seu ponto de vista, não atendia às classes populares. A citação, embora longa, é aqui apresentada na íntegra, pois traz diversos argumentos que ressaltam o descontentamento com a precariedade dos investimentos realizados na educação, e com outros setores considerados fundamentais para o desenvolvimento da província. Nesse texto, percebe-se, novamente, um discurso civilizador que indica que o progresso social, político e econômico dependia da educação:

Eu vos venho fallar da INSTRUCÇÃO, esta fonte de luz de que depende a gloria dos povos e o progresso da civilização.
Sem ella estereis serião as artes e o mundo dormiria da barbaridade.
Entretanto alguns governos do mundo não procurarão desenvolvê-la, e é por isso que esses mesmos governos nada representam, não são mais que corôas sem majestade.

¹⁵⁷ As pesquisas realizadas na Hemeroteca Digital Catarinense contaram com a colaboração da doutoranda do PPGE/UEDESC e professora da FAED/UEDESC, Ana Paula de Souza Kinchescki, integrante do grupo Objetos da Escola, coordenado pela professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva. O endereço eletrônico para o acervo é <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>.

¹⁵⁸ O autor não assinou sua produção.

Quando Deus creou o mundo o povoou de aves e animais brutos e para realce e fim de sua criação creou o homem - *animando-o com o sopro da inteligência*.

Que quer pois dizer isto?

Que todo homem é inteligente.

Ora, se todos nós somos inteligentes como não se manifesta esta inteligência?

Como é que o pobre sertanejo até parece não ter entendido?

Ah! É com dó de coração que dizemos a razão!

É porque alguns governos não protegem a instrução e soberbos do alto de seus thronos detestão a pobreza que sem recursos vive e baixa ao tumulto sem prestimo algum.

Os governos tem nas mãos muitos recursos que podião administrar aos pobres porque é nesses que a inteligência habita.

Quantas capacidades nascem, vivem e morrem na obscuridade!

Os governos só tractão de opprimir os povos com tributos, etc, e vanglorião os seus aduladores dando-lhes cargos elevados, postos, etc, enquanto a pobreza inteligente por falta de recursos chora na ignorancia e nunca cultiva seu entendimento.

Nesses paizes a inteligência e seu cultivo é votada ao Deus do *accaso*.

Se algum homem inteligente chega a manifestar-se é á custo de muitas privações de muitos trabalhos, de muitos desprezos, de viagens forçadas, e de sacrificios incriveis!

Sim! Também ha dezenas de homens que fallão de tudo, escrevem sobre todas as coisas e que são considerados *talentosos*.

Quem são esses homens?

São os aduladores dos governos, homens vis que não se prezão, que se abaixão á vanglorias e servir como escravos a seus iguaes por causa da fama, por causa de mil moedas que não vão com ele para o tumulto!!

Actualmente nesses governos a inteligência é como a planta que por *accazo* nasce nas florestas de espinhos.

Como ha de o cidadão conhecer seu lugar e seus deveres, como ha de conhecer o verdadeiro Deus, se não se espalhar a instrução?

Por isso existem as dissencções, as discordias, as revoltas a balla, o fogo e tudo que comsigo traz a desgraça e a morte!

Lancemos um golpe de vista sobre os continentes que se estendem pelos mares. Allí esta a Suissa, aquella republica onde tudo floresce, onde a luz da instrução se acha espalhada até de envolta com os gelos dos Alpes.

Olhae aqui os Estados-Unidos, aquella magestosa Republica.

Vêde; a luz ua instrução penetra nos mais reconditos lugares levada pelo governo que a sustenta e protege.

Oh! Como caminha essa republica ligeira pela vereda do progresso!

Cabeças coroadas! Se não quereis que se chame as *dimnastyas*, tyrannias, se quereis ter um paiz illustre, se quereis que se chame o throno columna da ordem e da liberdade expulsae de seus degraus os hypocritas e ladrões e com o dinheiro que alimentava suas vãs grandesas, soccorrei á pobreza, creae escolas e educae á vossa custa os filhos da nação, que choram mendingando o pão da caridade.

Nem só a imprensa constitue a liberdade de uma nação, mas sim o desenvolvimento da instrução manancial do progresso das artes e de tudo o que contribue para o engrandecimento dos povos.

A instrução pede todo o cuidado dos governos porque della tudo depende, por isso Alexandre dizia: *Eu não devo mais á meu pae do que Aristoteles meu mestre*.



E como que se Deus o protegesse no seu tempo tiorescerão os maiores genios, taes como Pericles, Demosthenes, Platão o sabio comunista Diogenes, Hippocrates, Meton, Phidias, etc, etc.

A nobreza esta parte da nação odiada pelos philosophos de certo não applaudirá o desenvolvimento da iustrucção por que tão util pensamento não convem a seus interesses.

Emquanto existir distincções *nobres e pobres* as nações nunca serão governadas por homens capazes, porque na pobreza é que se acha intelligencia digna de governantes.

Não foi o pedantismo nem o fanatismo que me trouxe perante a imprensa esse órgão da liberdade, para manifestar minhas opiniões mas foi o amor á patria, o sentimento doloroso que commove meu coração quando imagino que só o rico pode ser doutor, militar, marinha etc., que de ricos são cheias as Academias, ao passo que o pobre intelligente suspirando para ser acceto em qualquer collegio ou Academia chora aqui e alli e não entra ou quando isso acontece é para ser injuriado etc, e por injustiça no fim do anno ser posto fora !!

Pobreza! A unica consolação que nos resta é chorar ou fugindo da pátria em que nascestes procurar asylo nas terras de liberdade e igualdade (O ARTISTA, 1879, p. 3).

O artigo, publicado no jornal “O artista”, colabora com a compressão, também defendida por Leonete Luiza Schmidt, Rosicler Schafaschek e Rosmeri Schardong (2012), de que a educação e a instrução pública eram constantemente relacionadas com a construção de um projeto político, econômico e cultural voltado para a modernidade europeia. Esse projeto passava pela moralização dos indivíduos e tinha na instrução pública um dos seus pilares, pois se acreditava que o acesso das classes populares à educação e à higiene faria com que Santa Catarina, assim como o Brasil, alcançassem a civilidade e o progresso almejado.

Articulado a esse ideal de sociedade, no Oitocentos também ganha força um sentimento de infância, que contribui para um conjunto de investimentos que defendem a escola como lugar social necessário à proteção da criança, principalmente a partir do século XIX. Nesse sentido, os trabalhos de Moysés Kuhlmann Júnior (2001) colaboram para refletir sobre representações das infâncias que circulavam na Europa no fim do século XIX e no começo do século XX e permitem identificar, no referido período, a coexistência de diferentes concepções defendidas em discursos de educadores, governantes e médicos, os quais disputavam os ideais que deveriam legitimar as políticas públicas e as instituições voltadas à educação das crianças pobres, bem como às práticas pedagógicas realizadas nas escolas. Nesse projeto, o mobiliário foi considerado peça fundamental na proteção à saúde das crianças e como suporte para a aplicação de metodologias que estivessem de acordo com preceitos científicos de desenvolvimento infantil. A escola primária devia ser um espaço de civilidade; seus artefatos, portanto, deveriam estar de acordo com esse preceito.

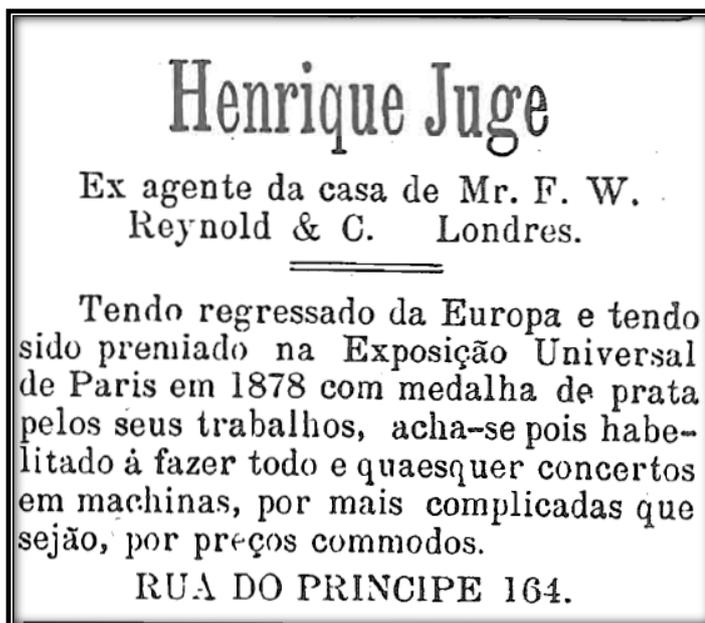
As reflexões do autor destacam a importância dada nos discursos à proteção da infância como elemento para justificar investimentos em instituições e políticas que fossem capazes de lhes ensinar práticas e condutas, reconhecidas naquele momento como os “cidadãos do amanhã”. A criança pobre, em especial, recebe destaque, uma vez que sua moralização era fundamental nesse projeto em que o movimento higienista aparece com força e, muitas vezes, norteia os debates. As relações pedagógicas e médicas são alçadas, nos discursos, como elementos essenciais para combater o atraso social, representado por práticas consideradas assistencialistas. No que se refere ao mobiliário, a preocupação era construir um artefato considerado pedagógico, baseado no conhecimento de pressupostos que orientavam o desenvolvimento da criança e o projeto da modernidade educativa.

Ainda com relação ao artigo publicado no jornal “O artista”, em 1879, o autor (não identificado) chama a atenção para alguns países europeus e para os Estados Unidos como “majestosas repúblicas” “onde tudo floresce”. Tomar como modelos países considerados na vanguarda do progresso foi uma prática constante na história da educação brasileira. Buscava-se, a partir de soluções estrangeiras idealizadas, modernizar e europeizar o Brasil, ainda considerado atrasado por suas elites. No entanto, assim como indica Diana Gonçalves Vidal (2009), é preciso perceber que esses “transplantes culturais” ocorreram de modo ativo, ou seja, as soluções identificadas em países europeus e nos Estados Unidos passavam por traduções culturais, sofrendo uma série de adaptações e interpretações locais.

Conforme foi abordado com maior ênfase no Capítulo II desta investigação, as exposições universais foram eventos que contribuíram significativamente para a internacionalização do conhecimento educacional e para a legitimação de exemplos estrangeiros considerados referência para a construção de sistemas educativos e políticas públicas. O Brasil se fez presente nesses eventos; no entanto, buscou-se, a partir de pesquisas, localizar qual tenha sido a participação catarinense nos “palcos da modernidade” e se essa pode ter contribuído para a implementação da instrução pública no estado, uma vez que a presença das elites nesses espaços permitiu que Santa Catharina pudesse inserir-se no circuito das grandes novidades.

As pesquisas possibilitaram identificar alguns sinais da participação catarinense em exposições internacionais no século XIX. A localização de anúncios em jornais, que tinham como intuito destacar a premiação ou o envolvimento de seus anunciantes nesses eventos, colaboram com a construção de um imaginário social em que tais exposições figuravam como lugares de referência e que a província, seus governantes e comerciantes estariam atentos para o que se anunciava e divulgava por lá.

Figura 42 - Anúncio divulgado no jornal “O Artista”



Fonte: O Artista (1879, p. 4).

Disponível em: Hemeroteca Digital Catarinense

O anúncio de Henrique Juge foi publicado em seis edições¹⁵⁹ do jornal “O artista” e indica a preocupação do anunciante em vincular suas habilidades à premiação recebida na Exposição de Paris de 1878, uma vez que essa legitimaria seu ofício¹⁶⁰. Em outra publicação, esta no Jornal do Commercio, com data de 19 de julho de 1890, há uma nota em que o periódico indica a leitura da obra “L’exposition universel de Pariz”, devido às belas ilustrações e recordações sobre o evento que estimulariam uma visita ao que lá fora apresentado.

L’exposition universel de Pariz

Com este titulo foi publicada em Pariz, pelo sr. Henri de Parville, uma obra de 710 paginas, ornada com 700 gravuras.

A sua leitura, diz um chronista de lá, é incomparável pelo encanto das recordações, que ella invoca; pelo interesse das descripções, e pelas belas illustrações.

É um verdadeiro álbum atravez do qual pode-se visitar imaginariamente a Exposição e, desta vez, com o melhor das guias (JORNAL DO COMMERCIO, 1890, p. 1).

Os jornais, assim como destaca Rosicler Schafaschek (2012), possuem uma natureza reivindicatória e buscam formar opiniões na sociedade. Por se guiarem por suas próprias

¹⁵⁹ As publicações ocorreram em: n° 44, 12 de outubro; n° 45, 19 de outubro; n° 46, 26 de outubro; n° 47, 2 de novembro; n° 48, 16 de novembro; n° 49, 23 de novembro.

¹⁶⁰ A F. W. Reynolds & Co. localizava-se em Londres, Inglaterra, e detinha uma série de patentes de máquinas utilizadas na indústria e no comércio.

intencionalidades, não podem ser tomados como documentos que expressam informações precisas ou isentas sobre o passado. Suas representações estão condicionadas, muitas vezes, ao recorte adotado pelos jornalistas, ao perfil editorial da empresa, aos objetivos estratégicos e até aos principais financiadores. No entanto, tomar o jornal como uma fonte histórica é reconhecê-lo também como um dos meios de expressão da visão de mundo de um determinado grupo num também determinado período histórico. Nesse sentido, sua leitura, articulada com outras fontes, contribui para perceber intencionalidades pedagógicas, uma vez que, ao mesmo tempo em que divulgavam, colaboravam para a legitimação de interesses.

O Catálogo da Sessão Brasileira na Exposição Internacional da Filadélfia¹⁶¹, publicado em 1876, auxilia a perceber alguns elementos sobre como esses eventos, considerados universais, faziam circular discursos atrelados à ideia de modernidade e que possivelmente contribuíram para a formulação de políticas públicas na província catarinense. Nesse documento, podem-se localizar os registros dos itens, seus estados de origem e a identificação de seus expositores, por sua vez ordenados em departamentos e classes.

A análise desse documento (ANEXO 1, p. 245) possibilitou perceber que a Província de Santa Catharina participou com 49 elementos expostos na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, divididos em 19 classes. Dentre os itens apresentados nesse evento - café, chá-mate, carvão, couro, trigo, farinha, algodão e tabaco -, chama a atenção a presença de mobiliário e amostras de madeira que eram utilizadas em sua fabricação, indícios esses que colaboram para identificar que a província catarinense contava com atividades artesanais voltadas para o aproveitamento dos resíduos de madeira.

Quadro 21 - Expositores catarinenses participantes da Exposição da Filadélfia (1876)

Classe 217	
Comissão da Província de Santa Catarina	Várias peças de mobiliário
Classe 600	
Comissão da Província de Santa Catarina	Amostras de madeira utilizada na construção de móveis
Diretor da Colônia de Itajaí, Província de Santa Catarina	Amostras de madeira utilizada na construção de móveis
Município de São Francisco, Província de Santa Catarina	Amostras de madeiras “Canella amarella”, “Ébano”, Gissaran” e “Maiato”

Fonte: Catalogue of the Brazilian Section, 1876. Informações sistematizadas pelo autor.

Nesse sentido, as informações obtidas sobre a participação dos expositores catarinenses nesse evento, articuladas com os trabalhos desenvolvidos por Alcides Goularti Filho (2016), reforçam a percepção de que Santa Catharina, no Oitocentos, tinha como característica uma

¹⁶¹ Tradução livre: Catalogue of the Brazilian Section Philadelphia International Exhibition, 1876.



economia baseada na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais (agrícola, mineral e extrativista). Diferentemente das fábricas de maior porte estadunidenses ou francesas, identificadas por catálogos abordados no Capítulo III desta tese, a produção catarinense de móveis e outros produtos era realizada por pequenas marcenarias e oficinas artesanais, conforme também demonstram as informações de “falas” de presidentes e professores da província.

Os expositores catarinenses que participaram da Exposição Universal de 1876 eram provenientes de diferentes locais da província, como Tubarão, Blumenau, Joinville, Lages, Dona Francisca e Desterro. Vale lembrar que, nesse período, Santa Catharina possuía contornos diferentes dos atuais, uma vez que a grande maioria da população estava concentrada nas cidades litorâneas e em alguns núcleos coloniais. Conforme demonstra Alcides Goularti Filho (2016), a partir do último quarto do Oitocentos, apenas com a política de imigração financiada pelo governo imperial é que se verifica um aumento populacional na região catarinense e uma maior diversificação econômica, com o fortalecimento de novas atividades comerciais e artesanais de pequena produção¹⁶²:

A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada e, por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras pode ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes, que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália (GOULARTI FILHO, 2016, p. 69).

Infelizmente, não foi possível identificar, por meio desse documento, se algum móvel escolar fabricado na província esteve presente nas exposições universais; no entanto, a indicação de que foram enviados exemplares de mobiliário e madeiras utilizadas em sua fabricação por Santa Catharina demonstram que as elites locais estavam articuladas com a política do governo imperial, que reconhecia a importância das exposições universais para a aprendizagem e a divulgação do país.

¹⁶² Alcides Goularti Filho (2016) indica as principais atividades artesanais em núcleos coloniais catarinenses de 1883 a 1900 - Blumenau, Brusque, Joinville, São Bento do Sul e Criciúma. Compreende-se que esses dados são fundamentais para a construção de uma história da educação, pois colaboram não apenas com uma maior compreensão sobre as dinâmicas econômicas de Santa Catharina, mas também com os estudos que visam a identificar as relações comerciais estabelecidas para prover materialmente escolas públicas primárias da província. As principais atividades eram: engenho de arroz, açúcar e mandioca, moinho de milho, olarias, cervejaria, madeireiras, marcenarias, alambiques, fábricas têxteis, fundição, charutaria, barricarias.

A Instrução Pública de Santa Catharina

Conforme indicam Vera Lucia Gaspar da Silva e Ione Ribeiro Valle (2013), não são novas as discussões em torno da obrigatoriedade e gratuidade da instrução primária no Brasil. Diferentemente, os debates que tinham como objetivo possibilitar às crianças o acesso à escolarização ganhavam força desde antes da Independência do país em 1822 e estavam articulados com a afirmação dos Estados-nação, com as ideias da modernidade e as iniciativas que, nesse âmbito, vinham ocorrendo em outras nações consideradas vanguarda do progresso econômico e social.

Para as autoras, “entre os ideais que embalavam o projeto de escolarização universal está a ideia de que a cultura partilhada pela instituição escolar teceria um cenário mais uniforme, socialmente mais homogêneo” (2013, p. 303). Sustentando seus argumentos em trabalhos de Norbert Elias (2011) e António Nóvoa (2006), discorrem que os discursos em torno da modernidade e civilidade colaboram para o reconhecimento da escola como a instituição capaz de preparar as crianças para viver em uma sociedade industrial, urbana, com hábitos e condutas higiênicos, cívicos e morais. No entanto, é preciso considerar que esse processo ocorreu de diferentes maneiras; por exemplo, em determinadas regiões pode-se identificar a ampliação nos índices de escolarização, como também se encontram experiências em que a presença das crianças em escolas ficou restrita apenas às classes privilegiadas.

O que os estudos históricos têm mostrado são projetos que, articulados e dependentes de diretrizes políticas e ideológicas, vão dar mostras de certa autonomia ao se instalarem, com bases aparentemente similares, em territórios culturais e sociais diversos. É nessa conjuntura, marcada por transformações políticas, econômicas e ideológicas profundas que a instrução obrigatória e gratuita passa a fazer parte dos projetos de constituição do Estado brasileiro (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 305).

Para Leonete Luzia Schimidt (2012), a educação escolar esteve presente nos discursos da elite dirigente oitocentista como uma premissa e uma necessidade para o progresso econômico, social e político da nação. No entanto, apesar de aparecerem com força nos discursos, foram poucos os investimentos efetivos em instituições que fossem capazes de oferecer instrução elementar à população no início do século XIX. Esse quadro só foi alterado, ainda longe de atender à grande demanda, após a Independência do Brasil, em 1822, e com a promulgação da Carta Constitucional de 1823, a qual garantia em seu texto a obrigatoriedade e gratuidade da instrução primária para todos.

No entanto, conforme destacam Vera Lucia Gaspar da Silva e Ione Ribeiro Valle (2013), é preciso considerar que a promulgação de uma lei não indica que possa ser entendida como uma espécie de “marco zero”, uma vez que sua própria publicação necessita de movimentos e forças políticas anteriores. Por isso, ensinam as autoras sobre a importância do cruzamento com outros documentos que possibilitem construir uma representação acerca de um determinado contexto.

Na busca por outros indícios sobre o início do século XIX em Santa Catarina, localizou-se o Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina na abertura da 2ª Sessão da 1ª legislatura Provincial, em 5 de abril de 1836. Nesse documento, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, presidente da Província de 1835 a 1836, expõe a seguinte situação¹⁶³:

Tabela 2 - Escolas públicas de Primeiras Letras na Província de Santa Catarina em 1836

Escolas de Primeiras Letras para meninos	Escolas de Primeiras Letras para meninas	Escolas de Latim	Total de alunos
15	2	1	553

Fonte: Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina (1836).
Disponível em: Center for Research Libraries.

De acordo com José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (1836), a instrução primária na Província de Santa Catharina ainda apresentava resultados insatisfatórios, pois o número de alunos que frequentavam as instituições era muito baixo; não havia a aplicação de um método regular nas escolas; a leitura e os modelos utilizados não eram unificados e os “discípulos” saíam das escolas sem aprender o necessário. O primeiro relatório demonstra que as autoridades reconheciam a importância da instrução pública e os desafios à sua institucionalização e difusão. Nesse documento, nota-se a constante ênfase na “falta” e na “dificuldade” em organizar a província para assumir para si a grande tarefa de instruir sua população e, assim, direcioná-la aos grandes triunfos que a modernidade aguardava.

Para retirar a instrução elementar de seu “estado de abatimento”, o presidente da província destacava a necessidade de garantir o ordenado para os professores (defendia, ainda, com o argumento de estimular o ensino, que o salário não fosse fixo e pregava que esse deveria aumentar conforme o nível de adiantamento da classe), a criação de uma Escola Normal para habilitar professores que utilizassem em suas práticas um método de ensino uniforme para o magistério, iniciativas que seriam implementadas apenas nas décadas seguintes.

¹⁶³ Das 18 instituições declaradas pelo presidente da província, duas utilizavam o ensino mútuo. Além das instituições públicas, também se fala da existência de 21 escolas particulares, que atendiam a 448 crianças.

Por meio da análise dos relatórios sobre a instrução pública apresentados nas Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província à Assembleia Legislativa dentre os anos de 1836 a 1850, foi possível identificar que as iniciativas relacionadas à implantação do ensino público elementar foram esporádicas na primeira metade do Oitocentos e só se expandiram após a vinculação da província à política educacional proposta pelo governo imperial. As escolas públicas de Primeiras Letras, que estavam funcionando até a metade do século XIX, atendiam a um número muito reduzido de crianças e estavam limitadas a baixos orçamentos e a uma estrutura administrativa governamental incipiente, ainda em formação. A elaboração de tabelas foi necessária, pois contribuiu para a sistematização dos dados, muitas vezes, dispersos nos relatórios.

Tabela 3 - Escolas de instrução elementar públicas e particulares na Província de Santa Catarina dentre os anos de 1837 a 1889 (continua)

Ano	Escolas públicas para meninos	Escolas públicas para meninas	Total de escolas públicas	Escolas particulares para meninos	Escolas particulares para meninas	Total de escolas particulares	Total de escolas
1837							
1838							
1840	18	3	21	6	4	10	31
1841						16	
1842				12	11	33	
1843			15				
1844			14			15	29
1845							
1846							
1847	20	7	27				
1848							
1849				11	11	22	
1850	26	12	38	11	11	22	60
1851	27	11	38	16	11	27	65
1852							
1853							
1854	24	11	35				
1855	28	11	39				
1856	31	12	43	11	9	20	63
1857	33	15	48	15	10	25	73
1858	34	13	47	3*	8*	11	58
1859	38	15	53	3*	9*	12	65
1860	41	15	56	7	12	19	75
1861	40	16	56	3	9	12	68
1862	41	19	60	7	9	16	76
1863							
1864	42	19	61	9	5	14	75
1865	46	20	66	7	5	12	78
1866	46	21	67	5	5	10	77
1867			67	5	5	10	77
1868	48	22	70			11	81
1869							
1870			75			34	109
1871							106

1872	52	41	93	34	9	43	136
1873	52	41	93				
1874 ¹⁶⁴	53	43	96	8	5	13	109 ¹⁶⁵
1875	65	39	104			32	136
1876			107			30	137
1877			115			15	130
1878			117			15	132
1879							
1880							
1881	78	53	131	2	3	5	136
1882			102			6	108
1883 ¹⁶⁶	28	7	45				
1884			91				
1885							
1886	26	24	92			11	103 ¹⁶⁷
1887	34	30	64			12	154 ¹⁶⁸
1888	40	35	117			12	129 ¹⁶⁹
1889	41	35	119			12	131

Fonte: Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província de 1837 a 1889.

Elaborado pelo autor.

Como é possível observar, os dados dos relatórios são escassos e desordenados, o que dificulta as análises. Os documentos não apresentam um padrão, o que colabora para a falta e a descontinuidade de informações. Cada presidente da província adotava uma forma e focava sua fala à Assembleia Legislativa sobre diferentes questões. Muitas vezes, para privilegiar números altos, os relatórios apenas apresentavam o total de alunos matriculados em escolas públicas e particulares, conforme apresenta tabela 4. No entanto, conforme se vem apontando, não se podem tomar esses dados como definitivos, uma vez que as matrículas, por exemplo, não permitem afirmar se os meninos e meninas frequentaram as escolas.

Tabela 4 - Número de alunos matriculados em escolas de instrução elementar públicas e particulares na Província de Santa Catarina, dentre os anos de 1837 a 1850 (continua)

Ano	Meninos escolas públicas	Meninas escolas públicas	Total de alunos escolas públicas	Meninos escolas particulares	Meninas escolas particulares	Total de alunos escolas particulares	Total de alunos em Santa Catarina
1837							
1838							
1840	361	63	424	127	135	262	686
1841	546	134	680	247	147	394	1074
1842	485	133	618	296	191	487	1105

¹⁶⁴ Nesse ano, é aprovada a Lei de Obrigatoriedade Escolar em Santa Catarina.

¹⁶⁵ Desse total, 16 instituições eram mistas.

¹⁶⁶ Nesse ano, de acordo com os dados apresentados, identifica-se uma diminuição de 70 escolas em Santa Catarina.

¹⁶⁷ No ano de 1886 e 1888, eram 42 escolas mistas.

¹⁶⁸ Para se obter o valor de 154 escolas, o Relatório de 1887 também acrescentou às estatísticas a quantidade de escolas que estavam sem alunos (36).

¹⁶⁹ Nas Fallas do Presidente da Província é assinalado que 42 escolas eram mistas.

1843							
1844	314	175	489			378	867
1845							603
1846							
1847							
1848							
1849	934	248	1182	279	242	521	1703
1850	928	286	1214	242	279	521	1735
1851	977	342	1319	246	203	449	1768
1852							
1853	679	338	1017				
1854	793	364	1157	347	281	628	1785
1855	981	331	1312	256	215	471	1783
1856	1172	429	1601	273	230	503	2104
1857	1256	459	1715	504	210	714	2429
1858	1082	417	1499	116	245	361	1860
1859	1207	422	1629	147	250	397	2026
1860	1042	499	1541			554	2095
1861	1228	592	1820	152	186	338	2158
1862	1189	515	1704	244	178	422	2126
1863							
1864	1299	515	1814	133	253	386	2200
1865	1129	580	1709	103	317	420	2129
1866	1377	558	1935	174	123	297	2232
1867	1518	598	2116	378	253	631	2747
1868	1602	610	2212	285	104	389	2601
1869							
1870							
1871	2094	1122	2809	196	211	407	3216
1872	1966	1023	2989	650	510	1160	4149
1873	1811	973	2784	633	234	867	3651
1874	1924	852	2776	457	373	830	3606
1875	1967	831	2798	551	550	1101	3899
1876	2298	998	3296	497	484	981	4277
1877							3509
1878							
1879							
1880	2020	1166	3186				
1881	1728	849	2577				
1882	1943	1284	3227 ¹⁷⁰				
1883	1328	540	1868				
1884							
1885							2433
1886			2097			202	2299
1887	2621	1668	4289	373	118	491	4780
1888			4202				
1889							

Fonte: Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província, de 1837 a 1889.

Elaborado pelo autor.

¹⁷⁰ Nesse ano também é possível perceber uma preocupação em assinalar o número de alunos e alunas que estavam de fato frequentando as instituições escolares. De acordo com a Falla do Presidente da Província de 1882, foi identificada a frequência de 1657 meninos e 1080 meninas, totalizando assim 2737 estudantes.

Por meio das análises das tabelas, foi possível identificar implicações do movimento de expansão escolar que ocorreu em Santa Catharina dos Oitocentos. Dentre o dados estudados, foram privilegiadas as informações acerca do número de matrículas e de escolas, o que permitiu perceber, apesar das lacunas das informações obtidas a partir das Fallas dos Presidentes da Província, que ao longo do século XIX houve um aumento do número de escolas públicas, ao mesmo tempo em que as particulares perderam espaço. No entanto, vale ressaltar que, embora possa se identificar uma expansão dos número de alunos atendidos, a oferta de matrículas, assim como os recursos destinados a operação das instituições escolares ainda era muito incipiente na Província.

O contexto material de escolas públicas primárias catarinenses

O contexto material das escolas públicas primárias de Santa Catarina estava diretamente relacionado às características econômicas, políticas e sociais do governo imperial. Para Rosicler Schafaschek (2012), “tudo era muito incipiente” e essa falta de recursos e de organização burocrática e administrativa materializava-se nas características físicas e nas mobílias escolares. A dificuldade em torno do provimento material das escolas não se restringia à província catarinense, mas também podia ser identificada em outras regiões do país.

A leitura das Fallas dos Presidentes da Província de Santa Catharina possibilitou reunir um conjunto de indícios que contribui para melhor compreender aspectos da constituição do estado e da instrução pública, tais como ideais, políticas e estratégias adotadas pelas autoridades do governo. Nos documentos analisados, há discursos que demonstram as dificuldades financeiras que a província enfrentava, as quais colaboravam para a grande dificuldade em prover espaços e móveis que estivessem de acordo com os preceitos modernos. Em diversos momentos do século XIX, autoridades fizeram uso da palavra para defender a importância da instrução pública e a necessidade de maiores esforços políticos na criação e aprovação de legislações, bem como na utilização de mais recursos para compra e aluguel de espaços condizentes com os discursos em torno da modernidade pedagógica legitimada no período.

Os registros sobre as condições dos móveis utilizados em salas de aula catarinenses na primeira metade do Oitocentos são escassos, e de difícil localização; no entanto, os documentos localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, assim como produções de Vera Lucia Gaspar da Silva (2015) e Rosicler Schafaschek (2012), fornecem elementos sobre uma composição muito precária quando comparada aos modelos defendidos por educadores em exposições universais. Havia uma distância muito grande entre as falas dos governantes e políticas

realizadas no período. Apesar de a instrução pública ser repetidamente reconhecida como fundamental para o progresso, é necessário considerar que as condições políticas e econômicas do país interferiram diretamente na cultura material escolar que se pretendia construir. Os pedidos materiais de professores catarinenses, bem como inventários de escolas, demonstram, muitas vezes, um contexto de precariedade, com salas de aula compostas por mesas e bancos improvisados, que também faziam parte da residência dos professores. Contudo, conforme afirma Maria Cristina Soares de Gouvêa (2007, p. 130), essa precariedade é “fruto não de um desinteresse ou abandono pelo Estado, mas constitui-se consequência de sua fragilidade”. Alcides Goulart Filho (2016), por exemplo, indica que no Oitocentos o padrão de crescimento catarinense era baseado na pequena propriedade mercantil e que as colônias de imigrantes desenvolveram um mercado interno fragmentado, muitas vezes, limitado a suas regiões. Dessa forma, não se poderia encontrar em Santa Catarina uma integração comercial e produtiva, questões que contribuíram para essa dificuldade são encontradas nas arrecadações e organizações burocráticas e administrativas para fornecimento de mobiliário escolar:

Contribui para este quadro a ordenação do ensino prevista no Ato Adicional de 1834, que definiu as responsabilidades na oferta da instrução 8. Embora no discurso das elites a escolarização da população livre fosse apresentada como necessidade imperiosa de consolidação da ordem pública, o Estado central transferiu às províncias e municípios a responsabilidade pela instrução elementar, assumindo a educação superior (GOUVÊA, 2007, p. 130).

No relatório de 1840, assinado pelo marechal Francisco José de Souza Soares d’Andrea, por exemplo, identifica-se a permanência do discurso de que a instrução primária catarinense não era digna de reconhecimento e que os esforços realizados ainda não tinham possibilitado uma melhora. Um dos limites destacados pelo presidente era a utilização do método Lancaster, uma vez que esse era considerado como insuficiente, mesmo diante dos recursos e esforços. Novamente, assim como na fala de 1836, os “mesquinhos ordenados” e a falta de inspeções escolares eram apontados como dificuldades que deviam ser vencidas, pois professores que estivessem interessados no magistério não queriam servir à instrução das crianças devido ao baixo salário ou não tinham a devida aptidão.

Na primeira metade do século XIX, a inspeção escolar caracterizava-se como um método de fiscalização das escolas de primeiras letras e tinha entre seus objetivos o de verificar comportamentos de professores, limpeza, organização da sala de aula e acompanhamento dos dados estatísticos escolares. A inspeção escolar era regulamentada pela Lei Geral de 1º de outubro de 1828, a qual definia que as Câmaras Municipais seriam as responsáveis pela

organização de comissões de investigação e inspeção. Nesse sentido, as falas dos presidentes de Santa Catharina vêm demonstrando um discurso centralizador, que defendia um controle das condutas adotadas por professores, as quais deveriam ser registradas e direcionadas à província para que pudesse tomar as devidas providências.

Como forma de garantir a moralidade e a boa educação na sala de aula, em 1840, a Província de Santa Catharina instituiu as Leis Provinciais nº 136, em 14 de abril, e a nº 150, em 4 de maio. A primeira, garante o direito do presidente da província de enviar pessoas de sua confiança para inspecionar as escolas, sempre que fosse conveniente. O dever dos fiscais era comunica-lo, após instalação da comissão municipal, sobre possíveis abusos e/omissões que os professores pudessem ter cometido. Já a segunda, diz respeito a nomeação de delegado pelos presidentes, que, dentre suas diversas competências, tinham a de inspecionar também as aulas públicas, informando a seus superiores sobre “tudo aquilo relativo á administração de qualquer ramo de serviço público” (Lei nº 150, de 4 de maio de 1840, Art. 3º). A legislação vigente contribuía para um caráter policial e de punição com relação à inspeção escolar.

Em 1842, o marechal Antero Jozé Ferreira de Brito, destaca que os investimentos realizados não estavam possibilitando uma melhora na instrução primária; para sustentar suas ideias, faz uso de dois principais argumentos: (i) a *inaptidão e desleixo dos professores*, que, de acordo com o presidente, poderiam ser resolvidos com a aprovação das Leis Provinciais nº 136 e nº 150, que possibilitariam a inspeção das atividades docentes e o estabelecimento de um prêmio para quem apresentassem número específico de “discípulos completamente habilitados”; (ii) *negligência de muitas famílias* que, na perspectiva do marechal, para não perderem seus “insignificantes serviços”, “condenam ao embrutecimento” seus filhos, que precisam auxiliá-los. A resolução para essa situação viria a partir da aprovação de uma lei que prevísse alguma punição para os pais com filhos que não soubessem, após uma certa idade, ler e escrever, garantindo que os “pais omissos” fossem multados ou até “privados do gozo de certos direitos”.

No ano seguinte, 1843, a fala do mesmo presidente sobre a necessidade de proteger a infância também chama a atenção. Um de seus objetivos era fazer com que fossem averiguados os precedentes de professores que, para ministrar aulas particulares, deveriam receber uma licença da Camara Municipal. Para tanto, o mestre deveria apresentar certidões do vigário e do juiz de paz da paróquia que aprovassem as matérias e os modos de ensino:

O destino do resto da vida dependem das primeiras impressões que se recebem na infancia; se estas forem más, nada se pode esperar de bom de quem as recebeu. Não havendo exame algum prévio acerca dos que constituem Mestres, pode acontecer que um homem vicioso, que uma mulher perversa abram aula,

e ahi teremos a innocencia recebendo em fontes corrompidas” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1843, p. 5).

Com relação aos discursos em torno da responsabilização das famílias e de seus desinteresses com relação à instrução de suas crianças, o trabalho de Maria Cristina Soares de Gouvêa (2007) permite realizar algumas reflexões. Em sua perspectiva, é necessário problematizar os discursos apresentados pelas fontes. Em primeiro lugar, alerta para a importância de considerar as pluralidades das configurações familiares no século XIX e os projetos diferenciados de escolarização. Ao mesmo tempo que existiam famílias que resistiam em confiar seus filhos à educação escolar, outras faziam inclusive abaixo-assinados, solicitando a abertura de novas escolas para que essa educação pudesse ser efetivada.

Essa recorrente afirmação por parte dos dirigentes do ensino relacionada à negligência dos familiares traz à tona a necessidade de se refletir sobre a alegada resistência dos familiares em confiar seus filhos à educação escolar. Para Gouvêa (2007), ainda não havia sido solidificada a legitimidade social da escola como uma importante instituição para preparar as crianças; além disso, para que as famílias pudessem manter-se economicamente, precisavam do apoio dos filhos com relação ao trabalho. Em suas palavras, “numa sociedade preponderantemente iletrada, em que a circulação do escrito era precária, a aquisição da leitura e da escrita parece ainda não ser reconhecida como uma aprendizagem necessária à vida adulta por um significativo contingente das famílias” (GOUVÊA, 2007, p. 136).

Em 1848, em Santa Catarina, foi aprovada a Lei n. 268, em 1 de maio, dividida em cinco capítulos, a qual dispõe sobre:

- (I) Dos Diretores das Escolas Primárias: nomeações e incumbências dos Diretores Municipais e Paroquiais;
- (II) Dos Professores, e do Provimento das Cadeiras: deveres dos professores e seus ordenados;
- (III) Das jubilações, Suspensões e Demissões dos professores;
- (IV) Do Provimento das Cadeiras; Do Provimento das Cadeiras;
- (V) Das Disposições Gerais.

A partir da implementação da referida lei, é possível identificar que a instrução pública passava por mudanças em sua organização burocrática e administrativa, principalmente com relação ao estabelecimento de definições específicas sobre uma estrutura hierárquica, em que o presidente da província passou a exercer as funções de diretor-geral do ensino, com o apoio dos diretores municipais e paroquiais, responsáveis pela inspeção escolar.

Por meio da promulgação da Lei n. 268, notam-se definições objetivas sobre o ensino primário e as funções dos diretores municipais e paroquiais que, embora ainda não contassem com um aparato estatal robusto para o desempenho de suas funções de inspeção, demonstram a

materialização de um discurso em que o Estado deveria ter, como uma de suas funções principais, a fiscalização das ações desenvolvidas em sala de aula para proteger as crianças e legitimar um método de ensino que fosse uniformizado e articulado às ideias pedagógicas do período. Além dessas questões, a legislação de 1848 apresenta os primeiros movimentos legais que visavam à regulamentação da profissão docente na província, como definição de salários, preocupações com a formação, definições sobre métodos a serem utilizados no ensino das crianças, direitos com relação à aprovação e possíveis demissões; definia, inclusive, os respectivos salários, que podiam variar conforme a localidade da escola¹⁷¹.

Dentre os 38 artigos dispostos na Lei n. 26, de 1848, chamam a atenção, em razão do tema abordado por esta investigação, o 5º e o 9º, que dizem respeito a nomeações e incumbências dos diretores municipais e paroquiais. Nesses parágrafos, localizaram-se os seguintes textos:

Quadro 22 - Artigos 5º e 9º da Lei n. 268, de 1848

TÍTULO PRIMEIRO	
Dos Directores das Escolas Primárias: nomeações e incumbências dos Directores Municipais e Paroquiais	
5º	Authenticar os pedidos de utensis para as escolas, sendo estes assignados pelos respectivos Professores, e informados pelos Directores Parochiaes” (p. 19).
9º	Dirigir ao mesmo Presidente a correspondencia dos Professores, que lhe deverá ser transmittida por intermedio dos Directores Parochiaes, interpondo, quando julgarem necessario, a sua informação ou parecer sobre os assumptos da mesma correspondencia (p. 20).

Fonte: Lei Provincial n. 268, de 1848. Elaborado pelo autor.

A observação dessa regulamentação fez com que os investimentos de pesquisa se concentrassem também em buscas por documentos assinados por professores que pudessem contribuir com as análises relativas aos móveis escolares catarinenses utilizados no período oitocentista. Um dos objetivos era comparar o que vinha sendo defendido em discursos de autoridades com as demandas materiais expressas em correspondências enviadas pelos docentes. O acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc), foi fundamental, uma vez que nele foi possível encontrar o Livro de Ofícios Expedidos e Recebidos da Instrução Pública de Santa Catarina a partir de 1855. Esses documentos somam-se às análises aqui realizadas e

¹⁷¹ Os ordenados recebidos pelos homens eram maiores que os das mulheres. Conforme é exposto na Lei Provincial, de acordo com o Artigo 9º, “os Professores da Capital vencerão o ordenado de 600\$000 reis, os das Cidades e Villas 350\$000 reais, os das Freguesias, Curatos, e outros lugares 300\$000 reis”. Diferentemente, no Artigo 10º fica definido que “As Professoras da Capital vencerão o ordenado de 400\$000 reis, os das Cidades e Villas 300\$000 reais, os das Freguesias, Curatos, e outros lugares 250\$000 reis”. Fonte: (LEI PROVINCIAL DE SANTA CATHARINA, 1848).

possibilitam identificar elementos das condições materiais das escolas catarinenses a partir da metade do século XIX.

Em 1849, o presidente interino, Severo Amorim do Valle, apresenta críticas ao método de ensino individual, trazendo como justificativa o excessivo número de alunos existente nas escolas de primeiras letras da capital. Mesmo com a atribuição da lei do ano de 1848, que determinava que este era o método que deveria ser adotado¹⁷², em sua opinião, por melhor que fosse a perícia do professor, com a adoção do método individual, os docentes não seriam capazes de lecionar, tendo que explicar as lições para tantos discípulos ao mesmo tempo. Desse modo, para atender à demanda de alunos, propõe à Assembleia que mais uma escola fosse criada em Desterro, garantindo, assim, um aproveitamento melhor e a disciplina e o respeito aos mestres¹⁷³.

[...] ou o professor tem de olhar para um certo numero unicamente, e abandonar, ou entregar os demais decuriosos, que brincão tanto com elles, então teremos que só aproveitará essa porção cuidada do Professor, ou este se encarregará de todos ao mesmo tempo, o que equivallerá não cuidar em nem um.

Exigir que um professor possa ensinar a tão crescido numero de discípulos, he querer um impossivel (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1849, p. 9).

O presidente João José Coutinho, em sua fala de 1852, chama a atenção para a Lei nº 313, de 1850, a qual redefine direitos e deveres dos professores, bem como transfere para as câmaras municipais as atribuições conferidas aos diretores municipais e paroquiais. Em seu artigo 3º, define a exigência de que os professores apresentem, em suas respectivas câmaras municipais, ou ao juiz da paz da paróquia em que estiver localizada a escola, um atestado de frequência para que possam receber seus ordenados. No entanto, ressalta que, apesar de muitos professores satisfazerem a exigência de entrega de atestados, não cumprem seus horários nas escolas e que esta seria uma das razões de muitos pais optarem por contratar mestres particulares em vez de matriculá-los nas escolas elementares. O exemplo citado é utilizado pelo presidente como argumento para defesa da manutenção da lei que define que os inspetores possam ser nomeados livremente:

Um bom professor não é o que sabe as matérias, que tem de ensinar, mas sim o que, além disso, tem gosto, methodo e habito de ensino. Assim na impossibilidade de darmos um grande desenvolvimento á instrucção primaria,

¹⁷² Artigo 7º da Lei Provincial n. 248, de 1 maio de 1848: Os Professores publicos de primeiras letras são obrigados á ensinar: 1º Ler e escrever, cujos principios theoricos e práticos explicarão pelo methodo individual; 2º as quatro operações de Arithmetica, quebrados decimaes e proporções; 3º Grammatica de Língua Nacional; 4º Os principios da moral Christã, e da Religião do Estado.

¹⁷³ Nesse mesmo documento, Severo Amorim do Valle também destaca o papel desempenhado pelos delegados e inspetores, os quais contribuem para a melhoria da qualidade nas escolas e o acompanhamento do Presidente da Província sobre as atividades e comportamentos desempenhados.

proponho-vos a criação de Professor Adjuncto ás escolas de 1^a Letras da Capital. Estes Professores, ajudando aos actuaes, adquirirão methodo e habito, e tendo, por assim dizer, um tyrocinio de magisterio, ficarão habilitados para regerem depois qualquer escola (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1852, p. 9).

Em 1854, José Coutinho discorre sobre o progresso do ensino primário na capital e sobre as escolas regularmente frequentadas pelos alunos. O sucesso alcançado foi justificado, mais uma vez, pela assiduidade dos professores e pela curta distância entre a casa de grande parte dos alunos e as escolas. No entanto, no restante da província, os avanços não podiam ser observados, pois as faltas eram frequentes, assim como a “falta de zelo de grande parte dos professores”¹⁷⁴; o “desleixo” de muitos chefes de família¹⁷⁵, a falta de locomoção, a necessidade de muitas crianças precisarem trabalhar e a ignorância de muitos pais que não reconheciam a importância da infância. A culpabilização dos professores¹⁷⁶, das famílias e a não uniformização de um método é um discurso recorrente, que poderá ser identificado ao longo de todo o século XIX, nas falas de diferentes Presidentes.

Ao longo da década de 1850, não se identificaram, em falas de presidentes da província, informações sobre a situação material das salas de aulas. Diferentemente, os discursos, nesse período, concentraram-se no fazer docente e em enfatizar a importância da instrução pública, reconhecendo que essa ainda estava aquém do ideal para o progresso. Desse modo, os documentos localizados no livro de ofícios ajudaram a identificar móveis utilizados em escolas, bem como os exemplares solicitados, são eles: Inventário da sala de aula e relação de objetos solicitados por professores.

¹⁷⁴ A falta de habilidade e o não cumprimento das obrigações por parte dos professores também são destacados na fala do presidente da província realizada no ano de 1856. Além de desleixados, os professores são acusados de terem medo de que a frequência dos alunos diminuía consideravelmente, pois isso levaria ao fechamento da escola e à perda dos ordenados.

¹⁷⁵ O presidente da província defende a aplicação de duras penas às famílias que negligenciassem a instrução dos filhos, conforme especifica a lei.

¹⁷⁶ Em 1862, por exemplo, o presidente da província, Vicente Pires da Mota, discorre sobre a falta de pessoal habilitado e o “pouco zelo” com que os professores estão assumindo seus deveres no magistério. “Seria fácil senhores, apresentar-vos medidas, e providencias adoptadas em os paizes civilisados para propagal-o, mas que servirão quaesquer providencias, quaesquer medidas, que adopteis, se faltão mestres idoneos?” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1862, p. 16)

Quadro 23 - Relação de objetos requisitados para escolas públicas primárias (1855-1860)

Escola feminina de 1ª Letras da Freguesia da Santíssima Trindade	Escola pública masculina de 1ª Letras da Freguesia de Sant'Anna do Merim
Para uso da professora	1 Livro em branco de papel pautado
1 Livro de 100 folhas, pautado para matrícula	8 Iris clássicas
1 Livro de 5 folhas, pautado para termos	12 Expositores portugueses
1 Par de tinteiro de chumbo	6 Cathecismos de Montpellier
1 Campainha de metal branco	12 Traslados
1 Canivete de aparar prumas	10 Lousas e lápis
1 Régua grande	6 Escrivaninhas
1 Mesa de 6 palmos de comprimento e 4 de largura com gavetas	6 Bancos
1 Cadeira	1 Par de tinteiros
Para uso dos alunos em geral	1 Mesa
4 Escrivaninhas de 18 palmos de comprimento e 1,5 de largura com 6 tinteiros	1 Cadeira
4 Bancos para as mesmas	Alugar-se caza
Para uso dos alumnos pobres	Professor interino Joaquim Teixeira Couto
12 Gramáticas de Coruja 8ª Edição	12 de novembro de 1860
12 Aritméticas do mesmo texto	
12 Cathecismos de Montpellier	
12 Cartilhas de Doutrina Christã por Pimentel	
12 Lousas meas	
12 Syllabarios de letra de não lithographados	
12 Syllabarios de letra Italica e Romana impressas	
12 Réguas Pequenas	
Diretor Antonio de Souza Fagundeas - diretor das escolas de instrução primaria. 18 de janeiro de 1855	

Fonte: Ofícios Expedidos da Instrução Pública de Santa Catarina (1855-1860). Elaborado pelo autor.
Disponível em: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc).

A relação de objetos solicitados por professores catarinenses permite identificar o pedido de móveis para a realização de suas atividades em sala de aula. As escrivaninhas solicitadas para a Escola Feminina de 1ª Letras da Freguesia da Santíssima Trindade, possuíam, aproximadamente, 4 metros de comprimento por 34 centímetros de largura. Um olhar mais atento para essas dimensões possibilita fazer reflexões acerca de elementos que dizem respeito ao cotidiano da sala de aula. O modelo solicitado é uma mesa grande, rígida e pesada, muito semelhante aos exemplares encontrados na França no mesmo período e criticados por Ferdinand Buisson no Relatório da Exposição Universal de Viena, de 1873, por não atenderem aos preceitos médicos e pedagógicos modernos.

A definição dos materiais escolares não estava atrelada a um método de ensino específico. No entanto, por meio dos exemplares solicitados para os docentes e discentes, como escrivaninhas, cadeiras e bancos, percebe-se que a sala de aula poderia ser organizada conforme prescrições do método mútuo, modelo muito difundido durante o século XVIII e introduzido oficialmente no Brasil a partir da Lei de 15 de outubro de 1827. A sala de aula, possivelmente,

poderia ser organizada de maneira que a mesa do professor ficasse à frente, enquanto seus alunos se sentassem um ao lado do outro, conforme seus níveis de adiantamento. Para as práticas de ensino, a quantidade de lousas solicitadas (12) demonstra que não se caracterizavam como um quadro-negro, muito utilizado no ensino simultâneo, por exemplo, mas eram suportes de escrita individuais, fundamentais no período para ensinar a ler, a escrever e a contar.

Além dos objetos solicitados, também foram localizadas correspondências que registram o pagamento de serviços realizados por carpinteiros para a construção e/ou reparos de móveis, bem como orçamentos que buscavam ser aceitos pela presidência da província. Esses documentos indiciam a formação de relações comerciais, em que carpinteiros e trabalhadores locais eram contratados para idealizar, construir e reparar o mobiliário escolar. Nesse sentido, essas pistas demonstram que a província, para atender às demandas materiais das escolas, colaborou ativamente para o crescimento de uma mão-de-obra especializada, contribuindo para uma mudança no caráter econômico de Santa Catarina: se, no início, se caracterizava pelas relações de autoabastecimento, ao longo do Oitocentos o mercado escolar em expansão permitiu a sua diversificação, promovendo atividades artesanais e pequenos negócios em um momento em que a província ainda recebia grandes contingentes de imigrantes.

A partir dos estudos realizados no âmbito da cultura material, concorda-se com Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018) quanto ao reconhecimento de que esta é uma abordagem potente, por não apenas possibilitar a identificação de objetos e práticas com eles realizadas, mas também atividades comerciais e políticas estabelecidas para prover as escolas públicas primárias, com destaque para as realidades de Santa Catarina e Paraná. As autoras indicam duas premissas que sustentam suas análises:

- (i) para realizar o projeto de escolarização de massas no Brasil, foram necessárias articulações fecundas com setores comerciais;
- (ii) a existência de uma concomitância entre o comércio de materiais e formas mais simplificadas de relações diretas com sujeitos e trabalhadores da própria comunidade.

De certa maneira, as análises aqui realizadas colaboram com os estudos das autoras, uma vez que os documentos localizados indicam que, durante o Oitocentos, a produção material das escolas públicas primárias catarinenses era realizada por pequenas marcenarias e oficinas artesanais localizadas próximo às instituições escolares.

Quadro 24 - Orçamentos de materiais para escolas públicas da Província de Santa Catarina (1850-1860)

Obras realizadas por carpinteiro para a escola da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Socorro da Pescaria Brava	Orçamento para mesas para a escola da Freguesia Canavieiras
4 Escrivaninhas 4 Bancos 1 Cabide para chapéus 1 Mesa 1 Mesa 1 Estrado para mesa 1 Cabide para por enxoval 600 Pregos de botões pequenos 30 Taboadas mais 2 tabuas	1 Mesa 3 Classes 1 de setembro de 1860 Francisco Bastos de [ilegível]
19 de abril de 1859 Diretor Ignacio de Medeiros	
Orçamento de Reparo de mesa e cadeiras Freguesia Canavieiras	
s/n Diversos objetos 3 Cadeiras 3 Classes também precisavam de reparos 23 de agosto de 1850 Professor Publico interino Francisco Luiz de Macedo	

Fonte: Ofícios Expedidos da Instrução Pública de Santa Catarina (1855-1860). Elaborado pelo autor.
Disponível em: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apecs).

Os orçamentos de compra e reparo de móveis destinados à instrução pública informam demandas materiais escolares solicitadas pelos professores; nem sempre, contudo, esses pedidos eram atendidos. O principal argumento utilizado para a não autorização por parte da Diretoria de Instrução Pública era a falta de recursos. Isso fez com que diversos materiais, considerados não “essenciais”, fossem negados e explicam a razão da permissão de fornecimento reservada, em primeiro lugar, aos artefatos imprescindíveis ao fazer docente, como bancos, mesas e escrivaninhas.

Como exemplos dos procedimentos que deveriam ser adotados para o fornecimento de artefatos, destacam-se três cópias de documentos submetidos pelo diretor geral da Instrução Pública ao professor interino, Antonio João da Silva, das 1^{as} Letras da Freguesia do Bom Senhor de Jesus da Pescaria Brava, disponíveis no Livro de Ofícios Expedidos pela Instrução Pública (1855-1860), folhas 78-79.

No primeiro ofício, enviado em 31 de maio de 1859, o diretor geral, Sergio Lopes Falcão, informa ao professor estar ciente do comunicado relativo à abertura da escola em que trabalhava e de sua necessidade de comprar móveis. Para atender a essas demandas, o diretor solicitava ao

professor que os artefatos fossem adquiridos com o menor valor possível e que o informasse sobre a importância final para que pudesse mandar pagar.

No entanto, no segundo ofício, enviado em 31 de outubro de 1859, o mesmo diretor pede ao professor que informe à Diretoria de Instrução Pública a data da autorização para a compra dos materiais, pois não a estava encontrando em seus registros e não iria aprovar uma despesa tão elevada sem um orçamento prévio, considerado indispensável.

Por fim, Sergio Lopes Falcão afirmou, no último documento encontrado, com data de 1º de dezembro de 1859, que o preço final informado pelo professor era “exorbitante” e que não havia autorizado a compra de “tantas mesas, bancos e escrivaninhas” e muito menos de utensílios que não eram indispensáveis para a escola, como cabides e estrados. Desse modo, solicitava ao professor que encaminhasse uma relação com os respectivos objetos e recibos, para que pudesse resolver a situação.

O referido exemplo ajuda a perceber que nem todos os objetos tinham o mesmo *status* e a dificuldade burocrática enfrentada pelos professores, além das barreiras financeiras do estado em adquirir os utensílios considerados importantes para equipar uma sala de aula de forma adequada.

A partir dos anos de 1860, nota-se uma mudança nos relatórios apresentados à Assembleia. Esses documentos passam a apresentar um maior número de informações e dedicam atenção especial aos dados estatísticos para fundamentar avanços, retrocessos e políticas defendidas pelo governo. No primeiro ano dessa década, por exemplo, pode-se identificar, a partir de tabelas apresentadas, uma expansão no número de escolas públicas e primárias na província. As instituições escolares estavam localizadas em municípios como Desterro, Laguna, São José, São Francisco, Porto-Belo, São Miguel e Lages¹⁷⁷. No entanto, a qualidade do ensino, a formação de professores¹⁷⁸ e as instalações não eram consideradas adequadas, o que contribuía para que, constantemente, nas falas apresentadas à Assembleia, se destacassem a precariedade e a necessidade de investimentos na instrução primária, sempre ressaltada como um dos pilares para o progresso de Santa Catharina.

Com relação às solicitações feitas por professores nesse período, o perfil permanece semelhante ao da década anterior. Os documentos encontrados apresentam pedidos de

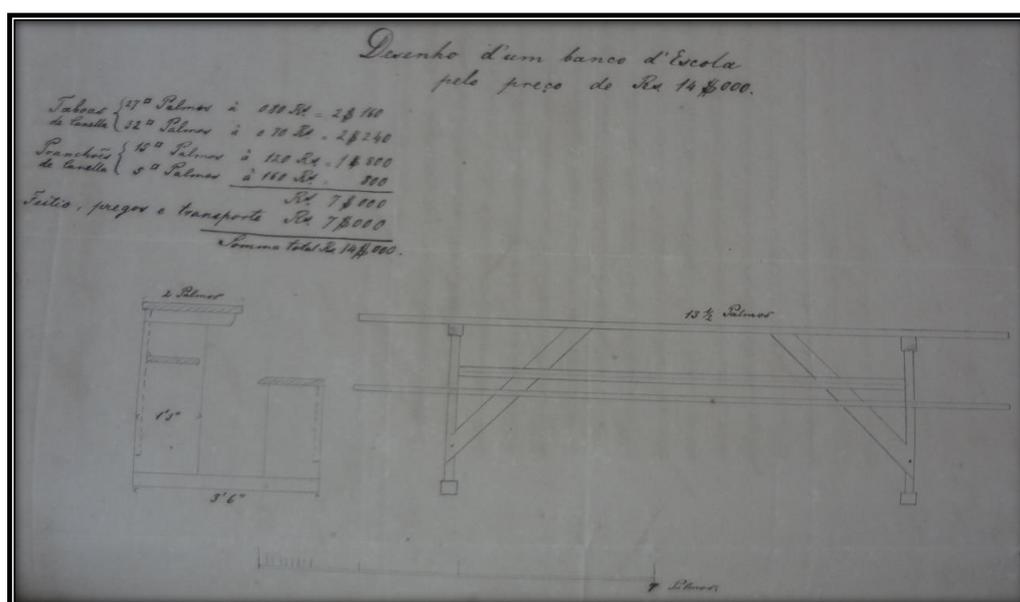
¹⁷⁷ Não foram referenciadas as escolas de “Annaburgo”, “Merim”, “Campos Novos”, “Bagnaes” e “Tijuquinhas”, respectivamente localizadas na Colônia Dona Francisca, Laguna, Lages e São Miguel, pois estavam vagas em 1860.

¹⁷⁸ Para Francisco Carlos d’Araujo Brusque, Presidente da Província em 1861, a falta de investimento no Magistério fazia com que essa profissão fosse reconhecida apenas como um meio de vida, um emprego que simplesmente tinha o objetivo de conseguir um ordenado. Para ele, o Mestre deveria conquistar pelo saber seu verdadeiro lugar na hierarquia social, sem isso, mesmo com alterações em leis e regimentos, não seria possível conquistar avanços.

autorização de reformas de móveis; orçamentos de reparos e compra de artefatos; inventários de escolas; gastos efetuados com compra de bancos e escrivaninhas, entre outros. Dentre esses, chama a atenção um projeto de um banco escolar enviado à Instrução Pública, possibilitando, assim, a identificação de maiores detalhes sobre o perfil dos móveis utilizados na província.

No projeto apresentado em 1861, o carpinteiro indica a quantidade e os tipos de madeira que utilizaria para a construção da mesa e do banco. Conforme destaca, para a fabricação do exemplar, cujo custo final era de 14\$000 réis, seriam necessárias tábuas e pranchões de madeira de canela, além de pregos. No valor final já estava incluído o transporte. Ao analisar o *design* adotado, percebe-se que esse móvel se assemelha muito aos que eram solicitados por professores catarinenses: a mesa tinha, aproximadamente, 3 metros de comprimento e 45 centímetros de largura. No entanto, a partir da análise da imagem, o exemplar idealizado exibia um *design* de linhas longas e retas, sendo o banco rígido e fixado ao chão.

Figura 43 - Desenho de um banco de escola pelo de 14\$000 réis



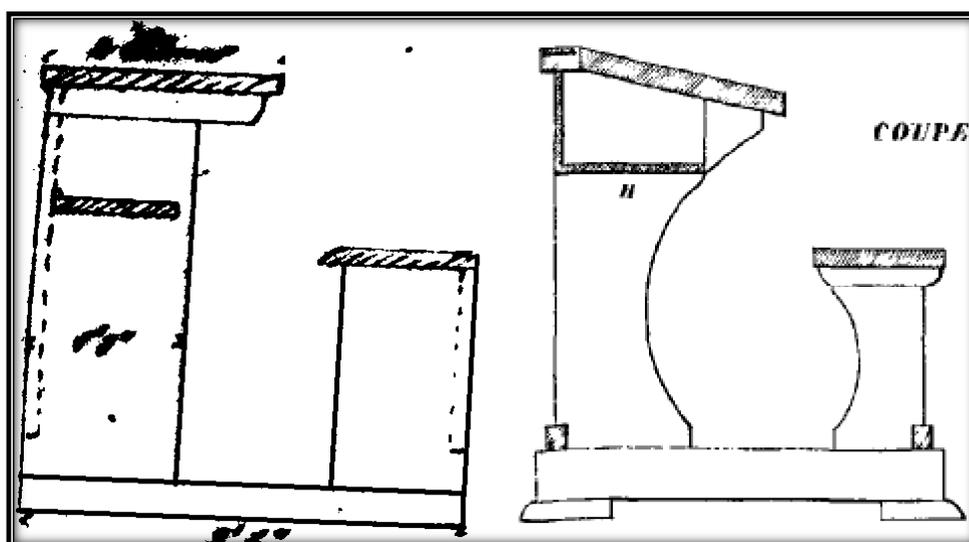
Fonte: Ofícios Expedidos da Instrução Pública de Santa Catarina (1861).
Disponível em: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc).

Esse exemplar, quando confrontado com modelos de carteiras escolares apresentadas em exposições universais, permite identificar nuances de uma circulação de ideias pedagógicas em torno da (re)invenção do mobiliário escolar destinado à sala de aula. Em eventos internacionais, e em impressos pedagógicos, foi possível identificar, por exemplo, movimentos que defendiam a individualização da carteira escolar (privilegiando, assim, aspectos da pedagogia moderna, como o acesso do professor às lições) e a utilização de técnicas e tecnologias que contribuíssem para a fabricação de assentos e encostos curvos, uma vez que poderiam acomodar melhor os corpos

das crianças. Ao analisar o banco catarinense, apresentado acima, vê-se que não atendia a algumas das referências anunciadas no exterior. Um estudo mais aprofundado, no entanto, permite observar que esse artefato detinha um conjunto de saberes que deveriam fazer parte dos móveis escolares. Dentre eles, destaca-se, por exemplo, a fixação do banco à mesa, para assim assegurar uma posição adequada nas atividades de leitura e escrita. Outro elemento que chama a atenção é o apoio específico sob a mesa para guardar materiais didáticos, elemento considerado fundamental para manter a organização e a higiene da sala de aula.

Os manuais pedagógicos também são documentos que permitem localizar discursos e saberes a respeito do mobiliário escolar. Ao estudar a obra intitulada *Cours pratique de Pédagogie destiné aux élèves-maîtres des écoles normales primaires et aux instituteurs en exercice*, publicada em 1851 e elaborada por Jean Baptiste Daligault¹⁷⁹, verifica-se que o exemplar apresentado pelo francês é muito semelhante ao banco catarinense (figura 44). Com exceção da mesa inclinada, ambos os modelos, construídos de maneira artesanal, compartilham *design* e saberes que privilegiam a utilização de estrados longos e seguem a prescrição de medidas e distâncias corretas entre a mesa e o banco. Tais indicações, dessa forma, demonstram que as pequenas marcenarias e oficinas artesanais catarinenses estavam envolvidas em uma circulação de saberes internacionais que colaboravam em construções artesanais e/ou industriais de móveis (re)inventados para atender às exigências da modernidade educativa oitocentista.

Figura 44 - Banco catarinense (esquerda) e carteira indicada por Daligault (direita)



Fonte: Ofícios Expedidos da Instrução Pública de Santa Catarina (1861) e Daligault (1851, p. 62).
Elaborado pelo autor.

¹⁷⁹ Uma versão dessa obra também foi distribuída em escolas públicas da Província de Santa Catharina. Intitulada *Curso Prático de Pedagogia*, foi publicada em 1870, e recebeu a tradução para o português de Franc de Pauliscéia Marques de Carvalho. Ao comparar a edição francesa e a brasileira, percebe-se ter sido realizada, além das traduções, uma série de adaptações na obra.

Em conjunto com o projeto catarinense, também foi enviada uma carta em que o professor substituto, Adolf Otto Numeyer, informava que o móvel estava de acordo com o projeto idealizado e que a escola já possuía outros exemplares semelhantes.

Acusando o recebimento do officio V. S. para informar a ordem do Senhor Diretor da Instrucção primaria da Provincia a respeito dos bancos d'escola no preço de 14\$000 réis cada um, por mim [ilegível], tenho de dizer-lhe, que estes bancos são bancos com carteiras da mesma sorte como os quatro outros, que já se achavão na escola.

Junto se acha hum desenho d'um banco dos que se Ver em questão, afim que V. S. o remetto ao Senhor Director para melhor intelligencia d'elle.

Ao mesmo tempo entre á V. S. a relação de trimestre passado Deus guarde á V. S.

Joinville aos 15 de outubro de 1861. Ilmo Senhor Adolf Otto Niemeyer. D. Publ. desta Freguesia. O Professor substituto Vigario Carlos Boegerhausen (SANTA CATARINA, 1861, fl. 310).

No relatório de 1867, inclusive, pela primeira vez aparece na Falla de um presidente da província um questionamento com relação aos dados de matrículas e frequência de alunos apresentados pelas escolas. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda relata que não aceita inteiramente as informações apresentadas pelas escolas, pois duvidava que todos os discípulos estivessem realmente frequentando as aulas e que o número total de alunos e escolas deveria ser ainda maior, uma vez que a província não contava com um número adequado de inspetores e diretores para verificar todas as escolas, públicas e particulares.

O presidente também faz críticas à Resolução nº 382, de 1º de julho de 1854, que regulamentava a criação do cargo de diretor geral das escolas de instrução primária e de subdiretores distritais, bem como discorria sobre disposições gerais do ensino, obrigações e direitos dos professores. Para o presidente da província, um dos desafios era o de cumprir o artigo 81, uma vez que, além de idoneidade, o professor, precisava seguir a religião do estado. Em seu entendimento, porém, isto seria impossível, pois um conjunto de escolas das colônias tinha suas aulas ministradas por religiosos dissidentes e a província não dispunha recursos para contratação de outros professores¹⁸⁰.

Em 1869, Carlos Augusto Ferraz de Abreu, fez um discurso sobre a carreira do magistério até então não identificado nas falas anteriores à Assembleia. O presidente da província reconhecia o ensino como um sacerdócio que exigia muitos e difíceis predicados, o que exigiria um maior prestígio para o exercício da “nobre classe dos professores”, que recebiam ordenados “mesquinhos” e “insuficientes para sua manutenção”. O investimento era considerado necessário

¹⁸⁰ No relatório de 1868, por exemplo, destaca-se que Santa Catharina tinha uma proporção aluno/população muito alta em comparação com a de países considerados na vanguarda do progresso, como a França.

para melhorar a instrução pública e colocar “o professor em posição correspondente à importância e responsabilidade do seu ministério”. Com o crescente movimento da obrigatoriedade de ensino na Província, o “sacrifício” que se anunciava era a realização de medidas que pudessem garantir maiores recursos na contratação de mais professores e na criação de uma Escola Normal catarinense, defendida como instituição capaz de unificar e melhorar as habilidades dos docentes.

Com garantias seguras para a independência e manutenção do professor concorrendo a condição de ser obrigatório o ensino primário, penso que a instrução pública na Província há de florescer e prosperar, e compensará sobejamente os sacrifícios que ella nos impõe, e aos quaes não nos é licito esquivarmo-nos (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1869, p. 15).

No dia 25 de março de 1874, 17 dias antes da promulgação da Lei nº 699, que trata da obrigatoriedade de ensino na província de Santa Catarina, João Tomé da Silva defende a realização de reformas na legislação, na carreira docente e nos programas de ensinamentos da instrução primária e secundária. Considerando a instrução “a condição de todo o verdadeiro progresso” e que por meio do adiantamento intelectual é que os povos se podem elevar e engrandecer, discorria sobre os países considerados referência para Santa Catarina, como Estados Unidos, Alemanha, França e Bélgica. O progresso alcançado pelas nações consideradas civilizadas seria entendido como exemplo benéfico e poderoso que demonstrava que a instrução dos cidadãos era o mais importante dos serviços públicos e que garantiria o destino dos povos:

Essas tendencias sympathicas, essas nobres aspirações, que se vão manifestando por salutare reformas em diversos ramos do serviço publico; essas decisivas tentativas á realisação de melhoramentos de toda ordem, essas empresas grandiosas, que de Norte ao Sul do Imperio vão se levantando, de dia em dia, e ganhando terreno nas vias do progresso; em uma palavra, o adiantamento em que vai o Brazil nestes ultimos tempos, batendo caminho á conquista de um futuro de prosperidade; todo esse movimento, toda essa transformação, verdadeiro preludio do esplendido futuro á que estão fadadas as terras do Cruzeiro, vem irresistivelmente do desenvolvimento em que vae a instrução entre nós, graças ao impulso forte e generoso, que ultimamente se tem dado á causa do ensino, fazendo-se que este penetre em todas as classes (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1874, p. 35).

Além da defesa da obrigatoriedade escolar¹⁸¹, o presidente, em seu discurso, também chamava a atenção para reformas que garantissem a liberdade de ensino, a criação da Escola

¹⁸¹ Conforme destaca João Tomé da Silva, “tornar a instrução primária uma obrigação legal, é uma necessidade. Pretender o contrário, em consideração ao direito paterno e liberdade individual, é, na frase de um distinto escritor, desconhecer que o Estado só intervem quando o pai não zela no direito que assiste ao filho de se instruir;

Normal para habilitar professores e a restauração do antigo Liceu, sob a denominação de *Atheneu Provincial*. A liberdade de ensino, com “restrições razoáveis”, por exemplo, estaria sujeita a inspeções oficiais que fiscalizariam, principalmente, a ordem pública, a moral e a higiene das escolas. Essas mudanças colaborariam com uma antiga requisição das autoridades do governo, que defendiam o fim da prova de capacidade profissional, requisito da Resolução nº 382, de 1º de julho de 1854¹⁸².

O relatório apresentado em 1876 já apresentava alguns resultados da obrigatoriedade de ensino na província. Pela primeira vez nos discursos até aqui analisados, há uma citação sobre os móveis escolares. Em defesa da criação da escola normal, João Capistrano Bandeira de Mello Filho ressalta a importância de professores bem habilitados, reconhecendo-os até mais fundamentais para a instrução primária que edifícios, mobílias de luxo, métodos e compêndios excelentes. Para tanto, reconhece a necessidade de aumentar os recursos investidos na educação, acompanhando, assim, os ensinamentos que oferecem “os Estados Norte Americanos, hoje tidos como modelos entre as mais cultas nações” (p. 40).

A partir dos anos 1880, verifica-se uma mudança nas defesas dos presidentes das províncias, pois ganha força nos discursos a ênfase sobre a necessidade e a importância da implementação da lição de coisas na província, do ensino misto e da qualidade dos móveis e utensílios presentes nas escolas. Antes negligenciado, o mobiliário escolar ganha maior destaque nas falas à Assembleia nessa década.

No relatório realizado por Antonio de Almeida Oliveira em 1880, o presidente apresenta, inicialmente, as ações desenvolvidas nas décadas passadas, ações legislativas que, em sua perspectiva, contribuíram para a melhoria da instrução primária, como a obrigatoriedade escolar, substituição do professor vitalício para contratado e a aprovação do Regulamento de 24 de dezembro de 1873, o qual se tornou “a lei pela qual se affere a aptidão dos candidatos ao magistério” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1876, p. 26). Com o objetivo de conquistar outros avanços, o presidente destaca a necessidade de instalar o ensino da lição de coisas nas escolas primárias da província, método pedagógico difundido internacionalmente por exposições e produções de educadores:

é patrocinar a ideia de que alguém tenha a liberdade de crear obices ao aperfeiçoamento moral da humanidade, á civilização da nação, á perfectibilidade do espirito” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1874, p. 38).

¹⁸² Com uma perspectiva liberal, o presidente da província de Santa Catharina destaca que a realização de formalidades para contratações era “uma offensa ao direito individual” e comparava o ensino à indústria, a qual possuía liberdades consagradas na Carta Constitucional, e à imprensa, que tinha o direito de livre publicação. “Se ha perigo em soltar as azas á liberdade, é sempre maior inconveniencia oppor embaraços ás suas justas manifestações” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1874, p. 37).

O ensino americano denominado Lições de Cousas produz tão bom resultado em outras partes que entendi deve desde já inicial-o. Depois que os professores passaram a ser contractados é tão estreito o programma do ensino official, que os meninos em rigor mal podem aprender a lêr, escrever e contar. Ora em taes condições não pode deixar de contribuir para maior desenvolvimento dos alumnos em exercício, que sem demandar novas habilitações nos professores, no correr das mesmas lições diarias, ministra aos alumnos ideias practicas, que muito melhor lhe podem servir (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1880, p. 27).

No relatório de 1882, é possível identificar um tópico não encontrado em nenhuma fala anterior. Intitulado “Casas e material das escolas”, apresentava o contexto material das escolas primárias da província. No texto, destaca o não cumprimento do artigo 77 do regulamento então em vigor, uma vez que não estavam sendo construídas casas apropriadas para as escolas primárias. Discorre, ainda, sobre o abandono dos professores, que não estavam recebendo, conforme combinado, as quantias necessárias para o aluguel de suas casas. “A exceção feita de uma ou outra, funcionavam as escolas em casas sem as accommodações apropriadas e que não reúnem as condições precisas de capacidade e hygiene” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1882, p. 12).

Com relação ao mobiliário escolar, também eram necessários investimentos, uma vez que havia sido reconhecido pelo presidente, que, “sem medo de errar”, destacava que nenhum dos que eram utilizados nas escolas estavam de acordo com os preceitos pedagógicos. Para remediar a situação material, foi aprovada uma pequena quantia para o conserto de casas e compra de utensílios, as quais eram insuficientes para atender ao suprimento material das diversas escolas, que estavam em expansão¹⁸³.

O foco nas condições materiais das escolas foi mantido nos relatórios apresentados posteriormente à Assembleia. Na fala de 1886, utensílios, móveis e edifícios das escolas primárias foram rotulados como “imprestáveis”, devido à carência de investimento¹⁸⁴. Mais uma vez, o professor e o diretor passam a ser considerados responsáveis por esse contexto, pois estariam colaborando com a não adequação dos espaços devido ao baixo número de pedidos recebidos¹⁸⁵.

¹⁸³ No relatório de 1883, assinado por Theodoro Carlos de Faria Souto, caracteriza-se a deficiência da instrução pública devido aos inúmeros relatos de inspetores que indicavam a falta de edifícios, utensílios escolares, bibliotecas escolares e pedagógicas, cursos noturnos para adultos, jardins de infância, salas de asilo, instituições de ensino médio e escolas profissionais.

¹⁸⁴ Para obter maiores recursos para financiar a instrução pública primária, no ano de 1885, foi autorizada a criação de uma loteria. Os fundos obtidos também poderiam ser utilizados no custeio de obras de hospitais de caridade, “instituições pias” e igrejas.

¹⁸⁵ Apesar do discurso de que “raríssimos” pedidos ou reclamações por parte dos professores, localizou-se um número elevado de ofícios com pedidos e orçamentos. O governo respondia às solicitações, mas nem sempre as atendia. Na maior parte das vezes, as solicitações eram atendidas de forma parcial, quando o provedor selecionava

Para o presidente, esse exemplo destacava a falta de conhecimento das exigências pedagógicas por parte dos docentes. A única experiência reconhecida como satisfatória, no que se referia a materiais, organização e métodos utilizados, era uma escola localizada em Joinville, que tinha como diretor o padre Carlos Boegershausen. No relatório de 1885, Manoel Pinto de Lemos, vice-presidente, indica que a instituição possuía 337 alunos matriculados e era dividida em cinco classes, localizadas em quatro salões espaçosos e bem arejados. O edifício havia sido construído com a ajuda da comunidade e era mantido pela prefeitura. Móveis, livros, mapas, modelos de desenhos, globos, aparelhos de ginástica eram “precisos” e estavam de acordo com os ideais pedagógicos.

Além da verificação das condições materiais, o relatório de 1887 reconhece o papel central dos móveis e outros utensílios na instrução primária. Para o presidente Francisco José da Rocha, esses elementos eram indispensáveis à criação das escolas, pois, sem eles, não haveria benefício algum. Na impossibilidade de obter mobílias adotadas pelos países mais adiantados, foram fornecidos 14 exemplares do “sistema antigo” naquele ano.

Por fim, nos últimos anos (1880-1889) antes da instauração da República, Augusto Fausto de Souza e Dr. Abdon Baptista (vice-presidente), assim como muitos de seus antecessores, classificavam como lastimável a instrução pública primária de Santa Catharina, apesar de reconhecerem o avanço no número de escolas e de matrículas e frequência dos estudantes. A falta de recursos para a compra e adaptação de casas, mobílias e utensílios era apontada por eles, assim como havia sido pelos que os haviam precedido, como um grande desafio a ser vencido pelas autoridades para encaminhar Santa Catharina ao progresso e à “verdadeira” civilidade.

Nesse sentido, a partir das análises aqui desenvolvidas, observa-se que, apesar de uma realidade material precária, os ideais de escola pautavam-se em discursos que entendiam como indispensável a presença de aparatos considerados modernos e higiênicos, os quais poderiam contribuir para a formação dos cidadãos catarinenses. Diante dos dados foi possível identificar não apenas o que era solicitado, mas também aquilo que compunha as escolas catarinenses e perceber que, já nos Oitocentos, a expansão da instrução pública contribuiu para ampliar atividades comerciais entre a província e pequenas mercenarias e oficinas artesanais.

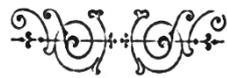
Assim, localizaram-se pontos em comum que corroboram com as análises em torno da existência de uma circulação internacional de ideias pedagógicas, tais quais a defesa do investimento em formação docente, a definição de um método de ensino, bem como uma infraestrutura e materiais adequados ao processo de ensino e aprendizagem, referenciados pela

alguns entre os utensílios e móveis demandados, sob o argumento de serem itens, “indispensáveis para o ensino” e cujo gasto pelos cofres públicas se justificaria.

modernidade educativa oitocentista. Desse modo, a pesquisa sobre a (re)invenção do mobiliário escolar, ao estudar o contexto catarinense, pôde identificar que, embora as ideias em torno dos móveis tenham sido apropriadas de diferentes formas, essas mantiveram elementos relativos a aspectos pedagógicos, higienistas e econômicos que circularam internacionalmente.

A (RE)INVENÇÃO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR:

considerações a partir de uma pesquisa em História da
Educação



Esta investigação adota a perspectiva que os móveis, presentes tanto em espaços luxuosos quanto em locais considerados mais simples, exerceram papéis centrais e interferiram em rotinas domiciliares, liturgias religiosas e em instituições educativas. Mais do que simples objetos, o mobiliário faz parte de um conjunto de invenções, muitas vezes naturalizadas e compreendidas como banais no cotidiano. Por meio do estudo desses objetos, suas formas, saberes que portam, relações comerciais que expressam e marcas de uso, é possível construir narrativas históricas e não apenas investigar movimentos envolvidos em suas modificações e permanências no decorrer do tempo, mas também as relações de poder e discursos que permeiam os diferentes projetos de escolarização. Ao identificar que o mobiliário incorpora saberes, o desafio consistiu em voltar os olhares especificamente para aquele pensado e construído para compor o espaço escolar, buscando mapear argumentos e interesses que legitimaram a defesa de sua produção.

Dessa forma, assim como o lápis, a tesoura, livros e borrachas que, no imaginário social contemporâneo, muitas vezes são naturalizados como artefatos que sempre fizeram parte do cenário escolar, defende-se a ideia de que o mobiliário adaptado nem sempre compôs esse espaço. Diferentemente, verificou-se que os móveis escolares foram introduzidos no contexto educacional de forma gradual e que não atenderam apenas a interesses pedagógicos, mas também a interesses econômicos, de saúde pública e políticos. Por essa razão, os investimentos realizados no decorrer da investigação se direcionaram para a exploração em torno das condições em que esses materiais foram produzidos, inseridos e utilizados, assim como para perceber discursos que circularam e estiveram envolvidos na constituição de relações entre indústrias e o provimento material para instituições educativas.

Reconhece-se que os móveis estão presentes em instituições escolares, pelo menos desde o século XV; no entanto, os investimentos realizados auxiliaram a compreender que foi em torno do período oitocentista e, principalmente, com a emergência de produções acadêmicas sobre o mobiliário escolar adaptado, da realização de eventos internacionais e do desenvolvimento de uma indústria interessada em comercializar seus artefatos, entre outras questões, que ocorreu uma ressignificação da importância dos móveis na construção de uma cultura material escolar considerada adequada às exigências da modernidade. O ponto de partida, para muitos educadores e médicos, foi mostrar que o uso de móveis antigos e inadequados a exigências pedagógicas e higiênicas contribuiu para a proliferação de doenças e deformidades. Articulada com a racionalidade científica e visando à construção de um espaço saudável para as crianças, fica evidente, por todos os discursos analisados, a ideia de que todo o aparato educacional necessitava passar por uma renovação.

A tese de que o mobiliário escolar é uma (re)*invenção* da modernidade educativa oitocentista, conforme foi demonstrado ao longo deste trabalho, sustenta-se no entendimento de que não apenas os sentidos e significados a ele atribuídos passaram por uma ressignificação nesse período, mas também daquilo que se considerava *pedagógico e higiênico*. Ao descartar uma perspectiva evolucionista, que identifica essas alterações como parte da natureza científica e tecnológica, não se teve como intuito realizar um mapeamento pontual das mudanças ocorridas no mobiliário, mas identificar o “lugar” que esse artefato passou a ocupar em projetos de escolarização da infância. Foi possível observar a forte presença de argumentos em torno de um mobiliário que não deveria mais servir apenas como um item de apoio às práticas escolares, mas merecedor de maiores investimentos por parte de médicos e educadores, tornando-se, assim, um “problema” da competência do Estado.

Adotar esta perspectiva não significa desconsiderar os investimentos realizados em períodos anteriores à segunda metade do século XIX - delimitação temporal selecionada para esta investigação; pelo contrário, foram identificados elementos já existentes anteriormente e que permanecem, como por exemplo, a própria presença dos móveis em escolas e a preocupação com a sua organização no espaço escolar. Contudo, reconhece-se que o processo de revolução industrial, a ascensão dos Estados nacionais e a circulação de ideias pedagógicas em diferentes países de fato influíram no reconhecimento e na institucionalização do mobiliário escolar como um conjunto de objetos que deveriam atender a prescrições sustentadas em argumentos higiênicos, pedagógicos e econômicos.

Nessa direção, metodologicamente, foi importante uma ação de “distanciamento” daquilo que constava nas fontes. O questionamento e a dúvida em torno do que foi localizado tornou-se essencial, não apenas para construir uma narrativa histórica, mas também para a percepção de que o mobiliário escolar é uma (re)*invenção* da modernidade educativa oitocentista. Assim, ao realizar a leitura dos documentos aqui tomados como fontes e a partir das indagações desenvolvidas para a construção desta pesquisa, foi necessário prestar atenção ao fato de que os discursos e argumentos ali presentes procuravam legitimar um saber e construir uma verdade para dar conta de uma disputa que ainda estava em construção: a definição do lugar do mobiliário escolar no imaginário educativo.

A circulação de ideias educacionais e em torno das práticas e métodos pedagógicos também colaborou nesse processo. Os entendimentos em torno daquilo que seria legitimado como ideal para a formação intelectual e social das crianças entravam em confronto e eram modificados/ressignificados em diferentes suportes e locais. A maneira como este trabalho foi organizado foi, portanto, uma tentativa de abarcar as diferentes formas utilizadas em âmbito

internacional para difundir as ideias sobre um mobiliário escolar adequado à modernidade educativa: os manuais pedagógicos, os impressos pedagógicos em torno do mobiliário, as exposições universais, os catálogos de fábricas moveleiras, os periódicos, documentos prescritivos, assim como solicitações de docentes. Todos os elementos selecionados, cada um deles a seu modo, contribuíram para colocar em foco argumentos e movimentos que influenciaram as alterações na cultura material escolar.

No processo de (re)invenção do mobiliário escolar, a intenção de educadores, médicos e inventores foi afastar os novos inventos dos que se consideravam antipedagógicos e anti-higiênicos. Nesse sentido, as ações desenvolvidas no período visaram ressignificar os entendimentos até então utilizados no processo de escolha e utilização dos móveis. O entrecruzamento dos diferentes documentos ao longo deste trabalho permitiu identificar ideias pedagógicas transnacionais que versavam sobre três elementos fundamentais para a modernidade educativa oitocentista, aplicados ao mobiliário escolar: *(i) pedagógico*: os móveis precisariam facilitar o controle dos alunos em sala de aula e o acesso do professor às lições realizadas, assim como atender aos pressupostos do método intuitivo; *(ii) higiênico*: facilitar o processo de limpeza e prevenir, por meio de um *design* que privilegiasse o conforto dos corpos dos alunos e a organização dos materiais didáticos, deformidades nos corpos e doenças; *(iii) econômico*: privilegiar os interesses industriais e atender à principal base tecnológica do período, utilizando, de preferência, a madeira e o ferro como matérias-primas de produção.

As representações sobre os móveis escolares materializaram-se em diferentes soluções para a escola, as quais, apresentadas em eventos internacionais, como as exposições universais, também puderam servir de modelos para outras regiões. Ao considerar, nesse processo, os fatores culturais, políticos e econômicos, foi possível perceber que, apesar de variações nas apropriações, algo em comum permanece nas diferentes tentativas de atender a esses três elementos - higiênico, pedagógico e econômico - para produzir os diferentes exemplares destinados a compor as salas de aulas, como: carteiras, escrivaninhas, mesas, quadros-negros e armários-museus.

Pela importância que o mobiliário alcança na escola moderna, ele passa a ser considerado um dos seus símbolos e um dos itens fundamentais da prática pedagógica, tornando, assim, o investimento em adaptações e soluções tecnológicas uma necessidade para uma educação bem-sucedida. Dessa forma, pelos investimentos realizados na adaptação dos móveis para atender às modernas exigências pedagógicas, o mobiliário sai do “anonimato” para “desfilar” em discursos de governantes, relatórios, ganhando destaque até mesmo em capas de catálogos especializados.

Documentos utilizados por esta investigação mostram o trajeto de um discurso que buscava fazer da escola um espaço pedagógico e higiênico, uma das bandeiras do processo de renovação escolar que se desenhava com maior força nesse período. Como uma das marcas características desse movimento está a ideia de que os móveis deveriam se adaptar aos alunos e não ao contrário, *slogan* muito difundido e recorrente em escritos da época. Essa preocupação se alicerçava no movimento higienista, que se refletiu na produção de discursos e ações em escolas, uma vez reconhecidas como instituições fundamentais para a difusão de uma educação que buscava ensinar condutas e hábitos considerados saudáveis às crianças e respectivas famílias.

Articulava-se com esses argumentos também um conjunto de iniciativas que visavam a fazer da escola um espaço adequado de educação para as crianças. Produções do campo da História da Educação, mais precisamente as relacionadas às discussões que tratam sobre cultura material escolar, vêm demonstrando que a partir do século XIX ocorreu um aumento significativo na produção e circulação de artefatos fabricados especificamente para atender às novas exigências escolares, uma vez que esses foram alçados a elementos fundamentais para a implantação da moderna pedagogia e a promoção de hábitos e condutas. No imaginário moderno, a instrução primária deveria estar alinhada ao progresso, à racionalidade científica, à civilidade e ao desenvolvimento econômico; portanto, não poderia aceitar mais a obsolescência de um tempo considerado atrasado.

A escrita de uma história do mobiliário escolar possibilitou perceber que a ampliação da composição material da escola primária oitocentista não foi um processo casual, mas esteve diretamente ligada ao processo de constituição da instrução pública e do desenvolvimento capitalista. Embora possamos encontrar trabalhos e iniciativas mais antigos que se limitavam a preocupações com os artefatos utilizados nas escolas, pelo que foi demonstrado com este trabalho, parece ter ficado claro que é partir desse período que se pode estabelecer a emergência de novos inventos e tecnologias relacionadas à pedagogia moderna, à escolarização em massa e à expansão do mercado industrial em grande escala. A grande quantidade de inventos produzidos e apresentados em catálogos de diversas fábricas é um dos indicativos de uma espécie de corrida industrial para construir as “melhores e mais avançadas tecnologias”. Tomando cuidados epistemológicos para não comparar contextos diferentes, os elementos aqui apresentados podem auxiliar no processo de reconhecimento de que os “novos” artefatos oitocentistas serviram também como modelos inspiradores para a organização escolar de um tempo que se afirmava como moderno e que tinha na instrução e na civilidade um de seus pilares fundamentais, com repercussão até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874-1914). 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- _____; VIDAL, Diana Gonçalves. Corpo e matéria: relações (im)previsíveis da cultura material escolar. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 243-268. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).
- BAÑUELOS, Aida Terrón. La higiene escolar: un campo de conocimiento disputado. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n 20, 2000, p. 73-94. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81396>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- BARRA, Valdeniza Lopes da. **Da pedra ao pó: itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. 416p.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 4, n 8, jul./dez. 2000, p. 79-109. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30140/pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- _____. Do quadro-negro à lousa digital: a história de um dispositivo escolar. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 4, jn/dez 2005. p. 133-142. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/391/372>. Acesso em: 30 jun 2019.
- _____; Elizandra Ambrosio Lemos; Fernanda Busnello. A pedagogia da ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 41-78.
- BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na Idade Moderna**. Campinas: Papirus, 2017. 319p.
- BRUNELLI, Marta. Posibles metodologías de trabajo histórico sobre la cultura material de la escuela: entre el material didáctico y los catálogos de enseñanza - primeros resultados de una investigación en curso. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 181-214. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 11-47.
- CARDOSO da SILVA, Carolina Ribeiro. **"A justa medida do progresso dos alunos": avaliação escolar em manuais de Pedagogia da segunda metade do século XIX**. (Tese - Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARVALHO, Joaquim Manuel Fernandes de. **A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, LDA.** 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011. p. 291-310.

CASTRO César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A escola como vitrine: os objetos escolares nas Exposições do Trabalho no Maranhão Império. In: GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.** Vitória: EDUFES, 2018. p. 269-300. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Os artefatos culturais na Escola Modelo Benedito Leite. In: _____; _____(Orgs.). **A escola e seus artefatos culturais.** São Paulo: EDUFMA, 2013. p. 179-199.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836- 1914).** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras. **Educar em Revista** [online], v. 39, p. 207-224, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000100014>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos 80 e 90 - a produção divulgada no GT História da Educação. In: 24a. **Reunião Anual da ANPEd**, 2001, Caxambu. 24a. Reunião Anual da ANPEd - Programa, 2001

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DITTRICH, Klaus. As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século 19. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 41. set./dez. 2013, p. 213-234. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/36019>. Acesso em: 30 mai. 2019.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar.** São Paulo: Moderna, 2003. (Educação em Pauta).

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v. 1 e 2.

ESCOLANO BENITO, Agustín. El Manual Escolar y la Cultura profesional de los docentes. **Tendencias pedagógicas**, Madri, Espanha, v. 14, jan/dez. 2009, p. 169-180. Disponível em: <https://revistas.uam.es/tendenciaspedagogicas/article/view/1911>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, p. 13 - 28. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>. Acesso em: 30 mai. 2019.

EXPOMUSEUM. **The World's Fair Museum Since 1998**. Disponível em: <http://www.expomuseum.com>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GASPAR DA SILVA Vera Lucia; SOUZA Gizele de. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: _____; _____; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 119-142. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).

_____. Objetos da escola: da produção, destinos e interesses. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIMÕES, Regina Helena Silvia; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Orgs.). **Circuitos e fronteiras da História da educação**. Vitória: EDUFES, 2015. p. 245-268.

_____. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 13, n. 3 (33), set./dez. 2013, p. 207-234. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/641/PDF>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____; VALLE, Ione Ribeiro. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SA, Elizabeth Figueiredo de; _____. (Orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. 1. ed. Cuiabá - MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso EdUFMT, 2013. p. 303-319.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. 2007. 409p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 271 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 431 p.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 28, n. 14, jan./jun. 2007. p. 121-146. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4467/3658> Acesso em: 30 mai. 2019.

HOBSBAWM, Eric John. **A era do capital: 1848-1875**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 459 p.

KINCHESCKI, Ana Paula de; FERBER, Luiza Pinheiro; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Entre luvas, máscaras e trinchas: organização do acervo documental da Escola de Educação Básica Lauro Müller. In: PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **Educar em tempos e espaços que se cruzam: ruas, escolas, museus e arquivos**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017, p. 223 - 240.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista - SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 262 p.

LAWN, Martin. A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. In: GASPAR da SILVA, Vera; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura Material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 215-241.

LAWN, Martin. A Pedagogy for the Public: the place of objects, observation, mechanical production and cupboards. In: LAWN, Martin; GROSVENOR, Ian (Org.). **Materialities of Schooling: design, technology, objects, routines**. United Kingdom: Symposium Books, 2005. p. 145-162.

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. Tradução: David Antonio da Costa; Gustavo Rugoni de Sousa. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013, p. 222 - 243. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LAWN, Martin; GROSVENOR, Ian. When in doubt, preserve: exploring the traces of teaching and material culture in English schools. **History of Education**, v. 30, n. 2, p.117-127, 2001. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00467600010012418>. Acesso em: 30 mai. 2019.

LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições Universais: Londres 1851. Lisboa: Expo "98", 1994**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/.../file.html> . Acesso em: 30 mai. 2019.

LEVY BENCOSTTA, Marcus. Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século XX. **Revista Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, jul./set. 2013. p. 19-38. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/33289/20942>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LIZ SOUZA, Luani de. **O cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa: uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910-1960)**. 2016. 428 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. **Maneiras de Sentar: Contributo para a História das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2004.

MARTÍNEZ RUIZ-FUNES, María José. Los catálogos de material de enseñanza como fuente para el estudio de la cultura material: la recepción y difusión del método Froebel en España, 2012. In: MARTÍNEZ, Pedro Luis Moreno; VICENTE, Ana Sebastián (Eds.). **Patrimonio y Etnografía de la escuela en España y Portugal durante o século XX** (III Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico - V Jornadas Científicas de la SEPHE). Murcia: Sephe-Ceme Universidad de Murcia, pp. 265-277.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 30, jan./abr. 2015, p. 07-28. Disponível em:
http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007/pdf_36. Acesso em: 17 jun. 2017.

MIGNOT, Ana Crystina Venâncio; GONDRA José Gonçalves. Viagens de educadores e circulação de modelos pedagógicos. In: _____; _____. (Orgs.). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007. 320p.

MORENO-MARTÍNEZ P. Presentación. Cuerpo, higiene, educación e historia. **Historia de la Educación**. v 28, 2009. p. 23-36. Disponível em:<http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10260>. Acesso em: 30 mai. 2019.

NOBLE, David Franklin. **La locura de la automatización**. Barcelona: Alikornio, 2001.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. 438 p.

NÓVOA, A. **La construction du “modele scolaire” dans l’Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal) Des années 1860 aux années 1920**. Thèse de Doctorat d’Histoire. Paris: Université Paris IV - Sorbonne - École Doctorale d’Histoire Moderne et Contemporaine - Centre d’Histoire du XIXe siècle, 2006.

_____. Por que a História da Educação? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, v. III, séc. XX. 4. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011. p. 9-13.

_____; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

NUNES, Clarice. Interrogando a avaliação dos trabalhos de história da educação: o inventário de uma prática. In: José Gonçalves Gondra. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2005, p. 63-84.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PETRY, Marília Gabriela. **Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil - 1911 a 1952)**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

- RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 13-36.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'Histoire et la représentation du passé. **Annales, Histoire, Sciences Sociales**, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2000.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação da infância entre a família, a escola e a medicina. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, abr. 2010b, p. 235-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/12.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- _____. Cultura escolar e práticas de higienização da infância na escola primária paulista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (Orgs.). **Histórias das culturas escolares no Brasil**. v. 1, Vitória; EDUFES, 2010a. p.157-194.
- _____. Higienismo e cultura material escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções. In: GASPAR da SILVA, Vera; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura Material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 215-241.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo sc. XVII - XIX**. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 396p.
- RUGONI de SOUSA, Gustavo. **Da indústria à escola: relações da fábrica móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)**. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- SCARAVELLI, Hiassana. **Objetos à venda: indícios da comercialização de materiais escolares em jornais catarinenses (1908-1921)**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- SCHAFASCHEK Rosicler. Educar para civilizar e instruir para progredir: a questão educacional nos jornais de Desterro na década de 1850. In: SCHMIDT, Leonete Luzia; SCHAFASCHEK Rosicler; SCHARDONG Rosimeri. **A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época**. Florianópolis: DIOESC, 2012. p. 25-132.
- SCHMIDT, Leonete Luzia. A construção da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina 1830-1859. In: SCHMIDT, Leonete Luzia; SCHAFASCHEK Rosicler; SCHARDONG Rosimeri. **A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época**. Florianópolis: DIOESC, 2012. p. 133-220.
- _____; SCHAFASCHEK Rosicler; SCHARDONG Rosimeri. **A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época**. Florianópolis: DIOESC, 2012. 390p.

SCHRIEWER, Jürgen. Estados-modelo e sociedades de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000. p. 103-120.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. 2005. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Gizele de. Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 7, n. 2 (14), mai./ago. 2007, p. 37-68. Disponível em: <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/129>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Cultura material na escola primária paranaense: rituais e gestos de professores e autoridades de ensino na organização do cotidiano escolar no século XIX. In: CASTRO, Augusto Cesar; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (Orgs.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Paulo: EDUFMA, 2013. p. 61-79.

SOUZA, Rosa Fátima de. Cruzando fronteiras regionais: repensando a história comparada da educação em âmbito nacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, out./dez. 2016, p. 833-850. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n67/1413-2478-rbedu-21-67-0833.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

TAMBARA, Elomar. Karl Marx: contribuições para a investigação em História da Educação no século XXI. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 29-48.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 197p. (Coleção educação contemporânea).

_____. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cad. CEDES [online]**, Campinas - SP, v. 20, n. 52, 2000 p.74-87. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622000000300006>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

VIDAL, Diana. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009. p. 37-54.

_____. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, jan./abr. 2017, p. 251-272. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____; GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, p. 29-45. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>. Acesso em: 17 jun. 2017.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Ana Maria Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Orgs.). **As escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008, p. 29-45.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: _____. ESCOLANO BENITO, Agustin (Orgs.). **Currículo, Espaço e subjetividade**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139.

_____. La escuela y la escolaridade como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 30 mai. 2019.

_____. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. **Educación**, Curitiba, n 36, 2010. p. 181 - 213. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a13n36.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Documentos consultados

ANDRY, Nicolas. **L'orthopédie ou l'art de prevenir et de corriger dans les enfants les difformités du corps**, 1742. 490 f. Disponível em: Internet Archive.

BOBRICK, Gabriel. A. **Hygienic requirements of School furniture**. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1892. 58 f. Disponível em: Internet Archive.

CATALOGUE OF THE BRAZILIAN SECTION. **Catalogue of the brazilian section**: Philadelphia International Exhibition. 1876. 208 f. Disponível em: Internet Archive.

BRIGGS, Asa. **Victorian People: a reassessment of persons and themes 1851-67**. Inglaterra: Ophams Press, 1954. 340 f.

BUISSON, Ferdinand. **Rapport sur L'Instruction Primaire à L'Exposition Universelle de Vienne em 1873**. Paris, França. Imprimerie Nationale, 1875. 378 f. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

COLÉGIO PIRACIABANO. **Carteira Chandler**. Fabricante e ano de produção desconhecidos. Fotografia do autor, 2016. Disponível em: Acervo do Colégio Piracicabano, São Paulo, Brasil.

FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. **Falla do illustrissimo e excellentissimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Provincia de Santa Catharina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura provincial em o primeiro de março de 1837, decimo sexto da independencia e do império**. 1837. Disponível em: Center for Research Libraries.

_____. **Falla que o exm. 3.o vice-presidente da provincia de Santa Catharina, o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março 1849.** 1849. Disponível em: Center for Research Libraries.

_____. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o ex.mo snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por ocasião da abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1852.** 1852. Disponível em: Center for Research Libraries.

_____. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina pelo Presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu no acto da abertura da sessão de 2 de abril de 1869.** 1869. Disponível em: Center for Research Libraries.

_____. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Provincia João Thomé da Silva.** 1874. Disponível em: Center for Research Libraries.

_____. **Falla com que o exm. Sr. Dr. João Capostrano Bandeira de Melo Filho abriu a 1ª sessão da 21 legislatura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina em 1º de março de 1876.** 1876. Disponível em: Center for Research Libraries.

GARCIA, Pedro de Alcantara. **Tratado de Higiene Escolar.** Mexico: Imprensa de las escalerillas. 1889. 454 f.

Labit, Henri Joseph Jules Pierre. **L'Hygiène Scolaire i le milieu scolaire.** Paris, França: Georges Carré, 1896. 334f.

LINCOLN, David Francis. **School and Industrial hygiene.** 1880. 160 f. Disponível em: Internet Archive.

JOHONNOT, James. **School-houses:** containing elevations, plans, and specifications with estimates, directions to builders, suggestions as to school grounds, furniture, apparatus, etc. Nova Iorque: Vison, Phinney, Blakeman & Co. 1866. 355 f. Disponível em: Internet Archive.

NARJOUX, Félix. **Les écoles Publiques: construction et installation em France et em Angleterre.** Paris, França. 1881. 448 f. Disponível em: Internet Archive.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA. **Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro:** Documentos. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884. Acervo: Biblioteca Pedagógica Central do Departamento de Educação. São Paulo.

REPRESENTANTES COMERCIAIS. **Penteado, Ayres & Cia. Ltda:** representantes para o Brasil das Indústrias Reunidas de Madeiras, Vendas realizadas durante o anno de 1930. 1930. Disponível em: Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho, SC.

RIANT, Aimé. **Hygiène Scolaire:** influence de l'école sur la santé des enfants. Paris, França. 1874. 280 f. Disponível em: Internet Archive.

RODRÍGUEZ, Sebastián B. **Higiene Escolar e sus relaciones con la miopia.** Imprensa Artistica de Dornaleche y Reyes, Montevideo, Uruguai, 1891. 104 f. Disponível em: Internet Archive.

- SANTA CATARINA. **Resolução n. 382**, de 1º de julho de 1854. Acervo: Apesc.
- _____. **Ofícios Expedidos. Instrução Pública de Santa Catarina**. 1861, fl. 310. Acervo: Apesc.
- _____. **Ofícios Expedidos. Instrução Pública de Santa Catarina**. 1863, p. 37. Acervo: Apesc.
- _____. **Instrução Publica**: relatório. 1897a. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acervo: Apesc.
- _____. **Relatório apresentado ao cidadão Dr. Hercilio Pedro da Luz, Governador do Estado, por Horacio Nunes Pires, Directos Geral da Instrução Publica, em 15 de junho de 1897**. 1897b. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acervo: Apesc.
- _____. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. Decreto nº 588**, 22 abril de 1911. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acervo: Apesc.
- _____. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina**. Aprovado e mandado observar pelo **Decreto nº 795**, de 2 de maio de 1914. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acervo: Apesc.
- SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**. Obra traduzida por João Portella. Bahia: Typ. De A. O. da França Guerra e Comp. 1854. 67 f.
- TRONCOSO, M. Uribe. **Condiciones que debe llenas el mobiliário de las escuelas de Educacion Primaria, informe presentado á la Secreataria de Instruccion Publica y Bellas Artes**. México, 1910. 28 f. Disponível em: Internet Archive.
- WELLS, Frank. **Six Lectures upon School Hygiene**, delivered under the áuspices of the Massachusetts Emergency and Higiene Association to Teachers in the public schools. Boston: Ginn & Company. 1885. 224 f. Disponível em: Internet Archive.
- Dicionários:**
- BUISSON, F. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1911. Parte I, Tomo I.
- _____. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1911. Parte I, Tomo II.
- Catálogos:**
- Estados Unidos:*
- A. G. WHITCOMB. **Illustration of improved School Furniture, manufactured by A. G. Whitcomb and for sale at his mare-house**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1875. Disponível em: Internet Archive.
- A. H. ANDREWS. **Catálogo**. Chicago, Illinois, Estado Unidos da América (s.a.). Disponível em: Internet Archive.

_____. **School Supplies and Equipment**. Filadélfia, Pensilvânia e Pittsburg, Kansas, Estado Unidos da América, 1951. Disponível em: Internet Archive.

_____. **Seating for American Schools - School Furniture Catalog**. Grand Rapids, Michigan, Estados Unidos, 1940. Disponível em: Internet Archive.

_____. **The automatic Triumph Desk**. Estados Unidos, 1900. Disponível em: Internet Archive.

BOSTON SCHOOL FURNITURE. Illustrated catalogue of the Boston School Furniture manufactory. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1870. Disponível em: Internet Archive.

COLUMBIA SCHOOL. Catalog of Furnishings. Indianápolis, Indiana, Estados Unidos, 1912. Disponível em: Acervo do Museo Pedagógico “José Pedro Varela” – Centro de Documentación e Investigación, Montevideo, Uruguai.

_____. **Columbia School Supply Company**. Indianápolis, Indiana, Estado Unidos da América, 1930. Disponível em: Internet Archive.

EDWARD E. BABB & CO. Illustrated Catalogue of School Supplies. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1898. Disponível em: Internet Archive.

GEO & C. W. SHERWOOD. Catalogue of school furniture, Chicago, Illinois, Estado Unidos da América, 1864. Disponível em: Internet Archive.

HOOVER BROTHERS. General School Supplies and School Specialties. Kansas, Missouri, Estado Unidos da América, 1922. Disponível em: Internet Archive.

J. A. BANCROFT & CO. Illustrated catalogue of school merchandise, furniture, Apparatus, Charts, & Co. Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1870. Disponível em: Internet Archive.

J. A. BANCROFT. The Penn's School Furnishing. Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive.

J. C. BROOKE. Catalogue Church, school, hall furniture. Cincinnati, Ohio, Estado Unidos da América, 1884. Disponível em: Internet Archive.

JOHN ATWATER. School furnishing and publishing house. Chicago, Illinois, Estado Unidos da América, 1858. Disponível em: Internet Archive.

JONES THE STANDAND LINE. Standard School Equipment Company. Siler City, Carolina do Norte, Estados Unidos, 1932. Disponível em: Internet Archive.

JOSEPH L. ROSS. Joseph L. Ross's Illustrated Catalogue of Improved School, Church, and Vestry Furniture. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive.

KEYWOOD-WAKEFIELD. School furniture. Nova Orleans, Luisiana, Estados Unidos, 1930. Disponível em: Internet Archive.

MCCIEES & WARREN. **School Merchandise. Maps, Globes, Black-Boards, & Co.** Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1890. Disponível em: Internet Archive.

STERLING SCHOOL FURNITURE. **Price of School, Church, Court House, and Office Furniture, to accompany the Illustrated circular of the steling school furniture Co.** Albany, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1875. Disponível em: Internet Archive.

THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE. **Illustrated catalogue of new and improved styles of school and church furniture and school apparatus.** Nova Iorque, Nova Iorque e Chicago, Illinois, Estado Unidos da América. 1872. Disponível em: Internet Archive.

UNION SCHOOL FURNITURE. **Descriptive Catalogue of School Furniture and Supplies.** Battle Creek, Michigan, Estado Unidos da América, 1893. Disponível em: Internet Archive.

_____. **School Furniture and Supplies.** Chicago, Illinois, Estado Unidos da América, [192_]. Disponível em: Internet Archive.

W. A. CHOATE & CO. **Furniture School, Church, Hall, Office, Opera, Lodge - School Supplies.** Albany, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1890. Disponível em: Internet Archive.

W. M. WELCH MANUFACTURING COMPANY. **Welch chairs for schools, libraries & offices.** Chicago, Illinois, Estado Unidos da América. 1931. Disponível em: Internet Archive.

França:

P. GARCET & NISIUS. **Mobilier scolaire.** Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil. Paris, França, 1882. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

DELAGRAVE. **Mobilier scolaire et Matériel d'enseignement.** Paris, França, 1900. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai

DEYROLLE. **Mobilier scolaire.** Matériel d'enseignement. Catalogues. Paris, França, 1898. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

_____. **Mobilier & Matériel scolaires.** Catalogues. Paris, França, 1919. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai

_____. **Mobilier et Matériel scolaires.** Catalogues. Paris, França, 1924. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai

_____. **Mobilier et Matériel scolaires.** Catalogues. Paris, França, 1925. Disponível em: Internet Archive.

Alemanha:

A. LICKROTH & CIE. **Fabrikation von schulbanken, patent-kinderpulten zum hausgebrauche für schularbeiten, Turngeräten und Gartenmöbeln.** Berlin, Alemanha, França, 1887. Disponível em: Acervo do Museo Pedagógico "José Pedro Varela" - Centro de Documentación e Investigación, Montevideo, Uruguai.

Inglaterra:

GEO. M. HAMMER. **Illustrated catalogue of School and College Furniture and Educacional Apparatus.** Londres, Inglaterra, 1893. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai

GEORGE PHILIP & SONS. **Catalogue of School Stationery and miscellaneus school requisites.** Londres, Inglaterra, [s. a.]. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai

Portugal:

ALBINO DE MATOS, P. & BARROS. **Fábrica de móveis e material escolar.** Porto, Portugal, 1929. Disponível em: CARVALHO, Joaquim Manuel Fernandes de. A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, LDA - v. II. 2004. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2004. p. 16-135.

FÁBRICA DE PAREDES. **Fábrica de mobiliário e material escolar.** Porto, Portugal, 1931. Disponível em: Internet Archive.

Brasil:

JORGE ZIPPERER & CIA. **Catálogo de Móveis.** Rio Negrinho, Santa Catarina, Brasil, [entre 1932 a 1954]. Disponível em: Acervo do Arquivo público de Rio Negrinho

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MADEIRAS. **Catálogo Indústria Reunidas de Madeira - Jorge Zipperer e Cia.** Rio Negrinho, Santa Catarina, Brasil, [entre 1932 a 1954b]. Disponível em: Acervo do Arquivo Público de Rio Negrinho.

Manuais:

ARAÚJO, Joaquim José de. **Compendio de Pedagogia Prática.** Maceió, 1886. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180010>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
Classique Paul Delaplane, 1885. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

COELHO, José Augusto. **Princípios de Pedagogia.** São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1891.

COMPAYRÉ, Gabriel. **Cours de Pédagogie Théorique et Pratique.** Paris: Librairie

DALIGAULT, Jean-Baptiste. **Cours pratique de Pédagogie,** destiné aux élèves-maîtres des écoles normales primaires et aux instituteurs en exercice. Paris: Dezobry et E. Livorno - Presso Bertani Antonelli e C^a., 1844. Disponível em: Internet Archive.
Magdeleine, 1851. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

MEJIA, Luis Restrepo; MEJIA, Martin Restrepo. **Elementos de Pedagogia**. Bogotá: Imprensa de Vapor de Zalamea Hermanos. 1888. Disponível em: Internet Archive.

PARRAVICINI, Luigi Alessandro. **Manuale di Pedagogia e Metodica Generale**. Parma:

PASSALACQUA, Camillo. **Pedagogia e Methodologia**: theorica e pratica. São Paulo: Typografia a vapor de Jorge Seckler & Comp. 1887.

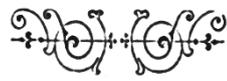
RENDU, Ambroise. **Cours de pédagogie**, Principes d'éducation publique à l'usage des élèves des écoles normales et des instituteurs primaires. Paris, França: Garnier Frères, 1877. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

Jornais:

O ARTISTA. **O Artista**: órgão litterario, industrioso e artistico da Provincia de Santa Catharina. 27 de julho de 1879. Desterro. Ano 1. n. 33. Disponível em: hemeroteca.ciasc.sc.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Comemercio**. 19 de julho de 1890. Desterro. Ano XI. n. 123. Disponível em: hemeroteca.ciasc.sc.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2019.

ANEXO



Anexo 1: Expositores catarinenses participantes da Exposição da Filadélfia (1876)

Departamento I - Mineração e Metalurgia	
Minerais, minérios, pedras para construção e produtos de mineração	
Classe 101	
Viscount de Barbacena, Rio de Janeiro	Espécimes de carvão provenientes de Tubarão, Santa Catarina.
Comissão da Província de Santa Catarina	Espécimes de carvão provenientes de das Minas de Araranguá, Santa Catarina.
Classe 102	
Comissão da Província de Santa Catarina	Espécimes de mármore provenientes de Itajaí ¹⁸⁶ , Santa Catarina.
Classe 111	
Presidente da Província de Santa Catarina	Espécimes de ferro e níquel encontrados nas margens do Rio São Francisco
Cerâmicas, Olaria, Porcelanas	
Classe 206	
Colônia Dona Francisca	Tijolos e tudo de Barro
Móveis e Objetos de uso geral em construções e em moradias	
Classe 217	
Edward Plauder, Colônia Dona Francisca	Objetos feitos de salgueira
Comissão da Província de Santa Catarina	Várias peças de mobiliário
Classe 224	
J.Baumgarten. Cidade do Desterro, Província de Santa Catarina	Uma caixa com lupas para examinar ovos
Classe 230	
Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Produtos de algodão e colchas
Classe 232	
Rosalina Z. Paes Leme, Província de Santa Catarina	Coleção de tecidos de algodão

¹⁸⁶ No Catálogo o nome utilizado era Jatajahy. Até 1799 essa era a nomenclatura para identificar a atual cidade de Itajaí, localizada no litoral catarinense.



Seda e Tecidos de Seda	
Classe 256	
Jacob Richlin, Desterro, Província de Santa Catarina	Couro e sola
Carruagens, veículos, arreios e acessórios	
Classe 296	
Comissão geral das exposições nacionais, Rio de Janeiro	Terno de couro e arreios, usado por pastores na província do Ceará. Sela feita na Província de Santa Catharina.
Departamento VI - Agricultura	
Classe 600	
Comissão da Província de Santa Catarina	Amostras de madeira utilizada na construção de móveis
Diretor da Colônia de Itajaí, Província de Santa Catarina	Amostras de madeira utilizada na construção de móveis
Classe 601	
Município de São Francisco, Província de Santa Catarina	Amostras de madeiras “Canella amarella, “Ébano”, Gissaran” e “Maiato”
Classe 603	
Comissão da Província de Santa Catarina	Amostras de resina
Produtos Agrícolas	
Cereais, gramíneas, plantas forrageiras	
Classe 620	
Comissão do Distrito de Lages, Província de Santa Catarina	Amostra de vários cereais
Município de Lages, Província de Santa Catarina	Amostra de trigo
Café	
Presidente da Província de Santa Catarina	Amostras de café Nota: O cultivo de café começou há poucos anos na Província de Santa Catarina, e se provou bem sucedido.
Tabaco	

Colônia de Itajaí, Província de Santa Catarina	Folha de tabaco [superior]
D. Rosalina V. Paes Leme, Província de Santa Catarina	Charutos produzidos na Colônia de Blumenau. Tabaco proveniente da mesma Colônia. “Spun Tobacco” proveniente de Lages
Guilherme Rosenstock, Colônia de Joinville, Província de Santa Catarina	Tabaco
Christiano Kopsch, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Tabaco
Maxim Merck, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Tabaco
Augusto Dietrich, Colônia de Joinville, Província de Santa Catarina	Folha de tabaco
M. A. dos Santos, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Fumo de tabaco
Henrique Sepper, Colônia de Joinville, Província de Santa Catarina	Chá-Mate
D. Rosalina Paes Leme, Lages, Província de Santa Catarina	Chá-Mate
Farinha, cereais e cereais triturados, grãos decorados	
Classe 557	
Comissão da Província de Santa Catarina	Amostras de farinha
J. Sawerbec, Santa Catarina	Amostras de raiz de seta
J. J. Pereira, Província de Santa Catarina	Farina de mandioca
Colônia de Angelina, Província de Santa Catarina	Amostras de farinha de trigo
M. J. de Lima Carvalho, Província de Santa Catarina	Amostras de farinha
Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Amostras de mandioca e farinha de farinha Amostras de raízes de Iris.
Colônia Blumenau, Província de Santa Catarina	Amostras de raízes, farinha de trigo e milho

Amido produtos similares	
Classe 658	
Comissão da Província de Santa Catarina	Polvilho, extraído de Manioht Utilissima.
Vinhos, álcool e licores	
Classe 660	
Otto Freyung, Santa Catarina	Licores
M. Gil de Macedo, Santa Catarina	Licores
E. P. M. Silveira, Santa Catarina	Aguardente da cana de açúcar
Maximiliano Merch, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Amostras de algodão
Eugenia Herbst, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Amostras de algodão
D. Rosalina Paes Leme, Desterro, Província de Santa Catarina	Amostras de algodão
Colônia de Itajaí, Província de Santa Catarina	Amostras de algodão
Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Amostras de algodão
Cânhamo, linho, juta, rami, em formas primitivas e em todas as fases de preparação para a fiação	
Classe 666	
Comissão da Província de Santa Catarina	Fio de tucuman
D. Rosalina Paes Leme, Desterro, Província de Santa Catarina	Amostras de linho
Seda no casulo e enoveladas	
Classe 668	
Paulo Schrazer, Colônia de Blumenau, Província de Santa Catarina	Casulos e bicho da seda
Departamento feminino	
Flores artificiais	
Misses Silveira de Souza, Desterro, Província de Santa Catarina	Buque de flores artificiais produzidas com escama de peixe, casca de ovo, conchas, madeira e penas.

	Nota. As flores de peixe são as mais dignas de atenção por sua delicadeza, perfeição e novidade de acabamento
Mrs. Rosalinda Paes Leme, Santa Catarina	Buque de flores de couro

Fonte: Catalogue of the Brazilian Section, 1876.